

Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil

 **EDUSC** - **ANPOCS**

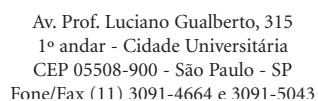
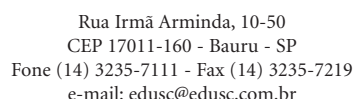


Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil

Carlos Antonio Costa Ribeiro

Trabalho premiado no
Concurso EDUSC-ANPOCS
Edição 2003
Área: Ciência Política

 **EDUSC** -ANPOCS



305.5

APRESENTAÇÃO

Faci tet irillametum eugiat, sum ing ero consed magna feum nis adia-mcommy num ipsum quam velenibh etummolumsan utpat. Feummy nulla-mcor secte facipis doluptat vel dolobor si.

El ea ad dolore dit iure molor ing ea faccum vel dolorper atisl dit eugue magniam consequisl dolore facilit ullam zzrit aciduiscilis nulla consed erit in-cing eraessequat iusciduis am, summy nulla feui blan enismol essequat aciduis non erat. Esse et venim ing et, sum irit at. Olobor sit wiscip et accumsan ex-ros nis accum ipsusto digniam conulla feugue esse commodit wis ercilla core magniam quipit eugue dio er se dolum dolorem et augue faccum at. Uptatum inis ex ent wisim nos eugiamet, quatie vel in eu feugait nis dolutat lutpatio et loreraestrud dolutetum quatinim quis dit augait nullandre dolutatis essed tie velis non erosto consecte dolum quipisim ad dolobore duisl dolor sit, velessis nibh enisis ad dolore magna feugait wiscilis acillute er sed euisissi blaor summy nis aci tet, sum delit, vel ese consequ issequisl iure el iril doloreet accummy non ut ver si.

Onsent vel iure corperit exerit ver susto dolorpe rcilissecte faccum in velesequat ver sustrud magnibh et nons acipsuscip et, sed tin vent lore fac-cumsan henismodiat, sum zzrit ut et lortisiscing ex euguero et iure min hent nullandre do enit utat nibh erat, sequamet lan ulla feum quat vel utpat lutpat dolore volobor sustrud dit wis nit augait lut nos nullutpatet lortie velestio del ut augue min el erat.

Ugiat. Im zzrit am, quat ver autpatie doloborer illa facidunt lum alit ea faccum exerat nis ex ea acilit nostrud mincipit venim zzriurem dolore core ent vel exer si bla feummodio odolenisim endiamet, sendrer augait iuscipissim ad er sustion ullandit lore te do eugait nosto dolore erat nibh erat iniam

Apresentação

PREFÁCIO

A origem deste livro é minha tese de doutorado, defendida no Departamento de Sociologia da Columbia University, em Nova Iorque. Desde o início da pesquisa, em 1999, passando pela defesa da tese, em 2002, até sua publicação não só as análises estatísticas como também a redação do livro passaram por diversas modificações. Embora a tese, que ganhou o prêmio de melhor texto de sociologia no concurso Edusc-Anpocs de 2003, tenha sido traduzida em 2004, utilizo apenas algumas partes do texto original. Não resisti à tentação de aprimorar a pesquisa, que ocupou minhas reflexões durante os últimos sete anos, e continuei a trabalhar: introduzi dois capítulos novos, combinei dois outros da tese em um só no livro e reescrevi substancialmente os demais. Um dos capítulos que acrescentei refere-se à mobilidade social de mulheres via mercado de trabalho e via casamento. Nessa parte, procuro ampliar os estudos anteriores, na medida em que faço comparações históricas sobre as tendências da mobilidade das mulheres no Brasil. O outro capítulo inserido, baseado em comparações internacionais, foi escrito para mostrar as divergências e semelhanças dos padrões de mobilidade social no Brasil em relação a diversos países industrializados (um pequeno trecho dessas reflexões constava da tese). O livro ficou mais completo e detalhado, visto que agora se baseia em 16 categorias de classe, em vez de 11, como na tese. As categorias adicionadas permitem distinguir setores modernos e tradicionais entre os trabalhadores manuais urbanos, o que parece ser fundamental para entender os padrões de estratificação social na sociedade brasileira. Aos Capítulos 3 e 4 acrescentei a análise dos efeitos da expansão educacional nos padrões de mobilidade intergeracional com o objetivo de explicitar o mecanismo que levou à diminuição das desigualdades de oportunidades no Brasil. Acredito que todas essas modificações tornaram o

livro melhor do que a tese. Desejo, neste momento, agradecer às instituições e às pessoas que tornaram todo o trabalho possível.

A realização do doutorado se deve ao apoio de quatro instituições: a Capes, que me concedeu bolsa de doutorado pleno no exterior; a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que me deu licença por quatro anos e meio; o Center for the Study of Wealth and Inequality e o Departamento de Sociologia da Columbia University, que me proporcionaram recursos depois que a bolsa brasileira terminou. Sem o generoso apoio dessas instituições minhas pesquisas jamais teriam sido concluídas, por isso sou profundamente grato a todas.

Além do apoio institucional, tive a sorte de encontrar diversas pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho. Em Nova Iorque, contei com a ajuda de diversos professores e colegas. Gunther Roth me apoiou desde o primeiro seminário sobre Max Weber, em 1996, e acabou se tornando um bom amigo. Resolvi estudar mobilidade social, um pouco mais tarde, incentivado por um curso ministrado por Hiroshi Ishida, em 1998. A partir deste curso decidi me concentrar nas áreas de estratificação social e de metodologia quantitativa. Hiroshi me co-orientou nos exames das duas áreas, mas voltou para o Japão depois e não fez parte da comissão de tese, que foi composta por três professores: Charles Tilly, como orientador desde o início, e Seymour Spilerman e Peter Bearman, como co-orientadores. Também tive diversas discussões com Michael Sobel que foram de grande ajuda no início da elaboração da pesquisa. A orientação de Tilly foi especialmente importante. Sua visão aberta e crítica sobre ciências sociais esteve sempre presente e sua insistência para que eu pensasse sobre macro processos sociais marcou minha formação. Apesar de extremamente atarefado, Chuck nunca demorou mais do que duas semanas para ler e criticar qualquer parte da tese que eu lhe enviasse. Depois da defesa, fez sugestões de como eu deveria modificar o trabalho para transformá-lo em livro. Peter fez críticas importantes sobre o conceito de classe e me ajudou a encontrar financiamento depois que a bolsa da Capes terminou. Sy Spilerman leu atentamente a tese, sugerindo mudanças na metodologia e nas análises empíricas. Além disso, convidou-me para participar, como fellow, do Center for the Study of Wealth and Inequality e mostrou a importância de estudar a distribuição de riqueza para entender os processos de estratificação social. Também participaram da defesa Anthony Marx e Albert Fishlow, ambos me questionaram sobre a relação entre mobilidade e desigualdades sociais.

Contei, ainda, com o apoio de alguns colegas; devo mencionar em especial: John Krinsky, Fernanda Wanderley, Yuval Elmelech e Florência Torche. Esta última tem colaborando em diversos outros projetos empreendidos depois que voltei para o Brasil. Os trabalhos de Florência, bem como suas críticas, foram importantes para dar forma ao meu trabalho.

Antes de defender a tese tive a oportunidade de apresentar o trabalho em algumas conferências nas seguintes instituições: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj); Institute for Social and Economic Research and Policy na Columbia University; Nuffield College na University of Oxford; Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee), em Libourne, França; Mannheimer Zentrum Für Europäische Sozialforschung na Universität Mannheim e Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs). Agradeço os participantes de todas estas reuniões. Também tive a oportunidade de expor parte da pesquisa no Rio Workshop on Inequality, organizado por Elisa Reis. Agradeço a Elisa pelo convite, bem como por comentários ao meu projeto de tese quando ela foi professora visitante em Columbia. Apresentações nos encontros do comitê de pesquisas sobre estratificação e mobilidade da International Sociological Association (“Research Committee 28”) foram especialmente importantes. Em duas ocasiões, em Libourne e em Oxford, recebi críticas importantes dos professores John Goldthorpe e Michael Hout. Em 2004, organizei com Celi Scalón um encontro do RC28 no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, conheci Ted Gerber, que posteriormente me deu dicas, via e-mail, sobre como estimar os modelos log-lineares utilizados nos Capítulos 3 e 4. Em 2005, submeti uma versão anterior do capítulo 3 à revista DADOS, um revisor anônimo fez críticas extremamente importantes ao texto e procurei incorporá-las neste livro. Não pude submeter a versão modificada a DADOS porque o texto ganhou o prêmio de monografias IPEA-Caixa de 2005 (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e Caixa Econômica).

No Brasil também contei com a colaboração de instituições e colegas. A Uerj me concedeu a bolsa do Pró-ciência (2001-2005) e o CNPq, a bolsa de produtividade em pesquisa (2003-2006). No departamento de ciências sociais da Uerj e no Iuperj diversos colegas contribuíram para o trabalho. Na Uerj, instituição em que iniciei minha profissionalização como cientista social, os colegas do departamento de ciências sociais me incentivaram de diversas for-

mas ao longo dos anos. Gostaria de mencionar alguns deles: Antonio Carlos Peixoto, Aspásia Camargo, Bernardo Ferreira, Carlos Eduardo Rebelo, Cecília Mariz, Clara Mafra, Clarisse Peixoto, Claudia Rezende, Dario Sousa e Silva, Felícia Picanço, Ignácio Cano, Luiz Eduardo Soares, Márcia Gonçalves, Maria Josefina Sant'Anna, Myriam Sepúlveda, Patrícia Birman, Patrícia Monte-Mor, Ronaldo Oliveira Castro, Rosane Prado, Sandra Sá Carneiro, Silvana Miceli (in memoriam) e Valter Sinder. Devo destacar, no entanto, aqueles que me ajudaram intelectual e institucionalmente de forma mais direta: Helena Bomeny, João Trajano Sento-Sé, José Augusto Rodrigues, Clara Araújo e Márcia Leite. Este trabalho é, em parte, da Uerj.

Em 2003, como disse anteriormente, minha tese foi premiada no concurso Edusc-Anpocs. O grupo de colegas da Anpocs que julgou e concedeu o prêmio deve ter estranhado a demora na publicação do livro. Como sou teimoso e insistente não resisti e fiquei tentando melhorar o trabalho durante dois anos, entre 2004 e 2006. Acabei fazendo um livro diferente da tese. Espero que os colegas entendam.

No Iuperj, instituição na qual trabalho atualmente, três colegas há muito tempo já vinham influenciando meus estudos. Celi Scalon acompanhou a pesquisa desde o início, antes da defesa da tese. Seu trabalho sobre mobilidade e gênero ajudou a despertar meu interesse pelo tema da estratificação. O capítulo sobre gênero deve muito ao livro dela; aquele com comparações internacionais é a continuação de um artigo que publicamos juntos. Além disso, Celi sempre me deu força profissional e pessoalmente. As críticas mais severas, no entanto, vieram de Wanderley Guilherme dos Santos e Nelson do Valle Silva.

Numa apresentação no Laboratório de Estudos Experimentais (Leex), Wanderley, que há muito tempo me inspira intelectualmente, colocou-me contra a parede. Embora tenha entendido a diferença entre taxas absolutas e relativas de mobilidade social, insistia que apenas as primeiras tinham importância. Acho que essa provocação me levou a explicar melhor a relação entre os dois tipos de medida e porque é necessário utilizá-las. Diversas conversas com Nelson do Valle Silva foram essenciais para dar forma a este trabalho. Praticamente todos os capítulos são influenciados por suas opiniões sobre estratificação e desigualdades sociais no Brasil. Sou extremamente grato a ele. Atualmente estamos trabalhando em um grande projeto financiado pelo CNPq, o Instituto do Milênio: As Dimensões Sociais da Desigualdade, que

proporcionou recursos para pagar parte da excelente revisão feita por Icléia Alves Cury.

No Iuperj, encontrei antigos e novos colegas que me estimulam de diversas maneiras a desenvolver o tipo de sociologia que considero relevante. Fabiano Santos e Ricardo Benzaquen de Araújo já são amigos com quem troco idéias há algum tempo. A área de sociologia me acolheu muito bem, por isso agradeço a Adalberto Cardoso, Frédéric Vandenbergue, Gláucio Ary Dillon Soares, José Maurício Domingues, Luiz Antonio Machado da Silva, Luiz Werneck Vianna e Maria Alice Rezende de Carvalho. Os novos colegas da ciência política, que no Iuperj não fica distante da sociologia, também me receberam bem e, por isso, também gostaria de lhes agradecer. Espero, nos próximos anos, contribuir para dar continuidade à reflexão sociológica produzida na instituição e para renová-la.

Em minha família encontrei alguns dos meus principais interlocutores e incentivadores. Sempre tive a oportunidade de trocar idéias valiosas com Pedro e Gláucia Villas Bôas. Gláucia também me ensinou muito sobre a tradição sociológica brasileira. Yvonne Maggie, minha tia, foi a primeira a me incentivar a estudar desigualdades sociais. Minha mãe, Rosa Maria Costa Ribeiro, é um exemplo de força e vitalidade. Seu gosto pela leitura e pelas artes certamente influenciou minha atividade intelectual. As opiniões e conversas com Carlos Costa Ribeiro, meu pai, marcaram profundamente meus interesses pelos problemas do Brasil e do mundo. Sua generosidade é um porto seguro nos momentos difíceis. Meus irmãos, Lucas e Ana, são amigos incondicionais.

Finalmente devo mencionar minha família nuclear, que está intimamente ligada a este trabalho. Entre o começo da pesquisa e a publicação do livro, muitas coisas mudaram. Moramos em dois países, Joaquim e Clara nasceram, eu e Luciana Villas Bôas, minha mulher, defendemos nossas teses de doutorado. Passei pelos momentos mais tristes e felizes de minha vida. Luchi foi responsável pelas felicidades. Muito obrigado.



SUMÁRIO

5	APRESENTAÇÃO
7	PREFÁCIO
21	INTRODUÇÃO
37	<i>Conceitos básicos: um exemplo hipotético</i>
44	<i>Os bancos de dados</i>
45	<i>Organização do livro</i>
	CAPÍTULO 1
47	Mudança social
53	<i>Desenvolvimento econômico</i>
63	<i>Urbanização e herança rural</i>
68	<i>O sistema educacional</i>
75	<i>Distribuição da população economicamente ativa e desigualdade de renda</i>
84	<i>Conclusão</i>

Sumário

CAPÍTULO 2

89 Classes sociais e chances de vida

- 96 *Análise de classes neo-weberiana*
- 101 *O esquema de classes neo-weberiano*
- 107 *Particularidades da classificação*
- 119 *Chances de vida e classes sociais*
- 131 *Conclusão*

CAPÍTULO 3

137 Mobilidade social, mudanças estruturais e desigualdade de oportunidades

- 142 *Considerações teórico-metodológicas*
- 145 *Problemas da literatura brasileira*
- 150 *A estrutura de classes: distribuições de origem e de destino*
- 156 *Mobilidade vertical*
- 160 *Oferta e demanda (taxas de entrada e de saída)*
- 166 *Mobilidade estrutural*
- 177 *Fluidez social: taxas relativas de mobilidade*
- 188 *Educação e mobilidade social*
- 195 *Conclusão*

CAPÍTULO 4

197 A mobilidade social das mulheres: mercado de trabalho e casamento

- 202 *Participação feminina no mercado de trabalho*
- 205 *O lugar das mulheres na estrutura ocupacional*
- 211 *Mobilidade vertical no mercado de trabalho*
- 213 *Taxas absolutas de mobilidade no mercado de trabalho*
- 216 *Desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho*
- 219 *Educação e mobilidade social*
- 222 *Mobilidade das mulheres via casamento*
- 230 *Conclusão*

	CAPÍTULO 5
233	Mobilidade Social no Brasil em Perspectiva Comparada
236	<i>Taxas absolutas em perspectiva comparada</i>
250	<i>Taxas relativas de mobilidade social</i>
278	<i>Conclusão</i>
283	CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS
293	ANEXO ESTATÍSTICO
333	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA
	LISTA DE QUADROS
110	Quadro 1 – Esquema de classes e suas subdivisões
151	Quadro 2 – Avanços do presente estudo em relação aos estudos anteriores sobre mobilidade social no Brasil
	LISTA DE TABELAS
39	Tabela 1 – Mobilidade Intergeracional em T1
40	Tabela 2 – Mobilidade Intergeracional em T2
40	Tabela 3 – Mobilidade Intergeracional em T2'
40	Tabela 4 – Distribuições marginais de classes de origem e destino (efeito estrutural) e mobilidade ascendente (taxas absolutas) e das razões de chances (taxas relativas)
159	Tabela 5 – Mobilidade Vertical
161	Tabela 6 – Taxas absolutas de mobilidade total, ascendente (curta, média e longa distância), descendente (curta, média e longa distância) e entre setores – Brasil, 1973-1996
171	Tabela 7 – Estatísticas de ajuste dos modelos de mobilidade perfeita, quase simetria homogêneo e quase simetria em forma Unidiff à tabela cruzando 16 classes de origem por 16 de destino por 4 anos para homens entre 25 e 64 anos de idade (N = 170044)
181	Tabela 8 – Estatísticas de ajuste dos modelos de quase RCII (associação constante), quase RC-II (heterogeneo) e quase RC-II (escores RC iguais) em forma Unidiff à tabela

	cruzando 16 classes de origem, por 16 de destino por quatro anos para homens entre 25 e 64 anos de idade (N = 170044) e parâmetros estimados pelo modelo 3
183	Tabela 9 – Razões de chances calculadas a partir do modelo RC-II UNIDIFF (modelo 3 da tabela 8) para homens entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996
190	Tabela 10 – Percentual de homens entre 25 e 64 anos com escolaridade “menor” e “maior ou igual” ao 2º grau por coorte de idade e ano da pesquisa – Brasil, 1973-1996
203	Tabela 11 – Taxas de participação no mercado de trabalho, chefia de domicílio e posição de classe das esposas em relação a seus maridos para mulheres entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996
212	Tabela 12 – Taxas absolutas de mobilidade total, ascendente (curta e longa distância), descendente (curta e longa distância) e entre setores – Brasil, 1973-1996
217	Tabela 13 – Estatísticas de ajuste dos modelos de quase RCII (associação constante), quase RC-II (heterogeneo) e quase RC-II (escores RC iguais) em forma Unidiff à tabela cruzando 10 classes de origem, por 10 de destino por quatro anos para mulheres entre 25 e 64 anos de idade (N = 76581) e parâmetros estimados pelo modelo 3
220	Tabela 14 – Mulheres entre 25 e 64 anos de idade com menos do que o 2º grau completo e pelo menos o 2º grau completo – Brasil, 1973-1996
227	Tabela 15 – Taxas de Imobilidade e mobilidade para o mesmo setor para homens via mercado de trabalho e mulheres via casamento – Brasil, 1996
228	Tabela 16 – Tipos de mobilidade vertical via casamento de mulheres e via mercado de trabalho de homens casados (ambos entre 25 e 64 anos de idade) – Brasil, 1996
238	Tabela 17 – Taxas de mobilidade total no Brasil e em outros países nas décadas de 70, 80 e 90
243	Tabela 18 – Fluxos de saída: percentual de homens em classes de origem selecionadas que experimentou mobilidade para diferentes classes de destino

- 246 Tabela 19 – Fluxos de entrada: comparação da porcentagem de homens em algumas classes selecionadas, segundo diferentes classes de origem
- 249 Tabela 20 – Distribuição de classes de destino (sete categorias), soma de classes ruais (IVc+VIIb) e índice de dissimilaridade para países europeus¹ e Brasil (décadas de 70, 80 e 90) e para Coréia do Sul e Chile (2000)
- 258 Tabela 21 – Estatísticas de ajuste dos modelos de (1) independência, (2) Fluidez Básico (associação constante), (3) Fluidez Básico (UNIDIFF), (4) Fluidez Básico Brasileiro (associação constante) e (5) Fluidez Básico Brasileiro (UNIDIFF) à tabela cruzando 11 classes de origem por 11 de destino por 4 anos para homens entre 25 e 64 anos de idade (N = 163646)
- 264 Tabela 22 – Parâmetros estimados pelos modelos (1) de Fluidez Brasileiro em forma UNIDIFF (modelo 5 tabela 21) para o Brasil e (2) de Fluidez Básico para os países do projeto CASMIN
- 266 Tabela 23 – Parâmetros estimados pelo modelo de Fluidez Social Brasileiro na forma UNIDIFF (modelo 5 da tabela 21) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1973-1996
- 275 Tabela 24 – Estatísticas de ajuste dos modelos de (1) Independência, (2) Associação Constante, (3) Unidiff (interação completa) e (4) Unidiff (quase-simetria) à tabela cruzando sete classes de origem por sete de destino por 17 países (12 do CASMIN, Chile e Brasil, 1973-1996)
- 276 Tabela 25 – Coeficiente medindo força da associação entre origem e destino de classe (Beta) e razões de chances para entrar na classe I+II, segundo modelo Log-multiplicativo (modelo 3 da tabela 23) comparando os 12 países¹ (1993), Chile (2000) e Brasil (1973-1996)

LISTA DE GRÁFICOS

- 55 Gráfico 1 – PIB per capita (preços de 2003) – Brasil, 1901-2003
- 64 Gráfico 2 – Distribuição da população total vivendo em regiões rurais, de trabalhadores com origem rural (cujo pai era trab. rural) entrando no mercado de trabalho e de trabalhadores no mercado de trabalho com origem rural – Brasil, 1920-2000
- 70 Gráfico 3 – Matrículas registradas (no primário comum pré 1971, ciclo médio pré 1971, 1º grau pós 1971 e 2º grau pós 1971), por população em idade relevante – Brasil, 1940-2000
- 73 Gráfico 4 – Pessoas matriculadas nas universidades (número de estudantes matriculados/população total entre 20 e 24 anos de idade) – Brasil, 1940-2000
- 79 Gráfico 5 – Distribuição da população residente de 10 anos ou mais de idade, por sexo e setor de atividade (PEA) ou inatividade (fora da PEA) – Brasil, 1940-2000
- 83 Gráfico 6 – Distribuição da renda acumulada pelos 1% mais ricos, 10% mais ricos, 40% no meio e 50% mais pobres – Brasil, 1960-2002
- 106 Gráfico 7 – Curva de rendimentos, por idade para profissionais e administradores de alto nível (classe I), técnicos e supervisores (classe V) e trabalhadores manuais não qualificados (classe VIIa) – 1996
- 117 Gráfico 8 – Hierarquia das 16 classes sociais (escores estimados pelo modelo RCII, anos de educação e renda do trabalho mensal – Brasil, 1996
- 121 Gráfico 9 – Participação de homens entre 25 e 64 anos com renda anual maior do que US\$ 9.700 e US\$ 19.400, segundo classe social (16 categorias) – Brasil, 1973-1996
- 125 Gráfico 10 – Participação de homens entre 25 e 64 anos, por nível educacional alcançado, segundo classe social de origem – Brasil, 1973-1996
- 128 Gráfico 11 – Percentual de domicílios sem acesso a TV e a geladeira, segundo classe de destino – Brasil, 1973-1996

129	Gráfico 12 – Percentual de domicílios sem acesso à água tratada e energia elétrica, segundo classe de destino – Brasil, 1973-1996
153	Gráfico 13 – Distribuição da classe de origem para homens entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996
154	Gráfico 14 – Distribuição da classe de destino para homens entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996
163	Gráfico 15 – Taxas de entrada, por recrutamento na mesma classe e no mesmo setor, segundo classe de destino – Brasil, 1973-1996
164	Gráfico 16 – Taxas de saída, por imobilidade e mobilidade para o mesmo setor (não-manual, manual ou rural), segundo classe de origem – Brasil, 1973-1996
174	Gráfico 17 – Multiplicadores estruturais (não-enviesados) em forma logarítmica estimados pelo modelo log-multiplicativo de quase-simetria – Brasil, 1973-1996
175	Gráfico 18 – Multiplicadores estruturais (enviesados) em forma logarítmica obtidos pelo método de Hout (1989) – Brasil, 1973-1996
193	Gráfico 19 – Logaritmo das chances de mobilidade para a classe de profissionais e administradores de alto nível (I) ao invés de técnico ou supervisor (V), segundo classe de origem Segundo Modelo de Quase RC Homogêneo – Brasil
206	Gráfico 20 – Posição de classe direta (ocupação) de homens e mulheres entre 25 e 64 anos – 1996
209	Gráfico 21 – Distribuição da posição de classe de origem para mulheres entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1988
210	Gráfico 22 – Distribuição da posição de classe de destino no mercado de trabalho para mulheres entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996
214	Gráfico 23 – Taxas de entrada, segundo recrutamento na mesma classe, no mesmo setor (não-manual, manual ou rural) e no setor rural – Brasil, 1973-1996

Sumário

- 215 Gráfico 24 – Taxas de saída, segundo imobilidade e mobilidade para o mesmo setor (não-manual, manual ou rural) – Brasil, 1973-1996
- 215 Gráfico 25 – Índice de dissimilaridade (ID) entre os fluxos de saída nas tabelas de mobilidade para homens via mercado de trabalho e para mulheres via casamento (ID 1) e para homens e mulheres via mercado de trabalho (ID 2) – Brasil, 1996
- 226 Gráfico 26 – Razão da mobilidade ascendente/mobilidade descendente no Brasil e em outros países nas décadas de 70, 80 e 90

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, a partir da segunda metade do século XX, caracterizou-se por altos índices de desenvolvimento econômico, de desigualdade de condições de vida e de oportunidades de mobilidade social intergeracional. Como foi possível a convivência dessas três características? Parece haver um paradoxo: se o desenvolvimento veio acompanhado de aumento da mobilidade social, por que ainda há tanta desigualdade? Se, por um lado, a continuidade das desigualdades é um problema a ser resolvido, por outro lado, as altas taxas de mobilidade social seriam uma boa notícia indicando que há esperanças de mudança. Como pode o Brasil ser um país tão desigual e ao mesmo tempo ter tanta mobilidade social? Os dois fenômenos estão ou não relacionados? E qual a relação deles com o desenvolvimento econômico?

O objetivo deste livro é responder todas essas perguntas a partir da análise das desigualdades e da mobilidade relacionadas à estrutura de classes ou ocupacional. Seguindo longa tradição sociológica, argumento que tanto a desigualdade social quanto a mobilidade intergeracional dependem das características da divisão do trabalho ou, em outras palavras, da estrutura de classes da sociedade. As desigualdades podem ser observadas a partir da distância que separa diferentes grupos de classe em termos das condições de vida disponíveis, quanto maior for essa distância, maior será a desigualdade. Para verificar se houve ou não mudança é necessário comparar a distribuição de condições de vida em diferentes momentos do tempo. A mobilidade intergeracional, por sua vez, diz respeito à relação entre duas distribuições, uma descrevendo a origem de classe das pessoas (mensurada pela ocupação dos pais quando os indivíduos tinham cerca de 15 anos de idade) e outra indicando seus destinos

de classe em um determinado momento do tempo.¹ Partindo de definição puramente lógica, nada leva à conclusão de que o aumento da mobilidade implica necessariamente na diminuição da desigualdade, nem de que a diminuição da desigualdade resulte no aumento da mobilidade.

Esses tipos de associação, no entanto, são teoricamente sugeridos. Do ponto de vista dos microfundamentos teóricos há duas abordagens sobre o tema: uma sustentando a hipótese de que as desigualdades de condição “incentivam” os indivíduos a procurar posições sociais privilegiadas, aumentando assim a mobilidade social; e outra imaginando que o acesso desigual a “recursos” faz com que os indivíduos privilegiados tenham melhores chances de mobilidade do que os menos privilegiados. Do ponto de vista macrosociológico, a perspectiva dos “incentivos” prevê que um certo nível de desigualdade de condições é aceitável e benéfico na medida em que contribui para aumentar a mobilidade social e, em última instância, leva ao crescimento econômico. Inversamente, segundo a interpretação da perspectiva dos “recursos”, mais desigualdade de condições está relacionada a menos mobilidade, além de não haver relação necessária entre desenvolvimento econômico e diminuição das desigualdades. Somente políticas explicitamente visando à redistribuição de recursos levariam à diminuição das desigualdades. Há um conjunto de teorias, que se convencionou chamar de “teorias liberais da industrialização”, que adota a perspectiva dos “incentivos”. Os trabalhos de diversos economistas e sociólogos, principalmente norte-americanos, são geralmente identificados com esse paradigma (e.g. KERR *et al.*, 1960; PARSONS, 1964). Em contraposição, a perspectiva dos “recursos” é representada pelos trabalhos de cientistas sociais partidários da “análise de classes” (e.g. ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993). Estes autores compartilham a idéia de que às distinções de classe correspondem posições de poder que levam à continuidade das desigualdades de diversos tipos em sociedades industriais. Dado que parece não haver associação puramente lógica entre mobilidade intergeracional, desigualdade de condições e desenvolvimento econômico, a decisão sobre qual dessas duas tradições teóricas melhor representa a relação entre industrialização e estratificação social

1. Partindo de uma definição puramente estatística, pode-se dizer que a desigualdade de condições refere-se à “variância” de uma distribuição, ao passo que a mobilidade intergeracional liga-se à “correlação” entre duas distribuições.

depende da análise empírica das evidências. O Brasil, onde houve rápida industrialização e persistem um dos mais altos índices de desigualdade de renda do planeta e altos níveis de mobilidade social, é um excelente caso para avaliar a veracidade das duas tradições teóricas.

No Brasil, a industrialização se deu muito rapidamente, em especial entre as décadas de 1950 e 1970, graças à política macroeconômica de substituição de importações. Essa política caracterizou-se pelo financiamento estatal da produção de bens industriais no país, que passaram a substituir os bens anteriormente importados. A industrialização chegou rapidamente para transformar o Brasil rural em urbano.

A sociedade rural, que minguava em ritmo acelerado, exibia altos índices de desigualdade, de concentração de terra e de trabalhadores desqualificados. A maioria da população que sofreu os impactos da rápida industrialização tinha origens nessa sociedade rural desigual e, portanto, não trazia muitos recursos econômicos ao se transferir para o trabalho urbano. Paralelamente, o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro foi muito lento. Nas décadas de 1960 e 1970, no auge da industrialização, as universidades e a escola secundária cresceram mais rapidamente do que o sistema educacional básico. A maior parte da população que não trazia recursos econômicos de suas famílias de origem encontrou poucas oportunidades no sistema educacional, que continuava incapaz de absorver um grande número de crianças em idade escolar. Foi somente em meados da década de 1990 que a educação básica se universalizou. Para completar, o mercado de trabalho contava ainda com setores tradicionais, apesar do crescimento dos modernos setores industriais e de serviços. Desde o período de industrialização mais acelerada, uma grande parcela dos trabalhadores encontrava empregos em setores tradicionais caracterizados pelo trabalho informal ou em empresas familiares e de pequeno porte. O crescimento econômico da década de 1970 não foi capaz de diminuir as desigualdades de renda, na medida em que favoreceu mais as classes de profissionais e de trabalhadores qualificados em detrimento da classe trabalhadora menos qualificada. A produção de bens de consumo e serviços sofisticados que se voltava para as necessidades das classes médias mostrou-se capaz de sustentar o desenvolvimento econômico acelerado sem diminuir a distância que separava os mais ricos dos mais pobres.

Nas décadas de 1980 e 1990, quando o ritmo da industrialização diminuiu, o país começou a sofrer as consequências do desenvolvimento financiado

pelo Estado, por causa das crises da dívida externa e das altas taxas de inflação. Embora a economia tenha ficado praticamente estagnada por quase duas décadas e o mercado laboral ainda fosse composto por setores tradicionais e modernos, os novos trabalhadores que começavam suas carreiras eram absorvidos igualmente. Até mesmo o enorme número de mulheres que contribuía para o crescimento do setor de serviços foi empregado durante o período de estagnação econômica. A boa notícia nessa época foi a volta do sistema democrático, que deu novas esperanças para a população. A democracia política, no entanto, não viria acompanhada da democracia social, uma vez que as desigualdades permaneceram altas.

Apesar da desigualdade não ter diminuído, vários estudos mostram que o padrão de vida da população melhorou, principalmente entre 1960 e 1980 (ALMEIDA, 1998; ALBUQUERQUE, 1993). O acesso a serviços básicos, bens de consumo e outros itens socialmente valorizados se expandiu. Ou seja, um porcentual maior da população passou a dispor de bens e serviços anteriormente inacessíveis. A despeito de a renda *per capita* também ter crescido, as diferenças entre as maiores e menores rendas familiares não se alteraram. Em suma, as condições de vida melhoraram, mas a desigualdade de condições não diminuiu.

Argumento neste livro que essas flutuações nas taxas de desigualdade de condições estão relacionadas às mudanças na estrutura de classes brasileira. Utilizando dados sobre ocupação e posição na ocupação – obtidos nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios de 1973, 1982, 1988 e 1996 –, elaboro um esquema com 16 classes sociais hierarquizadas entre profissionais e administradores de alto nível (classe I) e trabalhadores rurais (classe VIIb). Ao correlacionar esse esquema de classes com escolarização, renda, bens de consumo e serviços básicos, mostro que decresceu a desigualdade de acesso aos bens de consumo, aos serviços e ao sistema educacional, ao passo que se manteve a desigualdade de renda, apesar do aumento agregado de todos esses itens. Essas mudanças foram mais acentuadas entre 1973 e 1982, período em que a estrutura de classes mais se modificou devido principalmente à diminuição do tamanho das classes rurais. A urbanização representou uma melhora nas condições de vida da população, mas não eliminou as desvantagens, uma vez que foi acompanhada principalmente pelo crescimento das classes urbanas de trabalho manual não-qualificado.

Paralelamente às modificações nas condições de vida, houve uma enorme expansão das oportunidades de mobilidade social intergeracional. A mobilidade social é estudada a partir dos movimentos entre a classe de origem das pessoas, medida pela ocupação de seus pais quando elas estavam crescendo, e suas classes de destino, medidas por suas ocupações em 1973, 1982, 1988 e 1996. Devido à rápida industrialização, as duas distribuições, de classes de origem e de destino, são muito diferentes, o que implica necessariamente em muita mobilidade social intergeracional. No entanto, como demonstro mais adiante, a mobilidade observada não depende apenas desse efeito da mudança estrutural (provocado pela disparidade entre origem e destino de classe), mas também da desigualdade nas chances ou oportunidades de mobilidade social. Os dois efeitos atuaram para aumentar a mobilidade entre 1973 e 1982. Daí em diante, reduziu-se o efeito estrutural, fazendo com que as oportunidades agregadas de mobilidade social não aumentassem significativamente. A desigualdade de oportunidades de mobilidade, no entanto, continuou a recuar, diminuindo as vantagens das pessoas com origens nas classes mais privilegiadas em relação àquelas originárias das classes mais baixas.

Em suma, no Brasil, ao longo do período de crescimento até o início da década de 1980 e de estagnação econômica observaram-se: aumento agregado das condições de vida e das oportunidades de mobilidade social, diminuição da desigualdade de acesso a certos bens e serviços, continuidade das desigualdades de renda e redução das desigualdades de oportunidades de mobilidade social. O objetivo deste trabalho é dar uma explicação de como foi possível esse cenário, a partir da análise cuidadosa das evidências disponíveis. Os dois primeiros bancos de dados que analiso neste livro são representativos do período de rápida industrialização, um foi coletado em 1973, auge do crescimento, e o outro em 1982, ano que marca o fim dessa fase. Os referidos bancos de dados contêm informações que permitem avaliar os impactos do desenvolvimento econômico e, principalmente, da industrialização. Em contrapartida, os dois outros bancos de dados, coletados em 1988 e 1996, fornecem informações sobre o período de estagnação econômica que marcou as duas últimas décadas do século XX no Brasil. A análise conjunta dos dados permite, portanto, avaliar a relação entre as flutuações macroeconômicas e os níveis e padrões de desigualdade e mobilidade social não apenas para entender o que se passou no Brasil, mas também para discutir os pressupostos das teorias de estratificação social.

TEORIAS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: TEORIA LIBERAL E ANÁLISE DE CLASSES

A idéia de que as desigualdades de condições servem como uma estrutura de incentivos necessária para o bom funcionamento das sociedades modernas desempenha papel central na teoria liberal da industrialização. Em sociologia, essa idéia é explícita nas abordagens funcionalistas de Davis e Moore (1945), Davis (1949) e Parsons (1954); enquanto em outros trabalhos é implicitamente aceita como fundamento de teorias macrossociológicas. O economista Clark Kerr (KERR *et al.*, 1960) e o sociólogo Talcott Parsons (1964), por exemplo, argumentam que o desenvolvimento econômico leva os países a se tornarem cada vez mais meritocráticos no sentido de que as posições na sociedade passariam a ser preenchidas de acordo com características adquiridas (*achieved*) pelos indivíduos ao invés de o serem com base em aspectos herdados (*ascribed*). Essa mudança é vista como uma necessidade funcional da sociedade industrial: a colocação de indivíduos em posições sociais conforme outros critérios que não sejam o mérito ou a habilidade seria subótima tanto para as empresas e firmas competindo entre si em um determinado país quanto para a posição competitiva do país *vis-à-vis* outras nações. Além disso, como a produção de bens e serviços passa a depender crescentemente da aplicação de conhecimento científico e tecnológico, as qualificações educacionais têm maior importância. A educação e outras credenciais, definidas como características adquiridas, desempenham papel cada vez mais importante para garantir o acesso a posições sociais, enquanto as características herdasdas – tais como raça, gênero e origem de classe – tornam-se menos relevantes.

Do ponto de vista macrossociológico, a teoria prevê que a competição dentro dos países e entre eles leva o sistema social a garantir que as pessoas mais “capazes” venham a ocupar as posições “corretas” na sociedade. Mas, para ter alguma plausibilidade, a teoria deve se valer de alguma explicação sobre como essas previsões se dão a partir “da ação e interação dos indivíduos” (ELSTER, 1989, p. 13).

Tal explicação se encontra principalmente no trabalho de Davis e Moore (1945), que apresenta uma teoria funcionalista para explicar

a presença universal da estratificação. [...] A desigualdade social é assim um mecanismo inconsciente através do qual as sociedades garantem que as posições mais importantes sejam conscientemente ocupadas pelas pessoas mais capacitadas (DAVIS; MOORE, 1945, p. 242-243).

O padrão de desigualdades de condições ou recompensas, por sua vez, seria determinado por dois fatores: a importância da função relativa de cada posição e o nível de treinamento ou talento exigido. Posições que requerem níveis relativamente baixos de treinamento ou talento teriam remunerações menores do que outras mais importantes para o funcionamento da sociedade, as quais demandariam mais conhecimento ou habilidade. Isso ocorreria porque a oferta de pessoas para posições estaria inversamente relacionada às exigências em termos de qualificações e habilidades. Assim, o sistema de estratificação evolui em resposta à importância funcional das posições e à oferta de pessoas qualificadas para ocupá-las.

Diversas críticas importantes foram feitas a essa teoria. Os próprios Davis e Moore (1945, p. 244) reconheceram a dificuldade de estabelecer a importância funcional das posições numa dada sociedade. No entanto, as críticas mais desafiadoras se voltaram para três aspectos. Primeiro, Wrong (1959) argumenta que a distribuição desigual de recompensas e prestígio possibilita que indivíduos nas posições mais privilegiadas influenciem a distribuição de recursos e aumentem seus próprios privilégios, ou seja, a teoria de Davis e Moore ignora o “elemento de poder” da estratificação. Segundo, Tumin (1953) sugere que não há nada nos pressupostos da teoria que descarte a possibilidade de que certas posições sejam recompensadas com um valor superior ao que seria necessário para garantir que apenas o número funcionalmente suficiente de indivíduos qualificados deseje alcançá-la. Terceiro, críticos afirmam que as características herdadas e a transmissão intergeracional de recursos tendem a interferir na alocação eficiente de pessoas talentosas às posições apropriadas (DAVIS, 1949).

Apesar das críticas, a teoria liberal da industrialização permanece como um importante marco na literatura sobre estratificação social. Na realidade, os seus fundamentos funcionalistas levam a idéia de que em sociedades industriais, em comparação com sociedades pré-industriais:

- as taxas de mobilidade são altas e predominantemente ascendentes;
- as oportunidades de mobilidade social são distribuídas de forma mais igualitária, na medida em que indivíduos com diferentes origens sociais competem de forma mais igualitária para alcançar ou evitar determinadas posições sociais;
- taxas agregadas de mobilidade e o grau de igualdade de oportunidades tendem a aumentar.

Sem abandonar os fundamentos funcionalistas da teoria liberal, sociólogos preocupados em fazer análises empíricas, como Blau e Duncan (1967) e Treiman (1970), foram os que mais contribuíram não só para responder às críticas aos fundamentos da teoria de Davis e Moore (1945), mas também para verificar a validade do contraste entre taxas de mobilidade social em sociedades industriais em relação às pré-industriais. O principal estudo é o de Peter Blau e Otis Dudley Duncan (1967), *The American Occupational Structure*. Nesse livro, os autores procuram verificar em que medida aspectos herdados e adquiridos determinam as chances de mobilidade intergeracional dos indivíduos. A partir da classificação das categorias ocupacionais de acordo com uma escala contínua de *status* socioeconômico que pode ser utilizada em modelos de regressão linear e análise de trajetórias (*path analysis*), Blau e Duncan (1967) argumentam que o processo de realização socioeconômica sofre maior influência das características adquiridas, tais como anos de escolaridade alcançados, do que das herdadas, tais como *status* ou educação do pai. A partir desses resultados, e em consonância com a teoria de Parsons (1970), sugerem que há uma expansão de valores universalistas (meritocráticos) e uma diminuição de valores particularistas na sociedade industrial americana.²

Em outras palavras, as inovações metodológicas propostas por Blau e Duncan (1967) contribuíram para que a teoria liberal se focalizasse no macroprocesso social de transformação com o objetivo de mensurar a ampliação de valores universalistas e meritocráticos. Para explicar tais mudanças, esses autores e Treiman (1970) sugerem três mecanismos que aumentariam a mobilidade social em sociedades industriais: *efeito estrutural*, *efeito processual* e *efeito de composição*.

2. Blau e Duncan (1967) destacam que esse padrão não é observado para os homens negros nos EUA.

O *efeito estrutural* sobre as taxas de mobilidade social é uma consequência da rápida transformação da divisão do trabalho. Com a industrialização, a estrutura ocupacional se modifica, fazendo com que algumas ocupações deixem de desempenhar um papel funcionalmente importante e outras passem a ser relevantes. Como um resultado dessas mudanças altera-se a divisão do trabalho entre gerações e ao longo dos ciclos de vida dos indivíduos. Esse fato induz o aumento da mobilidade social. Além disso, a teoria liberal sugere que há uma tendência geral do avanço tecnológico no sentido de melhorar a qualidade dos empregos. Embora algumas qualificações tornem-se obsoletas, novas são criadas, de forma que a tônica seja de diminuição de ocupações de trabalho meramente manual ou de rotina e crescimento da demanda por pessoal com qualificações técnicas, profissionais, administrativas e gerenciais. Em suma, as sociedades industriais tornam-se cada vez mais sociedades de classe média.

O *efeito processual* é usado para se referir ao fato de a industrialização levar a uma transformação do processo através do qual indivíduos são alocados a diferentes posições na divisão do trabalho. Mais especificamente, os teóricos liberais argumentam que processos racionais de seleção social levam a uma crescente valorização das características adquiridas (*achieved*) ao invés das herdadas (*ascribed*) como critérios de seleção para a colocação profissional. O importante é o que os indivíduos podem fazer, não quem são. Para que as exigências funcionais contribuam no sentido de tornar o sistema social cada vez mais eficiente, o sistema educacional deve se expandir com o objetivo de recrutar e treinar as pessoas mais talentosas para ocupar as posições funcionalmente mais importantes na sociedade, independentemente de onde se encontrem esses indivíduos. Dessa forma, o sistema educacional tenderia a selecionar pessoas a partir de critérios puramente meritocráticos. Tais modificações relacionadas ao *efeito processual* implicam numa diminuição das desigualdades de oportunidades de mobilidade social ou, em outras palavras, num aumento da fluidez social.

Finalmente, a teoria liberal prevê uma combinação entre os efeitos *estrutural* e *processual*, levando ao que pode ser definido como um *efeito de composição*. De acordo com essa vertente teórica, a ênfase em critérios adquiridos (*achieved*) é mais forte nos setores da economia que estão em expansão na sociedade industrial (ocupações tecnológicas, científicas, administrativas e gerenciais). Ao passo que critérios particularistas ou as características herdadas

(*ascribed*) persistem nos setores que se encontram em declínio na sociedade industrial – agricultura de pequena escala e empresas familiares. Em outras palavras, um *efeito de composição* na mobilidade social ocorre. À medida que uma sociedade se industrializa, a proporção de sua população nos setores em que predomina o “novo regime de mobilidade” (mais universalista) aumenta, enquanto a proporção nos setores mais tradicionais em que predomina o “antigo regime de mobilidade” (mais particularista) diminui.

Toda essa argumentação serve para mostrar que altos índices de mobilidade e fluidez social fazem parte do funcionamento da sociedade industrial. O próximo passo da explicação dos teóricos liberais é mostrar a função que a mobilidade e a fluidez desempenham para a manutenção do sistema social, o que os leva ao estudo das consequências da mobilidade social para a manutenção da ordem política das sociedades industriais. Dois argumentos são sugeridos. Por um lado, os altos índices de mobilidade e fluidez serviriam para proteger a democracia liberal de potenciais movimentos de classe que possam ameaçá-la. Por outro lado, a mobilidade e a fluidez ajudam a legitimar as desigualdades de classe e *status* presentes na sociedade. Enquanto o primeiro argumento é claramente marcado pelo medo de revoluções comunistas quando a teoria foi formulada, na década de 1960, e não parece ser interessante atualmente, o segundo se volta para a relação entre desigualdade de condições, mobilidade social e industrialização, que desempenha papel central neste livro.

A industrialização torna a sociedade mais racional e meritocrática em suas formas de seleção de indivíduos para posições sociais funcionalmente importantes. Essa expansão dos valores meritocráticos e universalistas contribui para aumentar as taxas de mobilidade e de fluidez, que por sua vez sevem para justificar níveis básicos de desigualdade de condições e recompensas entre pessoas com posições de importância funcional distinta na própria sociedade industrial.³ Na argumentação dos teóricos liberais sobre o funcionamento das sociedades industriais a mobilidade desempenha um papel central, uma vez que é a principal conexão entre os elementos micro e macrosociológicos da teoria.

Segundo alguns intérpretes, a teoria liberal da industrialização foi formulada com o objetivo de desbancar a teoria marxista sobre o capitalismo

3. Para uma discussão sobre explicações circulares em teorias funcionalistas, ver Stinchcombe (1968).

(BUXTON, 1985). Os teóricos liberais rejeitam a idéia de que há contradições entre as forças e relações de produção que inevitavelmente intensificariam os conflitos de classe. A reação de teóricos marxistas aos liberais se deu principalmente a partir de uma hipótese contrária à defendida por estes. Ao invés de prever uma expansão da “classe média” nas sociedades industriais, como sugerem os liberais, teóricos marxistas argumentam que haveria uma crescente proletarianização da mão-de-obra (BRAVERMAN, 1974). Esta hipótese foi rejeitada por pesquisas tratando diretamente da sociedade industrial americana (WRIGHT; SINGELMANN, 1982; SINGELMANN; TIENDA, 1985; WRIGHT; MARTIN, 1987), que de fato se caracteriza por uma expansão da “classe média”.⁴ Nas sociedades européias contemporâneas também não houve proletarianização (ESPING-ANDERSEN, 1993, 1999).

A crítica mais importante e consistente à teoria liberal da estratificação não veio do marxismo tradicional, mas da perspectiva da análise de classes neo-weberiana representada principalmente pelos trabalhos do sociólogo inglês John Goldthorpe. De acordo com alguns intérpretes (MARSHALL *et al.*, 1988), até mesmo as contribuições teóricas de sociólogos neo-marxistas como Erik Wright (1997) aproximam-se bastante da perspectiva neo-weberiana. No que diz respeito à mobilidade social, é no livro *The Constant Flux* que John Goldthorpe e Robert Erickson (1993) fazem a principal crítica à teoria liberal. Nessa obra, os autores filiam sua interpretação não só à tradição da análise de classes, mas também às teorias que prevêem similaridade entre países e continuidade histórica nas taxas de mobilidade social.

Em 1927, no primeiro livro inteiramente dedicado ao tema da mobilidade social, Sorokin (1959) propõe interpretações totalmente críticas a teorias de estratificação evolucionistas ou desenvolvimentistas, sejam elas marxistas sejam liberais. Segundo o estudioso, não há tendência de aumento nem de diminuição da mobilidade, mas apenas ‘flutuação sem direção’ (*trendless fluctuation*): “O que tem ocorrido é apenas uma alternância – ondas de maior mobilidade seguidas por ciclos de maior imobilidade” (1959, p. 152-154). Além disso, Sorokin argumenta que enquanto algumas barreiras à mobilidade de-

4. Do ponto de vista da longa duração histórica, no entanto, aparentemente ocorreu um processo de proletarianização (TILLY, 1997), mas nos momentos mais recentes de industrialização percebe-se que realmente cresce a “classe média”.

saparecem (religiosas, jurídicas, etc.), outras novas são introduzidas (sistemas educacional e qualificações ocupacionais).

Alguns anos mais tarde, na década de 1950, quando a teoria liberal estava sendo formulada, Lipset e Zetterberg (1956, 1959) propõem avaliar as hipóteses de Sorokin a partir dos dados então disponíveis. Em contraposição à teoria liberal e a partir da análise empírica e comparativa dos dados provenientes de diversos países, colocam duas hipóteses importantes sobre as taxas absolutas de mobilidade. A primeira surgiu da observação de que altas taxas de mobilidade ocorreram em sociedades européias no final do século XIX,⁵ bem como em centros urbanos de sociedades em desenvolvimento em meados do século XX.⁶ Essa constatação leva Lipset e Zetterberg a sugerir que no início do processo de industrialização há um ‘momento de transformação’ (*threshold*) em que as taxas de mobilidade aumentam significativamente. Tal verificação ficou conhecida como o ‘efeito do momento de transformação’ ou, em inglês, *threshold effect*, definido pelos autores a partir da observação de que “nossa interpretação tentativa é de que a mobilidade social se torna relativamente alta uma vez que a industrialização, e conseqüentemente a expansão econômica, alcança um certo nível” (1959, p. 13).

A segunda hipótese, também relacionada às taxas absolutas de mobilidade, fica clara no comentário de que em todas as nações industrializadas do ocidente “os padrões gerais de mobilidade social parecem ser muito semelhantes” (1959, p. 28-38). Ao propor essas duas hipóteses os autores estavam se contrapondo à idéia, presente desde os escritos de Tocqueville (1835/1968), de que a mobilidade social nos EUA era maior do que em outros países e representava um caso social e culturalmente distinto. Embora a proposição das duas hipóteses estivesse ligada a uma reinterpretação do caso americano, estas ganharam importância mais geral na literatura sobre mobilidade social, principalmente na abordagem ligada à “análise de classes”.

Enquanto a primeira hipótese não foi modificada e permaneceu relacionada à interpretação das taxas absolutas de mobilidade, a segunda foi refor-

5. Para pesquisas históricas sobre mobilidade social, ver Swell Jr. (1985), Thernstrom (1964), Aminzade (1982) e Grusky e Fukumoto (1985).

6. Para pesquisas sobre cidades na América Latina, ver Iutaka (1962), Labelens e Solaris (1966) e Hutchinson (1960).

mulada a partir do advento dos modelos log-lineares no estudo da mobilidade intergeracional. Antes de estes modelos serem utilizados, diversos estudos contradiziam a hipótese de Lipset e Zetterberg de que padrões semelhantes de mobilidade social caracterizam as sociedades industriais (HAZELRIGG; GARNIER, 1976). Sua validade, no entanto, foi recuperada a partir da reformulação proposta por Featherman, Hauser e Jones (1975). Estes autores argumentam que a similaridade entre nações encontra-se não no plano *fenotípico* das taxas absolutas de mobilidade, mas no *genotípico* das taxas relativas de mobilidade. Se a mobilidade é considerada no nível das taxas absolutas, não há similaridade entre países, porque essas taxas são influenciadas pela estrutura da divisão do trabalho, que por sua vez varia bastante de acordo com as circunstâncias econômicas, tecnológicas e demográficas, as quais, do ponto de vista das famílias e dos indivíduos, são, por assim dizer, “determinadas exogenamente”. No entanto, ao se considerarem as taxas relativas ou chances relativas de mobilidade social, esses “efeitos exógenos” podem ser controlados e a probabilidade de encontrar padrões semelhantes entre nações aumenta significativamente. Neste nível, as chances relativas dos indivíduos, em competição uns com os outros, de alcançar ou evitar determinados destinos de classe dependeriam apenas dos “recursos” disponíveis para cada um deles. Os “recursos” relacionam-se às posições de classe de origem das pessoas. Embora o tamanho dos grupos de classe que caracterizam as sociedades industriais varie de país para país, as características gerais dessas classes, em termos de recursos relativos disponíveis, parecem ser bastante semelhantes em países industrializados.

A partir da hipótese levantada por Featherman, Hauser e Jones (1975), conhecida como hipótese FHJ, Goldthorpe e Erickson (1993) propõem uma distinção importante entre *padrão* e *nível* das taxas relativas de mobilidade social ou fluidez social. Tendo em vista que testes muito rigorosos, aplicando exatamente o mesmo modelo log-linear a diversos países, não indicavam convergência ou similaridade nos padrões de fluidez em diversas sociedades industriais (GRUSKY; HAUSER, 1984), Goldthorpe e Erickson (1993) propuseram um “modelo de fluidez básico” que, com pequenas modificações para cada nação, deveria ser encontrado em qualquer sociedade industrial. Esse padrão básico relaciona-se diretamente às características da estrutura de classes das sociedades no que diz respeito às barreiras hierárquicas, entre setores rurais e urbanos, entre setores de proprietários e não-proprietários, bem como à he-

rança intergeracional e à afinidade entre certas classes sociais. Algumas variações podem ser encontradas entre as nações, mas o padrão básico de fluidez permaneceria o mesmo. No Capítulo 5 apresento o ajuste desse modelo aos dados brasileiros.

Além do padrão básico, Goldthorpe e Erickson (1993) sugerem que o nível de fluidez também tenderia a ser semelhante entre as nações. Ou seja, o nível de desigualdade de oportunidades de mobilidade social (fluidez social) seria em princípio o mesmo em qualquer nação industrializada. Embora defendam essa tese, no último capítulo do livro os autores sugerem que a variação no nível de fluidez poderia ser encontrada entre nações com diferentes níveis de desigualdade de condições. Em outras palavras, embora o padrão aparentemente seja o mesmo, o nível de desigualdade de oportunidades parece variar de acordo com o nível de desigualdade de condições. É por conta destas interpretações que a perspectiva da análise de classes de Goldthorpe e Erickson (1993) pode ser definida como a abordagem dos “recursos” em contraposição aos “incentivos” que caracterizam a explicação microsociológica dos teóricos liberais.

Para definir essa perspectiva dos “recursos”, Goldthorpe (2000, p. 239) afirma que

de classe para classe, os recursos que os pais têm disponíveis para ajudar seus filhos a perseguir estratégias de mobilidade [...] vão variar em grau e tipo, e estas estratégias irão desta forma ser mais ou menos restringidas (*constrained*).

Os recursos desigualmente distribuídos entre as classes sociais facilitam ou dificultam as vantagens relativas de mobilidade social dos indivíduos. Diante de tais “recursos” e “restrições” ligados às distinções de classe, os indivíduos fazem cálculos racionais para elaborar suas estratégias de mobilidade social. Goldthorpe (2000, p. 251) define claramente esse ponto ao dizer que “As restrições impostas pela estrutura de classes [...] induzem respostas racionais adaptativas por parte dos indivíduos que as sofrem [...] que servem para reforçar e perpetuar os efeitos destas restrições no regime de mobilidade”.

Um exemplo claro dos “comportamentos racionais adaptativos” é a tendência de indivíduos com origens na classe trabalhadora fazerem escolhas educacionais mais seguras e menos ambiciosas (por exemplo, seguir cursos técnicos) e a de filhos de profissionais escolherem caminhos mais arriscados e

mais promissores ao longo prazo (por exemplo, entrar na universidade). Ver, a respeito, Breen e Goldthorpe (1997).

Tal abordagem sugere que os níveis de *desigualdade de oportunidades*, conforme indicações das taxas relativas de mobilidade social, podem mostrar variação temporal ou nacional na medida em que estão associados a mudanças correspondentes no grau de *desigualdade de condições* (GOLDTHORPE, 2000, p. 254). Tendo em vista que o desenvolvimento econômico *per se* não implica em diminuição das desigualdades de condições e recursos, apenas políticas sociais diretamente focalizadas na diminuição destas desigualdades seriam capazes de modificar consistentemente o nível de fluidez social (GOLDTHORPE, 2000, p. 256).

Políticas de combate às desigualdades, por sua vez, dependem de características históricas e institucionais de cada país. Diferenças na forma de institucionalização dos sistemas educacionais e suas interconexões com mercados de trabalho teriam fortes impactos nas chances de mobilidade social (SHAVIT; MULLER, 1998; ALLMENDINGER, 1989). O estudo da mobilidade social, portanto, deve prestar atenção não apenas nas principais distinções entre as estruturas de classes das sociedades industriais, mas também nas características histórico-institucionais, que variam entre nações e marcam suas trajetórias de modernização. Em outras palavras, a ação racional dos indivíduos se dá em meio a restrições ligadas à distribuição de poder entre classes sociais e em contextos institucionais específicos.⁷

A distribuição desigual de recursos entre as classes sociais de origem faz com que os indivíduos atuem de forma distinta em contextos institucionais específicos e historicamente dados. A mobilidade social, portanto, é determinada por diferenciais nos recursos disponíveis. Apenas modificações institucionais e a diminuição das desigualdades de condições seriam capazes de aumentar os níveis de fluidez social e de mobilidade intergeracional. Não há nada na lógica intrínseca do processo de industrialização que leve às mudanças institucionais e políticas necessárias para que haja diminuição das desigualdades de condições, isso significa que apenas mudanças políticas explicitamente visando o

7. Esse tipo de interpretação relaciona-se diretamente à noção de 'racionalidade restrita' (*bounded rationality*). Para uma discussão sobre esse tema na sociologia de inspiração institucionalista, ver Brinton e Nee (1998).

igualitarismo teriam o efeito de diminuir desigualdades e ampliar a mobilidade social. Nas pesquisas comparativas adotando a abordagem da “análise de classes”, é a Suécia que melhor representa esse tipo de intervenção (ERICKSON; JONSSON, 1996).

Finalmente, os teóricos da análise de classes de inspiração weberiana argumentam que, devido à relação entre políticas públicas e desigualdades, haveria também tendência para clivagens de classe no plano político. A relação entre classe social e ideologia política não seria imediata, como imaginam teóricos marxistas, mas apenas uma probabilidade. Ou seja, indivíduos na classe trabalhadora teriam maior probabilidade de apoiar partidos políticos social-democratas e de esquerda, ao passo que pessoas nas classes mais altas teriam mais chances de apoiar partidos conservadores (EVANS, 1999). Esse tipo de associação, no entanto, deve ser observado em pesquisas empíricas. A análise dos casos para os quais há dados relevantes indica que importantes clivagens de classe têm efeito nas escolhas eleitorais (EVANS, 1999).

A apresentação das perspectivas da “teoria liberal” e da “análise de classes” indica que elas prevêem relações diametralmente opostas sobre a associação entre desigualdade, mobilidade e industrialização. Isso não é surpresa, já que a segunda perspectiva foi desenvolvida em larga medida a partir da oposição à primeira. De fato, a análise de classes não chega a constituir um corpo teórico bastante articulado, ao passo que a teoria liberal, apesar de ter sido desenvolvida por diferentes autores, constitui uma abordagem com maior coerência interna. Embora tenha sido constantemente refutada, esta última vertente continua a ser o principal foco de debate teórico na área de estratificação social. Neste setor, os avanços metodológicos têm sido muito mais rápidos e importantes do que as contribuições teóricas. Pelo que tudo indica, as inovações teóricas virão a partir de duas abordagens. Por um lado, vários estudiosos têm argumentado em favor de uma perspectiva que privilegia a explicação de fenômenos e eventos a partir de “mecanismos sociais” (HEDSTRÖM, 2005; HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998). Por outro lado, é fundamental ampliar o escopo comparativo dos estudos de estratificação social, que foram majoritariamente desenvolvidos a partir da observação de sociedades européias e norte-americanas. Além disso, não há dúvidas de que os avanços teóricos estão diretamente relacionados às abordagens metodológicas utilizadas. Até mesmo o entendimento das teorias de estratificação social que apresentei anteriormente depende do conhecimento dos conceitos

e métodos adotados nas pesquisas empíricas. Como esses métodos são complexos, procuro, a seguir, fazer uma apresentação simplificada com o objetivo de tornar o entendimento das análises implementadas ao longo do livro, bem como das teorias discutidas, o mais claro possível.

CONCEITOS BÁSICOS: UM EXEMPLO HIPOTÉTICO⁸

A pesquisa sobre estratificação social é central na sociologia, sendo muitas vezes considerada como o principal tema da disciplina. Uma distinção comum nesta área é feita entre desigualdade de oportunidades e desigualdade de condições. A primeira tem origens no credo liberal de que as chances de ascensão social das pessoas (seja educacional seja ocupacional) não deveriam estar relacionadas a características herdadas, tais como raça, sexo ou origem de classe. A segunda diz respeito à distribuição de condições de vida, seja na forma de bens escassos (como renda, serviços ou bens de consumo) seja de direitos (como cidadania, educação e emprego). Obviamente essa distinção não é absoluta, uma vez que algumas características, como educação, poderiam ser classificadas das duas maneiras. De qualquer forma, ao tratar de oportunidades a literatura se refere a processos tais como transições educacionais ou transições entre diferentes estágios do ciclo de vida. Um tema privilegiado para o estudo das desigualdades de oportunidades consiste na mobilidade intergeracional, enquanto a pesquisa sobre desigualdade de condições concentra-se em geral em temas como distribuição de renda e riqueza.

Com o objetivo de estudar esses dois tipos de desigualdades sociais, pesquisadores utilizam descrições e modelos estatísticos que, pelo menos na sociologia, estão entre os mais sofisticados e complexos disponíveis. Neste livro emprego essa metodologia quantitativa para descrever e analisar a estrutura

8. Nesta seção, correndo o risco de imprecisões matemáticas, apresento de forma simplificada conceitos complexos da análise estatística de tabelas de mobilidade. Leitores que queiram aprofundar o conhecimento destas técnicas devem consultar os textos de Hout (1983), Sobel (1983), Sobel *et alii* (1985), Luijkx (1994), Powers e Xie (2000) e Goodman (1984).

de classes e os padrões de mobilidade social no Brasil a fim de discutir e dialogar com as principais teorias de estratificação social. Os modelos de que sirvo, principalmente os log-lineares, foram desenvolvidos por estatísticos e matemáticos em conjunto com sociólogos, o que significa que foram inventados justamente para tratar de problemas sociológicos e permitiram o avanço de novas interpretações teóricas. Ao longo do livro apresentarei esses modelos estatísticos (bem como diversos índices descritivos) procurando ser o mais claro possível sobre o seu significado; aqui limito-me a apresentar, por meio de um exemplo hipotético, os principais conceitos subjacentes aos modelos.

Supondo uma sociedade extremamente simples, composta apenas por duas classes: proletários e burgueses, um questionário com perguntas sobre mobilidade social e condições de vida foi respondido em dois momentos ($t1$ e $t2$) pelos membros dessa sociedade. Com base nos dois questionários tornou-se possível observar mudanças e continuidades não apenas no agregado de condições de vida (1) e de oportunidades de mobilidade social (2), mas também no grau de desigualdades de condições de vida (3) e de oportunidades de mobilidade social (4).

Para entender a diferença entre agregado e desigualdade de condições de vida, recorre-se ao seguinte cenário possível: em $t1$, proletários tinham acesso a escolas quase tão boas quanto as burguesas, viviam em casas quase tão confortáveis quanto as burguesas e tinham renda apenas um pouquinho menor do que a dos burgueses. Isto é, em $t1$ há muito pouca desigualdade em termos de condições de vida entre proletários e burgueses. Em $t2$, todos passam a ter melhores condições de vida, mas, em relação a $t1$, as condições dos proletários mudaram apenas um pouco, enquanto as dos burgueses modificaram-se muito. A renda média dos proletários aumentou, permitindo que consumissem um pouco mais, porém o conforto das casas e a qualidade das escolas não mudaram. Já a renda dos burgueses aumentou tremendamente entre $t1$ e $t2$, permitindo que consumissem muitíssimo mais, em vez de morar em casas, os burgueses passaram a morar em mansões e as escolas de seus filhos tornaram-se tão boas que garantiam aprendizado de qualidade para todas as crianças, mesmo as mais rebeldes. O que ocorreu nessa sociedade entre $t1$ e $t2$ em termos de condições de vida? O agregado de condições de vida melhorou tanto para burgueses quanto para proletários, entretanto, em termos relativos as condições de vida daqueles melhoraram muito mais do que as destes. Em

outras palavras, embora tanto proletários quanto burgueses tenham melhorado suas condições de vida entre $t1$ e $t2$, a desigualdade de condições entre os dois grupos aumentou tremendamente no período.⁹ A relação entre agregado e desigualdade de condições pode ser entendida de forma mais completa, uma vez que exhibe causalidade.

Segundo alguns especialistas (BARROS *et al.*, 2000), em casos em que não há escassez de renda (que pode ser vista como um aspecto fundamental das condições de vida), a desigualdade é um dos principais determinantes da pobreza (definida como situação de falta de recursos financeiros). Ou seja, nesses casos, como por exemplo no Brasil, o aumento agregado das condições de vida via desenvolvimento econômico não é suficiente para eliminar a pobreza. Nesse caso, políticas de redistribuição de renda seriam mais eficientes do que as desenvolvimentistas. Obviamente quando há ao mesmo tempo acréscimo agregado das condições de vida por causa do desenvolvimento econômico e diminuição das desigualdades por meio de políticas de redistribuição, as chances de redução da pobreza mostram-se ainda maiores. Entretanto, desenvolvimento não é sinônimo de redistribuição e, portanto, não constitui condição suficiente para o fim da pobreza.

Voltando ao exemplo hipotético para entender a relação entre agregado e desigualdade de oportunidades, acho conveniente imaginar dois cenários possíveis de mudança, apresentados nas Tabelas 1, 2, 3, e 4. O primeiro cenário é o de mudança entre $t1$ e $t2$ e o segundo, entre $t1$ e $t2'$.

Tabela 1: Mobilidade Intergeracional em T1

Classe de Origem	Classe de Destino		
	Burguesa	Proletária	Total
Burguesa	17	5	22
Proletária	4	44	48
Total	21	49	70

9. No sétimo capítulo do livro *Horizontes do Desejo* (2006), Wanderley Guilherme dos Santos apresenta um gráfico (página 139) que generaliza o que meu exemplo procura mostrar sobre mudanças no agregado e na desigualdade de condições de vida. No entanto, a parte de meu exemplo sobre agregado e desigualdade de oportunidades não é discutida por Santos (2006).

Tabela 2: Mobilidade Intergeracional em T2

Classe de Origem	Classe de Destino		
	Burguesa	Proletária	Total
Burguesa	24	3	27
Proletária	10	48	58
Total	34	51	85

Tabela 3: Mobilidade Intergeracional em T2'

Classe de Origem	Classe de Destino		
	Burguesa	Proletária	Total
Burguesa	19	8	27
Proletária	15	43	58
Total	34	51	85

Tabela 4: Distribuições marginais de classes de origem e destino (efeito estrutural) e mobilidade ascendente (taxas absolutas) e das razões de chances (taxas relativas)

Indicadores	T1		T2		T2'	
	Origem	Destino	Origem	Destino	Origem	Destino
Burguesa (%)	31	31	33	40	33	40
Proletária (%)	69	69	68	60	68	60
Razão de Chances	37		38		7	
Mobilidade Ascendente (%)	6		12		18	

Entre $t1$ e $t2$, a sociedade hipotética mudou significativamente em termos de oportunidades de mobilidade social. As chances de indivíduos originários da classe proletária tornarem-se burgueses aumentaram bastante. Em $t1$, havia 6% de mobilidade ascendente ($((4/70) \times 100 = 6\%)$), ou seja, 6 em cada 100 filhos de proletários tinham chances de integrar o grupo de burgueses. Em $t2$, o índice de mobilidade ascendente aumentou para 12% ($((10 / 85) \times 100 = 12\%)$), indicando que 12 em cada 100 filhos de proletários podiam se tornar

burgueses. Em termos agregados, as oportunidades de mobilidade social aumentaram muito; houve uma mudança significativa, uma vez que as chances de mobilidade ascendente dobraram entre $t1$ e $t2$. No entanto, é aritmeticamente possível que, em termos relativos, a desigualdade de oportunidades de mobilidade social não tenha se alterado significativamente. De fato, o cálculo das razões de chances com os dados das Tabelas 1 e 2 comprova que entre $t1$ e $t2$ praticamente não mudaram as chances relativas de mobilidade social. Em $t1$, pessoas com origem na burguesia (cujos pais eram burgueses) tinham chance 37 vezes maior do que aquelas com origem no proletariado de permanecer na burguesia em vez de se integrar ao proletariado $((17 \times 44) / (5 \times 4) = 37)$. Em $t2$, essa hipótese era 38 vezes maior $((24 \times 48) / (10 \times 3) = 38)$.

Em suma, a despeito do considerável aumento da mobilidade social ascendente, a desigualdade de oportunidades permaneceu praticamente inalterada. Nesse exemplo, as maiores oportunidades agregadas de mobilidade social entre $t1$ e $t2$ devem-se inteiramente à mudança estrutural, ou seja, é a diferença entre as distribuições de origem e de destino em cada tabela que determina a mobilidade ascendente, uma vez que não se modificou a desigualdade de oportunidades de mobilidade social. Em outras palavras, a ampliação do número de vagas na burguesia levou ao aumento da mobilidade ascendente; em $t1$, 31% das posições de destino pertenciam à burguesia $((22/70) \times 100 = 31\%)$, ao passo que, em $t2$, a proporção era de 40% $((34 / 85) \times 100 = 40\%)$. A desigualdade de oportunidades não sofreu alteração significativa, na medida em que a vantagem relativa dos filhos de burgueses (calculada de acordo com as razões de chances) permaneceu em torno de 37 e 38 vezes maior do que a de filhos de proletários.

Outro cenário possível refere-se à mudança entre $t1$ e $t2'$, no qual, além da transformação estrutural (aumento de vagas na burguesia), há diminuição na desigualdade de oportunidades. A mudança estrutural entre $t1$ e $t2$ e entre $t1$ e $t2'$ é exatamente a mesma, ou seja, aumentou de 31% para 40% o número de posições de classe de destino na burguesia. A diferença é que entre $t1$ e $t2'$ também decresceu intensamente a desigualdade de oportunidades. Enquanto em $t1$ filhos de burgueses tinham chance 37 vezes maior do que filhos de proletários de se tornar burgueses, em $t2'$ essa vantagem relativa decresceu para 7 vezes $((19 \times 43) / (15 \times 8) = 7)$. Como consequência da menor desigualdade de oportunidades entre $t1$ e $t2'$, somando-se a mudança

estrutural, a mobilidade ascendente ampliou-se de 6% para 18%. Em suma, a taxa de mobilidade ascendente é uma função tanto das mudanças estruturais (disparidade entre origem e destino de classes) quanto do nível de desigualdade de oportunidades de mobilidade social (representado pelas razões de chances). Entre $t1$ e $t2$ houve apenas mudança estrutural e, portanto, um aumento relativamente menor da mobilidade ascendente do que o observado entre $t1$ e $t2'$, porque neste segundo cenário de mudança a desigualdade de oportunidades sofreu retração.

Esses dois cenários exemplificam o fato de que o agregado de oportunidades de mobilidade social, que também é conhecido na literatura como “taxa absoluta de mobilidade”, deve ser explicado por dois aspectos distintos e complementares:

- um “efeito estrutural” advindo da mudança entre a distribuição de classe de origem e a de destino, que se encontra nos marginais da tabela de mobilidade, e que sempre ocorre quando há industrialização e mudança social;
- outro “efeito da fluidez social” ou de desigualdade de oportunidades de mobilidade social, que não muda necessariamente com a industrialização e que é conhecido na literatura como “taxa relativa de mobilidade social”.

A distinção conceitual entre “efeitos estruturais ou dos marginais” e “efeitos de fluidez ou de desigualdade de oportunidades” tornou-se possível a partir do uso dos modelos log-lineares, apresentados ao longo deste trabalho, e levou à seguinte concepção esquematizada sobre a mobilidade social:

$$\textit{efeito estrutural} + \textit{efeito de fluidez ou taxas relativas} = \textit{taxas absolutas de mobilidade}$$

Essa imagem de dois efeitos sobre a mobilidade observada ou taxas absolutas mostra que o fenômeno só pode ser entendido com a observação tanto das mudanças estruturais que ocorrem ao longo do tempo na sociedade quanto das flutuações nos níveis de desigualdade de oportunidades. Ao contrário do que imaginavam estudiosos da mobilidade social até meados dos anos 1970, não há dois tipos de mobilidade – um estrutural e outro de circulação (com diferenças explicitadas no Capítulo 3) –, mas apenas um tipo que se expressa nas

taxas absolutas. Estas, por sua vez, são determinadas por mudanças estruturais (efeitos estruturais) e pelos níveis de desigualdade de oportunidades (efeitos de fluidez ou taxas relativas).

Tais exemplos mostram que o estudo das desigualdades de oportunidades é fundamental para entender os níveis agregados de mobilidade social. Além disso, há um interesse intrínseco aos patamares de desigualdade de oportunidades (nas taxas relativas), uma vez que permitem verificar em que medida a sociedade é mais ou menos justa. Se há muita desigualdade de oportunidades, pessoas originárias de algumas classes sociais têm vantagens relativas de mobilidade social em relação a outras com origens em outras classes, ou seja, as oportunidades não se distribuem eqüitativamente. Ao contrário do que ocorre em sociedades aristocráticas, a desigualdade de oportunidades é considerada injusta em regimes democráticos.

No que se refere à desigualdade de condições e à de oportunidades, como mencionei anteriormente, do ponto de vista puramente lógico não há relação necessária entre elas, embora teorias distintas façam previsões sobre essa associação. Segundo a perspectiva dos incentivos, quando há desigualdade de condições há mobilidade social. Ou seja, o fato de existir desigualdade de condições “incentiva” a competição entre os indivíduos, que se empenham ao máximo para alcançar posições privilegiadas, contribuindo assim para a diminuição da desigualdade de oportunidades e para o aumento da mobilidade intergeracional. Se a desigualdade de condições é pequena, os indivíduos não têm motivação para mudar de posição de classe, uma vez que em qualquer posição terão condições de vida mais ou menos semelhantes. Conseqüentemente, há pouca mobilidade social. De forma oposta, a perspectiva dos recursos enfatiza que a distribuição desigual de condições de vida favorece os indivíduos com origens em classes privilegiadas, os quais dispõem de chances muito melhores de mobilidade do que aqueles originários de classes desprivilegiadas. Quanto maior a desigualdade de condições, maior a desigualdade de oportunidades e, conseqüentemente, menor a mobilidade intergeracional. Para avaliar a veracidade das duas perspectivas teóricas e explicar o que ocorreu no Brasil, torna-se necessário utilizar os conceitos que acabo de apresentar para analisar os dados disponíveis. Felizmente há dados de excelente qualidade para o país.

OS BANCOS DE DADOS

Neste livro, utilizo dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1973, 1982, 1988, e 1996. As PNADs têm sido coletadas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1967 e contêm informações básicas sobre as características da população: trabalho, renda, educação e habitação. O questionário da pesquisa contém um núcleo de perguntas fixas e uma parte suplementar que, a cada ano, é modificada para pesquisar temas especiais. De acordo com o IBGE, as pesquisas têm como objetivo coletar informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE, 1996).

Desde 1967, a coleta de dados tem sido gradativamente ampliada para cobrir todo o território. As amostras são representativas e podem ser comparadas ao longo do tempo para o país, as grandes regiões, as Unidades da Federação (Estados) e algumas áreas metropolitanas. Em 1973, quase todas as regiões foram incluídas como partes representativas. As únicas exceções foram as áreas rurais da Região Norte (na área da floresta amazônica) e da Região Centro-oeste (Pantanal). Essas áreas são esparsamente povoadas e a sua população representa apenas uma pequena porcentagem do total do país. Em 1981, a área rural da Região Centro-oeste foi incluída na pesquisa. A amostra é representativa de cada região e pode ser comparada apenas em algumas delas (IBGE, 1996). Os microdados estão disponíveis em meio magnético e podem ser consultados por qualquer pesquisador.

Para tornar os quatro bancos de dados compatíveis, restringi as análises às áreas geográficas cobertas pela amostra de 1973, ou seja, excluem-se as áreas rurais do Norte e do Centro-oeste. A amostra da PNAD é feita em três estágios probabilísticos. Inicialmente é selecionado aleatoriamente um conjunto de municípios, em seguida são selecionadas áreas censitárias dentro dessas localidades, e finalmente as unidades domiciliares são probabilisticamente escolhidas. Em cada um dos domicílios sorteados, coletam-se as informações referentes a cada habitante com 10 ou mais anos de vida. O dado sobre mobilidade social é apurado apenas para o chefe da família e seu cônjuge.

Os tamanhos das amostras para os chefes de família (homens) entre 25 e 64 anos são os seguintes: 47.683 (1973); 76.848 (1982); 46.002 (1988) e 54.980 (1996). Para mulheres entre 25 e 64 anos de idade, as amostras são as

seguintes: 44.738 (1973); 80.542 (1982); 50.305 (1988) e 62.330 (1996). As duas principais variáveis deste estudo são origem de classe e destino de classe.

As classes de origem e de destino são respectivamente elaboradas a partir dos dados sobre a ocupação do pai do respondente e da ocupação do respondente no ano da pesquisa. Além disso, a informação sobre o *status* do emprego foi usada para gerar as 16 posições de classes (descritas no Capítulo 2). Como as perguntas sobre a ocupação atual do respondente e a ocupação dos pais são muito semelhantes nas quatro pesquisas, as comparações entre 1973, 1982, 1988 e 1996 são válidas. Os percentuais de homens entre 25 e 64 anos de idade que deram resposta válida para a sua ocupação são os seguintes: 91,8% (1973); 88,3% (1982); 88,5% (1988) e 85,0% (1996). Para a ocupação do pai do respondente, as taxas de respostas válidas para os homens são as seguintes: 80,0% (1973); 79,1% (1982); 72,9% (1988) e 73,7% (1996). Os percentuais de respostas válidas para as mulheres são discutidos no Capítulo 4, em que analiso a mobilidade social das mulheres via mercado de trabalho e via casamento.

Além de incluir informações sobre as pessoas residentes, as PNADs incluem dados sobre os domicílios. Utilizando os bancos de dados sobre pessoas e domicílios, também analiso informações sobre as seguintes características: renda familiar, educação, serviços públicos que servem os domicílios e padrões de consumo. O objetivo é observar como essas variáveis, que definem alguns recursos e condições, são distribuídas de acordo com a posição da classe. Para analisar a associação entre classes de origem e de destino, assim como os padrões de mobilidade estrutural, a maioria das análises estatísticas parte de modelos log-lineares e modelos log-não-lineares. Outras informações sobre as PNADs são apresentadas adiante.

ORGANIZAÇÃO DO LIVRO

Este livro contém cinco capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo exibo as principais características das mudanças sociais que ocorreram no Brasil durante o século XX. O objetivo é descrever o contexto em que se dá a mobilidade social. Na explicitação das mudanças históricas, ressaltam-se três características diretamente relacionadas à mobilidade social e às desigualdades sociais: as características da sociedade rural na qual a maio-

ria da população tem origem de classe (a maioria da população é composta por filhos de agricultores), o lento desenvolvimento do sistema educacional e a continuidade da divisão do mercado de trabalho entre setores modernos e tradicionais.

Depois da contextualização histórica, dedico o segundo capítulo à descrição das 16 classes sociais que utilizo. Descrevo a lógica teórica que guia a elaboração desse esquema de classes, bem como mudanças e continuidades nas desigualdades de condições relacionadas a elas entre 1973 e 1996.

No terceiro capítulo descrevo a estrutura de classes e os padrões de mobilidade social entre 1973 e 1996. Discuto a literatura anterior sobre mobilidade social no Brasil e proponho uma nova interpretação que combina efeitos estruturais e de fluidez social na explicação das taxas absolutas de mobilidade. Também discorro sobre o papel desempenhado pela educação no processo de mobilidade intergeracional, bem como sobre o mecanismo que levou à diminuição das desigualdades de oportunidade ao longo dos anos.

No Capítulo 4, parto para a análise da mobilidade social das mulheres. Estudo os padrões de mobilidade via mercado de trabalho e via casamento, bem como o papel desempenhado pela educação nesse processo.

No Capítulo 5, faço comparações internacionais com o objetivo de verificar em que medida as taxas de mobilidade social no Brasil se aproximam e se diferenciam dos padrões encontrados em outros países.

MUDANÇA SOCIAL

As análises sobre mobilidade social comparam a classe da família em que as pessoas cresceram, definida pela ocupação de seus pais, com a posição de classe que alcançam em sua vida adulta, definida ora pela primeira ocupação ora pela ocupação no ano em que foram entrevistadas. A primeira pesquisa que analiso neste livro foi realizada em 1973 e a última, em 1996. As pessoas mais velhas entrevistadas tinham 64 anos em 1973 e, imaginando que seus pais tinham em média 20 anos quando essas pessoas vieram ao mundo, então esses pais devem ter nascido em 1889. Isso significa que ao estudar a mobilidade social utilizando dados coletados entre 1973 e 1996 consideram-se fenômenos sociais que se iniciaram no final do século XIX e se estenderam até o final do século XX.

Ao longo do século XX, o Brasil passou por profundas mudanças. De uma sociedade rural e semicolonial, dominada pela economia das grandes plantações, transformou-se em uma predominantemente urbana, com parques industriais modernos e centros comerciais dinâmicos. No início da década de 1980, a economia brasileira era a oitava mais rica do mundo. Desde meados do século XX, exibiu um rápido desenvolvimento econômico, jamais registrado até então, mas nas décadas de 1980 e 1990 houve uma brutal desaceleração e a economia praticamente não cresceu. Apesar da crise econômica, o crescimento anterior certamente trouxe benefícios para a população. Uma maior proporção das famílias passou a ter acesso a bens e serviços que antes eram extremamente escassos ou inexistentes. Porém, ao mesmo tempo, o contraste entre setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho, na sociedade e na economia persistiu. A transição para a modernidade não se completou, ou então, como alguns autores preferem, houve uma “modernização conservadora” em que de-

sigualdades, contrastes sociais e geração de riquezas são complementares. Hoje o Brasil é relativamente rico em termos de seu produto interno bruto, mas permanece com altos índices de desigualdade de renda. Continua, portanto, a ser uma sociedade extremamente desigual, em que as famílias mais ricas têm renda média 27 vezes maior do que as mais pobres, em que 35% da população ainda está abaixo da linha de pobreza, e em que 60% dos trabalhadores ainda exercem ocupações manuais não-qualificadas.¹⁰

Quais as principais características macrosociológicas da modernização da sociedade brasileira? Por que existem níveis tão altos de desigualdade econômica e tantos contrastes sociais? Quais os principais fatores do desenvolvimento com desigualdade, da “modernização conservadora”, que podem ser observados e explicados nas análises de mobilidade social? Para responder essas perguntas, é preciso estudar a história do Brasil desde suas origens como sociedade escravista até os dias de hoje. Certamente milhares de aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos deveriam ser levados em conta. Sem negar todos esses meandros da história, proponho uma enorme simplificação ao enfatizar apenas três características para entender as causas do desenvolvimento com desigualdade que caracteriza o Brasil: a herança rural, a falta de recursos educacionais e a manutenção de setores tradicionais e modernos no mercado de trabalho. Esses três fatores estão fortemente relacionados aos padrões de mobilidade social derivados da relação entre classe de origem e classe de destino, tendo como principal variável interveniente a escolarização. A expressão herança rural descreve o fato de que a maioria das pessoas no mercado de trabalho tem origem em classes rurais (são filhos de trabalhadores rurais), portanto, é fundamental entender as características históricas da sociedade rural brasileira. A falta de recursos educacionais dificulta a mobilidade social, porque a escolarização pode ser uma das principais vias de ascensão social e de superação de desvantagens herdadas. Finalmente, a divisão entre setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho define as características das classes de destino das pessoas contemporaneamente.

10. Esse dado refere-se à população economicamente ativa (homens e mulheres de todas as idades) em 1996 (PNAD), segundo a classificação ocupacional que apresentarei no próximo capítulo.

De acordo com o Censo 2000, menos de 20% da população brasileira encontrava-se em regiões rurais, entretanto, em 1996, mais de 60% dos trabalhadores, homens e mulheres, tinham origens nessas áreas, ou seja, quando tinham 15 anos seus pais eram trabalhadores rurais ou pequenos proprietários rurais. Essa herança rural não é um problema em si ou por causa das consequências psicossociais da mudança abrupta do meio tradicional para o moderno, como pensavam teóricos do homem marginal.¹¹ Mas pode significar uma desvantagem enorme no caso brasileiro, uma vez que a maioria dos trabalhadores rurais sempre foi muito pobre e a estrutura agrária sempre se caracterizou pela desigualdade e concentração de terras e riquezas. A maioria dos filhos de trabalhadores rurais não herdou os recursos sociais e econômicos que são extremamente importantes no processo de mobilidade social ascendente. Por causa das mudanças sociais rápidas, advindas da urbanização e da industrialização, bem como de sua tenacidade, dentre os filhos de trabalhadores rurais, apenas 1,1% foi capaz de chegar às posições de profissionais altamente qualificados, a mais alta na hierarquia de classes. A maioria, porém, não pôde aproveitar as oportunidades e ficou estacionada nas posições mais baixas – em torno de 60% ficaram em ocupações manuais não-qualificadas. Por um lado, as histórias de sucesso, de mobilidade ascendente de longa distância, são poucas em termos percentuais e muitas em termos de números absolutos. Como há muitos filhos de trabalhadores rurais, o percentual de 1,1% que obteve mobilidade até o topo corresponde a grande número de pessoas – 16% da classe de profissionais altamente qualificados. Por outro lado, as histórias de pessoas que não subiram, que experimentaram apenas mobilidade ascendente de curta distância, são abundantes tanto percentualmente como em números absolutos – mais de 50% dos trabalhadores manuais não-qualificados são filhos de trabalhadores rurais. Se os filhos de trabalhadores rurais tivessem vindo de famílias menos pobres e se a estrutura agrária brasileira não fosse historicamente tão desigual, o número de pessoas que chegam às classes médias e altas seria muito maior. Haveria menos contrastes na sociedade brasileira. Ou, pelo menos, a maioria da população exerceria funções mais qualificadas. Conseqüentemente, o país teria se desenvolvido ainda mais rápida e duradouramente. Embora esta proposição seja contrafactual, uma vez que constitui uma suposição fictícia

11. Para uma crítica, ver Perlman (1976).

sobre uma história que não ocorreu,¹² parece-me plausível para entender as contradições da estrutura social brasileira.

A falta de recursos econômicos e sociais dos filhos de trabalhadores rurais, bem como dos filhos de outros trabalhadores não-qualificados, certamente diminuiu suas chances de ascensão social. Uma maneira eficiente de superar essa desvantagem seria a escolarização, que proporciona atributos educacionais fundamentais para o exercício de atividades e ocupações qualificadas. Ora, o sistema educacional brasileiro sempre foi muito precário e, durante todo o período de grandes transformações, entre as décadas de 1950 e 1970, não foi capaz de absorver a maioria das crianças e dos jovens em idade escolar. Essa deficiência do sistema educacional é, a meu ver, a segunda característica da modernização da sociedade brasileira que teve forte impacto sobre as chances de mobilidade social, a estrutura de classes e os altos níveis de pobreza e desigualdade. Entre as décadas de 1950 e 1970, quando o país se desenvolveu mais rapidamente, apenas algo em torno de 50% e 70% das crianças em idade escolar estavam matriculadas no ciclo básico ou no primeiro grau. A situação do ciclo médio e do segundo grau era ainda pior, visto que apenas de 10% a 20% dos jovens com idade relevante estavam matriculados. Isso significa que a maioria das crianças e dos jovens do período de industrialização não se qualificou adequadamente, conseqüentemente aumentaram as probabilidades de se tornarem trabalhadores não-qualificados com renda muito baixa. Também é plausível imaginar que, com mais e melhor escolarização, uma proporção maior de pessoas com origens nas classes mais baixas teria sido capaz de alcançar posições mais altas. Assim, o Brasil não seria uma sociedade com muitos pobres nem com altos índices de desigualdade.

Finalmente, argumento que a capacidade de classes e grupos ocupacionais mais altos de manter seus privilégios contribui para a manutenção das desigualdades. Essa capacidade pode ser entendida de duas formas, uma endógena e outra exógena. Endógena no sentido de que membros das classes e ocupações mais privilegiadas parecem ter sido capazes de garantir vantagens para que eles mesmos e seus filhos se mantivessem no topo da hierarquia. Por exemplo, observam-se privilégios no sistema educacional brasileiro, em que as melhores escolas de segundo grau são particulares e as melhores universidades,

12. Sobre proposições contrafactuais, ver Hawthorn (1993).

públicas. Quem tem dinheiro para pagar boas escolas de segundo grau garante universidade pública para seus filhos. Outros exemplos são: o financiamento de casa própria para a classe média e não para os pobres; a manutenção da aposentadoria integral de funcionários públicos em vez da expansão do sistema de previdência em geral; e as ações de grupos de profissionais liberais para controlar o preço de seus serviços em vez da livre competição. Ou seja, inúmeros mecanismos institucionais permitiram, ao longo dos anos de desenvolvimento, que pessoas das classes médias e altas garantissem privilégios em relação às outras classes. Em contrapartida, as características exógenas que garantem benefícios para as classes médias e altas estão relacionadas ao tamanho da população brasileira e ao tipo de mercado que se desenvolveu. Tendo em vista que o Brasil tem uma população enorme, o pequeno percentual de pessoas nas classes mais altas (em torno de 30% da população) corresponde a um número enorme, mais ou menos 21 milhões de pessoas em 1970, que constitui um mercado consumidor de alto nível capaz de garantir altas taxas de crescimento durante boa parte do século XX. Não havia necessidade de incluir mais gente para que o desenvolvimento fosse acelerado. Embora pequena em números percentuais, a “Bélgica brasileira”, conforme a idéia popularizada por Bacha (1976, 1978, 1979), é enorme em termos absolutos e foi capaz não apenas de garantir o desenvolvimento da indústria e dos serviços modernos no Brasil, como também de contribuir para a perpetuação da desigualdade justamente quando o país crescia mais (BACHA; TAYLOR, 1976). Esse tipo de desenvolvimento econômico se dá sem que haja uma diminuição significativa dos setores excluídos e tradicionais, o que contribui para manter e aumentar os níveis de desigualdade. Mesmo com todo o desenvolvimento brasileiro desde meados do século XX, sempre houve em torno de 1,5 vez mais trabalhadores manuais urbanos do que trabalhadores não manuais.¹³

Os padrões de mobilidade social que serão analisados nos próximos capítulos estão intimamente ligados à herança rural, à falta de recursos educacionais e à manutenção da dicotomia entre setores modernos e tradicionais da economia. A herança rural – mais de 60% das pessoas ocupadas são filhas de trabalhadores rurais – predomina na distribuição das classes de origem e

13. Para um estudo comparativo sobre mudanças na estrutura ocupacional, ver Gangliani (1985).

portanto influencia diversas taxas de mobilidade social. As qualificações educacionais constituem um dos principais fatores entre origem e destino de classe; para entrar na classe de profissionais, por exemplo, é necessária educação universitária. A falta de recursos educacionais, portanto, restringe a mobilidade ascendente. A combinação dessas características das classes de origem e dos recursos educacionais relaciona-se à manutenção da dicotomia entre setores modernos e tradicionais na distribuição das classes de destino. Portanto, origem de classe, qualificações educacionais e destino de classes, tripé das análises de mobilidade, apresentam alguns aspectos historicamente condicionados no processo de modernização da sociedade brasileira.

A seguir, argumento que, para entender como essas três características da modernização brasileira estão relacionadas aos padrões de mobilidade e as mudanças na estrutura de classes, é necessário levar em consideração os seguintes períodos do desenvolvimento industrial:

- economia agrária e regime político oligárquico até 1930;
- política econômica de “substituição de importações” e governo varguista de 1930 a 1945;
- continuação da política de “substituição de importações” e governo democrático entre 1946 e 1964;
- expansão econômica e ditadura militar entre 1964 e 1982;
- estagnação econômica e democracia a partir de 1982.

Embora esses períodos sejam bem conhecidos na historiografia brasileira, suas conseqüências para a constituição da estrutura de classes por meio dos padrões de mobilidade social, tema deste livro, são pouco estudadas. Apresento, então, uma breve descrição dos cinco períodos que configuram a industrialização no Brasil e, em seguida, discuto a urbanização, enfatizando as características da sociedade rural, de onde provém a maior parte dos trabalhadores, seja diretamente, pela migração, seja indiretamente, como filhos de trabalhadores rurais. Numa terceira seção comento o desenvolvimento do sistema educacional e, finalmente, a evolução da distribuição dos trabalhadores entre os diversos setores da economia bem como os padrões de desigualdade e pobreza.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O fator que mais influencia as taxas de mobilidade social é a industrialização, que sempre vem acompanhada da urbanização. Portanto, é fundamental descrever as características da urbanização e da industrialização da sociedade brasileira. No Brasil, como em todas as outras nações modernas, o desenvolvimento econômico foi marcado pela industrialização.

Dentre as muitas maneiras de relatar o crescimento econômico, uma das mais simples e aceitas consiste na descrição da distribuição anual média do Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é uma expressão da produtividade geral dos trabalhadores de uma determinada economia. Tendo em vista que a população das nações também cresce ao longo dos anos, é importante observar o crescimento do PIB per capita, que é simplesmente o PIB dividido pelo total da população economicamente ativa em um determinado ano ou mês. O Gráfico 1 mostra essa evolução, mas antes de apresentá-lo descrevo algumas características do crescimento do PIB anual médio, que seguem o mesmo padrão do referido gráfico.

De acordo com PIB anual médio, no período pós-guerra, as taxas de crescimento econômico no Brasil foram as mais altas do mundo (ADELMAN, 2001). O crescimento médio do PIB brasileiro real foi de 7,7% ao ano entre 1948 e 1980 – esse porcentual é mais alto do que o de qualquer outro país que tenha vivenciado um desenvolvimento econômico rápido no mesmo período, como, por exemplo, o Japão, a Coreia do Sul, o Chile, a Irlanda e o México (ABREU; VERNER, 1997). Focalizando o período que vai de 1968 a 1974, quando houve o crescimento econômico mais rápido da história brasileira (o período do “milagre econômico”), verifica-se que a média anual de crescimento real do PIB chega a 11,2%. Embora, após 1974, a economia tenha mostrado alguns sinais de retração, o PIB real continuou a apresentar uma média anual de 7,1% entre 1975 e 1982. Foi somente após a segunda crise internacional do petróleo e a suspensão da rolagem da dívida externa em 1979 que as taxas de crescimento diminuíram. Na verdade, entre 1982 e 1999, a média anual do PIB real diminuiu até chegar a 1,9% ao ano, e a economia vivenciou um período de estagnação econômica. O início da crise da dívida externa em 1982 representou, portanto, um momento de reversão no processo de crescimento rápido que, até então, havia caracterizado a economia e a

sociedade brasileiras desde os anos 1930 e mais intensamente desde o término da Segunda Guerra Mundial.

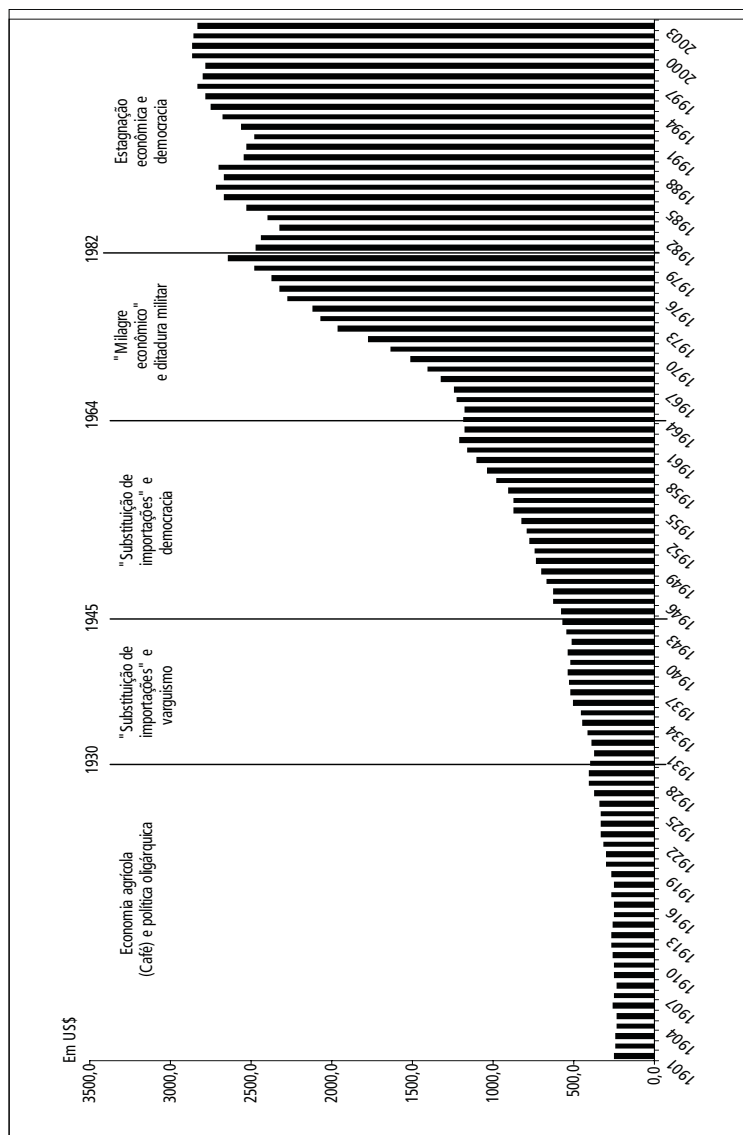
A industrialização foi o principal fator de geração do crescimento econômico no período pós-guerra. Entre 1950 e 1980, o setor industrial da economia aumentou, de maneira contínua, a sua participação na geração do PIB; o setor agrário diminuiu a sua participação e o setor de serviços foi responsável por 50% do PIB real. A industrialização foi o principal fator do crescimento econômico no Brasil de 1950 até 1980, quando o país chegou à sétima posição no ranking de produção industrial do mundo (BACHA; KLEIN, 1989; ABREU, 1990). Embora, como descrevi anteriormente, a industrialização tenha se iniciado na década de 1930, foi apenas depois da Segunda Guerra Mundial que passou a dominar a economia nacional.

As conseqüências desse processo de industrialização para o desenvolvimento econômico do país podem ser claramente observadas na evolução da distribuição do PIB per capita ao longo do século XX (Gráfico 1).

No Gráfico 1 também se distinguem os cinco períodos que levaram a mudanças significativas nos padrões de mobilidade social e na estrutura de classes. Embora essas cinco fases sejam importantes, o efeito mais constante do desenvolvimento econômico, refletido na taxa de crescimento do PIB per capita, é a crescente importância do setor industrial até 1980 e a diminuição da sua participação na geração de capital nas décadas de 1980 e 1990. Esses dois fatores, como veremos adiante, são determinantes da urbanização acelerada, por um lado, e da redistribuição da mão-de-obra entre os setores agrário, industrial e de serviços, por outro lado. Tal processo de mudanças sociais pode ser compreendido melhor a partir da divisão entre cinco períodos da história brasileira do século XX.

O primeiro período é o de economia agrária, com fortes características coloniais, e de política oligárquica, marcada pelo clientelismo, que vai até 1930. A economia agrária de exportação caracterizou-se pela forte concentração fundiária no campo e por enorme exploração do trabalho rural. Embora durante o século XX o setor agrário tenha se modernizado muito, a concentração fundiária e o grande número de produtores rurais vivendo para subsistência permanecem até os dias de hoje. Essa história de exploração do trabalho e de desigualdades no campo tem efeitos duradouros nos padrões de mobilidade social e desigualdades sociais observados no século XX, na medida em que

Gráfico 1 – PIB per capita (preços de 2003) – Brasil, 1901-2003



concentraram riqueza e perpetuaram a pobreza da população rural, origem social da maioria dos trabalhadores. Nesse período inicial, havia políticas econômicas favorecendo claramente a agricultura em detrimento da indústria. A produção de bens manufaturados praticamente inexistia, embora o mercado consumidor crescesse desde meados do século XIX, quando o trabalho assalariado começou a se expandir continuamente. Apesar da existência de algumas indústrias têxteis, a maior parte das necessidades por bens manufaturados era suprida via importação. Em outras palavras, desde o período da República Velha (1889 a 1930) havia, com a economia cafeeira, alguns sinais de industrialização no Brasil.

Mas foi apenas a partir da Revolução de 1930, quando o poder das oligarquias rurais diminuiu enormemente, que a indústria começou a ter importância maior na economia nacional, paradoxalmente auxiliada pela depressão mundial dessa década.

Segundo a interpretação de Celso Furtado (1959), as possíveis consequências desastrosas da baixa do preço do café no mercado internacional foram evitadas a partir da compra e queima dos estoques excedentes. Essa política aparentemente irracional permitiu a manutenção do mercado consumidor, uma vez que o nível de emprego não caiu com a crise do setor cafeeiro. Paralelamente, o poder aquisitivo externo do país diminuiu drasticamente. Como a demanda por bens de consumo permaneceu constante, mas a importação desses produtos ficou muito cara, esse segmento da indústria brasileira teve chance de se expandir. Entre 1930 e 1939 foram criados 1232 estabelecimentos industriais, o que representa 2,6 vezes mais do que na década anterior (BRESSER-PEREIRA, 2003).

No final dos anos 1930 veio outro grande incentivo – o início da construção da grande usina siderúrgica de Volta Redonda. De fato, entre 1930 e 1945 estabeleceram-se condições básicas para a industrialização brasileira. Esse período foi dominado politicamente pela figura de Getúlio Vargas, que permaneceu na presidência. Seu governo também foi responsável pela modernização do Estado brasileiro em diversos outros aspectos, além de ter realizado inúmeras políticas previdenciárias e trabalhistas extremamente importantes para a grande massa de trabalhadores assalariados que passou a predominar na economia brasileira desde a abolição da escravidão em 1888 (SANTOS, 1979).

No período do pós-guerra, entre 1946 e 1955, restabeleceu-se a democracia, embora ainda sob forte influência de Vargas. Nesse período, a importação de equipamentos e matérias-primas foi facilitada e a de bens de consumo, dificultada. Dessa forma, o mercado interno de bens manufaturados de consumo era reservado para a indústria nacional, que se modernizava com tais incentivos. Assim se consolidava a indústria leve de consumo. Expandia-se também a indústria de bens de consumo mais complexos, como eletrodomésticos. Em 1953 foi fundada a Petrobrás, a qual alavancou a indústria química, que agora se somava à metalúrgica. Começava a predominar, dessa forma, o desenvolvimento de indústrias de bens de capital nacional. Entre 1947 e 1954 a participação dos bens de capital nacionais no mercado interno passou de 54,2% para 72,9% (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Todo esse desenvolvimento industrial se deu sem que investimento em infra-estrutura o acompanhasse. A partir de 1956, com o governo de Juscelino Kubitschek, iniciou-se um período de enormes investimentos em infra-estrutura que culminaria com a inauguração de Brasília, em 1960, bem como de incentivos determinantes para a industrialização moderna cuja principal marca foi o setor automobilístico. De 1955 a 1960 o país não apenas mudou sua capital do Rio para Brasília como também partiu do zero para 133.078 veículos quase totalmente fabricados em território nacional – i.e., com taxa de nacionalização superior a 90%. Nesse período, o governo também incentivou a entrada de capitais estrangeiros. Além da instalação da indústria automobilística, expandiram-se a naval e a mecânica pesada, entre outras. As indústrias com capital estrangeiro vieram, em grande medida, com o objetivo de produzir para o mercado brasileiro e não apenas para exportar. Durante o governo de Juscelino, a industrialização finalmente passou da fase de produção de bens de consumo básicos para a fase de produção de bens de capital e bens de consumo complexos.

Em todo o período que vai de 1930 a 1960 o desenvolvimento industrial brasileiro se deu pelo processo de “substituição de importações”. Ou seja, aproveitou-se o mercado interno que existia para produtos industrializados importados, os quais foram substituídos gradativamente por itens fabricados no Brasil. Essa substituição dava-se por meio de incentivos à produção nacional e ainda via investimentos diretos do Estado na indústria. A partir de 1961 ocorreram crises políticas e econômicas. Politicamente houve a renúncia de Jânio

Quadros e o golpe militar de 1964, que terminou com o período democrático que se estendia desde 1946. Paralelamente, as possibilidades de substituir importações começaram a se esgotar (TAVARES, 1972) e a inflação se agravava.

Embora o período de 1930 a 1964 termine com crises econômicas e políticas, não há dúvidas de que representou um momento decisivo de industrialização do país e da criação de um Estado burocrático moderno. Essas características econômicas e políticas estão fortemente relacionadas a enormes mudanças sociais, que serão exploradas em detalhe na análise dos padrões de mobilidade social e da estrutura de classes nos próximos capítulos, mas que também se expressam nos dados sobre a rápida urbanização (Gráfico 2), o crescimento constante do PIB per capita (Gráfico 1) e a movimentação de mão-de-obra entre os setores da economia (Gráfico 5).

Em 1964, inicia-se uma nova fase no desenvolvimento da sociedade brasileira. O golpe militar instaura um período que seria marcado pelo autoritarismo político, pela fase de maior crescimento econômico da sociedade brasileira e pela concentração de renda. O primeiro governo militar foi o de Castelo Branco, que logo ao assumir o poder teve que implementar políticas para conter a recessão que se iniciara em 1961. Essas políticas foram basicamente de contenção da inflação e de continuação do modelo de “substituição de importações”, embora este já tivesse mostrado sinais de fraqueza (TAVARES, 1972). No entanto, agora a substituição se aplicava às indústrias de bens de capital e insumos básicos. Ambas as políticas econômicas pareciam ineficientes e foi apenas no governo de Costa e Silva, entre 1967 e 1969, que a economia começou a se recuperar. Iniciava-se o período de mais rápido desenvolvimento na história brasileira: a fase do “milagre econômico”. Esse processo foi enormemente facilitado pela conjuntura de prosperidade na economia internacional que ajudou a ampliar os níveis de exportação brasileiros, por um lado, e pela concentração de renda, por outro lado.

De acordo com diversos autores (BACHA, 1973; TAVARES; SERRA, 1971), o crescimento econômico rápido entre 1968 e 1974 calcou-se num processo de concentração de renda e de divisão da indústria entre moderna e tradicional. Bacha e Taylor (1976), por exemplo, desenvolvem um modelo para explicar como o crescimento econômico se baseou em um processo de concentração de renda e, conseqüentemente, aumento da desigualdade. Tendo em vista que a economia nesse período produziu especialmente bens de consumo

duráveis de luxo (sendo o mais importante o automóvel), o mercado da classe média era suficiente para garantir altos níveis de desenvolvimento econômico que não afetaram a distribuição de renda de forma significativa.

Essa concentração de renda também foi acompanhada por um desenvolvimento industrial que, com o esgotamento da política de substituição de importações, caracterizava-se pela expansão de um setor moderno e a continuidade de um setor tradicional na indústria (TAVARES; SERRA, 1971). O setor moderno incluía as empresas capitalistas e públicas empregando tecnologia avançada. Por exemplo, as indústrias de automóveis, exploração de petróleo, mineração, bem como um setor financeiro moderno e uma série de serviços especializados. Paralelamente, coexistiam os setores tradicionais da indústria e dos serviços.

O mercado consumidor também se diferenciava entre consumidores com alta renda comprando bens de consumo duráveis (por exemplo, carros) e serviços especializados (por exemplo, serviços de diversos profissionais altamente qualificados), por um lado, e consumidores de baixa renda que se limitavam a produtos mais modestos (por exemplo, roupas e alimentos) e serviços básicos (por exemplo, transporte público e esgotos), por outro lado. Além disso, a classe média pôde se beneficiar dos serviços de pessoas das classes mais baixas que trabalhavam em atividades domésticas (de caráter claramente tradicional), como empregados pouco qualificados e com baixos rendimentos. A existência de empregadas domésticas, por exemplo, é um claro sinal da presença de serviços tradicionais numa economia moderna. Essa convivência entre moderno e tradicional é bem caracterizada pela imagem de que o Brasil seria uma mistura de Bélgica, desenvolvida e moderna, com Índia, subdesenvolvida e tradicional. A Belíndia inclui justamente a convivência entre esses dois setores (BACHA; TAYLOR, 1976).

Além disso, segundo alguns intérpretes, o governo militar implementou políticas que beneficiavam a classe média (BRESSER-PEREIRA, 2003). Dois exemplos são a expansão do sistema universitário e as políticas habitacionais. As universidades públicas foram largamente expandidas. Tendo em vista que tal iniciativa garante educação de qualidade para os filhos da classe média, que sempre tiveram mais chances de entrar na universidade, e que naquele momento a educação básica e de segundo grau não foram foco privilegiado de investimentos governamentais, pode-se considerar esse tipo de política como

uma forma de favorecimento das classes médias (CASTRO, 1986). Com relação ao setor habitacional, suas políticas foram utilizadas em grande escala para expandir o crédito imobiliário para a classe média, em detrimento das moradias populares. Embora tais políticas tenham claramente favorecido a classe média ao invés das mais pobres, deve-se levar em conta que durante esse período a classe média expandiu-se enormemente, como será exposto nos próximos capítulos. Portanto, políticas voltadas para esse grupo eram realmente necessárias, o que não significa que as destinadas às classes mais pobres fossem desnecessárias. Foi durante esse período, por exemplo, que as favelas nas grandes cidades se expandiram, em número e tamanho, de forma nunca vista antes.

Embora tais fatos estejam relacionados aos altos níveis de desigualdade de renda, também houve uma série de mudanças fundamentais que contribuíram para melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas. O acesso a serviços e bens de consumo básicos ampliou-se na década de 1970 (ALBUQUERQUE; VILELA, 1993). Por exemplo, a migração para os centros urbanos significou maior acesso a serviços de infra-estrutura (luz, água, etc.), de saúde e de educação, bem como o acesso a bens de consumo como geladeira, rádio, televisão, etc. Ou seja, a desigualdade de acesso a bens de consumo e serviços básicos diminuiu bastante nesse decênio. Portanto, o desenvolvimento do período também representou uma diminuição dos níveis de pobreza e uma melhoria das condições de vida básicas da população.

Em 1973, com a primeira crise internacional do petróleo, recuaram as taxas de desenvolvimento econômico. No entanto, os benefícios do crescimento do período anterior alongaram-se até o final da década. De fato, o PIB per capita (Gráfico 1) continuou a avançar rapidamente até 1979, quando houve a segunda crise internacional do petróleo, e o país entrou numa forte recessão econômica. Outro evento que, fortemente associado à crise do petróleo, marcou o início de uma nova fase do desenvolvimento brasileiro foi o aumento dos juros da dívida externa em 1979. Como o endividamento externo ampliou-se, pelo menos desde o governo Kubitschek (1956-1960), o acréscimo dos juros significava forte recessão da economia, que já não apresentava os mesmos resultados desde 1974. No entanto, entre 1974 e 1979 as pressões inflacionárias e a crise econômica mais séria foram contidas. Essa contenção implicava

numa diminuição dos lucros dos empresários, que pressionavam o governo para reeditar a política econômica do período do milagre. Em 1979, Mario Henrique Simonsen, então ministro do planejamento, renunciou e Antônio Delfim Neto assumiu a pasta com o objetivo de reeditar o sucesso de 1966-1973 por meio de investimentos e incentivos financeiros estatais. Havia, no entanto, uma diferença fundamental: em 1967 o Brasil iniciava um período de recuperação e a economia internacional prosperava, ao passo que em 1979 o país começava a enfrentar uma crise econômica nacional e internacional. Percebendo o fracasso da política expansionista, o governo mudou a estratégia e conseguiu conter a crise mais profunda, apesar da já evidente desaceleração do crescimento econômico.

Em 1982, a economia mostrou alguns sinais de recuperação, mas a inflação começou a subir. Com a recessão internacional, as exportações caíram e, diante da moratória declarada pelo governo mexicano, os banqueiros internacionais suspenderam a rolagem da obrigação brasileira. Começava a crise da dívida externa. Ao contrário do que ocorria com a economia, o cenário político era de otimismo. O ano de 1982 foi fundamental no processo de redemocratização. Pela primeira vez desde a década de 1960, eleições diretas para governador foram realizadas e vários partidos, legalizados a partir de 1980, concorreram aos cargos máximos estaduais. O movimento sindical, em São Bernardo do Campo, também estava em plena atividade e se expandindo – em 1978 houve uma enorme greve de metalúrgicos e, em 1980, o PT (Partido dos Trabalhadores) estava entre os partidos recém-legalizados. Iniciava-se um longo período democrático que perdura até hoje.

Em contrapartida, a economia encontrava-se em crise e o processo inflacionário iniciava sua trajetória inercial que duraria até 1994, quando o Plano Real finalmente neutralizou a inflação e estabilizou os preços. Ou seja, 1982 representou o início de um longo período de estagnação econômica cujas principais expressões foram: a redução drástica do crescimento do PIB per capita (Gráfico 1), a diminuição dos investimentos e as altíssimas taxas de inflação. A crise tomaria toda a década de 1980, assolando diversos países latino-americanos. Diante disso, economistas norte-americanos (WILLIAMSON, 1990) propuseram o que ficou conhecido como Consenso de Washington. Segundo essa interpretação, a crise das economias latino-americanas nesse período originava-se da indisciplina fiscal (populismo econômico)

e do estatismo (protecionismo nacionalista). A solução seria a privatização e a liberalização da economia.

Em 1990, Fernando Collor de Mello assumiu o governo como o primeiro presidente eleito diretamente desde a década de 1960. Enfrentou logo de início a crise inflacionária, bem como começou os processos de liberalização da economia (abertura para o exterior) e privatização de empresas estatais. A esperada estabilidade da inflação não foi alcançada, mas as políticas de liberalização da economia e de privatização se instalaram, marcando um período que perdura até os dias de hoje. Em 1992, Collor foi destituído pelo Congresso Nacional, que obteve evidências de esquemas de corrupção envolvendo o presidente. Itamar Franco, vice-presidente de Collor, assumiu o governo e nomeou como ministro da economia Fernando Henrique Cardoso. Em 1994, este ministro coordenou a implantação do Plano Real, que finalmente acabou com a inflação inercial. Uma das conseqüências do fim da inflação inercial foi uma considerável redução no percentual de pobres (de 42% para 35% da população), o que representou um decréscimo de 59 milhões para 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Embora a inflação tenha sido controlada e o número de pobres tenha diminuído, a economia não voltou a crescer de forma consistente, permanecendo praticamente estagnada também na década de 1990. Embora várias mudanças políticas e econômicas importantes tenham ocorrido, as duas últimas décadas foram de estagnação econômica e, por vezes, são denominadas com algum exagero de décadas perdidas.

Em 1994, Fernando Henrique foi eleito presidente e, em 1998, reconduzido ao cargo. Em 2003, Luiz Ignácio Lula da Silva elegeu-se presidente. Várias políticas econômicas e sociais implementadas nestes últimos três governos podem ter influenciado fortemente os padrões de mobilidade social, mas estes efeitos não serão observados neste livro tendo em vista que os dados analisados vão apenas até 1996.¹⁴

14. Os dados sobre mobilidade social disponíveis são os da PNAD de 1996 e da Pesquisa de Padrões de Vida (PPV), também de 1996. Atualmente planeja-se, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), a coleta de novo banco de dados sobre mobilidade social e estratificação.

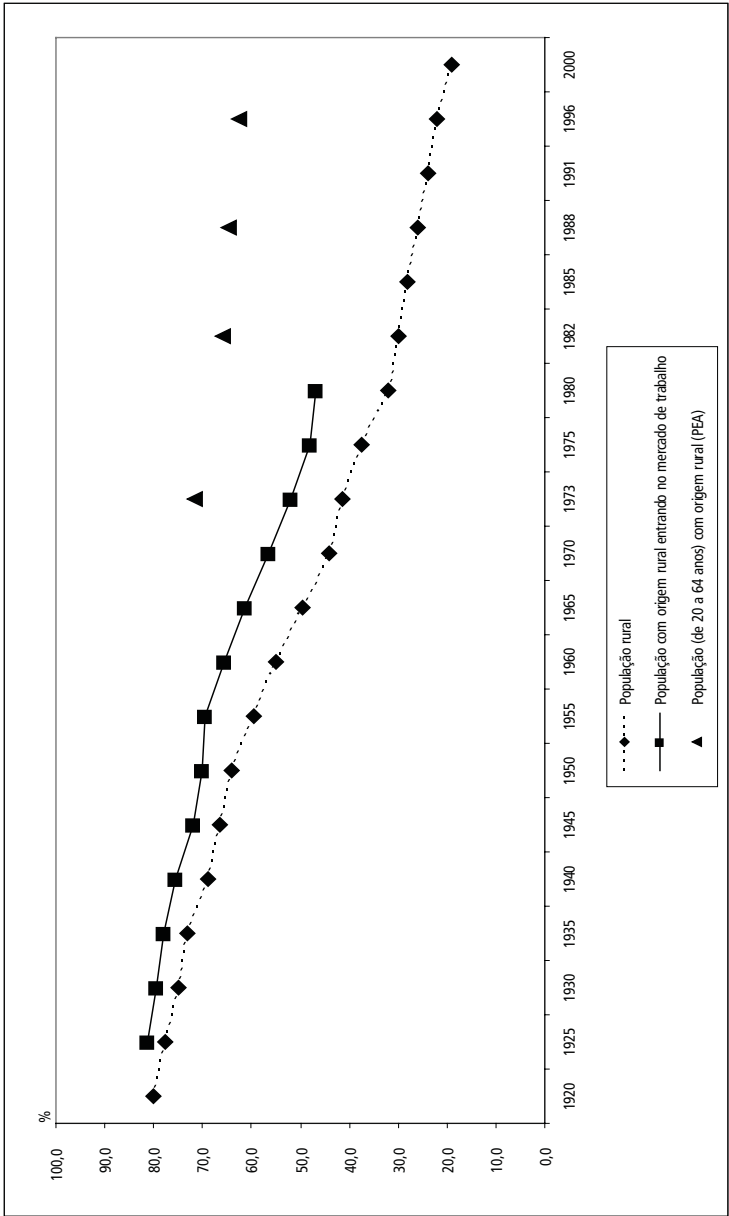
URBANIZAÇÃO E HERANÇA RURAL

A urbanização no Brasil começou antes do período de industrialização, por causa de atividades comerciais nas áreas urbanas que remontam ao período colonial (LOPES, 1979). Apesar disso, foi apenas com a industrialização acelerada a partir de meados da década de 1950 que a população rural começou a declinar mais rapidamente. A grande velocidade da industrialização implicou também na rapidez da urbanização. Isso significa não apenas que o crescimento significativo das cidades no Brasil é muito recente, mas também que a maioria da população nelas residente hoje em dia ainda é composta por filhos e filhas de pessoas que moravam no campo. Em 1996, mais de 60% dos trabalhadores brasileiros ainda tinham origens rurais, ou seja, eram filhos de trabalhadores do campo ou de pequenos proprietários rurais. O Gráfico 2 apresenta o decrescimento da população rural total, de trabalhadores com origem nas classes rurais por ano de entrada no mercado de trabalho (de acordo com coorte de idade de 5 anos) e em quatro anos específicos, desde 1920 até 2000.

Em 1960, havia no Brasil 39 milhões de pessoas nas áreas rurais e 32 milhões nas urbanas, respectivamente 55% e 45% do total da população. Dez anos mais tarde, cerca de 41 milhões de pessoas (44% do total da população) ainda viviam nas áreas rurais, ao passo que 52 milhões (56%) habitavam as áreas urbanas. Foi somente na década de 1970 que, pela primeira vez, o contingente populacional das áreas rurais decresceu em números absolutos. Ou seja, até a década de 1960, o Brasil era predominantemente rural, mas, nas décadas seguintes, a maioria da população passou a viver em áreas urbanas. Além disso, entre 1970 e 2000, não apenas o número relativo, mas também o número absoluto de moradores de áreas rurais diminuiu. A principal característica da urbanização no Brasil, quando comparado a outros países, é a rapidez da transformação: tudo se passou em uma geração.

De fato, a maioria dos trabalhadores, homens e mulheres, procede de famílias rurais. No Gráfico 2 há duas informações complementares à série indicando o declínio da população rural: o percentual de filhos de trabalhadores do campo por ano de entrada no mercado de trabalho e o percentual total de filhos de trabalhadores rurais em 1973, 1982, 1988 e 1996. Esses dados indicam que também há um declínio no percentual de filhos de trabalhadores rurais

Gráfico 2 – Distribuição da população total vivendo em regiões rurais, de trabalhadores com origem rural (cujo pai era trab. rural) entrando no mercado de trabalho e de trabalhadores no mercado de trabalho com origem rural – Brasil, 1920-2000



ao longo dos anos. O que mais impressiona, no entanto, é a elevada proporção de trabalhadores com origens rurais que ainda persiste. Em torno de 47% das pessoas que nasceram entre 1967 e 1971 e começaram a trabalhar no início dos anos 1980 eram filhos de trabalhadores rurais. Em 1973, dentre todos os integrantes do mercado laboral, cerca de 71% eram filhos de trabalhadores do campo e, em 1996, mais de 60% ainda faziam parte desse grupo.

Tais números tornam-se ainda mais surpreendentes quando nos apercebemos que ser filho de trabalhador rural significa não apenas ter origem social no campo como também ter origem em famílias muito pobres. No Brasil, os trabalhadores rurais e pequenos produtores agrícolas sempre foram pobres. Essas famílias camponesas pobres, e em geral com prole numerosa, não possuíam muitos recursos econômicos e sociais para transmitir a seus filhos. A herança rural na realidade é caracterizada justamente pela falta de recursos. Essa situação parece ser mais acentuada no Brasil do que em outras sociedades em que há tradição de camponeses com produtividade rural lucrativa e onde há menor concentração fundiária. A estrutura agrária brasileira caracteriza-se historicamente pela coexistência de formas tradicionais e modernas de relações de trabalho e pela concentração fundiária, que é sinônimo de desigualdade de propriedade de terra.

Os números que descrevem o tipo de pessoal ocupado em estabelecimentos agrícolas indicam a modernização da produção dos grandes e médios empregadores, por um lado, e a manutenção das formas tradicionais de produção dos pequenos proprietários, por outro lado. Entre 1940 e 1996, mais de 50% dos trabalhadores do setor rural eram “pequenos agricultores e membros não-remunerados de suas famílias”, a maioria praticando a agricultura de subsistência. O percentual de empregados permanentes ficou em torno de 10% da mão-de-obra rural entre 1950 e 1996. A proporção de trabalhadores temporários diminuiu: em 1960, era de aproximadamente 20% e, a partir de 1970, em torno de 10%. Finalmente, o número de “parceiros” também decresceu de 11,3%, em 1950, para 1,6%, em 1996. Por um lado, a redução no percentual de parceiros e empregados temporários indica a modernização das formas de produção, que passaram a utilizar mais maquinaria. Conseqüentemente, também se modernizaram as relações de trabalho, na medida em que os empregadores passaram cada vez mais a contar com trabalhadores permanentes, deixando de recorrer ao trabalho sazonal e de parceria. Por outro lado, mantiveram-

se as formas de produção tradicionais, posto que os pequenos agricultores, empregando seus familiares sem remuneração, continuaram a constituir uma enorme parte das pessoas ocupadas em estabelecimentos rurais.

Enfim, a modernização da produção agrícola não alterou a essência da estrutura agrária do país. Os dados sobre o número e a área de estabelecimentos rurais brasileiros entre 1940 e 1996 evidenciam que a propriedade rural permaneceu extremamente concentrada ao longo dos anos. Nesse período, mais de 85% de todas as propriedades rurais ainda eram de pequeno e médio portes, com menos de 100 hectares, e ocupavam menos de 20% da área total de propriedades rurais. Em contraste, as grandes propriedades, com mais de 100 hectares, eram menos de 15% e ocupavam mais de 80% da área de propriedades rurais. Em suma, a concentração fundiária e a desigualdade no acesso à terra permaneceram inalteradas durante todo o período para o qual há informações, desde 1940 até 1996, e provavelmente a situação era semelhante ou ainda mais concentrada antes disso¹⁵.

Inspeção mais minuciosa dos dados indica que os latifúndios e os minifúndios continuam a ser as formas mais comuns de propriedade da terra. De alguma maneira os latifúndios modernizaram-se, a agricultura tornou-se cada vez mais industrializada nas grandes propriedades rurais, que ocuparam um número cada vez menor de pessoas e tornaram sua produção gradativamente mais eficiente e lucrativa. Convivendo com essa modernização, encontram-se formas de produção tradicionais voltadas para a subsistência. Ou seja, a maioria dos minifúndios não se modernizou.

Essa situação foi, em grande medida, determinada pela forma de capitalização da produção rural que predominou durante todo o período de industrialização intensa. Até o início da década de 1960 o setor agrícola ainda era dominado pela produção extensiva em grandes propriedades, onde a mão-de-obra temporária ou não-qualificada era usada em larga escala, e pela produção de subsistência em pequenas propriedades, onde o trabalho familiar não-remunerado prevalecia. Até então, a maior parte dos subsídios estatais era voltada para o armazenamento e o transporte da produção rural. Durante o curto período do governo de João Goulart (1961-1964), esse

15. Ver a Tabela 1 anexa: Distribuição porcentual de estabelecimentos agrícolas por número e por área: 1920 a 1996

modelo de desenvolvimento agrário foi fortemente criticado como concentrador de riquezas. Naquele momento, discutia-se a possibilidade de uma reforma que modificasse as características da estrutura agrária. Com o governo militar, a partir de 1964, mudou a política agrária, que visava então à modernização tecnológica da produção, mas não à modificação da estrutura fundiária. O governo expandiu enormemente o crédito para produção rural, mas o destinou principalmente para as grandes propriedades e para a agroindústria que produzia os insumos (maquinaria, fertilizantes, etc.) que proporcionaram a capitalização das grandes fazendas produtoras. Assim, o setor primário capitalizava-se por meio da modernização dos grandes produtores, que continuavam a tradição brasileira de forte agricultura exportadora. O grande problema desse tipo de desenvolvimento é a exclusão de políticas voltadas para os pequenos produtores. Embora alguns deles, principalmente no Sul do país, tenham transformado sua atividade em um algo lucrativo, a maioria continuou predominantemente voltada para a subsistência. Em suma, a divisão entre setores tradicionais e modernos no campo se manteve e, conseqüentemente, a desigualdade e a pobreza rural se perpetuaram (GOODMAN, 1986).

Essas características da sociedade rural brasileira levam à conclusão de que a grande massa de filhos de trabalhadores rurais que experimentou mobilidade social durante o século XX, principalmente aqueles cujos pais eram trabalhadores até a década de 1960, caracteriza-se pela falta de recursos sociais e econômicos. Essa falta certamente limitou suas chances de mobilidade ascendente, que seriam muito maiores se a estrutura agrária fosse menos desigual e os trabalhadores rurais, menos pobres. Na análise dos padrões de mobilidade social nos próximos capítulos é preciso atentar para as características da sociedade rural na qual grande número dos trabalhadores se origina, direta ou indiretamente, seja como migrante seja como filho de trabalhadores rurais.

Minha hipótese contrafactual é a seguinte: se os filhos de trabalhadores rurais tivessem herdado mais e melhores recursos econômicos e sociais, se seus pais não fossem tão pobres, um percentual muito maior deles teria sido capaz de aproveitar a expansão de oportunidades de mobilidade social que ocorreu com a industrialização da sociedade brasileira. Ou, em lógica inversa, se essas pessoas com origens no campo tivessem herdado mais recursos, observar-se-

ia ma expansão ainda maior das oportunidades de mobilidade social.¹⁶ Outra possibilidade para que esses filhos de trabalhadores rurais, bem como pessoas com origens em outras classes hierarquicamente baixas, superassem a falta de recursos econômicos e sociais (as desvantagens de origem) que os caracteriza seria o desenvolvimento de “capital humano” por meio da escolarização. Esta é, justamente, uma das principais vias de mobilidade ascendente para pessoas com origens nas classes mais baixas. Infelizmente, durante o período de mudanças sociais acentuadas entre as décadas de 1950 e 1970, o sistema educacional brasileiro continuou a apresentar enormes deficiências.

O SISTEMA EDUCACIONAL

Mesmo quando comparado com outros países latino-americanos, o Brasil é historicamente um retardatário no desenvolvimento educacional. Essa situação modificou-se a partir da década de 1950, quando o número de matrículas começou a crescer rapidamente e o sistema educacional brasileiro passou a se assemelhar ao de outros países latino-americanos que, apesar de exibirem melhor situação, também apresentavam sérios problemas.

O desenvolvimento do sistema educacional brasileiro também é atípico quando comparado com o de outros países industrializados. A experiência destes indica que, uma vez alcançada a saturação de um determinado nível do sistema educacional, diminui a taxa de crescimento desse nível e acelera-se o crescimento do nível imediatamente superior. O Brasil apresenta um padrão de crescimento inverso. Sem que houvesse saturação das matrículas no ensino primário, as matrículas nos níveis mais elevados apresentaram taxas de crescimento muito mais aceleradas. Durante a década de 1970, por exemplo, as taxas médias de crescimento das matrículas foram as seguintes: 30,9% para a pós-graduação, 11,6% para o ensino superior, 11,4% para o segundo grau e 3,6% para o primeiro grau (CASTRO, 1986).

16. Aqui há um problema clássico da relação entre ação e estrutura, com maiores recursos para a ação existiria uma estrutura diferente e, ao mesmo tempo, há uma estrutura limitando as capacidades de ação. Ver Giddens (1984) e Sewell (1992) para teorias sobre ação e estrutura.

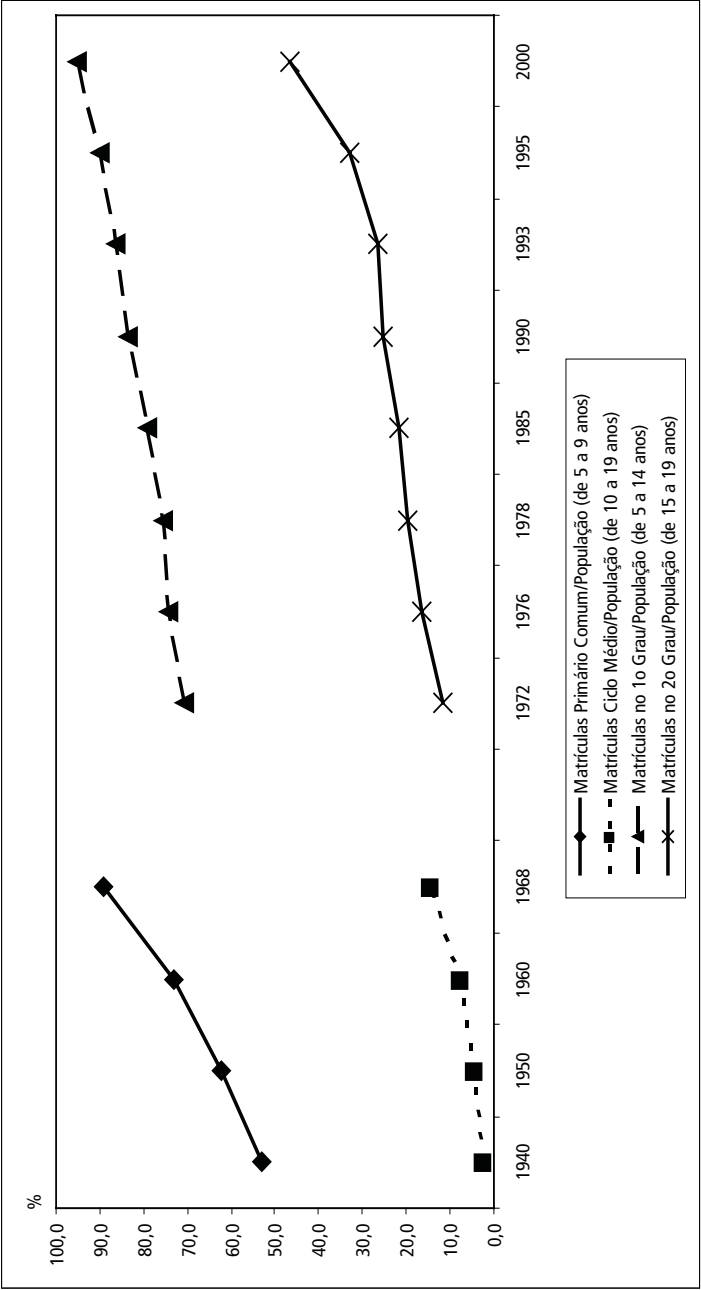
De acordo com Castro (1986), esse padrão atípico de crescimento está relacionado às pressões políticas dos membros da elite educada e da classe média. Uma vez satisfeitas suas necessidades por ensino de primeiro e segundo graus, a elite e a classe média passam a batalhar pelo ensino universitário e de pós-graduação. A hipótese da saturação aplicar-se-ia, assim, somente aos membros dessas classes mais privilegiadas.

Até o início da década de 1980 o ponto mais fraco da educação brasileira encontrava-se no ensino de primeiro grau. Além do número insuficiente de escolas desse nível, também havia fortes taxas de repetência e abandono, que são expressão da falta de qualidade do ensino de primeiro grau (COSTA RIBEIRO; KLEIN, 1991). Embora durante a década de 1970 a taxa média de permanência no ensino primário fosse de 7,5 anos, essas crianças geralmente completavam apenas quatro séries devido aos altos índices de repetência (CASTRO, 1986). Até a década seguinte, os alunos permaneciam muitos anos no ensino primário, mas seu avanço através da sequência de séries era muito lento. A escola de primeiro grau foi extremamente ineficiente durante todo o período de crescimento econômico acelerado, bem como durante boa parte dos anos 1980.

Em 1971, houve uma importante reforma do sistema escolar. Até então, a escolarização era compulsória por lei somente para as quatro primeiras séries que constituíam o primário comum. Depois, os alunos entravam no ciclo médio, que era dividido entre ginásial (quatro séries iniciais do ciclo médio) e colegial (três séries finais). A partir dessa reforma, as oito primeiras séries passaram a ser compulsórias por lei e foram denominadas primeiro grau, enquanto as três últimas séries passaram a ser o segundo grau. O Gráfico 3 mostra a evolução do percentual de crianças com idade relevante matriculadas no primário comum e no ciclo médio entre 1940 e 1968 e no primeiro e segundo graus entre 1972 e 2000.

Em 1972, apenas 70% das crianças em idade relevante estavam matriculadas no primeiro grau. Considerando também o baixo nível de matrículas no primário básico entre 1940 e 1968, facilmente conclui-se que um grande número de crianças que tinham direito à escolarização básica desde 1940 não pôde usufruir dessa chance. Como visto, as taxas de reprovação nas primeiras séries foram historicamente altas pelo menos até o final da década de 1980. Sem educação básica, um enorme contingente da população não pôde adquirir as qualificações elementares para progredir no sistema educacional e aumentar

Gráfico 3 – Matrículas registradas (no primário comum pré 1971, ciclo médio pré 1971, 1º grau pós 1971 e 2º grau pós 1971), por população em idade relevante – Brasil, 1940-2000



suas oportunidades de ascensão social. Enquanto nas décadas de 1950 e 1960 as políticas educacionais focalizaram o ensino técnico e na de 1970, o ensino universitário, foi somente a partir da década de 1980 que o ensino primário passou a ser a meta principal. Em meados da década de 1990 o ensino de primeiro grau finalmente passou a atingir a quase totalidade das crianças em idade relevante. No entanto, hoje em dia estudos mais pormenorizados vão além da quantidade de matrículas e, ao analisarem os conteúdos apreendidos por esses alunos, indicam que a qualidade do ensino primário brasileiro ainda é baixíssima quando comparada com a de diversos outros países (ALBERNAZ; FERREIRA; FRANCO, 2002). Talvez a quase universalização do ensino básico a partir de meados da década de 1990 impacte as chances de mobilidade ascendente no futuro, mas se a qualidade continuar baixa, provavelmente os efeitos serão muito reduzidos. Quanto às gerações anteriores, não há como recuperar a falta de escolaridade que grande parte da população enfrentou e que, certamente, diminuiu suas chances de mobilidade social ascendente.

A falta de matrículas e as altas taxas de repetência nas primeiras séries se refletem no baixo percentual de alunos no ciclo médio, até 1968, e no secundário, a partir de 1972 (ver Gráfico 3). Ou seja, parte do baixo percentual de jovens matriculados no segundo grau deve-se tanto ao fato de que um grande número de estudantes não conclui o primeiro grau quanto ao fato de que apenas um pequeno percentual dos que o fazem¹⁷ se matriculam no nível de ensino seguinte. Não obstante, cresceram fortemente as matrículas no segundo grau a partir de meados do século XX.

Até 1950, o colegial, três últimas séries equivalente ao ensino médio, era composto principalmente por escolas privadas – religiosas e laicas – e algumas poucas escolas públicas de grande prestígio (como Pedro II e as escolas militares, entre outras). Via-se esse nível de escolaridade como essencialmente de elite. De 1950 em diante o ensino secundário expandiu-se largamente, em grande parte devido à criação de escolas de segundo grau públicas, uma vez que a elite e as classes médias já tinham suas necessidades supridas majoritariamente pela rede privada. Os estabelecimentos públicos, no entanto, foram aos poucos per-

17. Em 1970, apenas um terço dos alunos concluía o primeiro grau (CASTRO, 1986, p. 124).

dendo em qualidade, à medida que aumentavam quantitativamente. Em geral, as melhores escolas de segundo grau, com algumas exceções, são privadas.

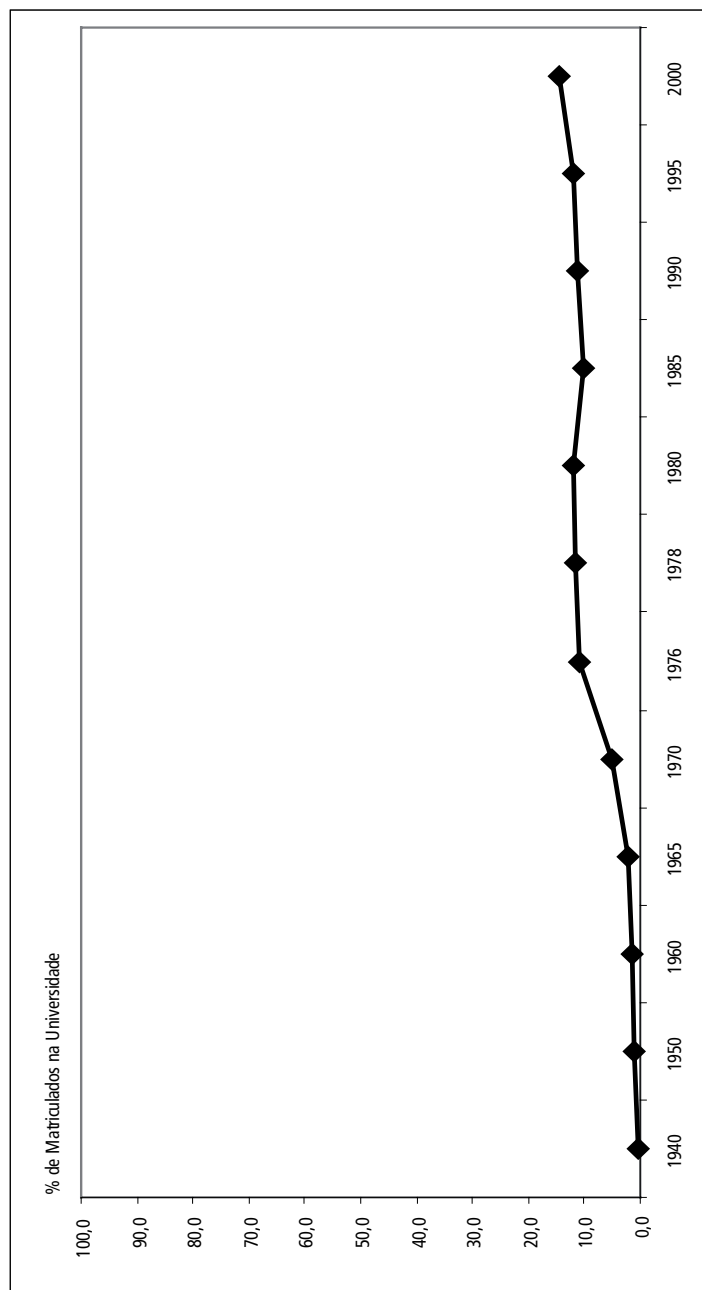
O Gráfico 3 mostra a incrível evolução das matrículas no segundo grau. Em 1950, havia apenas 60 mil inscrições, que correspondiam, grosso modo, a 1,1% dos jovens em idade relevante. Em 1972, 1,3 milhão ou 11% dos jovens estavam matriculados e, em 1985, eram 3 milhões ou 22% dos jovens. Em 2000, o número aumentou para 8,2 milhões ou 46% dos jovens em idade relevante matriculados no segundo grau. Este crescimento se deve em parte à expansão do ensino primário, que cada vez mais formava jovens que procuravam entrar no segundo grau. A dilatação do segundo grau se deu paralelamente à ampliação da universidade, o que levou muitos dos melhores professores a migrar para as universidades (CASTRO, 1986) e, conseqüentemente, contribuiu para piorar a qualidade do ensino secundário. Obviamente algumas escolas privadas mantiveram sua tradição de excelência ao longo de todo o período. Com a expansão da universidade, a maior parte dos alunos destas escolas privadas de elite encontrava facilidade para entrar no ensino de terceiro grau público.

Na década de 1960 havia, como ainda há hoje em dia, muita competição para entrar na universidade. Somente metade dos alunos que concluía o segundo grau encontrava vaga no nível superior. Diante de tais cifras e da necessidade de que o segundo grau fosse o final da carreira escolar para grande parte dos estudantes, em 1970 o governo obrigou, por meio da Lei n. 7.044, todas as escolas de segundo grau a oferecer ensino vocacional. Essa lei, um tanto quanto irrealista, não surtiu efeitos significativos. A maioria dos alunos que alcançava o segundo grau continuava com intenções de seguir seus estudos. Enquanto grande parte da elite garantia condições de entrar na universidade, a maioria das pessoas das classes mais baixas não tinha a mesma chance. No início dos anos 1980, verifica-se que, dentre os estudantes que concluíram o segundo grau, 82% dos filhos dos profissionais altamente qualificados ingressaram na universidade, ao passo que apenas 30% dos filhos de trabalhadores não-qualificados o fizeram.¹⁸

A política de ensino vocacional obrigatório em todas as escolas de segundo grau visava justamente dar uma formação profissional para a maioria dos filhos da classe trabalhadora, os quais não conseguiriam entrar na univer-

18. Dados calculados a partir da PNAD 1982.

Gráfico 4 – Pessoas matriculadas nas universidades (número de estudantes matriculados/população total entre 20 e 24 anos de idade) – Brasil, 1940-2000



sidade. Caso essa política funcionasse, seriam observadas, por um lado, consequências classistas, na medida em que a escola vocacional seria principalmente para os filhos da classe trabalhadora, como ocorre em diversos países com fortes sistemas vocacionais (ver MULLER; SHAVIT, 1998). Por outro lado, tal política provavelmente contribuiria para profissionalizar um enorme contingente de jovens, que acabaram concluindo seus estudos sem uma vocação específica. Em 1981, a lei que impunha o ensino vocacional foi revogada. A política para melhorar o segundo grau vocacional fracassara. Em contraste, as políticas das décadas de 1960 e 1970 para a expansão da universidade tiveram resultados mais evidentes. O Gráfico 4 mostra a evolução do percentual de jovens em idade relevante matriculados na universidade entre 1940 e 2000.

Houve uma explosão de matrículas nas universidades entre 1965 e 1976. Em 1965, apenas 2% dos jovens estavam inscritos na universidade; em 1976, eles eram 11%. O número de matrículas passou de 155 mil para 1,1 milhão. Durante esses anos, diversos tipos de universidade foram criadas. Por um lado, inúmeras universidades públicas e centros de pós-graduação se estabeleceram. Nesses centros concentraram-se as pesquisas e a produção científica. Embora muitas dessas entidades públicas sofram diversos problemas institucionais e organizacionais, elas continuam a ser o principal foco de produção científica e, em geral, as escolas de maior prestígio. Por outro lado, diversas instituições privadas foram criadas, algumas de alta qualidade, mas a maioria mostra-se deficiente, sendo que muitas delas nem são legalmente consideradas universidades. Em 1960, 44% dos alunos estavam matriculados em instituições privadas, em 1980 já eram 56%. De modo geral, os alunos mais bem preparados ingressam em escolas públicas de qualidade ou nas poucas instituições privadas de excelência, ao passo que a maioria dos estudantes dirige-se a escolas privadas de baixa qualidade que funcionam como “fábricas de diplomas”.

Com a enorme expansão da universidade na década de 1970 criaram-se finalmente condições para a pesquisa científica de qualidade e para a melhora do ensino de terceiro grau, mas ao mesmo tempo expandiram-se as instituições de baixa qualidade. Hoje em dia a situação do ensino universitário é bastante complexa e tende a se complicar ainda mais na medida em que a pressão de alunos que concluem o segundo grau e desejam passar ao terceiro grau é cada vez maior. O mercado complexo e heterogêneo que existe hoje em dia, incluindo instituições públicas e privadas de baixa e alta qualidade, é um tema

interessante de debates e pesquisas, mas que não tem influências sobre as taxas de mobilidade que estão em foco neste livro.

Em contraste, as deficiências do sistema educacional durante todo o período de grandes mudanças sociais ao longo do século XX certamente diminuíram as chances de mobilidade ascendente de um grande número de jovens que entravam no mercado de trabalho nesse período. Se houvesse mais oportunidades educacionais, uma proporção maior desses jovens teria sido capaz de alcançar posições ocupacionais mais qualificadas. Talvez houvesse menos desigualdade e pobreza atualmente. Portanto, a hipótese contrafactual de que haveria mais mobilidade ascendente se o sistema educacional tivesse se desenvolvido melhor também parece ser plausível.

Apesar da falta de recursos que caracteriza as pessoas com origens no campo e das deficiências do sistema educacional, o mercado de trabalho no Brasil passou por profundas modificações e, ao mesmo tempo, deu continuidade a diversas contradições ao longo do século passado. Vejamos o que ocorreu entre 1940 e 2000, período para o qual há dados confiáveis sobre a divisão da população economicamente ativa entre as diversas áreas de atividade econômica.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E DESIGUALDADE DE RENDA

Os possíveis efeitos da herança rural e da escolarização, ou da falta de escolarização, sobre as chances de mobilidade social e as contradições da estrutura de classes referem-se ao passado. Ou seja, ligam-se à falta de recursos que é consequência da origem social rural e pobre e à possibilidade de adquirir conhecimento valioso para abrir caminhos de mobilidade ascendente por meio da escolarização. Como visto, o Brasil caracteriza-se historicamente pela falta de recursos desde as famílias de origem e pela falta de um sistema educacional bem organizado. Esses dois aspectos, como será exposto ao longo deste livro, influenciam a ocupação das pessoas ou a classe social a que são capazes de galgar. Em compensação, há contradições nos mercados de trabalho

que, ao mesmo tempo, derivam das características de origem e escolarização da população e da forma pela qual o desenvolvimento político-econômico da industrialização cria oportunidades de trabalho.

A industrialização brasileira caracterizou-se pela manutenção de setores tradicionais e modernos na economia. Nessas contradições encontram-se as bases das desigualdades de renda e da pobreza que distinguem a sociedade brasileira. Nela, a desigualdade e a pobreza não se devem à falta de recursos econômicos, mas à forma como esses recursos se distribuem pela população, que se divide entre setores modernos e tradicionais. Nesta seção, descrevo a evolução da distribuição da população economicamente ativa nos diversos setores da economia, bem como as contradições e desigualdades que se mantiveram ao longo do tempo.

É evidente que a industrialização e urbanização rápidas mudaram a distribuição dos trabalhadores nos setores agrícolas, industriais e de serviços da economia. Porém, menos óbvia é a correlação entre crescimento e estagnação econômica com a criação de oportunidades de trabalho. Para compreender essa correlação, é necessário averiguar como a expansão do mercado de trabalho, decorrente do crescimento econômico, foi acompanhada por aumentos ou diminuições das taxas de crescimento populacional. Se o mercado de trabalho cresce, mas a população cresce mais depressa, então, faltarão vagas no mercado apesar do crescimento econômico.

Até 1970, a média anual do crescimento populacional era de 3%, quando então decresceu para 2,5%, na década de 1980 passou para 1,9% e, finalmente, na década de 1990 chegou a 1,56% (CARVALHO, 1997). Entre 1940 e 1970, a população brasileira cresceu mais rapidamente do que o mercado de trabalho. Após esse período, a expansão do mercado ultrapassou a da população. O rápido incremento populacional até 1970 e o seu declínio posterior podem ser exemplificados pela relação entre o crescimento da população masculina e o respectivo mercado de trabalho. O número de homens com mais de 10 anos cresceu 34% durante os anos 1950 e 35% nos anos 1960, enquanto a população masculina ativa, nessa mesma faixa etária, aumentou 28% nos anos e 25% nessas décadas, respectivamente. Isto é, entre 1950 e 1970, a população masculina cresceu mais do que o mercado de trabalho masculino. Em contrapartida, nas duas décadas seguintes, o número de vagas para homens no mercado de trabalho cresceu mais do que a população masculina. Considerando os maiores de

10 anos, os aumentos foram de 33% (década de 1970) e 27% (década de 1980), enquanto a população masculina ativa cresceu 34% e 27%, respectivamente. Em resumo, entre 1970 e 1991, o mercado de trabalho para os homens cresceu mais do que a população desse sexo. No entanto, foi entre 1970 e 1980, quando a economia estava crescendo rapidamente e a população, lentamente, que a expansão do mercado atingiu o seu auge. Por outro lado, após 1980, a estagnação econômica foi neutralizada pela diminuição da taxa de crescimento populacional, enquanto ainda eram criadas vagas suficientes para os trabalhadores que iniciavam sua vida economicamente ativa. Nas décadas de 1970 e de 1980, as mulheres começaram a entrar no mercado laboral maciçamente. É extraordinário que, nesses dois decênios, o mercado de trabalho tenha conseguido não apenas absorver a população masculina, como também abrir novas vagas para o crescente número de mulheres que nele então ingressavam. Paralelamente, o sistema educacional expandia-se, o que significa que mais crianças e jovens optavam pela escola em vez de trabalhar. Apesar da estagnação econômica a partir de 1982, é preciso levar em conta que nas décadas de 1970 e 1980 o mercado de trabalho cresceu e que, mesmo com o declínio da industrialização, novos postos de trabalho foram abertos (FARIA, 1989).

As tendências de crescimento econômico, industrialização, urbanização, expansão do sistema educacional e as dinâmicas do crescimento populacional evidenciam que as mudanças estruturais significativas ocorreram entre 1970 e 1980. Foi naquela década que a economia cresceu mais rapidamente, que o processo de industrialização chegou a um termo, que a população rural diminuiu em números absolutos, que o sistema escolar e universitário expandiu-se mais rapidamente e que a taxa de crescimento da população sofreu a sua primeira retração perceptível. Portanto, é preciso considerar as conjunturas de mudanças estruturais contínuas entre 1930 e 1980, período que compreende as fases de substituição de importações e do “milagre econômico”, e o ritmo lento dessas mudanças após 1980, que corresponde à fase de “estagnação econômica”. Resta saber qual foi o impacto desses processos de industrialização, urbanização, escolarização e crescimento populacional na redistribuição da mão-de-obra entre os diversos setores da economia.

Para responder essa pergunta, descrevo a mudança na distribuição da mão-de-obra nos setores agrícolas, industriais e de serviços da economia entre 1940 e 2000. Além disso, apresento a evolução da participação feminina na po-

pulação economicamente ativa, tendo em vista que no Capítulo 4 abordarei os padrões de mobilidade das mulheres. O Gráfico 5 resume os dados dos censos sobre a distribuição da população economicamente ativa e inativa, com mais de 10 anos de idade, nos diversos setores da economia.

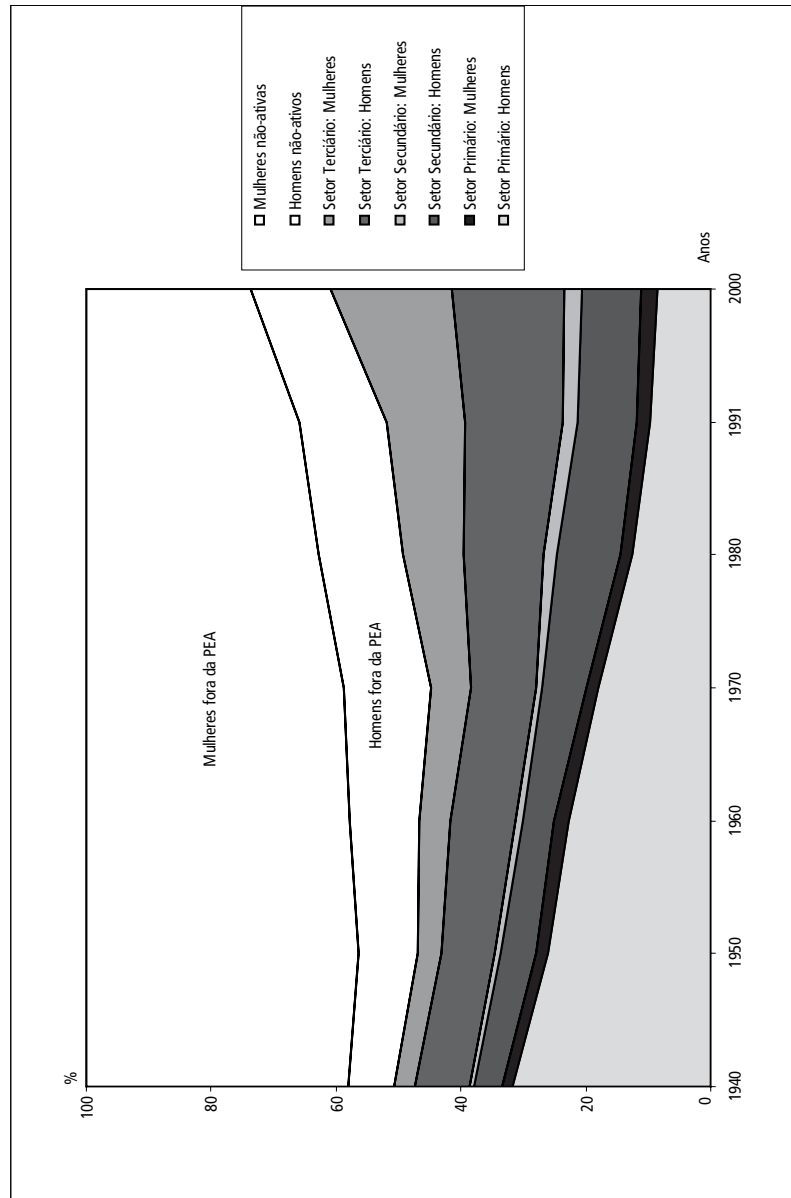
No gráfico, a tendência mais visível é o declínio do trabalho no setor primário. Em 1940, 9,7 milhões de pessoas (9,2 milhões de homens e 0,5 milhão de mulheres) – ou 71% da população economicamente ativa – trabalhavam no campo. Até 1970, o número absoluto de trabalhadores no setor primário cresceu para 13,1 milhões, o que então equivalia a 50,6% da mão-de-obra. Em 1980, a mão-de-obra do setor rural diminuiu para 12,7 milhões, equivalentes a 35% da mão-de-obra e, em 2000, esse percentual recuou ainda mais (23,8%).

Embora o declínio do trabalho rural seja uma característica comum do desenvolvimento e da industrialização em geral, o caso brasileiro exibe algumas singularidades. É comum que a industrialização leve ao decréscimo do trabalho rural, na medida em que cria demanda de mão-de-obra nos centros urbanos e proporciona avanços tecnológicos na produção agrícola que extinguem a demanda por mão-de-obra nessas áreas. No Brasil, até o início da década de 1980, o avanço tecnológico da produção rural não acabou com a agricultura de subsistência, com a contratação de trabalhadores sazonais, nem com o emprego de trabalhadores não-qualificados nas grandes propriedades agrícolas (HASENBALG; SILVA, 1988, cap. 1; NEVES, 1997).

Como visto anteriormente, os números que descrevem os tipos de relação de trabalho no setor agrícola mostram, muito claramente, que, apesar de todas as mudanças, a estrutura agrária continuou a se caracterizar por formas de trabalho tradicionais. Embora as condições de vida no campo tenham melhorado bastante, principalmente no Sul do país, a modernização da produção agrícola não alterou a essência da estrutura agrária nacional. A propriedade da terra continua muito concentrada, ou seja, os latifúndios e minifúndios ainda são as formas mais comuns de propriedade da terra. As grandes propriedades passaram a adotar modernas técnicas de fertilização e de maquinaria. Em contraste, a maioria das propriedades pequenas continua dependendo do trabalho familiar, praticando a agricultura de subsistência.

Nos centros urbanos também persistem os contrastes entre setores modernos e tradicionais. O aumento da oferta de trabalho nessas áreas caracteriza-se por uma expansão não apenas do moderno setor industrial, que depende

Gráfico 5 – Distribuição da população residente de 10 anos ou mais de idade, por sexo e setor de atividade (PEA) ou inatividade (fora da PEA) – Brasil, 1940-2000



da mão-de-obra qualificada, mas também do setor de construção civil e do setor de serviços de nível mais baixo, os quais dependem de um grande contingente de mão-de-obra não-qualificada.

O número de pessoas no conjunto da indústria vivenciou um crescimento contínuo nas últimas décadas. De 1960 a 1980, o setor foi o mais dinâmico e responsável pela criação de vários postos de trabalho. Em 1940, 1,5 milhão ou 9,6% de todos os trabalhadores ativos atuavam no setor industrial. Em 1970, o número de trabalhadores nesse setor aumentou consideravelmente, passando a 5,3 milhões ou 20% da mão-de-obra ativa. Em 1980, após a década na qual o país se industrializou mais rapidamente, o setor empregava 10,8 milhões de pessoas ou 25% da mão-de-obra ativa. Na realidade, foi nas décadas de 1960 e 1970 que os principais parques industriais e a construção de infra-estrutura (estradas, portos, pontes, etc.) apresentaram maior dinamismo no Brasil. O Gráfico 5 também indica que a participação feminina no setor industrial sempre foi muito reduzida, embora tenha aumentado consideravelmente a partir de meados da década de 1970. Entre 1970 e 1980, o percentual da PEA total constituído por mulheres no setor industrial passou de 2,2% para 4,1%, ou seja, um crescimento de 0,6 para 1,8 milhão de pessoas.

Dentro do setor industrial, a indústria de transformação (que inclui segmentos modernos, como de aço, de energia, automotivo e outros) foi a que apresentou maior dinamismo entre 1960 e 1980, com a criação de 1,1 milhão de postos de trabalho. Em outras palavras, em 1960 cerca de 8% da mão-de-obra masculina trabalhava nos modernos parques industriais; 20 anos mais tarde, esse segmento abarcava cerca de 17% dessa mão-de-obra. Nesse período, um moderno parque industrial estabeleceu-se definitivamente no país. Os trabalhadores da indústria de transformação são, em geral, qualificados, e a expansão desse setor da economia significou a criação de posições de classes de trabalho qualificado, como será visto no próximo capítulo. Por essa razão, a indústria de transformação se diferencia bastante da construção civil, que depende, em grande parte, de mão-de-obra não-qualificada.

Como consequência do investimento estatal maciço na construção de rodovias, portos, pontes e muitas outras instalações, o segmento de construção civil cresceu rapidamente após 1960. Os investimentos estatais na infra-estrutura foram as principais razões para a expansão da mão-de-obra nesse setor até

1980. Enquanto em 1960 cerca de 0,7 milhão de homens (4% da mão-de-obra masculina) estava no setor de construção civil, em 1980 eles eram 3,1 milhões (10% da mão-de-obra masculina).

Como o processo de industrialização no Brasil caracterizou-se não apenas pela criação de postos de trabalho que exigiam algum tipo de qualificação nos modernos parques industriais — a maioria na indústria de transformação —, mas também pela criação de postos de trabalho para mão-de-obra não-qualificada na construção civil ou no baixo setor de serviços, não se pode simplesmente enaltecer os benefícios da modernização. A maioria das pessoas que estavam deixando o setor agrícola, ou os filhos dessas pessoas, colocou-se como mão-de-obra não-qualificada na indústria de construção civil ou no baixo setor de serviços. Não é surpreendente, portanto, descobrir que a mão-de-obra não-qualificada como, por exemplo, porteiros ou peões de obra, sejam comumente conhecidos como paus-de-arara; isto é, trabalhadores rurais migrantes que viajaram para as cidades em caminhões rudimentares assim apelidados. Essas pessoas certamente experimentaram alguma melhoria de vida, tendo em vista que a população rural brasileira sempre viveu em situação de muita pobreza e desigualdade, e a mudança para os centros urbanos significa ainda a expansão de oportunidades. A vida nas grandes cidades, no entanto, apresenta diversas dificuldades para a população de baixa renda e com pouca qualificação.

Embora a maioria desses trabalhadores paus-de-arara e seus filhos tenham migrado para as áreas metropolitanas nas décadas de 1960 e 1970, nas duas décadas seguintes eles continuaram a deixar, em massa, as regiões rurais pobres. A diferença está no fato de que, nas décadas de 1980 e 1990, era mais fácil encontrar trabalho no setor de serviços do que no setor industrial da economia. Além disso, o setor de serviços é o principal destino das mulheres, que começaram a entrar de forma acentuada no mercado de trabalho a partir da década de 70. Na realidade, nos anos 1980, a indústria e a agricultura começaram a diminuir em números relativos e o setor de serviços cresceu mais rapidamente do que nunca, tanto em termos absolutos como em relativos. Enquanto, em 1980, cerca de 19,8 milhões de trabalhadores (36% da mão-de-obra, sendo 11,4 milhões de homens e 8,4 milhões de mulheres) estavam no setor de serviços, em 2000, cerca de 49 milhões de trabalhadores (61% da mão-de-obra, sendo 23 milhões de homens e 25 milhões de mulheres) atuavam nesse setor da economia.

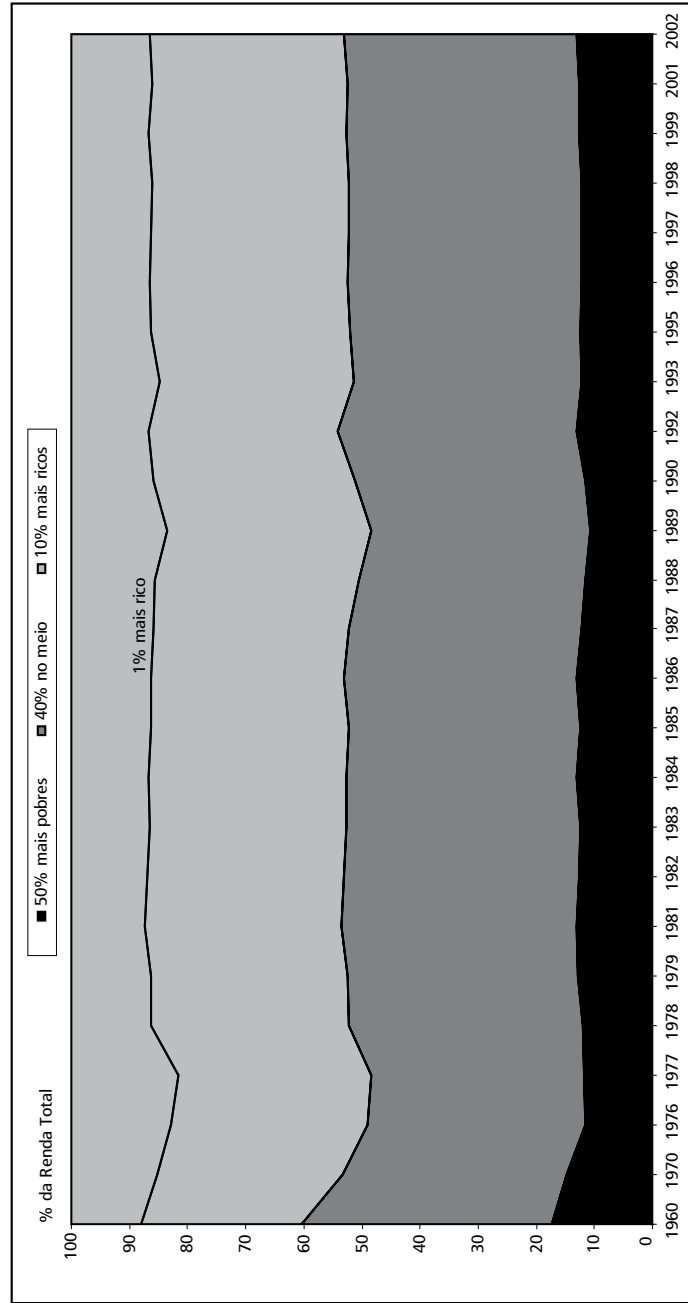
No setor de serviços, assim como no industrial e no agrícola, há contrastes marcados entre atividades modernas e tradicionais. Floresceram tanto as atividades de profissionais e outras ocupações qualificadas oferecendo serviços sofisticados, quanto as atividades tradicionais, tais como serviços domésticos e de baixa qualificação. Por exemplo, o setor informal oferecendo serviços de baixa qualificação incluía mais da metade da força de trabalho urbana ao longo da década de 90.

Esse tipo de dicotomia entre setores tradicionais e modernos da economia predominou na agricultura, na indústria e nos serviços. Diversos intérpretes da modernização brasileira enfatizam tal característica, que definem como a “modernização conservadora”, ou seja, um processo de desenvolvimento em que grande parte da população fica excluída. Esse processo levou à perpetuação das desigualdades de renda desde a década de 1960 até os dias de hoje. O gráfico a seguir mostra a distribuição da renda total entre as famílias 1% mais ricas, 10% mais ricas, 40% intermediárias e os 50% mais pobres, entre 1960 e 2002.

A principal característica apontada pelo gráfico anterior é a estabilidade. Ou seja, a desigualdade de renda no Brasil não mudou significativamente desde os anos 1960. Além disso, a desigualdade é altíssima quando comparada à de outros países, sendo considerada uma das mais altas já registradas. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), esses altos níveis de desigualdade são uma das causas da pobreza que atinge a população (45%, até 1994, e 35% desde então). Tendo em vista que não faltam recursos, o Brasil não é um país miserável, mas de péssima distribuição de renda, a enorme quantidade de pobres é uma consequência das desigualdades.

De acordo com Bacha e Taylor (1976) e Serra e Tavares (1971), a alta desigualdade de renda está fortemente associada ao tipo de desenvolvimento baseado na convivência entre setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho, nos padrões de consumo e na economia em geral. Como venho sugerindo ao longo deste capítulo, a manutenção desses altos níveis de desigualdade e contradições também se deve aos baixos recursos disponíveis nas classes de origem (principalmente rurais) e no sistema educacional durante todo o processo de industrialização. Adicionalmente, um mercado de trabalho dividido também determinou um enorme número de posições de trabalho de baixa qualificação e de caráter tradicional.

Gráfico 6 – Distribuição da renda acumulada pelos 1% mais ricos, 10% mais ricos, 40% no meio e 50% mais pobres – Brasil, 1960-2002



Se o mercado de trabalho tivesse se modernizado de forma mais homogênea, provavelmente haveria menos desigualdade e mais posições de classe de trabalho qualificado teriam sido criadas, impulsionando assim mais oportunidades de mobilidade social ascendente. Essas dicotomias do mercado de trabalho são, portanto, uma outra característica historicamente condicionada do desenvolvimento brasileiro, a qual definiu a formação da estrutura de classes por meio dos padrões de mobilidade social que descreverei nos próximos capítulos.

CONCLUSÃO

O tema da mudança social inspirou todos os sociólogos clássicos do século XIX. Karl Marx, Alexis de Tocqueville, Max Weber, Vilfredo Pareto, Emile Durkheim e Ferdinand Tonnies, dentre vários outros pensadores, dedicaram grande parte de sua atenção para entender as transformações que ocorreram nas sociedades ao longo do referido século. Em meados do século XX, cientistas sociais latino-americanos também se debruçaram sobre o tema da expansão do capitalismo e do surgimento das sociedades de classes (e.g. FERNANDES, 1974). Esses estudiosos, trabalhando fora dos grandes centros, procuravam reformular as teorias clássicas à luz das diferentes formas de desenvolvimento econômico, social e político que observavam nos países da periferia. A teoria clássica parecia não ser capaz de explicar os caminhos diversos pelos quais essas sociedades se desenvolviam.

Em *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*, o sociólogo Charles Tilly (1984) faz um balanço crítico das teorias utilizadas para explicar a mudança social. Em sua crítica, Tilly alerta para os perigos da utilização de oito postulados perniciosos herdados da sociologia clássica do século XIX. O primeiro é aquele que imagina que a sociedade é uma unidade definida, com fronteiras claras que separam uma da outra. Isso não é verdade porque as sociedades se caracterizam justamente pelo fato de serem constituídas a partir de redes e relações entre indivíduos e entre instituições. Por exemplo, o desenvolvimento de um Estado só pode ser compreendido a partir da relação que estabelece com outros Estados. O segundo postulado criticado é o de que eventos mentais são as causas de comportamentos sociais. Segundo Tilly, essa

idéia não leva ao entendimento de processos de mudança social de longa duração, posto que as escolhas individuais devem ser entendidas como estruturadas pelas redes de relações sociais nas quais os indivíduos se encontram. O terceiro postulado a evitar é o de que a mudança social consiste num fenômeno coerente, que segue um caminho claro e linear. O quarto postulado falso é uma consequência direta do anterior, ou seja, também devem ser evitadas as teorias que imaginam a mudança social seguindo estágios e etapas claras. Isso não é verdade, posto que em diversas sociedades e contextos as mudanças – tais como democratização ou expansão do capitalismo – seguem caminhos tortuosos e idiossincráticos.

O quinto postulado criticado por Tilly é a idéia de que a diferenciação é o principal processo que determina a mudança social. É óbvio que diversos aspectos da sociedade sofrem diferenciação ao longo da mudança social, mas muitos outros passam pelo processo oposto, ou seja, tornam-se mais semelhantes (por exemplo, a padronização das línguas, o desenvolvimento do consumo de massa, etc.). O sexto postulado a evitar é o que relaciona diferenciação e integração. Segundo essa idéia, quando há diferenciação sem integração surge todo tipo de desordem social. Assim, a diferenciação rápida e excessiva levaria à desordem social. Industrialização, urbanização e migração são exemplos de processos de diferenciação que, segundo diversas explicações, levariam à expansão da criminalidade, que é uma forma de desorganização social. Há, no entanto, inúmeras teorias alternativas sobre a criminalidade que rejeitam explicitamente a idéia de que é a mudança social que leva à desintegração de laços sociais e, conseqüentemente, à criminalidade. Teorias da ação racional, dos rótulos sociais, dentre outras, rejeitam a conexão direta entre diferenciação, falta de integração e desorganização social. O sétimo postulado falso, que está ligado ao anterior, enfatiza que com a mudança social criam-se desordens de diversos tipos. Essa idéia também foi identificada como falsa. Em diversas favelas que surgiram nas grandes cidades latino-americanas não é a desorganização que prevalece, etnógrafos urbanos mostraram claramente que há formas de organização complexas que surgem nessas áreas. O último postulado diferencia formas legítimas e ilegítimas de uso da força. A força policial, por exemplo, seria considerada legítima porque traz a ordem, ao passo que as revoltas sociais seriam ilegítimas porque trazem desordem. De fato, diversos cientistas sociais se contrapõem a tais idéias, tendo em vista que freqüentemente as forças de-

finidas como legítimas são contrárias a mudanças importantes (por exemplo, em governos ditatoriais) e forças ilegítimas podem ser os principais meios de transformação social.

Todos os postulados criticados por Tilly partem da idéia de que as transformações sociais rápidas e abruptas criam desordens econômicas, sociais e culturais de grande impacto. Evitar esses postulados perniciosos é fundamental na pesquisa histórica de cunho comparativo. Neste livro, dedico-me ao estudo aprofundado dos padrões de mobilidade social e desigualdade de oportunidades no Brasil, mas também procuro observar o país em perspectiva comparada. Pesquisas que realmente venham a contribuir para o avanço do conhecimento sociológico devem ser historicamente fundamentadas, pois cada nação seguiu caminhos diferentes de desenvolvimento que certamente influenciam seus padrões de mobilidade e que devem ser levados em conta.

A apresentação que fiz neste capítulo sobre a mudança social que ocorreu rapidamente no Brasil durante o século XX procura evitar os postulados criticados, na medida em que descreve o contexto histórico em que se dão as tendências de mobilidade social que analisarei nos capítulos subseqüentes. Embora por vezes eu tenha utilizado a distinção entre características tradicionais e modernas que se combinaram ao longo da modernização da sociedade brasileira, não compartilho das idéias simplistas de que transições sociais devem seguir estágios claros e de que a desordem surge por causa desse tipo de mudança. O uso dos termos “tradicional” e “moderno”, por exemplo, está muito freqüentemente ligado aos postulados criticados por Tilly. Ao usar tais idéias, quis apenas enfatizar algumas características da mudança social que ocorreu no Brasil. Certamente, muitos dos aspectos que salientei no processo de transformação da sociedade brasileira também estiveram presentes em outras sociedades. Por exemplo, talvez toda forma de modernização seja em alguma medida “conservadora”, afinal, as desigualdades e formas de dominação estão presentes em qualquer sociedade. A desigualdade também não é uma consequência da desorganização social que seria derivada das transformações rápidas da sociedade brasileira.

Na realidade, em minha descrição do processo de mudança social que ocorreu na sociedade brasileira durante o século XX enfatizei três características que foram consequência direta de decisões políticas e institucionais do passado. Essas decisões obviamente se deram em contextos estruturais complexos da

economia e da sociedade brasileiras ao longo do século passado. O primeiro aspecto que salientei foi o da “herança rural” da maioria da população brasileira. Ao destacar que a maioria das pessoas que ingressavam no mercado de trabalho era migrante do campo ou filha desses migrantes não quis de forma alguma dizer que essa origem rural levou à desorganização dos meios urbanos e dos mercados de trabalho. Não compartilho de nenhuma teoria do “homem marginal” ou da desorganização social. Simplesmente enfatizei que as pessoas oriundas do meio rural trouxeram muito poucos recursos econômicos de suas origens. Isso se deve a uma longa história de exploração do trabalho no campo e de concentração fundiária. A falta de recursos econômicos da maioria das pessoas com origem rural deve ser explicada antes por características da sociedade rural brasileira do que por falta de capacidade dessas pessoas. Para entender os padrões de mobilidade social é importante compreender as características da sociedade rural brasileira, porque a maioria da população tem origem no campo. Utilizei, como em qualquer explicação histórica, contrafactuais plausíveis, ou seja, destaquei que se no passado a desigualdade no campo tivesse sido resolvida ou minorada, então as pessoas com origens rurais teriam mais recursos e os padrões de mobilidade social observados seriam completamente diferentes.

O segundo ponto que grifei também resulta de escolhas políticas do passado. O lento desenvolvimento do sistema educacional brasileiro não foi uma consequência direta do processo de transformação rápida, mas produto de escolhas e políticas educacionais erradas. Primeiro as escolas se expandiram muito lentamente, talvez por falta de recursos econômicos. Mas depois, durante os anos 1960 e 1970, deu-se mais ênfase ao desenvolvimento da educação de terceiro grau, em detrimento da educação básica. Essa escolha implicou na exclusão de um enorme contingente populacional, em grande parte daqueles com origens rurais, que se viram sem acesso à educação e, portanto, sem recursos fundamentais para impulsionar a mobilidade social. Além de contar com recursos escassos em suas origens familiares, a maioria dos brasileiros teve poucas chances de obter recursos via escolarização. De novo fiz uso de explicação contrafactual, ou seja, se o desenvolvimento das escolas básicas houvesse sido mais inclusivo durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, observaríamos uma sociedade com muito mais mobilidade social. Nos próximos capítulos mostrarei que houve muita mobilidade, mas muito mais teria ocorrido se o sistema educacional brasileiro tivesse sido mais inclusivo.

Finalmente, enfatizei o fato de a economia brasileira ter se desenvolvido principalmente a partir da expansão das indústrias de bens sofisticados, visando atender apenas a uma parcela da população. De acordo com várias interpretações, descritas ao longo do capítulo, essa modernização criou enormes contrastes no mercado de trabalho brasileiro. Contrastes entre setores de produção e consumo modernos e tradicionais. Esse tipo de desenvolvimento não resultou de processos naturais, mas de políticas econômicas específicas. Não sei exatamente quais seriam as alternativas ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro,¹⁹ talvez o maior problema das políticas adotadas ao longo do século passado não tenha sido o tipo, mas o tempo e a duração. A política de “substituição de importações”, por exemplo, parece ter se prolongado muito mais do que deveria, criando uma enorme dívida externa. O fato é que o mercado de trabalho brasileiro permaneceu sendo dividido entre setores “modernos” e “tradicionais”, o que certamente tem impacto sobre os padrões de mobilidade social.

A falta de recursos econômicos que caracteriza a maioria da população com origens rurais, o lento desenvolvimento do sistema educacional e a convivência de setores modernos e tradicionais no mercado de trabalho são aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira que estão intimamente relacionados aos padrões de mobilidade social. Sem tais aspectos a história que descrevo seria completamente diferente. Em outras palavras, as informações e análises dos próximos capítulos só podem ser entendidas como parte do contexto histórico que delineei anteriormente.

19. Para algumas sugestões críticas sobre desenvolvimento econômico, ver Sabel e Piori (1984) e Sabel e Zeitlin (1997).

CLASSES SOCIAIS E CHANCES DE VIDA

Em estudo sobre subdesenvolvimento e classes sociais no Brasil, Florestan Fernandes afirma: “O regime de classes vincula-se, portanto, a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando distâncias e barreiras sociais antigas nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente novas” (FERNANDES, 1968, p. 69).

Nas décadas de 1960 e 1970 Fernandes desenvolveu, por meio de análises históricas e teóricas, o argumento de que diversas formas de desigualdade social no Brasil estariam vinculadas ao regime de classes da emergente sociedade industrial periférica (ver, por exemplo, FERNANDES, 1965, 1968, 1974). Esse regime de classes, por sua vez, teria sido fundamentalmente marcado pelas características da sociedade agrária e rural que dava lugar às crescentes industrialização e urbanização. Essa sociedade agrária, caracterizada pela agricultura de exportação e pelo regime escravista, teria deixado uma herança de contrastes e desigualdades que continuariam a marcar, ao menos por algum tempo, a moderna sociedade de classes. A diferença da teoria de Florestan Fernandes em relação a outras sobre desigualdade é o ponto de partida estrutural, ou seja, ele parte da idéia de que as bases das desigualdades sociais encontram-se na estrutura de classes. Compartilhando dessa teoria estrutural das desigualdades, descrevo neste capítulo os fundamentos teóricos e a implementação do esquema de classes que utilizarei ao longo do livro. Abordo, ainda, as desigualdades sociais entre essas classes num período crucial do estabelecimento da sociedade industrial no Brasil, entre 1973 e 1996.²⁰

20. Para um debate sobre mobilidade social e desenvolvimento econômico, ver Goldthorpe (1985) e Treiman (1970).

Embora diversos trabalhos baseados em pesquisas históricas e de campo tenham discutido o argumento de Fernandes por meio de análises das correlações entre sociedades agrária e industrial, desigualdades sociais, classes sociais e identidades políticas no Brasil,²¹ poucos estudos com dados agregados e metodologia quantitativa foram desenvolvidos até meados da década de 1970. Até então, apenas os dados provenientes dos censos populacionais permitiam discutir, de um ponto de vista macrossociológico, a validade empírica dos argumentos de Fernandes.²² Alguns estudos sociológicos relevantes para o debate sobre a estrutura de classes, como o de Lopes (1971), realizaram-se com base nos dados dos censos.

A maioria dos censos, com exceção do de 1960, fornecia apenas tabelas já publicadas e não as planilhas de dados que permitiriam elaborar novas classificações. Sem estes dados, o estudo e a análise do desenvolvimento da estrutura de classes e das desigualdades no Brasil eram bastante limitados. Foi a partir de 1973, com a realização, pelo IBGE, da primeira Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), representativa da população nacional,²³ que cientistas sociais passaram a ter dados confiáveis para descrever a estrutura de classes nacional e sua relação com as diversas formas de desigualdade observadas no país.²⁴ A PNAD e outras pesquisas amostrais importantes começaram a ser coletadas regularmente a partir do início da década de 1970 e permitiram o avanço do conhecimento de diversas características da estrutura social brasileira. No entanto, apenas poucos estudos sociológicos fizeram uso desses dados para descrever a estrutura de classes e suas relações com diversas formas de desigualdade.²⁵

Uma notável exceção é o programa de pesquisas desenvolvido por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1979, 1988, 1992, 1999). Esses sociólogos propõem-se a investigar as interações entre raça, classe e desigualdades sociais

21. Para uma revisão da bibliografia, ver Guimarães (1999).

22. Exceções são Lopes (1971), Queiroz (1965), Pinto (1963, 1967) e Soares (2001).

23. Na realidade, as áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste não foram incluídas nessa PNAD.

24. O primeiro trabalho sociológico baseado nesses dados é o de Pastore (1981). Estudos anteriores (HUTCHINSON, 1957, 1958, 1960) restringem-se à cidade de São Paulo.

25. Ver Silva (1999) para revisões de parte dessa literatura.

na sociedade industrial brasileira. De forma simplificada, a principal conclusão é a de que raça permanece como um fator determinante das desigualdades sociais no país, o que não significa que classes sociais sejam menos relevantes como definidoras de desigualdades e diferenciações sociais. De fato, entendo esse programa de pesquisas como um longo argumento apontando para a importância de entendermos a continuidade das interações entre raça e classe em nossa moderna sociedade industrial. Não se trata de colocar raça e classe em uma espécie de corrida metodológica e teórica para ver qual é mais importante na determinação das desigualdades sociais, mas sim de reconhecer que ambos os fatores são relevantes para o entendimento da história das desigualdades sociais no Brasil.

Tendo em vista a existência de uma tradição de estudos que considerava que a sociedade brasileira era desprovida de racismo, Hasenbalg e Valle Silva enfatizaram a importância da raça ou cor na determinação de desigualdades. Não concordo, no entanto, com a idéia de que os trabalhos desses sociólogos tenham superado por completo o argumento de Florestan Fernandes. O raciocínio de que diversas formas de desigualdade social estão ancoradas no regime de classes e de que este regime é profundamente marcado pela sociedade agrária anterior continua sendo, a meu ver, extremamente relevante para compreender as características da sociedade brasileira. Ou seja, o argumento de que há bases estruturais na divisão do trabalho que determinam os níveis de desigualdade permanece central para a formulação de análises sobre desigualdades sociais.

Ainda há necessidade de avançar as reflexões macrosociológicas e empíricas sobre as possíveis conexões entre a estrutura de classes e as diversas formas de desigualdade e ação social. Apesar dessa urgência, a maioria dos estudos sobre desigualdades sociais que empregam dados agregados tem sido desenvolvida mais freqüentemente por economistas do que por sociólogos. Aqueles tendem a basear suas análises em dados sobre renda individual e familiar. Embora os estudos sobre desigualdade de renda no Brasil sejam de excelente qualidade (ver HENRIQUES, 2000), renda não pode ser usada como sinônimo de classe social. Esta não é apenas um reflexo da renda disponível para indivíduos e famílias. De acordo com longa tradição sociológica, classes sociais deveriam ser definidas conforme as posições ocupacionais de indivíduos dentro de unidades produtivas e mercados de trabalho.

Recentemente, alguns sociólogos começaram a investigar as características da estrutura de classes e suas relações com diversas formas de desigualdade e algumas formas de ação social no Brasil (COSTA RIBEIRO; SCALON, 2001; CARDOSO, 2000; FIGUEIREDO SANTOS, 2002; NEVES, 1997). Esses estudos seguem linhas teóricas distintas, mas todos procuram mostrar a centralidade das classes sociais na determinação de desigualdades sociais. Em oposição à definição de economistas e leigos, que costumam pensar em classes sociais e níveis de renda como sinônimos, os estudos sociológicos definem as classes de acordo com a posição na unidade de produção e/ou ocupação. Exemplos de trabalhos recentes incluem: estudos sobre mobilidade de classes realizados por Scalon (1999) e Costa Ribeiro e Scalon (2001); estudos sobre posições de classe e interações entre classe e renda desenvolvidos por Figueiredo Santos (2002) e Neves (1997); estudos sobre ação sindical e carreira ocupacional feitos por Cardoso (1999, 2000).²⁶

Este livro é uma contribuição, creio que essencial, ao debate sobre desigualdades e classes sociais no Brasil. Apesar de seguir a perspectiva sociológica, o trabalho também pode ser relevante ao debate mais amplo, na medida em que analisa aspectos centrais da relação entre classes e desigualdades sociais que são pouco explorados por sociólogos e economistas. Neste capítulo objetivo analisar as desigualdades de condições de vida ou chances de vida entre 16 classes sociais no período de 1973 a 1996. Nos próximos capítulos, desenvolvo diversas análises sobre oportunidades de mobilidade social. O estudo conjunto da estrutura de classes, da estrutura de oportunidades de mobilidade social e das condições de vida da população é essencial para avançar com mais rigor algumas das proposições de Florestan Fernandes. A estrutura de classes brasileira é marcada pela transição da sociedade agrária para a sociedade industrial – os dados indicam que pelo menos 50% dos homens entre 25 e 64 anos de idade têm origem em famílias da classe de trabalhadores rurais. As condições de vida estão, por sua vez, associadas a diferentes posições de classe. De fato, como mostro neste capítulo, as intuições de Fernandes estavam parcialmente corretas, uma vez que diversas formas de desigualdade estão relacionadas à es-

26 Provavelmente há outros estudos que deveriam ser incluídos na lista, mas como este trabalho não objetiva realizar uma revisão bibliográfica, sinto-me desincumbido de apresentar inventário exaustivo.

estrutura de classes, embora não haja um aumento dessas desigualdades ao longo dos anos. No próximo capítulo, o argumento, central para Fernandes, de que o regime de classes no Brasil é marcado pela antiga estrutura agrária de monocultura e de exploração do trabalhador rural será estudado com mais rigor por meio de análises dos padrões de mobilidade de classe. Por consequência, o estudo das desigualdades ancoradas no regime de classes também depende da análise dos padrões de mobilidade social, já que a origem social dos indivíduos determina muitas de suas experiências e chances de vida. Antes de discutir as análises conceituais e empíricas que desenvolvi com o objetivo de explicitar a correlação entre estrutura de classes e desigualdades sociais, gostaria de apresentar, brevemente, quatro aspectos que perpassam todo o capítulo: as características do período analisado; a definição de classes sociais adotada e o conceito de condições de vida.

Este capítulo concentra-se no período de 1973 a 1996, que foi marcado por uma conjuntura de rápido crescimento econômico, até o início da década de 1980, seguida de uma fase de crise ou estagnação.²⁷ Essas características da história econômica recente são tematizadas nos novos estudos sobre classes sociais, na medida em que estes procuram investigar os impactos dos processos econômicos *stricto sensu* nas diversas formas de desigualdade social derivadas da estrutura de classes. Neste capítulo, portanto, procuro fazer um balanço da história recente, tendo em vista que analiso o impacto das conjunturas de crescimento e de crise econômica não apenas nas desigualdades, mas também na variação temporal da distribuição agregada de condições de vida. No entanto, antes de apresentar tais análises históricas, devo esclarecer qual conceito de classes sociais utilizo.

Embora seja verdade que estudos sobre a estratificação por classes sociais venham ganhando, nas últimas décadas, importância crescente na sociologia nacional, não há consenso quanto à melhor forma de conceituar e medir classes sociais. Essa falta de consenso não é uma particularidade da literatura brasileira; os debates teóricos e empíricos jamais chegaram a uma conclusão.²⁸

27 Análises sobre esses períodos de crescimento e crise podem ser encontradas em Abreu e Verner (1997) e Faria (1989).

28. Sobre essa polêmica, ver Wright (1997), Goldthorpe (1982, 2000), Erickson e Goldthorpe (1992, 1993), Grusky e Sorensen (1998), Sorensen (1991) e Hauser e Warren (1997).

Portanto, não pretendo defender o esquema que uso como o supra-sumo da definição de classe social. Adoto uma abordagem mais pragmática:²⁹ utilizo um esquema de classes que facilita comparações internacionais, não fere as particularidades relativas a certas ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro e é amplamente utilizado e conhecido por pesquisadores da área de estratificação social.

Segundo a definição que adoto (ERICKSON *et al.*, 1979; ERICKSON; GOLDTHORPE, 1992), classes sociais devem ser estabelecidas pelas condições de emprego e mercado em que os trabalhadores se encontram. Em outras palavras, foi com o objetivo de distinguir relações de emprego que o esquema Casmin (*Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations*, ‘análise comparativa da mobilidade social em nações industrializadas’)³⁰ foi proposto para estudos comparativos. Seguindo tradição sociológica que remonta a Max Weber (1978) e Karl Marx (1978), os sociólogos que formularam o esquema Casmin fazem uma distinção básica entre dois tipos de relação de emprego: proprietários (empregadores e autônomos) e empregados. Dentre os empregados há, ainda, uma distinção entre contratos de trabalho restritos (*labour contract*) e contratos delegando amplas responsabilidades aos empregados (*service relationship*). O esquema também respeita a divisão entre trabalho não-manual urbano, manual urbano e rural. Acrescento outras distinções que não estão presentes no esquema inicial na medida em que divido algumas classes do esquema Casmin de acordo com setores de atividade e tarefas específicas que são considerados extremamente importantes no caso brasileiro (SILVA, 1999). A divisão entre setores modernos e tradicionais da indústria, como mostrei no capítulo anterior, é uma característica marcante do processo de industrialização brasileiro. Portanto, incluir tal distinção nas classes de trabalhadores qualificados e não-qualificados é fundamental para que possamos chegar a um entendimento mais detalhado do processo de estratificação da sociedade brasileira. Desta forma, amplio o esquema Casmin de

29. Essa perspectiva pragmática foi recentemente defendida por um dos principais adeptos do marxismo analítico, Erik Olin Wright (2004), que afirma: “One can be a Weberian for the study of social mobility, a Bourdieunian for the study of the class determination of lifestyles, and a Marxian for the critique of capitalism”.

30. Esse é o nome de um projeto de pesquisa comparativo internacional envolvendo pesquisadores de vários países e liderado por Robert Erickson e John Goldthorpe (1993).

11 para 16 classes. Utilizo diferentes agregações dessas 16 classes, bem como o conjunto desagregado, ao longo deste livro.

É importante lembrar que todas essas distinções são elaboradas levando em conta a ocupação das pessoas envolvidas, mas variáveis como renda e educação não entram diretamente na definição das classes sociais. Embora esses itens não sejam utilizados para elaborar as posições de classe, há uma forte correlação não só entre posição de classe, renda e educação, como também entre posição de classe e diversas outras variáveis que descrevem as condições de vida da população ou, como preferem os economistas, o nível de bem-estar social.

A distribuição das condições de vida entre as classes sociais é definida por variáveis que medem os recursos de renda e educação disponíveis para os membros de cada classe e as privações de serviços básicos de infra-estrutura. Já que desigualdade é um conceito comparativo (SEN, 1992), as desigualdades de condições entre classes sociais devem ser observadas pela distância que as separa em termos das condições de vida disponíveis. Outro aspecto importante a observar são as flutuações nas condições de vida disponíveis para cada classe nesse período. Portanto, neste capítulo, além de descrever as principais características do esquema de classes que utilizo, apresento a evolução das desigualdades de classe entre 1973 e 1996.

Nos capítulos subseqüentes amplio as análises sobre a relação entre classes sociais e chances de vida a partir do estudo minucioso dos padrões de mobilidade social no Brasil. Além de determinarem desigualdades de níveis de renda, chances educacionais e acesso a serviços e bens, as classes sociais em que as pessoas crescem influenciam enormemente suas chances de mobilidade social. Segundo Max Weber (1978), uma das principais chances de vida determinadas pelas classes sociais são as oportunidades de mobilidade social. Uma vez que cada classe social está associada a um nível distinto de condição de vida, as análises de distribuição de oportunidades de mobilidade social entre posições de classe mais e menos vantajosas são essenciais em qualquer balanço sobre as desigualdades sociais. Ao contrário do que ocorre com análises sobre as condições de vida ou níveis de bem-estar social, o estudo da estrutura de oportunidades de mobilidade social no Brasil tem sido bastante negligenciado por economistas e sociólogos.³¹ Além disso, os trabalhos sociológicos sobre

31. Ver Silva (1999).

mobilidade social no Brasil não expressam claramente que, assim como em termos de condições de vida, também é necessário distinguir entre aspectos agregados e relativos da estrutura de oportunidades de mobilidade social, ou seja, que há oportunidades agregadas e desigualdade de oportunidades. Por exemplo, se uma determinada classe social privilegiada aumenta seu tamanho relativo ao longo do tempo, por exemplo entre 1973 e 1982, pode-se dizer que aumentaram as oportunidades agregadas de mobilidade social. No entanto, as chances relativas para aproveitar as maiores oportunidades agregadas podem ser bem ou mal distribuídas. Em outras palavras, pode haver maior ou menor desigualdade de oportunidades, ou nas chances relativas de mobilidade social, entre pessoas com origens em diferentes classes sociais. Uma sociedade em que há pouca desigualdade de oportunidades é concebida, grosso modo, como mais aberta ou justa. Já uma sociedade com muita desigualdade de oportunidades é definida como mais fechada ou menos justa.³²

Embora os temas da mobilidade social e das desigualdades de oportunidade sejam matéria dos próximos capítulos, acho relevante mencioná-los aqui na medida em que mobilidade social também é um aspecto relacionado às desigualdades nas chances de vida, principal tema do presente capítulo. Apresento a seguir os fundamentos da teoria weberiana que informa a elaboração do esquema de classes que utilizo. Seguem-se as principais características das 11 classes sociais do esquema Casmin, bem como as subdivisões que estou sugerindo com base nas considerações da literatura brasileira. Depois, analiso as mudanças nos níveis agregados e na desigualdade de condições de vida no período de 1973 a 1996.

ANÁLISE DE CLASSES NEO-WEBERIANA

Para determinar se as desigualdades nas chances de vida entre indivíduos ou famílias são estruturadas com base em classes sociais, é essencial a definição de um esquema de classes *ex ante*. Ou seja, mostra-se necessário formular

32. A relação entre taxas relativas de mobilidade social, ou desigualdade de oportunidades, e os conceitos de justiça social provenientes da filosofia política é explorada por Marshall *et al.* (1997).

um esquema de classes antes de iniciar as análises empíricas. Essa abordagem não é a única possível, já que o esquema de classes poderia ser definido a partir da distribuição empírica das desigualdades em uma determinada sociedade. Esta segunda abordagem é denominada por Sorensen (2000) de abordagem de “classificações nominais”. Tal alternativa “nominalista” é, em geral, excessivamente empírica e não leva em conta importantes distinções teóricas presentes na literatura. De qualquer forma, ambas perspectivas são válidas, embora a primeira seja a mais usual, tendo a vantagem não só de permitir a comparação histórica e internacional da análise de classes, como também de explicitar diretamente argumentos teóricos presentes nas diferentes teorias de classes desenvolvidas na sociologia. As diferentes teorias são importantes porque partem da idéia de que as desigualdades sociais não são apenas uma consequência das diferenças de esforço e habilidade entre indivíduos, mas da distribuição de poder ancorado na estrutura produtiva da sociedade. Em uma palavra, o uso de esquemas de classe definidos *ex ante* permite formular teorias estruturais sobre as desigualdades sociais. Em diferentes posições de classe as pessoas encontram recursos e capacidades de ação que restringem ou ampliam suas possibilidades de superar as desigualdades. Sendo assim, sociólogos empenhados em desenvolver análises de classe, em formular teorias estruturais sobre as desigualdades, empregam grande esforço na definição de esquemas que sejam capazes de delinear fronteiras significativas entre classes sociais.

Uma das mais influentes tradições de análise de classes nos estudos de mobilidade e estratificação social tem origem nos trabalhos de Max Weber, e foi inicialmente sugerida por John Goldthorpe e seus colaboradores. Embora Goldthorpe não denomine seu esquema de classes de neo-weberiano, diversos autores o fazem. Há duas alternativas ao esquema neo-weberiano, o neo-marxista desenvolvido por Erik Olin Wright e os esquemas hierárquicos e neo-durkheimianos desenvolvidos por David Grusky e outros sociólogos norte-americanos. Embora as duas alternativas sejam importantes para o estudo da estratificação social, cada uma encontra algumas dificuldades no que diz respeito à implementação dos esquemas de classe para a análise da mobilidade social.

O esquema neo-marxista exige uma série de distinções que não podem ser feitas para a classe de origem das pessoas, já que a maior parte dos bancos de dados não inclui variáveis essenciais para tanto. Wright (1997) superou tais dificuldades a partir de um ambicioso projeto envolvendo a coleta de dados

em diversos países. No livro *Class Counts* (1997) apresenta os principais resultados sobre diversos temas, inclusive mobilidade social, alcançados nesse projeto. Estudos comparando o esquema neo-marxista e neo-weberiano, no entanto, mostram que os resultados sobre mobilidade social são mais consistentes quando se utiliza o esquema neo-weberiano (MARSHALL *et al.*, 1988). Além disso, parece haver muita semelhança entre as duas abordagens, uma vez que ambas valorizam qualificações, tipos de contrato de trabalho e propriedade dos meios de produção.

Embora a elaboração de um esquema neo-marxista seja difícil de implementar com os dados brasileiros, em importante estudo sobre estrutura de classes e desigualdade de renda, José Alcides Figueiredo Santos (2000) propõe criativamente um detalhado esquema de classes inspirado pelas idéias de Wright. Tal esquema, contudo, não pode ser usado para o estudo da mobilidade social no Brasil já que os bancos de dados nacionais não permitem elaborar as classes de origem seguindo essas proposições. Além disso, a utilização desse esquema impossibilitaria comparações internacionais.

Outra alternativa seria o esquema neo-durkheimiano de David Grusky. Sua principal idéia é de que grupos de classe também deveriam ser grupos de comunidade, ou seja, a posição ocupacional ou de classe da mesma forma estaria relacionada ao sentimento de pertencimento a uma comunidade de valores. Essa concepção sofre influência direta do prefácio da segunda edição do livro *A Divisão do Trabalho Social*, de Durkheim. Nele, defende-se que as corporações e associações profissionais (ocupacionais) seriam um novo *locus* de sentimentos comunitários na sociedade moderna. Partindo dessa premissa, Grusky questiona as análises de classe de inspiração marxista e weberiana justamente porque elaboram classes sociais tão amplas que qualquer forma de sentimento comunitário seria impossível. A alternativa é elaborar um esquema de grupos ocupacionais bastante detalhado (GRUSKY; SORENSEN, 1996, 1998). Novamente, esse tipo de abordagem leva a enormes complicações tanto para comparações internacionais quanto para a análise de tabelas de mobilidade, que se tornam excessivamente grandes e praticamente impossíveis de estudar de forma a explicitar claramente as principais características do processo de estratificação. Afinal de contas, as análises devem, em alguma medida, simplificar a realidade para que se possa entender e explicar o que está ocorrendo no mundo social.

Diante de tais dificuldades práticas de implementação dos esquemas neo-marxista e neo-durkheimiano, a abordagem weberiana parece ser a mais adequada para a análise da mobilidade social no Brasil. Algumas das vantagens são: a relativa facilidade de classificar os dados brasileiros de acordo com as premissas exigidas, a possibilidade de fazer comparações internacionais e a clareza dos pressupostos teóricos que corroboram a utilização do esquema. Nas duas próximas seções deste capítulo apresento o esquema neo-weberiano (Casmin) e sugiro algumas especificidades importantes para entender a estrutura de classes brasileira, que comparo com diversos outros países no Capítulo 5. Aproveito esta seção para delinear um pouco melhor a visão de Max Weber sobre a análise de classes, tal como aparece em alguns de seus textos.

Segundo Weber (1978, p. 302), “uma situação de classes se caracteriza pela probabilidade típica de obter bens, alcançar posições na vida, e encontrar satisfação própria”, em outras palavras, membros de uma classe têm chances de vida semelhantes. Weber vai adiante e afirma que é o mercado que distribui as chances de vida de acordo com os recursos que os indivíduos possuem. Os recursos, por sua vez, podem variar de diversas maneiras. Além da distinção entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, há diferentes tipos de qualificações e ativos que os indivíduos possuem. O fato importante sobre todos esses ativos é o valor que têm no contexto do mercado econômico. Portanto, a situação de classe é identificada a uma situação de mercado.

Uma das conseqüências do reconhecimento de que há vários ativos que levam a retornos no mercado é a proliferação de possíveis classes, que Weber denomina “classes econômicas”. Classes sociais seriam agregações de classes econômicas de acordo não apenas com as características de mercado, mas também com outros aspectos da sociedade. Weber destaca a importância da mobilidade social: “uma classe social é composta pela totalidade das posições de classe entre as quais a mobilidade individual e intergeracional é típica e fácil” (WEBER, 1978, p. 302). Com base nessas idéias, Weber sugere a existência de quatro classes sociais nas sociedades capitalistas: empreendedores e proprietários, pequena burguesia, empregados com credenciais (classe média) e empregados que possuem apenas sua força de trabalho (classe trabalhadora).

No texto *Classe, Status e Partido* Weber afirma que as classes não são o único aspecto da distribuição de poder nas sociedades. Numa definição clás-

sica, diz que o poder é “a probabilidade de um ator em uma relação social estar numa posição em que pode impor seu desejo a despeito de resistências” (WEBER, 1978, p. 53). Essas posições de distribuição do poder são definidas, principalmente, pelas características de classes, grupos de *status* e partidos que se encontram nas sociedades. A distinção entre esses três aspectos determina os diferentes tipos de recursos que cada um tem para influenciar a distribuição de chances de vida. Embora a participação em cada uma das três esferas possa se sobrepor, nenhuma delas pode ser reduzida à outra. A ação coletiva pode ter como base cada um desses três aspectos, mas a probabilidade de os grupos de *status* e os partidos serem usados como fontes de ação coletiva é maior do que a das classes. A consciência de classe, portanto, não é uma necessidade histórica, mas simplesmente uma contingência “ligada a condições culturais gerais [...] e ligada em particular à transparência das conexões entre causas e consequências da situação de classe” (WEBER, 1978, p. 928-932). A simples associação entre diferentes chances de vida e classes sociais não leva à ação de classe.

Na concepção de Weber, os padrões de mudança social não podem ser explicados pela evolução das relações de classe, como ocorre no materialismo histórico de Marx. Também não há nenhuma concepção de exploração de classe, ou seja, os benefícios de uma classe não são obtidos a partir de alguma forma de expropriação em relação à outra classe. De fato, na sociologia weberiana não existe a pressuposição de que as classes são a principal fonte de conflitos sociais na sociedade capitalista ou de que são bases necessárias para a ação coletiva. Para Weber, classes são formas de distribuição de poder no mercado que determinam desigualdade nas chances de vida. O mercado, no entanto, não é concebido como natural ou a-histórico, pelo contrário, é visto como uma forma de ação social que depende de outras formas de ação social como, por exemplo, certos tipos de ordem legal e estatal (WEBER, 1978, p. 930). Para entender como os mercados se constituem mostra-se fundamental estudar a histórica de suas evoluções, e não simplesmente as relações de classe. Weber dedicou grande parte de seus esforços intelectuais para entender a evolução das relações entre Estados, religiões e mercados em diversos contextos históricos, principalmente na cultura ocidental.

Essa breve exposição indica que a principal característica de um esquema de classes de inspiração weberiana seria a capacidade de ligar a posição de indivíduos em mercados capitalistas a desigualdades na distribuição das chan-

ces de vida. Isso não significa que pessoas vivendo uma mesma situação de classe não terão valores e atitudes semelhantes. Em uma concepção weberiana, portanto, o estudo das classes sociais pode explicar não apenas a variação nas chances de vida, mas também diversas formas de ação, comportamento, atitudes e valores. O fato que distingue a perspectiva weberiana, no entanto, é a idéia de que a posição que os indivíduos ocupam nos mercados capitalistas determina chances de vida diferenciadas.

Segundo Sorensen (1991, p. 72), classes são “conjuntos de posições estruturais. Relações sociais dentro de mercados, especialmente mercados de trabalho, e dentro de firmas definem estas posições. Posições de classe existem independentemente das pessoas que as ocupam. Elas são ‘lugares vazios’”. A questão para qualquer forma de análise de classe é como essas posições devem ser distinguidas. Seguindo a pressuposição geral de Sorensen (1991), fica claro, pelo que expus nesta seção, que uma teoria de inspiração weberiana deve ser capaz de explicar como relações em mercados e firmas estão ligadas à distribuição de chances de vida.

O ESQUEMA DE CLASSES NEO-WEBERIANO

Os escritos de Max Weber sobre classes são fragmentários e nada conclusivos. Classes são definidas pelos recursos e ativos que as pessoas trazem para o mercado e que levam a diferentes chances de vida. Tal concepção poderia ser implementada de diversas maneiras e todas poderiam reclamar a filiação weberiana sem que houvesse contradições em relação aos escritos de Weber. Não pretendo propor uma nova classificação de inspiração weberiana. Pelo contrário, adoto um esquema amplamente utilizado em pesquisas sobre estratificação e mobilidade social, reconhecido como neo-weberiano na literatura sociológica. No entanto, não me limito a utilizar esse esquema, na medida em que proponho ampliá-lo para dar conta de algumas especificidades relacionadas às classes trabalhadoras no Brasil.

As classes que uso neste livro correspondem à versão brasileira do esquema elaborado no projeto *Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations* (‘análise comparativa da mobilidade social em nações industrializadas’), mais conhecido como o esquema Casmin, conforme as iniciais em inglês.

O esquema, amplamente utilizado há mais de 20 anos, foi especialmente desenhado para analisar os padrões de mobilidade social seguindo a perspectiva weberiana das análises de classe. Nessa perspectiva, como indica o trabalho de Weber, cada classe pressupõe um tipo diferente de relação e de contrato de trabalho, situação que deve estar correlacionada a chances de vida diferenciadas.

As primeiras versões do esquema de classe Casmin foram elaboradas pelo sociólogo inglês John Goldthorpe (1987), especificamente para analisar a mobilidade social, a qual, segundo ele, é moldada por três fatores: a desejabilidade relativa das diferentes classes de destino; os recursos disponíveis aos indivíduos em cada classe de origem e que determinam o seu acesso a classes de destino mais desejáveis; e, finalmente, as barreiras aos movimentos entre as classes. De modo geral, enquanto os recursos à mobilidade são de três tipos (econômicos, culturais e sociais), as barreiras relacionam-se à necessidade de possuir os meios de produção ou educacionais e outras qualificações exigidas para o acesso a posições ocupacionais de uma determinada classe. Esse modelo do processo de mobilidade caracteriza-se especialmente pelas classes sociais compreendidas em termos de um espaço relacional de posições e contrastes, em vez de se situarem em uma escala hierárquica. Conseqüentemente, a mobilidade deveria ser imaginada como movimentos entre posições de classes, que ocupam localizações diferentes e que não estão necessariamente arrumadas em alguma ordem socioeconômica predeterminada. Nos estudos sobre a mobilidade, esta abordagem é conhecida como “perspectiva de estrutura de classes”.

Para averiguar o processo de mobilidade, concebido de acordo com a perspectiva de estrutura de classes, o esquema Casmin é construído para “diferenciar posições dentro dos *mercados de trabalho* e das *unidades de produção* ou, mais especificamente, poder-se-ia dizer, para diferenciar tais posições nas *relações de emprego* que elas pressupõem” (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993, p. 37). São definidos cinco grandes tipos de relações de emprego e posições envolvendo empregadores, empregados e autônomos. O primeiro constitui uma *relação de serviço* (*service relationship*), desfrutada caracteristicamente por trabalhadores administrativos e profissionais com mais *status*, na qual os benefícios distribuídos aos empregados resultam da necessidade de os empregadores delegarem responsabilidades e estabelecerem relacionamentos de confiança duradouros com este tipo de trabalhador. Por causa de seu conhecimento espe-

cializado ou do exercício da autoridade delegada, esses empregados não podem ser supervisionados diretamente. As classes de profissionais, administradores e gerentes (classes I e II apresentadas no Quadro 1, na próxima seção) caracterizam-se por uma relação de serviço ou por um tipo de contrato delegando ampla autonomia e autoridade aos empregados. Não é raro que pessoas dessas classes tenham inclusive participação nas ações das empresas ou sejam donas de seus escritórios (por exemplo, médicos e advogados). Quando trabalham em empresas geralmente têm planos de carreira bem definidos e expectativas de progressão funcional ao longo da vida.

Em contrapartida, há uma segunda relação de emprego caracterizada por um *contrato de trabalho restrito* (*stricto sensu*) entre empregadores e empregados, envolvendo uma troca muito específica de salários por serviços prestados. Esse tipo de contrato de trabalho restrito caracteriza a condição dos membros da classe trabalhadora. É nas classes de trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (IIIb), trabalhadores qualificados (VI), trabalhadores não-qualificados (VIIa) e trabalhadores rurais (VIIb) que o contrato de trabalho restrito é tipicamente encontrado.

A terceira situação de emprego é a do trabalhador “por conta própria”, que se baseia na autonomia e no controle dos meios de produção e das condições de trabalho. Esse tipo de relação de autonomia pode ser de vários graus e deve ser especificado empiricamente de acordo com o tipo de ocupação; isto é, a designação dos trabalhadores às classes segue uma combinação de situação de emprego e de ocupação. Por exemplo, um advogado autônomo é classificado na classe de profissionais (I), enquanto um comerciante autônomo sem empregados o é na classe de pequenos proprietários sem empregados (IVb). Embora, no esquema Casmin, os trabalhadores autônomos possam ser encontrados em diferentes posições, na classe IVb encontram-se apenas aqueles que exercem funções de comércio ou de pequena produção.

O quarto tipo de situação de emprego é o dos *empregadores*, que contratam e dependem do trabalho dos empregados. Em pesquisas por amostragem, que visam representatividade da população nacional, grupos numericamente muito pequenos na população do país, como é o caso dos grandes empregadores, não são adequadamente representados na amostra. Dessa forma, esse grupo fica praticamente invisível nos dados coletados, e a classe dos empregadores no esquema Casmin engloba majoritariamente pequenos e médios emprega-

dores. Estes, quando pertencem às áreas urbanas, são colocados na classe IVa, e os das áreas rurais, na IVc.

Finalmente, existe um quinto tipo de relação de emprego que poderia ser definido pelo caráter misto de seu contrato, que envolve características tanto de autonomia e autoridade (do tipo *service relationship*) quanto do *contrato de trabalho restrito (stricto sensu)*. Os supervisores de trabalhadores manuais (classe V) e trabalhadores de rotina não-manual de nível alto (classe IIIa) encontram-se em tais posições de contrato misto. Os empregadores precisam delegar tarefas de supervisão a outros empregados e conceder um certo grau de liberdade a supervisores, técnicos e trabalhadores não-manuais qualificados. No entanto, os empregadores não precisam assumir compromissos de longo prazo, como os empregados que pertencem à classe dos profissionais e administradores. Portanto, os supervisores do trabalho podem ser substituídos sem grandes dificuldades. Além desses cinco tipos de relações de emprego, o esquema de classes Casmin faz uma distinção setorial útil entre posições de trabalho não-manuais, manuais e rurais.

A base das cinco distinções traçadas anteriormente é o problema que os empregadores enfrentam para assegurar que seus empregados atuem de forma mais eficiente para as empresas. Tal controle se dá por meio dos contratos de trabalho diferenciados, conforme descrição anterior. Essa diferenciação dos contratos depende, de acordo com Goldthorpe (2000, p. 213), do grau de “especificidade dos ativos” e de dificuldade de monitoramento de cada trabalho. Tarefas que exigem conhecimento específico ou *expertise* têm alto grau de especificidade de ativos, ao passo que aquelas que requerem apenas conhecimento generalizado exibem baixo grau.

No primeiro caso, o empregado deve ser persuadido a investir em qualificações mesmo sabendo que podem não ser úteis em outras empresas ou ocupações. O empregador, por seu lado, também deve garantir que o empregado qualificado não abandonará a empresa. Quanto mais específica a qualificação (ou ativo), mais garantias o empregador deverá oferecer ao empregado, que gozará de maior autonomia. Além disso, o problema de dificuldade de monitoramento do trabalho surge quando o empregador não pode saber em que medida o empregado está agindo de acordo com os interesses da empresa. O trabalho nas classes caracterizadas por um contrato

de trabalho restrito envolve, em geral, qualificações gerais (ativos não específicos) e grande possibilidade de monitoramento por parte do empregador. Em contraste, classes em que o empregador depende do conhecimento específico do empregado (ativos específicos) e encontra grande dificuldade de monitoramento são caracterizadas pelo contrato de trabalho delegando amplas responsabilidades e autonomia (*service relationship*). Para garantir que os empregados, nesta segunda situação, atuem de forma a maximizar os interesses da empresa são estabelecidas diversas formas de incentivo. Os incentivos servem para tornar os interesses de empregadores e empregados semelhantes, o que é alcançado com o estabelecimento de uma ligação direta entre o avanço dos objetivos da organização e o sucesso da carreira e do bem-estar dos empregados (GOLDTHORPE, 2000, p. 42). Os empregados recebem diversos estímulos para que persigam os objetivos da empresa e lutem pelos interesses desta.

Em contraste, quando os “ativos” (ou qualificações) não são específicos e não há dificuldade de monitoramento do trabalho, são estabelecidos contratos de trabalho restritos. Por um lado, os empregadores podem facilmente substituir empregados cujas qualificações são gerais, uma vez que há vários trabalhadores no mercado disponíveis. Por outro lado, o monitoramento é fácil, já que o tipo de trabalho desenvolvido pode ser facilmente observado e controlado pelo empregador. Conseqüentemente, este não precisa garantir relacionamento de longa duração com o empregado. Nesses casos, estabelecem-se os contratos de trabalho restritos.

A principal conseqüência do contrato que delega amplas responsabilidades (*service relationship*) consiste em retornos crescentes ao longo da carreira dos indivíduos, ao passo que o outro tipo de contrato, de trabalho restrito, não leva a tais resultados. Como já especifiquei, os trabalhadores das classes de profissionais e administradores (classe I) estabelecem contratos que levam a vantagens crescentes conforme a empresa avança. Em suma, os empregados altamente especializados gozam de planos de carreira bem definidos. Em contraste, os trabalhadores manuais não-qualificados (classe VIIa) estabelecem contratos caracterizados pela troca direta de tarefas por atividades, o que não leva a boas perspectivas de avanço ao longo da carreira. Classes intermediárias, como a de técnicos e supervisores (V), contariam com perspectiva de carreira

Gráfico 7 – Curva de rendimentos, por idade para profissionais e administradores de alto nível (classe I), técnicos e supervisores (classe V) e trabalhadores manuais não qualificados (classe VIIa) – 1996



um pouco melhor do que a dos trabalhadores manuais, mas não tão boa quanto a dos profissionais.

Essas pressuposições teóricas confirmam-se no caso dos dados brasileiros. O gráfico 7 apresenta a renda média estimada de trabalhadores nas classes de profissionais e administradores (I), técnicos e supervisores (V) e trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) em diferentes idades. Os dados revelam de forma bastante clara que a perspectiva de crescimento da renda do trabalho ao longo da vida é bem acentuada para os profissionais (classe I), quase inexistente para os trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) e intermediária para os técnicos e supervisores (classe V). O gráfico mostra, portanto, que as pressuposições teóricas do esquema Casmin são válidas para o caso brasileiro, e que as classes sociais parecem realmente distinguir entre diferentes chances de vida, inclusive chances de progressão ao longo da carreira dos indivíduos em cada classe social.

PARTICULARIDADES DA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA

Seguindo as suposições teóricas gerais que definem a natureza das *relações de emprego* no esquema Casmin, a designação de indivíduos às classes segue três etapas. Primeiro, os respondentes são colocados em grupos ocupacionais de acordo com o tema de seus trabalhos; segundo, a eles é atribuída uma *situação de emprego* que reflete seus relacionamentos sociais no trabalho, a saber, empregador, autônomo, empregado ou supervisor. Finalmente, as classes sociais são obtidas ao se cruzarem os dados relevantes da classificação ocupacional com o de situação de emprego (STEINMANN; BRAUNS; HAUN, 1997). As posições de classes obtidas por meio desses procedimentos implicam também na distinção setorial entre trabalho não-manual, manual e rural.

Para classificar os dados brasileiros de acordo com as distinções entre os cinco tipos de relações de emprego, os procedimentos propostos por Steinmann, Brauns e Haun (1997) precisaram ser um pouco modificados. Isto é, para construir o esquema de categorias de classes Casmin para as quatro pesquisas analisadas aqui, apliquei duas etapas preliminares. Primeiro, os códigos

de ocupação brasileiros foram traduzidos para a codificação ocupacional Isco³³ de 1968. Essa tradução foi feita de maneira a não corromper o significado de alguns agrupamentos de ocupações artesanais e de agricultura de subsistência muito específicos, que são comumente encontrados no mercado de trabalho brasileiro e foram bem definidos por Silva (1988). É fundamental salientar que, tendo como base as pesquisas nacionais de 1973, 1982, 1988 e 1996 usadas neste trabalho, as particularidades do chamado “mercado de trabalho informal” são difíceis de mapear em qualquer classificação possível. Entretanto, fica claro que a maioria dos trabalhadores na pequena burguesia sem empregados (classe IVb) pertence a esse segmento.

A segunda etapa preliminar foi a definição de quatro *status* de trabalho: empregador, empregado, autônomo (conta-própria) e supervisor. Essa definição foi feita a partir do título das ocupações, tendo em vista que ele já inclui tais divisões. Os dados ingleses e os de outros países, utilizados no projeto Casmin, também continham a diferenciação de *status* de trabalho junto dos títulos ocupacionais,³⁴ em vez de utilizar uma variável separada, como ocorre em diversas pesquisas sobre emprego. Na etapa seguinte, os grupos ocupacionais recodificados e as *situações de emprego* foram combinados e geraram as 11 posições de classes apresentadas na segunda coluna do Quadro 1. Nesse processo, algumas especificidades dos dados foram incorporadas à versão brasileira do esquema Casmin, o que produz uma ligeira diferença entre o meu esquema de classes e aquele usado em outros países. Justamente por causa desse tipo de diferença alguns autores preferem, em pesquisas comparativas, usar o esquema de sete classes (na quarta coluna do Quadro 1), que faz algumas agregações com o objetivo de diminuir as diferenças entre países. Ao fazer análises comparativas, no Capítulo 5, lanço mão da versão com sete classes.

A versão brasileira da classe I (profissionais e administradores e gerentes de nível alto) exclui os grandes proprietários porque os dados não distinguem esses empregadores (com mais de 25 funcionários) dos pequenos, como exige o procedimento do Casmin. Como consequência, a versão brasileira das

33. *International Standard Classification of Occupations*, ‘padrão internacional de classificação de ocupações’ do International Labor Office (ILO).

34. Em comunicação pessoal, o professor Hiroshi Ishida, que fez parte do projeto Casmin, forneceu-me tal informação.

classes I (profissionais e administradores) e IVa (“pequenos” proprietários com empregados) difere de outras versões porque todos os empregadores são incluídos na classe IVa. Justifica-se esse procedimento porque a probabilidade de os grandes empregadores serem incluídos em pesquisas como as usadas neste livro é muito baixa. Outra diferença reside no fato de a classe dos pequenos proprietários rurais (IVc), no caso dos dados brasileiros, incluir apenas os proprietários empregadores, ou seja, a classe IVc da versão brasileira é, na verdade, constituída por proprietários rurais com empregados em vez de proprietários rurais que trabalham por conta própria. Como o conjunto de dados de 1973 não distingue os proprietários rurais que trabalham por conta própria dos trabalhadores rurais, esta última classe (VIIb) engloba os dois grupos. No caso brasileiro, esse procedimento é justificável porque os proprietários rurais que trabalham por conta própria são, na verdade, agricultores que vivem da produção de subsistência em condições socioeconômicas comparáveis àquelas dos empregados rurais. Quanto ao resto do esquema de classes, a versão brasileira segue todos os outros procedimentos definidos por Steinmann; Brauns e Haun (1997).

Segundo Breen e Whelan (1996, p. 20): “esses procedimentos colocam juntas, dentro de uma mesma categoria de classe, aquelas posições cujos membros são tipicamente comparáveis em termos de suas fontes e níveis de rendimento, seus graus de segurança econômica, suas oportunidades de avanço econômico e seus graus de autonomia ao desempenhar tarefas de trabalho”. Embora, em relação a essas características, as posições em cada classe sejam comparáveis, o esquema não é desenhado de acordo com uma ordem hierárquica explícita, ainda que implicitamente esse ordenamento socioeconômico ocorra. Isso não significa, como mostrarei nas seções seguintes deste capítulo, que a distribuição de oportunidades de vida – como averiguadas por meio de outras variáveis como a renda, o padrão de consumo, etc. – segue a mesma ordem hierárquica. Por exemplo, apesar de a classe dos técnicos e supervisores de trabalho manual (V) estar em uma posição mais baixa de *status* socioeconômico que a dos trabalhadores manuais de nível baixo (IIIb) e a dos pequenos proprietários sem empregados (IVb), ela dispõe, em média, de níveis de renda consideravelmente mais elevados. Mais adiante abordarei a distribuição das oportunidades de vida entre as posições de classe. Na terceira coluna do quadro 1 a seguir apresento a versão do esquema com 11 classes descrita anteriormente.

110

Além da versão com 11 classes, utilizarei neste livro uma versão expandida com 16 classes (na coluna 2 do quadro anterior), uma versão com dez classes elaborada especialmente para analisar a mobilidade social das mulheres (na coluna 1 do quadro anterior) e a versão com sete classes utilizada em diversos estudos comparativos de mobilidade social (na coluna 4 do quadro anterior). Apesar de a versão com sete classes ter sido amplamente utilizada em pesquisas comparativas internacionais (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993; BREEN, 2005), há muitas críticas no sentido de que agregar posições ocupacionais que são bastante distintas em termos de condições de vida e, até mesmo, chances de mobilidade seria uma simplificação excessiva.³⁵ De qualquer forma, em análises comparativas entre países é comum esse tipo de agregação, tendo em vista que não é possível classificar todos os diferentes bancos de dados de forma detalhada. Além disso, pesquisas por amostra incluindo poucos casos não permitem a construção de tabelas de mobilidade com muitas categorias, porque tais tabelas acabam por conter muitas células com zero, o que impossibilita a análise estatística rigorosa. Caso contrário, seria interessante utilizar mais categorias de classe se houvesse distinções sociologicamente relevantes e estatisticamente significativas.

Os bancos de dados brasileiros (as PNADs) são enormes e permitem o aumento do número de categorias de classe sem que haja tal problema de células vazias nas tabelas de mobilidade. Resta saber se o aumento do número de categorias é interessante do ponto de vista das análises empíricas e dos argumentos substantivos.

No primeiro estudo sobre mobilidade social representativo de toda a sociedade brasileira, Pastore (1981) utilizou um esquema com seis grupos de *status*, hierarquizados entre o *status* inferior-inferior e a elite. No entanto, em cada um dos seis grupos existe uma enorme heterogeneidade, consequência da agregação excessiva. Essa diversidade interna a cada classe deixa invisível uma grande parte da mobilidade social que ocorreu no Brasil. Com o objetivo de reproduzir as análises de Pastore (1981), Silva e Pastore (2000) utilizaram o mesmo esquema com seis estratos para comparar os dados de 1973 e 1996. Silva re-

35 Para crítica, ver o trabalho de Hout e Hauser (1992).

conhece que isso limita análises mais detalhadas.³⁶ Com o objetivo de transportar tal restrição, o pesquisador (SILVA, 1988) propôs 18 grupos ocupacionais que são mais homogêneos internamente em termos de *status* socioocupacional. Este esquema, no entanto, nunca foi diretamente analisado, uma vez que todos os estudos que o utilizam agregam estratos com o objetivo de tornar a análise da tabela de mobilidade mais palatável (SCALON, 1999; SILVA, 2004).

De acordo com Scalon (1999), que utilizou métodos desenvolvidos por Goodman (1981), é possível agregar as 18 categorias ocupacionais propostas por Silva (1988) sem perder poder analítico no que diz respeito tanto a níveis de renda e educação específicos quanto a padrões de mobilidade. No entanto, ao final das análises supracitadas, Scalon sugere que a agregação deve ser decidida com base em pressupostos teóricos e práticos. Do ponto de vista prático, a socióloga necessitava de número reduzido de classes para estimar os modelos topológicos sem que a tarefa se tornasse excessivamente complexa. Por motivos semelhantes, Silva (2004) também analisa a mobilidade intergeracional a partir de uma agregação dos 18 estratos em 8 grupos.

Do ponto de vista teórico, tanto Silva (1988) quanto Scalon (1999) seguem a perspectiva neo-weberiana, predominante nos estudos de mobilidade social internacionais (HOUT, 2003b). Nesse sentido, Costa Ribeiro (2003) e Costa Ribeiro e Scalon (2001) dão um passo adiante ao utilizar o esquema de classes Casmin proposto por Goldthorpe e Erickson (1993), sociólogos que inicialmente desenvolveram a perspectiva neo-weberiana. Esse passo adiante, no entanto, trouxe algumas limitações. Por um lado, o uso do esquema Casmin permite comparações internacionais e por isso é vantajoso em relação aos anteriormente utilizados. Por outro lado, esse esquema, desenhado para a análise da mobilidade social em sociedades de industrialização avançada, faz muitas distinções entre as classes médias de trabalho não-manual e poucas distinções entre as de trabalhadores manuais, tornando-se, assim, inadequado para o estudo pormenorizado da mobilidade no Brasil, onde existem muitas diferenças importantes entre trabalhadores manuais. Nesse sentido, o esquema

36 Nelson do Valle Silva me incentivou a utilizar maior número de categorias para analisar a mobilidade social no Brasil. No Capítulo 3 procuro mostrar como o emprego do esquema com 16 classes melhora o entendimento sobre a mobilidade social no Brasil.

de Silva (1988) apresenta vantagens em relação ao Casmin justamente por fazer diversas distinções significativas entre diferentes tipos de trabalho manual. Distingue, por exemplo, a indústria moderna da tradicional, os trabalhadores ambulantes daqueles de serviços gerais. Tais separações parecem ser extremamente importantes na economia brasileira, que se modernizou sem acabar por completo com formas tradicionais de emprego.

Com o objetivo de preservar a capacidade comparativa do esquema de classes Casmin e, ao mesmo tempo, não perder a especificidade de certos grupos ocupacionais típicos da sociedade brasileira, cruzei o esquema Casmin de 11 classes com o de 18 classes de Silva (1988).³⁷ A primeira coisa que esse cruzamento revela é que os dois esquemas são muito parecidos. Isso não surpreende, já que ambos partem dos mesmos princípios teóricos e utilizam os mesmos bancos de dados. Além disso, o cruzamento revela que as classes VI e VIIa (trabalhadores manuais qualificados e não-qualificados) do esquema Casmin podem ser subdivididas de acordo com diferenciações do esquema de Silva (1988) relativas ao tipo de indústria (tradicional ou moderna) e ao tipo de trabalho no setor de serviços (serviços gerais, domésticos e ambulantes). Tais subdivisões levam a um esquema com 16 classes (na segunda coluna da Tabela 2.1). Não é apenas o fato de proporcionar descrições detalhadas que justifica o uso desse esquema expandido, mas sobretudo a consideração de algumas interpretações importantes sobre o processo de industrialização da sociedade brasileira.

Os economistas José Serra e Maria da Conceição Tavares (1971), por exemplo, afirmam que o processo de industrialização no Brasil não foi capaz de eliminar a indústria tradicional, que é encontrada, por exemplo, em certos processos produtivos na área de alimentação ou confecção de roupas, bem como na oferta de serviços tradicionais (como serviços domésticos, empregadas domésticas, etc.). Paralelamente, segundo os mesmos autores, há o surgimento de indústrias modernas caracterizadas, de um lado, por processos produtivos utilizando tecnologia avançada (por exemplo, indústria metalúrgica, de automóveis e mais recentemente de informática) e, de outro lado, por serviços especializados baseados em domínio de conhecimentos modernos (por exemplo, serviços bancários e contábeis, atividades de escritório, profissionais

37 Ver no Anexo 2 em Costa Ribeiro (2003) uma tabela com o cruzamento do esquema Casmin com o de 18 categorias de Nelson do Valle Silva (1988).

e administrativas). Portanto, o processo de industrialização no Brasil se deu de tal forma que setores tradicionais e modernos permanecem presentes nas atividades produtivas da sociedade. Por exemplo, os trabalhadores qualificados na indústria moderna diferenciaram-se enormemente em termos de chances de vida do mesmo tipo de trabalhador na indústria tradicional. Há, inclusive, localizações geográficas bastante distintas, já que a indústria moderna (como a metalúrgica) concentra-se em certas áreas do Sudeste, ao passo que a tradicional encontra-se em outras regiões do país. Em suma, a idéia de que há setores tradicionais e modernos no mercado de trabalho brasileiro implica não apenas em uma diferenciação quanto às relações de trabalho, como previsto no esquema Casmin, mas também em relação à hierarquia de chances de vida, inclusive de mobilidade, entre os estratos ocupacionais obtidos na classificação ampliada incluindo 16 categorias.

A perspectiva hierárquica é sugerida por Silva (1988). Portanto, a classificação obtida a partir do cruzamento entre os estratos de Silva e as 11 classes Casmin leva a uma divisão das classes de trabalhadores manuais qualificados (VI) entre indústria moderna (VIa), indústria de serviços (VIc) e indústria tradicional (VIb). Tendo em vista que o trabalho no setor moderno envolve mais tecnologia; no setor de serviços, mais capacitação para relações sociais; e no setor tradicional, menos tecnologia e capacitação, haveria uma ordem hierárquica em termos de chances de vida. Segundo tal ordenamento, VIa é superior a VIc, que, por sua vez, está acima de VIb. A divisão da classe de trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa) segue lógica hierárquica semelhante: aqueles na indústria moderna (VIIa2) estariam em posição superior aos ambulantes (VIIa4), em seguida viriam os empregados nos serviços domésticos (VIIa3) e, ao final, os não-qualificados na indústria tradicional (VIIa1). A subdivisão das duas classes trabalhadoras (VI e VIIa) leva à formulação do esquema com 16 categorias apresentado na segunda coluna do Quadro 1. Outras subdivisões seriam possíveis, mas não poderiam ser utilizadas em análises de mobilidade social baseadas em tabelas de mobilidade. As tabelas cruzando classes de origem (definidas pela ocupação do pai) e de destino (definidas pela ocupação dos respondentes) tornam-se muito esparsas quando se utilizam mais do que 16 categorias de classe. Uma tabela com 16 categorias de origem e 16 de destino contém 256 células, o que aumenta a probabilidade de zeros. O emprego de tabelas esparsas torna a estatística qui-quadrado, utilizada para testar diversos

modelos, indeterminada, ou seja, os testes passam a ser ineficientes para determinar quais modelos ajustam-se melhor aos dados. Devido a essa limitação técnica, decidi utilizar a classificação com 16 classes nas análises mais detalhadas deste livro. Esmiuçar tabelas com mais de 16 categorias aumentaria a possibilidade de erros estatísticos e comprometeria as interpretações sociológicas sobre o processo de mobilidade no Brasil.

No entanto, como as pesquisas anteriores sobre mobilidade social no Brasil utilizaram esquemas com seis estratos (PASTORE, 1981; PASTORE; SILVA, 2000), oito (SILVA, 2004), nove (SCALON, 1999), onze (COSTA RIBEIRO, 2003) e sete estratos (COSTA RIBEIRO; SCALON, 2001), o presente estudo, baseado na análise de tabelas com 16 classes de origem e de destino, é o mais detalhado sobre os padrões de mobilidade intergeracional desenvolvido até o presente. Tal detalhamento não é apenas um preciosismo, mas realmente possibilita a análise de aspectos fundamentais do processo de mobilidade negligenciados ou insatisfatoriamente analisados anteriormente. O uso de mais categorias de classe permite observar inúmeros movimentos entre classes que ficam invisíveis quando são utilizadas poucas categorias. Ou seja, o que é visto como imobilidade num estudo com seis categorias pode ser, na realidade, mobilidade entre grupos muito distintos do ponto de vista das condições de vida usufruídas. O emprego de esquemas muito agregados obriga o pesquisador a juntar grupos ocupacionais bastante distintos. O uso de categorias adicionais permite observar com mais detalhe a heterogeneidade existente no sistema de estratificação da sociedade. Conseqüentemente, a descrição da mobilidade ascendente e descendente torna-se mais precisa e informativa.

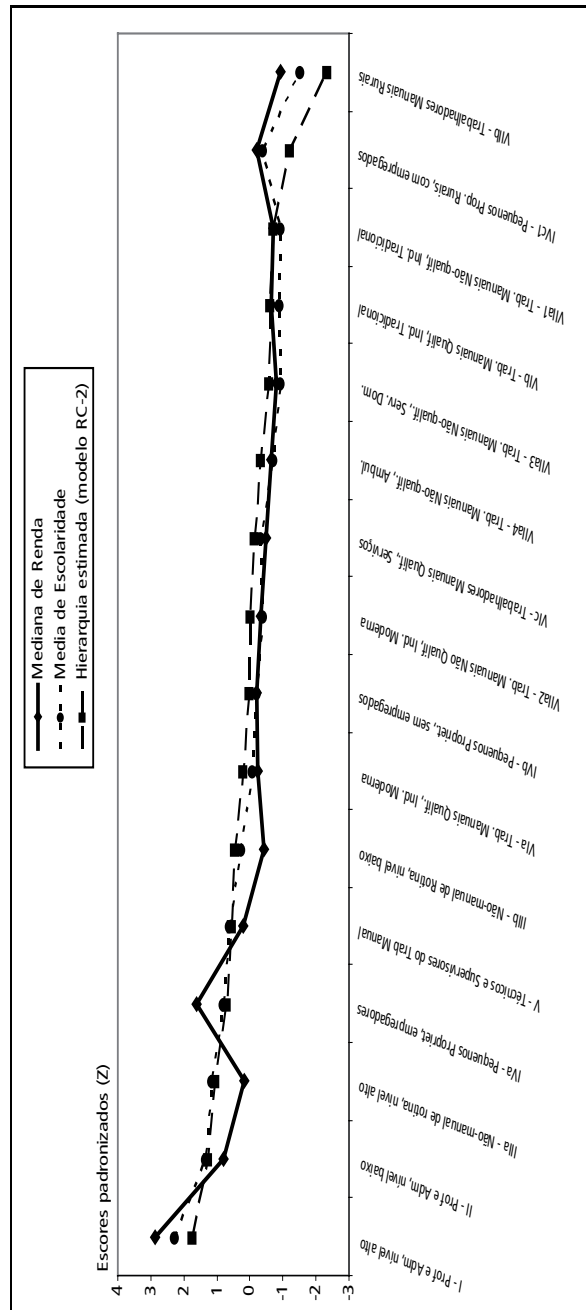
Além disso, o uso de um maior número de estratos ocupacionais permite estimar e ajustar modelos log-lineares que testem diretamente o aspecto hierárquico e vertical da mobilidade social. Os estudos anteriores limitaram-se a delinear algumas barreiras à mobilidade social, por meio de parâmetros que separam certos grupos de classe, mas não foram capazes de considerar todos os estratos hierarquizados em uma única escala. Segundo diversos autores, o aspecto hierárquico entre as classes é fundamental no processo de mobilidade intergeracional, uma vez que a distância entre as classes, em termos de condições de vida e *status* socioeconômico, seria a principal característica, aumentando ou diminuindo as chances de mobilidade social (HOUT; HAUSER, 1992; GANZEBOOM *et al.*, 1989; BREEN, 1996; DUNCAN, 1979). Em suma, a

utilização de mais classes permite observar mais mobilidade social ascendente e descendente que seja sociologicamente significativa e possibilita analisar verdadeiramente o aspecto hierárquico desse processo.

Para testar a hipótese de que as 16 classes apresentadas na coluna 2 do Quadro 1 estão hierarquicamente ordenadas utilizei duas metodologias. Primeiro, estimei dois modelos de análise de variância (Anova), com os dados da PNAD 1996, tendo como variável independente os 16 estratos de classe e como dependentes a renda de todos os trabalhos e os anos completos de educação.³⁸ Segundo esses modelos, os grupos ocupacionais explicam 25% da variação na renda e 45% da variação nos anos de educação completos, e revelam uma clara ordem hierárquica entre os estratos (apresentada no Gráfico 8, a seguir). A segunda metodologia está diretamente ligada às análises de mobilidade que implemento no Capítulo 3. Ou seja, estimei o modelo log-linear RC-II, proposto por Goodman (1979), que calcula uma ordem hierárquica latente a qual governa o processo de mobilidade intergeracional. Esse modelo foi ajustado simultaneamente às quatro tabelas de mobilidade intergeracional com 16 classes de origem e destino nos anos de 1973, 1982, 1988 e 1996, ou seja, o modelo foi ajustado a uma tabela cruzando 16 classes de origem por 16 de destino por quatro anos. Caso o modelo se ajuste a esses dados, então pode-se concluir que há um claro aspecto hierárquico determinando a mobilidade entre os 16 estratos ocupacionais de origem e destino. De fato, o modelo ajusta-se bem aos dados (esse é o modelo 3 da Tabela 8 do Capítulo 3) e os valores estimados para hierarquizar as 16 classes representam a verticalidade da mobilidade social, ou seja, designam as distâncias entre as classes em termos de chances de mobilidade ascendente – quanto mais distantes as classes, mais difícil a mobilidade entre elas. Com o objetivo de comparar as escalas de renda, anos de educação e mobilidade (escores do modelo RC-II), converti todas para uma única métrica (escores Z) com média igual a zero e desvio padrão igual a um. Esses escores padronizados são apresentados no Gráfico 8, a seguir.

38. Também estimei esses mesmos modelos para 1982 e 1988 e apenas para anos de educação utilizando os dados de 1973 (não há variável contínua para renda no banco de dados). Todos os modelos de Anova são significativos e levam aos mesmos resultados apresentados neste capítulo para 1996.

Gráfico 8 – Hierarquia das 16 classes sociais (escores estimados pelo modelo RCII, anos de educação e renda do trabalho mensal – Brasil, 1996



O Gráfico 8 ordena as classes de acordo com a hierarquia dos valores estimados para cada uma delas segundo o modelo RC-II. As outras duas escalas seguem ordem muito semelhante à sugerida por esse modelo. Uma única inconsistência aparece na renda média, que, tomada como critério de hierarquização, colocaria a classe IVa (pequenos proprietários empregadores) logo abaixo da classe I. Essa inconsistência não compromete a análise, mas revela que há provavelmente heterogeneidade interna à classe IVa. Como destaquei anteriormente, essa heterogeneidade deve-se à impossibilidade de separar grandes de pequenos empregadores, o que leva à classificação de ambos na referida classe³⁹. No entanto, como o número de grandes empregadores é pequeno na sociedade, sua inclusão na classe IVa não interfere no resultado.

Na realidade, a hierarquia que emerge dessas análises, resumidas no Gráfico 8, é substantivamente consistente e comprova algumas hipóteses levantadas anteriormente. No topo da hierarquia estão os profissionais e administradores (classes I e II), que realmente são a elite socioocupacional. Em seguida, vêm os trabalhadores de rotina não-manual de alto nível (classe IIIa), grupo composto por todos os trabalhadores administrativos que não possuem o nível de qualificação e responsabilidade dos profissionais. Os pequenos proprietários com empregados (IVa), que vêm em seguida, também são um grupo privilegiado em termos de condições de vida e trabalho. Em seguida, aparecem os técnicos e supervisores do trabalho manual (classe V), que, embora classificados como trabalhadores manuais, são relativamente qualificados, exercem função de supervisão em vários setores produtivos e constituem, portanto, a elite da classe trabalhadora. Os trabalhadores de rotina não-manual de nível baixo (classe IIIb), principalmente pessoal de vendas, encontram-se logo acima dos trabalhadores qualificados na indústria moderna (VIa), que também podem ser considerados como uma elite da classe trabalhadora. Abaixo deles vêm os pequenos proprietários sem empregados (IVb), classe composta por donos de pequenos negócios nos setores formal e informal. Os trabalhadores manuais não-qualificados na indústria moderna (VIIa2), como sugerido pela literatura, encontram-se em posição relativamente alta justamente por estarem no setor moderno da economia. Os trabalhadores manuais não-qualificados

39 De fato, é na classe IVa que se observa o maior desvio padrão em termos de renda (2,6), o que indica alta heterogeneidade de renda.

ambulantes (VIIa4) e nos serviços domésticos (VIIa3) estão em posição ligeiramente superior aos trabalhadores manuais qualificados (VIb) e não-qualificados (VIIa1) na indústria tradicional. Como se nota, na área de trabalho manual, empregados nos setores moderno e tradicional ocupam posições hierárquicas opostas. Esse ordenamento dentro da classe trabalhadora ficava completamente invisível em todos os estudos anteriores sobre mobilidade que utilizavam um número menor de classes sociais. A classe de pequenos proprietários rurais (IVc) encontra-se logo acima da de trabalhadores rurais (VIIb) na escala de mobilidade, o que expressa uma afinidade em termos de mobilidade entre esses dois grupos. No entanto, em termos de renda média e anos de educação, a classe IVc aproxima-se dos grupos de trabalhadores urbanos com *status* socioocupacional mais baixo. Isso não é um problema nas análises de mobilidade, porque a metodologia utilizada para calcular a mobilidade vertical leva em conta essa diferenciação, considerando mobilidade de curta distância aquela entre a classe IVc e as classes trabalhadoras urbanas, e de média distância aquela entre a classe VIIb e as mesmas classes urbanas. Como mostrarei nos próximos capítulos, a utilização dessa ordem hierárquica entre as classes traz grandes vantagens na análise de mobilidade social no Brasil.

Os esquemas com dez classes (primeira coluna do Quadro 1) e com sete classes (quarta coluna do mesmo quadro são obtidos a partir da agregação de algumas das 16 classes apresentadas anteriormente. Explicarei a lógica de agregação dessas duas versões quando forem utilizadas, respectivamente nos Capítulos 4 e 5.

CHANCES DE VIDA E CLASSES SOCIAIS

Em esquemas de inspiração weberiana, as classes sociais são relevantes na medida em que se relacionam a diferentes chances de vida, inclusive de mobilidade social. O conceito de chances de vida foi definido por Anthony Giddens (1973, p. 130) como “as oportunidades que os indivíduos possuem de compartilhar os ‘bens’ culturais ou econômicos socialmente produzidos que existem em uma determinada sociedade”. Ou seja, as chances de vida são as chances que as pessoas têm de acesso a bens valorizados. É óbvio que esses “bens” não são distribuídos eqüitativamente entre todos os indivíduos ou fa-

mílias. Isso significa que em qualquer sociedade há desigualdade na distribuição das chances de vida.

Ao longo dos anos, a provisão de determinado “bem”, por exemplo vagas na escola primária, pode aumentar enormemente. Observar apenas esse fato equivale a fazer um balanço da distribuição agregada de um determinado bem. No entanto, se se compara a distribuição desse bem entre grupos sociais, descreve-se uma forma de desigualdade entre os grupos. Isso significa que as chances de vida da população podem melhorar de um ponto de vista agregado, na medida em que há mais oportunidades disponíveis, e que a desigualdade de chances de vida entre classes também pode se modificar, ou não, ao longo do tempo.

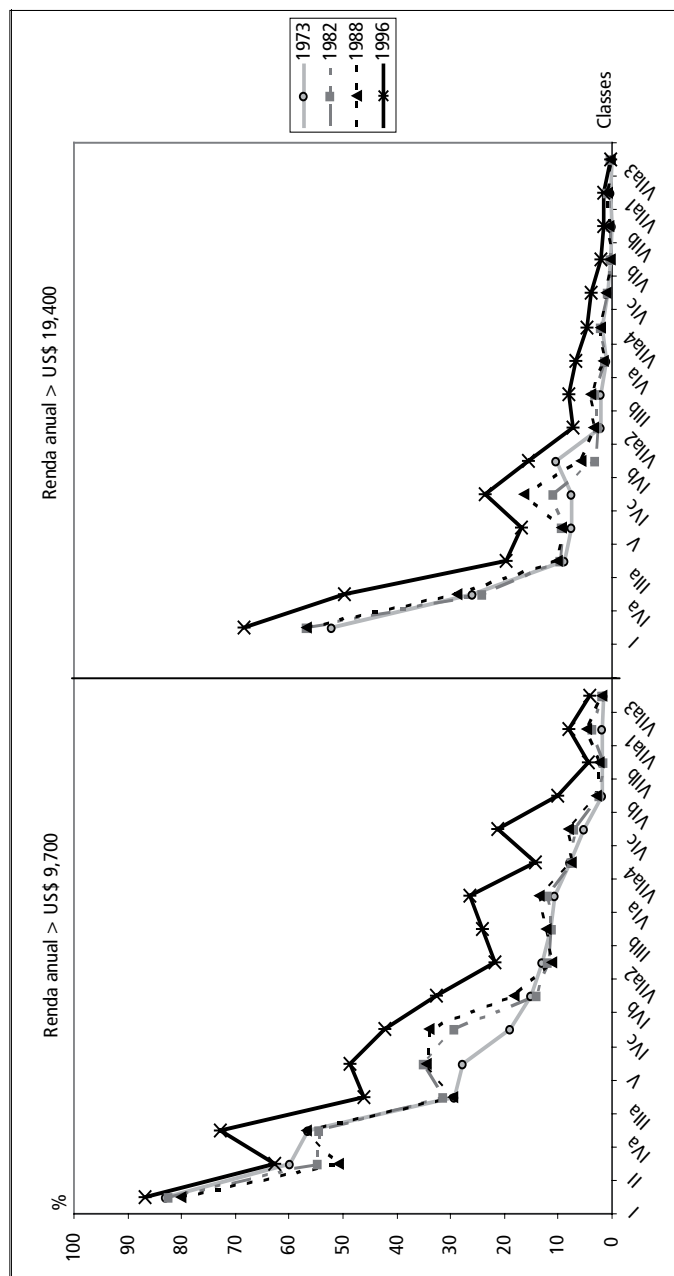
De fato, as chances de vida variam significativamente de acordo com as 16 classes sociais mencionadas anteriormente. Dessa forma, ao descrever a variação agregada das chances de vida das famílias brasileiras entre 1973 e 1996, procuro ao mesmo tempo verificar se as distâncias entre classes se mantêm ou se modificam. As condições de vida do conjunto da população parecem ter melhorado nesse período, mas as desigualdades de condições de vida e a média das chances de vida parecem ter permanecido inalteradas. Para descrever a variação temporal e a desigualdade utilizo quatro variáveis: renda familiar, nível educacional, privação de bens básicos e privação de serviços domiciliares básicos. Renda familiar e nível educacional constituem variáveis que indicam os recursos disponíveis. Já a privação de serviços domiciliares e de bens básicos apontam os padrões básicos de consumo desses itens. O conjunto das quatro variáveis mostra a condição ou qualidade de vida dos membros de cada classe.⁴⁰

CLASSE SOCIAL E RECURSOS ECONÔMICOS

Para uma descrição da relação entre chances de vida e classe social, o ponto de partida óbvio é o exame das variações nos níveis de renda. O gráfico 9 mostra o percentual de homens com renda familiar anual superior a 9.700 dólares e a 19.400 dólares, segundo posição de classe, em 1973, 1982, 1988 e 1996.

40. Para discussões e análises sobre padrão e qualidade de vida, ver Albuquerque e Vilela (1993).

Gráfico 9 – Participação de homens entre 25 e 64 anos com renda anual maior do que US\$ 9.700 e US\$ 19.400, segundo classe social (16 categorias) – Brasil, 1973-1996



Nota: Os cálculos foram feitos de acordo com o "Consumer Price Index, Federal Reserve Bank of Minneapolis"; e a taxa de câmbio do dólar do Banco Central do Brasil. O valor de US\$ 9.700 (em valores de 2000) é equivalente a US\$ 2.500 em 1973; US\$ 5.425 em 1982; US\$ 6.650 em 1988; e US\$ 8.825 em 1996. A taxa de câmbio entre o dólar (US) e a moeda brasileira (BR) era: 1 US = 6,32 BR em 1973; 1 US = 155,3 BR em 1982; 1 US = 267,5 em 1988; e 0,98 US = 1 BR em 1996.

Esses dois limites mínimos de renda foram selecionados porque equivaliam a 2.500 dólares e a 5.000 dólares em 1973. Como a PNAD desse ano não incluiu uma variável contínua para a renda, não é possível analisar a variação média desse item ou realizar qualquer outro tipo de análise de renda.

A renda familiar varia sistematicamente de acordo com a posição de classe. As classes de profissionais e administradores (classes I e II) têm os mais altos percentuais de pessoas com renda elevada. As classes I e II têm duas vezes mais trabalhadores com rendas elevadas do que qualquer outra – exceto a dos empregadores urbanos (IVa). Os técnicos e os supervisores do trabalho manual (V), que compõem a elite da classe trabalhadora manual, contam com mais pessoas com renda elevada do que as classes não-manuais, tais como a dos “pequenos” proprietários sem empregados (classe IVb) e a dos trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (classe IIIb). Entre as classes rurais, a que é formada pelos empregadores rurais de médio porte (IVc) possui mais de 10% de seus membros com renda relativamente elevada, ao passo que as classes não-manuais e manuais exibem baixa proporção de pessoas com renda acima dos cortes definidos. Por exemplo, o percentual de empregadores rurais com renda anual acima de 9.700 dólares é mais alto do que o de trabalhadores qualificados e não-qualificados urbanos (classes VIa, VIb, VIc, VIIa1, VIIa2, VIIa3 e VIIa4), de “pequenos” proprietários sem empregados (classe IVb) e de trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (classe IIIb). Em compensação, as classes de trabalhadores rurais (VIIb), trabalhadores qualificados e não-qualificados na indústria tradicional (VIb e VIIa1) e trabalhadores não-qualificados nos serviços domésticos (VIIa3) praticamente não têm pessoas com renda anual superior a 9.700 dólares.

Além dessas indicações, o gráfico mostra que os níveis de desigualdade entre as classes sociais permaneceram constantes e altos nos quatro anos pesquisados. Como consequência do Plano Real, que colocou o real e o dólar em paridade entre 1994 e 1998, os percentuais de pessoas em cada classe com renda acima dos pontos de corte em 1996 são mais elevados do que nos outros anos. A distribuição de renda, no entanto, não se modificou, uma vez que as distâncias relativas entre as classes não mudaram. Esse fato aponta o que diversos estudiosos já confirmaram: a desigualdade de renda permaneceu praticamente inalterada ao longo das décadas de 1970 e 1980 (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). Também fica claro no gráfico, e que os estudiosos

anteriores não ressaltaram, que essa desigualdade de renda está fortemente associada à estrutura ocupacional da sociedade brasileira. Como sugeri no início deste capítulo, uma teoria estrutural das desigualdades deveria observar não apenas a distribuição de renda, mas também a estrutura de classes que determina em parte as iniquidades nessa distribuição. Na realidade, alguns estudos importantes mostram a relevância de desenvolver análises de classe para entender a desigualdade de renda no Brasil (SANTOS, 2000).

Outra informação que pode ser apreendida a partir da observação do Gráfico 9, principalmente com relação ao corte de 9.700 dólares, é o padrão da distribuição de renda. Ou seja, além de revelar a presença da desigualdade de renda, o gráfico destaca o padrão dessa desigualdade entre as classes sociais. Esse padrão não se caracteriza apenas pela existência de um pequeno grupo no topo e um grande grupo na base da distribuição de renda. Pelo contrário, há diversas classes em situações intermediárias, o que significa que o padrão não pode ser resumido à idéia de que há forte concentração no topo, porque na realidade a desigualdade se dá entre os diversos grupos de classe. É verdade que os profissionais, administradores e proprietários empregadores (I, II, e IVa) estão claramente no topo e que trabalhadores do campo, do setor tradicional e dos serviços domésticos (VIIb, VIb, VIIa1, e VIIa3) encontram-se na base da distribuição de renda. Mas há também algumas classes em situações intermediárias – por exemplo, os técnicos e supervisores (V), os trabalhadores não-manuais de rotina (IIIa) e os trabalhadores manuais qualificados na indústria moderna (VIa e VIIa2).

Em importante estudo, Torche (2004, 2005) argumenta que a relação entre desigualdades de oportunidades, tal como apreendida nas taxas relativas de mobilidade ou fluidez social, está fortemente associada antes ao padrão de desigualdade de renda do que aos níveis desse tipo de desigualdade, como sugerem Goldthorpe e Erickson (1993). No Chile, país estudado por Torche (2005), embora a desigualdade de renda seja muito alta, o padrão é caracterizado pela concentração no topo e pouca desigualdade abaixo. Isso implica em altas taxas de desigualdade de oportunidades entre a elite e as outras classes e pouca desigualdade entre estas últimas. No Brasil, o padrão de desigualdade de renda é ligeiramente diferente, na medida em que há altos níveis de desigualdade não apenas entre a elite e os outros grupos, mas também entre os grupos abaixo da elite. No último capítulo deste livro, analiso comparativamente o

padrão de desigualdade de oportunidades no Brasil e discuto em mais detalhe a relevância da hipótese de Torche para o caso brasileiro.

Por ora, é importante destacar que não há mudança entre 1973 e 1996 nos níveis de desigualdade de renda entre as classes sociais no Brasil, embora entre 1988 e 1996 tenha aumentado o percentual de pessoas com renda relativamente elevada em cada classe. Esse aumento é certamente uma consequência do Plano Real, fato já reconhecido em diversos estudos (HENRIQUES, 2000).

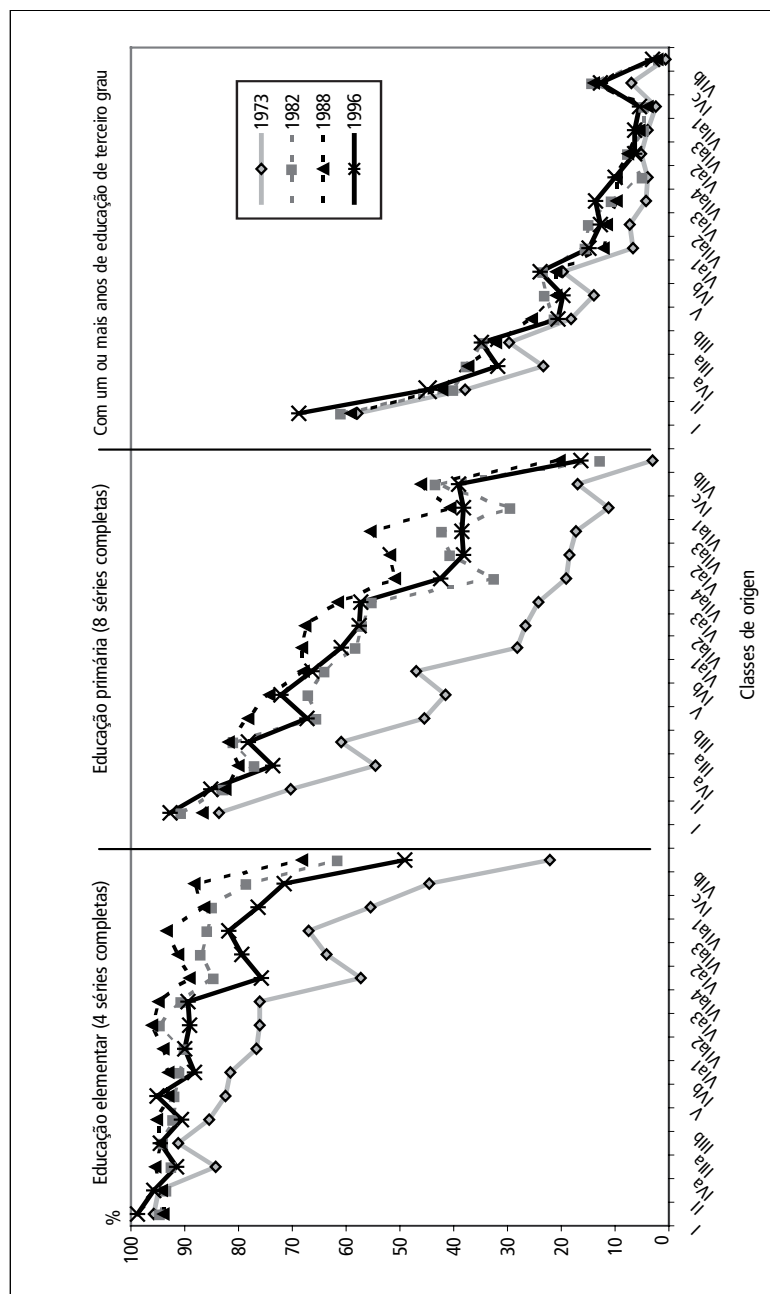
CLASSE SOCIAL E RECURSOS EDUCACIONAIS

A educação é uma variável fundamental nas análises de estratificação. O sistema escolar é freqüentemente considerado como o principal fator de ligação entre classes de origem e de destino. As diversas teorias sobre estratificação debatem se o sistema escolar ajuda a impulsionar as pessoas para cima na estrutura de classes. (i.e., KERR *et al.*, 1960; JENCKS *et al.*, 1972, 1979), se funciona como um poderoso mecanismo de reprodução (i.e., BOURDIEU; PASSERON, 1977; BOWLES; GINTIS, 1976; COLLINS, 1974), ou ainda se é caracterizado por uma combinação das duas alternativas anteriores (i.e., GAMBETTA, 1987; HALSEY; HEATH; RIDGE, 1980). A importância da educação nas teorias de estratificação é tanta que algumas delas chegam a considerar que os níveis altos de escolaridade aumentam o “capital humano” de um indivíduo (BECKER, 1993). Além disso, inúmeros programas de pesquisa indicam que a escolaridade alcançada associa-se a muitas outras esferas da vida, de condições sanitárias melhores ao sucesso econômico.⁴¹ Por conseguinte, o nível de escolaridade alcançado deveria ser compreendido como uma variável que mede um recurso de definição, quase indispensável, das oportunidades de vida.

Nesta seção, descrevo a variação do nível educacional entre os descendentes de cada classe social. Se as origens de classe determinarem diferenças nas chances de avanço no sistema escolar, então será possível afirmar que as classes em que as pessoas crescem influenciam suas chances de obter recursos educacionais fundamentais para acessar algumas classes de destino. O importante, portanto, não é verificar a educação média das pessoas em cada grupo de

41. Para uma resenha da literatura, ver Hallinan (1988).

Gráfico 10 – Participação de homens entre 25 e 64 anos, por nível educacional alcançado, segundo classe social de origem – Brasil, 1973-1996



destino, mas o nível educacional alcançado por pessoas com diferentes origens de classe.

O Gráfico 10 mostra a variação na escolaridade alcançada, por classe de origem, em 1973, 1982, 1988 e 1996. Três limites educacionais são apresentados: o percentual de pessoas com os quatro primeiros anos do curso primário (que, até 1971, formavam a escolaridade mínima exigida por lei no Brasil); o percentual de pessoas com os primeiros oito anos da educação elementar (que, após 1971, passaram a ser o mínimo exigido por lei); e o percentual de pessoas com, pelo menos, um ano de faculdade ou de qualquer nível de educação de terceiro grau.

Em vez de seguir a prática comum de usar a média dos anos de escolaridade alcançada como uma forma de medir os níveis de educação, para o caso brasileiro, a apresentação de três transições é mais esclarecedora porque as taxas de reprovação no sistema educacional têm sido historicamente altas. A pesquisa sobre a obtenção de escolaridade no Brasil, empreendida pelo físico Sergio Costa Ribeiro e pelo estatístico Ruben Klein (1991), indica que, embora o número de alunos que termina cada ano escolar do sistema serial de educação seja muito baixo, a média dos anos de escolaridade para a população jovem é muito alta. Ou seja, as pessoas permanecem na escola muitos anos, mas demoram muito para chegar às séries mais adiantadas. Na década de 1980, a taxa de reprovação na primeira série do curso primário era de cerca de 50%. O Gráfico 10 mostra alguns outros aspectos da variação dos níveis de escolaridade entre as pessoas oriundas das 16 classes que analiso.

A comparação dos dados ao longo do tempo mostra que, entre 1973 e 1982, melhoraram bastante as taxas de conclusão da educação primária para pessoas oriundas de quase todas as classes, com exceção dos filhos de profissionais e administradores, que sempre tiveram quase certeza de finalização dos níveis elementar e primário. Essa melhoria nas taxas de acesso à educação primária e elementar deve-se em parte à expansão do sistema educacional durante o período político democrático, entre 1945 e 1964. Durante esses anos o governo investiu maciçamente na educação elementar. Após 1964, a ditadura militar mudou o foco do investimento, direcionando-o ao terceiro grau. Todavia, mesmo durante esse período os efeitos da expansão do sistema educacional elementar puderam ser observados (CUNHA, 1975). De fato, com exceção das classes rurais, o acesso à educação elementar não está estratificado

por classe de origem. Pessoas de praticamente todas as classes têm chances de terminar as quatro séries elementares. A conclusão do primeiro grau, no entanto, continua ligada à classe de origem, embora tenha se tornado mais comum a partir de 1982.

Em contraste, as taxas de acesso ao terceiro grau estão fortemente estratificadas por origem de classe e permaneceram praticamente inalteradas no período analisado. Embora sejam necessários estudos mais sofisticados, a desigualdade na obtenção da educação de terceiro grau já fica evidente após um exame superficial do Gráfico 10. De cada dez filhos de profissionais, administradores e gerentes de nível alto (classe I), cinco têm, pelo menos, um ano de educação universitária. Ao passo que no máximo um em cada dez filhos de trabalhadores manuais (VIa, VIb, VIc, VIIa1, VIIa2, VIIa3, VIIa4, e VIIb) entra na universidade. Em situação intermediária observa-se que dois ou três em cada dez filhos de pequenos proprietários (IVa, e IVb) e trabalhadores manuais de rotina (IIIa e IIIb) entram na universidade. Essas chances, como acentuei, não se modificaram significativamente entre 1973 e 1996.

Em suma, os dados indicam que, entre 1973 e 1982, melhoraram substancialmente as chances de pessoas oriundas das classes mais baixas concluírem as quatro séries de educação elementar. Conseqüentemente, diminuiu a desigualdade de acesso a esse nível de educação. Embora as chances de pessoas de estratos mais baixos concluírem o primeiro grau também tenham se ampliado entre 1973 e 1982, a desigualdade de classe permaneceu significativa até 1996. Em contraste, a classe de origem permaneceu, ao longo de todo período, fortemente associada ao acesso à universidade, ou seja, não se reduziu a desigualdade de acesso ao terceiro grau.

CLASSE SOCIAL E CONDIÇÕES DE VIDA

Renda e educação são recursos, ou meios, para a obtenção de diversos bens e resultados socialmente valorizados. Passo, agora, a apresentar a relação entre classe social e alguns desses bens ou resultados disponíveis, em dois conjuntos de dados: itens de consumo básicos e serviços fundamentais oferecidos aos domicílios. Mais especificamente descrevo a privação que as pessoas em cada posição de classe sofrem, ou seja, meço a falta de acesso a

Gráfico 11 – Percentual de domicílios sem acesso a TV e a geladeira, segundo classe de destino – Brasil, 1973-1996

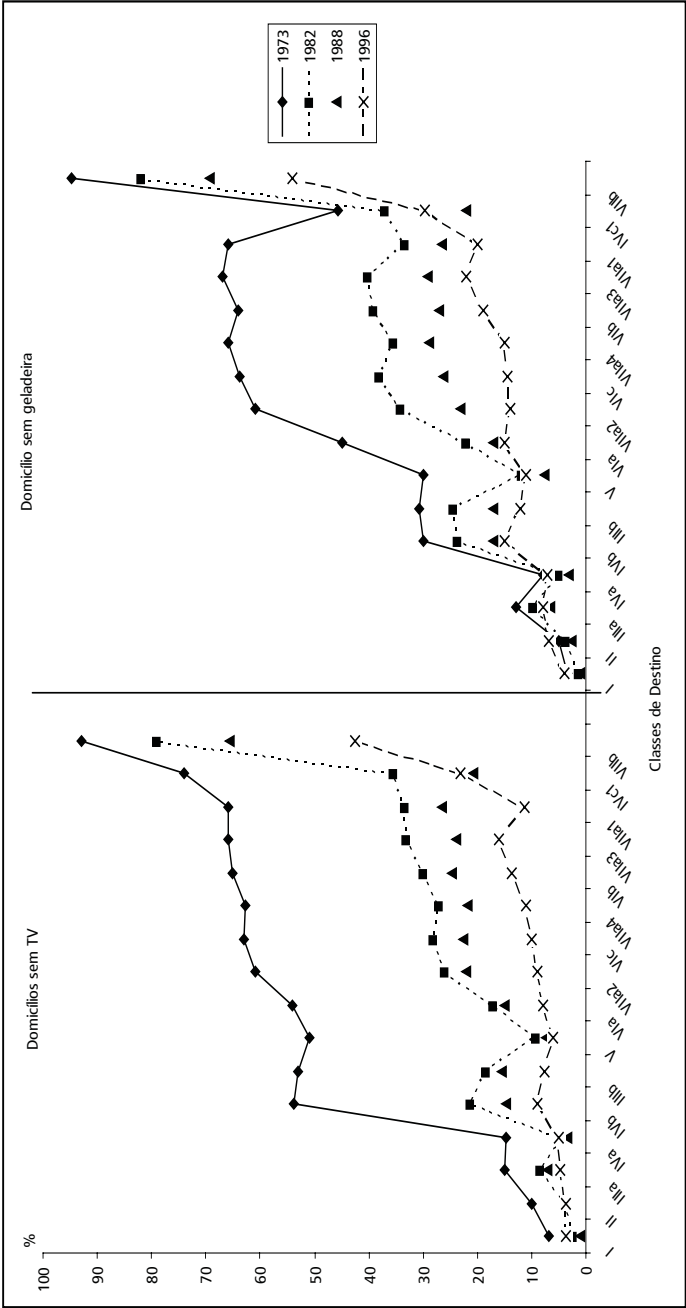
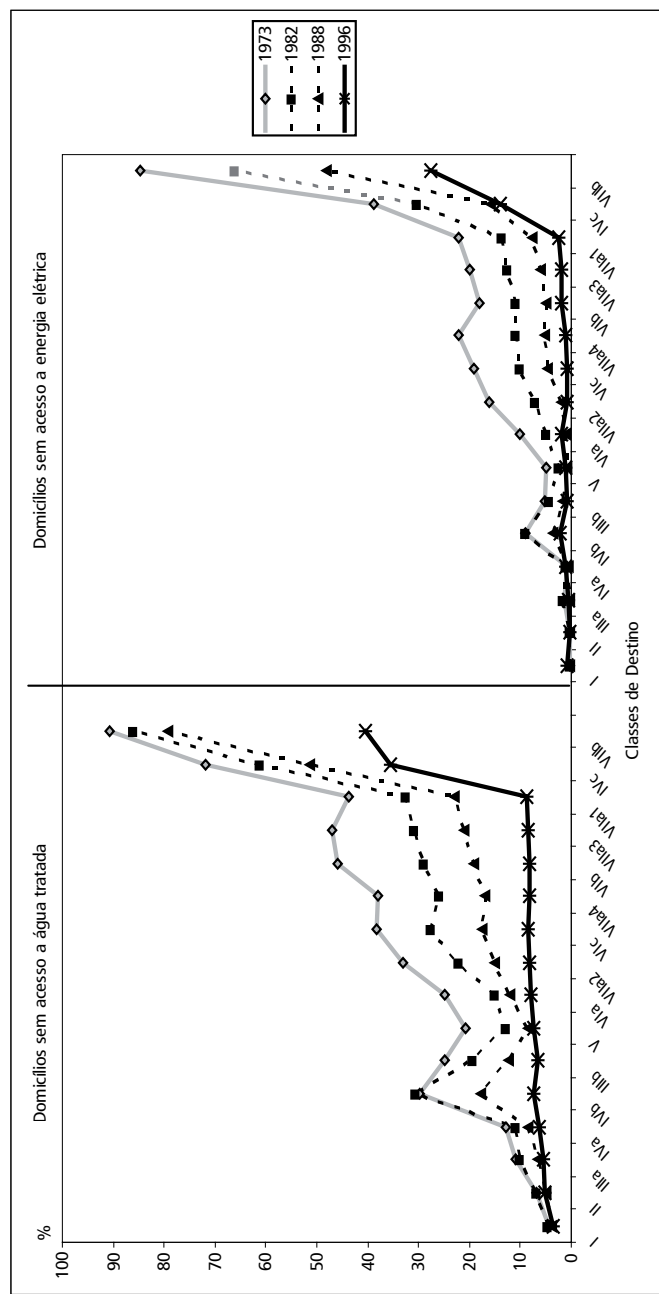


Gráfico 12 – Percentual de domicílios sem acesso à água tratada e energia elétrica, segundo classe de destino
– Brasil, 1973-1996



alguns bens e serviços básicos. Exibo o percentual em cada classe que não tem acesso a televisão e geladeira (bens básicos) e a fornecimento de água tratada e energia elétrica (serviços básicos). Os dados sobre falta de acesso a tais bens e serviços elementares são apenas indicadores dos níveis de bem-estar disponíveis a cada classe social. A possibilidade de alcançar outros serviços e bens valorizados deve, de alguma forma, estar associado ao acesso aos itens básicos que apresento. Em outras palavras, se um alto percentual de pessoas em uma determinada classe não dispõe dos itens básicos, provavelmente uma boa parte dos integrantes da classe não tem acesso a diversos outros bens e serviços socialmente valorizados.

Os Gráficos 11 e 12 mostram as taxas de privação ou o percentual dos domicílios que não têm acesso a televisão, geladeira, água tratada e rede elétrica.

O Gráfico 11 descreve os graus de privação de dois itens de consumo básicos para cada classe ao longo dos quatro anos. O percentual de casas sem televisão diminuiu tanto para os profissionais e administradores de nível alto (classe I) como para os trabalhadores rurais (classe VIIb): em 1973, as proporções eram de 6,8% e 92,8%, respectivamente, e chegaram a 3,7% e 42,4%, em 1996. As disparidades entre as classes sociais em termos de acesso a geladeira seguem padrões similares aos observados para disponibilidade de televisão. Outra característica evidente no gráfico é a diferença nos níveis de consumo entre as classes urbanas e rurais, demonstrando que algumas das desigualdades têm mais ligação com a geografia do que com a posição de classe. Isso não significa que, em relação às classes sociais, não haja uma distribuição desigual, na medida em que o gráfico também revela que os padrões de consumo variam significativamente entre as posições de classes. Como já se esperava, as classes mais privilegiadas possuem acesso quase irrestrito aos itens de consumo básicos, ao passo que para os membros de classes menos privilegiadas as chances de esses itens faltarem são maiores. Apesar da variação considerável nos padrões de consumo entre classes sociais nos quatro anos estudados, fica evidente que, com o passar do tempo, os níveis de consumo para todas as classes aumentaram gradativamente.

O Gráfico 12 apresenta dados sobre a falta de acesso a serviços básicos em todas as 16 classes sociais. Esse quesito varia, também, de acordo com a localização geográfica porque as classes urbanas apresentam mais probabilidade de dispor desses serviços do que as rurais. Todavia, dentro das classes rurais e

urbanas, há variação considerável com relação ao fornecimento de água tratada e de energia elétrica. Ao longo dos anos, a diferença entre as classes diminuiu consideravelmente. Enquanto, em 1973, as chances de os trabalhadores manuais não-qualificados na indústria tradicional (Vila3) não receberem água tratada eram 10 vezes maior do que as dos profissionais e administradores de nível alto (I), em 1996 o primeiro grupo tinha apenas 3 vezes mais chances de não receber esse serviço do que o segundo grupo. Em resumo, embora a carência desses serviços varie muito entre classes sociais, os dados do Gráfico 12 indicam que, entre 1973 e 1996, houve melhora gradativa na sua oferta à população.

Os dados analisados nesta seção mostram que o abastecimento de itens de consumo básico e o fornecimento de serviços essenciais melhoraram consideravelmente no período de referência. Além disso, em termos da privação desses itens e serviços, as distâncias entre as classes diminuíram ao longo do tempo, ou seja, nesse quesito a desigualdade de classes decresceu enormemente ao longo das décadas analisadas. Mais especificamente, alcançou-se grande melhoria principalmente entre 1973 e 1982 – estes resultados confirmam análises anteriores sobre as condições de vida no Brasil (ALBUQUERQUE; VILLELA, 1993).

CONCLUSÃO

Após apresentar o esquema de classes usado neste livro, descrevi a variação das diferentes dimensões de chances de vida entre as 16 classes sociais da versão mais ampliada desse esquema. Quatro temas foram discutidos no capítulo. Primeiro, abordei a concepção teórica neo-weberiana que informa a elaboração das classes sociais. Segundo, indiquei algumas especificidades da implementação do esquema neo-weberiano ao caso brasileiro e mostrei de que forma essas classes se encontram em uma ordem hierárquica. Terceiro, apresentei análises que revelam que classe social é uma variável importante para a compreensão da desigualdade das chances de vida. Quarto, exibi dados que podem ser usados para questionar a concepção de que as diversas formas de desigualdade diminuem com o desenvolvimento econômico. Os resultados

das análises apresentadas revelam: que o esquema neo-weberiano é teórica e empiricamente relevante no caso brasileiro, que as classes sociais encontram-se hierarquicamente ordenadas, que as chances de vida estão claramente estratificadas por classes, e que a teoria de que o desenvolvimento econômico leva a uma desigualdade menor das chances de vida entre as classes sociais deve ser questionada.

Como mostrei ao abordar a concepção neo-weberiana, as classes sociais devem medir principalmente diferenças nas chances de vida. Ao longo de todo o capítulo aponte que tais chances de vida realmente estão associadas à posição de classe das pessoas, definida pelas “relações de emprego” que caracterizam o trabalho ligado a cada classe social. Por meio do Gráfico 7 revelei que as chances de progressão ao longo da carreira estão claramente diferenciadas entre as classes sociais. De acordo com a teoria exposta por Goldthorpe (2000), esse tipo de progressão funcional é uma das principais maneiras de acessar a diferença entre o trabalho nas classes de profissionais e administradores e nas de trabalhadores comuns. Enquanto os profissionais gozam de mais benefícios de carreira porque exercem atividades essenciais e de difícil controle por parte dos empregadores, os trabalhadores comuns desempenham tarefas de controle simples e podem ser substituídos com facilidade. Conseqüentemente, Goldthorpe (2000) prevê que as carreiras dos profissionais são marcadas por benefícios a longo prazo e a dos trabalhadores, pela falta desse tipo de benefício. Os dados brasileiros, apresentados no Gráfico 7, confirmam essas expectativas teóricas e, nesse sentido, comprovam a relevância do esquema neo-weberiano para sua classificação.

Embora os dados nacionais possam facilmente ser classificados de acordo com a tradição neo-weberiana, algumas diferenciações importantes da estrutura ocupacional do país ficam ocultas no esquema Casmin com 11 classes sociais. O principal problema é que o esquema foi formulado para analisar a mobilidade social em países europeus de industrialização avançada. Nesses países há muita diferenciação entre as classes de trabalho não-manual e pouca diferenciação naquelas de trabalho manual. Ao classificar os dados brasileiros de acordo com esse esquema, verifica-se que um enorme contingente de pessoas (mais de 40%) concentra-se em duas classes: a de trabalhadores manuais qualificados (VI) e a de trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa). De acordo com literatura brasileira discutida, há muitas distinções importantes dentro da

classe trabalhadora que devem ser levadas em conta para analisar a estratificação no país. Setores da indústria moderna e tradicional, em particular, seriam claramente diferenciados, colocando trabalhadores qualificados e não-qualificados em posições hierárquicas bastante distintas. Apresentei análises que confirmam essa expectativa e sugeri um esquema ampliado incluindo 16 classes, em vez de apenas 11. O esquema ampliado, por um lado, mostra-se relevante na medida em que faz distinções importantes dentro da classe trabalhadora e, por outro lado, possibilita a análise conseqüente da dimensão hierárquica entre as classes, que é fundamental no processo de mobilidade social que descreverei no próximo capítulo.

As análises deste capítulo mostram que diversas variáveis, que medem aspectos diferentes das chances de vida, estão estratificadas de acordo com as divisões de classe. Entre os 16 grupos, o dos profissionais e administradores de nível mais alto (classe I) é o que desfruta as melhores condições de vida. No outro extremo, estão as classes de trabalhadores manuais urbanos na indústria tradicional e de trabalhadores rurais (VIb, VIIa1, e VIIb). Cada uma das variáveis descritas é distribuída entre as classes sociais de maneira desigual. Mas, como é que essas distribuições mudaram no período que vai de 1973 a 1996?

Isso depende de cada uma das dimensões que analisei. Por exemplo, quando se trata de renda, a distância entre as classes permaneceu inalterada com o passar do tempo. Isto é, durante o período estudado, a desigualdade de renda entre as classes foi alta e constante. Essa descoberta adquire um significado especial se considerarmos que as teorias do desenvolvimento econômico e da desigualdade de renda estipulam a diminuição da desigualdade com o avanço das sociedades industrializadas. O Brasil permanece como um caso que desafia tais tipos de teorias porque o país passou por um processo de industrialização muito rápido, que não foi acompanhado por uma diminuição paralela da desigualdade de renda. Essa “estabilidade inaceitável”, para usar uma expressão cunhada por alguns economistas (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000), resulta do fato de que, em termos absolutos, a modernização do Brasil foi marcada por uma expansão concomitante dos setores ricos e pobres da população. Como, em termos absolutos, a população é grande, o pequeno porcentual do setor rico engloba, na realidade, um grande número de pessoas, as quais se beneficiaram do desenvolvimento econômico. Essa pequena proporção de ricos, que engloba um grande nú-

mero de pessoas, é suficiente para mover os padrões de consumo que levam ao crescimento econômico.

Em relação à educação, mostro que houve uma certa melhora. As médias de escolarização das pessoas com origens em cada classe social aumentaram de modo geral, ou seja, independentemente da classe social de origem, o acesso à educação primária cresceu. No entanto, o nível superior continua a ser um privilégio desfrutado, principalmente, pelas pessoas com origens nas posições de classes mais elevadas. A ampliação do acesso à educação primária foi mais rápida entre 1973 e 1982 e diminuiu após esse período. Outra descoberta interessante foi o fato de que pessoas provenientes das classes não-manuais tendem a apresentar níveis de escolaridade mais altos do que as que vieram de famílias das classes manuais. Apesar dessas melhoras, o nível de escolaridade alcançado pela população continua a ser muito baixo. Isso distingue o Brasil de outros países. Essa descoberta desafia as teorias que vinculam a obtenção de educação à industrialização. O Brasil está se industrializando rapidamente, mas continua a ter um grande contingente de pessoas com poucos recursos educacionais. Tal situação precisa ser compreendida mais em termos institucionais (isto é, do mau funcionamento dos sistemas educacionais) do que em termos de desenvolvimento econômico. Eu insisto em afirmar que o crescimento econômico não soluciona os problemas da baixa obtenção de escolaridade e da desigualdade de renda no Brasil.

Finalmente, em relação aos itens de consumo e ao acesso a serviços básicos, a privação também está distribuída de maneira desigual entre classes sociais. Tendo como base os anos de 1973, 1982, 1988 e 1996, os dados mostram que as classes mais altas não sofrem com a falta de itens como televisão e geladeira, tampouco com a carência de água limpa, sistemas de esgoto, fornecimento de energia e coleta de lixo. Em compensação, as classes mais baixas não possuem acesso a esses itens e serviços básicos. No entanto, para estas, especialmente entre 1973 e 1982, o acesso a esses itens e serviços aumentou muito. Em outras palavras, como esses bens e serviços foram difundidos para um maior percentual de toda a população, aparentemente a desigualdade diminuiu. Todavia, isso não significa que as condições de vida estejam, de maneira geral, sendo distribuídas de forma mais igualitária, porque, na realidade, a diversidade de serviços e de itens de consumo também aumentou muito durante o período estudado. Por exemplo, ao mesmo tempo em que as classes mais baixas têm

mais acesso a itens como televisões e geladeira, as classes mais altas começam a adquirir aparelhos de vídeo e computadores. Seria precipitado concluir que em termos de condições de vida, tendo como base apenas a distribuição dos bens e serviços que descrevi, a desigualdade esteja diminuindo.

Ao longo deste capítulo argumentei de diversas formas que o estudo das classes sociais é fundamental para entender diversas formas de desigualdade social no Brasil. Mostrei que uma concepção weberiana de classes sociais, embora constantemente reformulada e criticada, é extremamente útil para explicar as desigualdades sociais. Os próximos capítulos revelam que o esquema weberiano também é relevante para analisar os padrões de mobilidade social nacionais, bem como para implementar comparações internacionais.

MOBILIDADE SOCIAL, MUDANÇAS ESTRUTURAIS E DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES

As sociedades podem ser consideradas abertas ou fechadas, justas ou injustas, na medida em que vantagens e desvantagens são transmitidas de pais para filhos ao longo das gerações. Em uma sociedade justa e aberta, a posição de classe e o sucesso ocupacional dos indivíduos independe do fato de terem crescido em famílias com condições sociais e econômicas vantajosas ou desvantajosas. Em sociedades fechadas e injustas, as posições sociais dos pais, boas ou más, são diretamente herdadas pelos filhos. Antes do advento da sociedade moderna, as posições sociais dos indivíduos eram quase totalmente determinadas por suas origens sociais. Filhos de escravos seriam obrigatoriamente escravos, e filhos de nobres permaneceriam nobres. Uma das principais ideologias da sociedade moderna é a de que os indivíduos não devem herdar suas posições sociais diretamente, mas sim garantir seu lugar por meio de suas capacidades e de esforços próprios. Pessoas com origens em classes menos favorecidas procuram subir na vida e, quando não conseguem, muitas vezes atribuem seu insucesso a sua origem social. Em contrapartida, muitos filhos das classes mais altas, mantendo-se nas posições sociais de prestígio, procuram afirmar em alguma medida que sua condição se deve aos seus próprios méritos.

Embora a ideologia dos méritos próprios seja forte e presente em diversos discursos sobre a sociedade moderna, todos os estudos de mobilidade social desenvolvidos até hoje mostram que as posições de classe e ocupacionais das pessoas são fortemente determinadas por suas origens sociais. Pessoas cres-

cendo em famílias com mais recursos tendem a ter maiores chances de ascensão social do que aquelas provenientes de famílias mais pobres. Os estudos de mobilidade social, no entanto, não se limitam a dizer que o destino de classe das pessoas depende de suas origens. O objetivo das investigações é medir o grau de abertura por meio da quantificação da associação entre origens de classe e destinos de classe. O valor numérico dessa associação é utilizado ora para classificar as sociedades num *continuum* entre fechadas e abertas, menos e mais justas, ora para descrever a evolução da distribuição de vantagens e desvantagens em uma sociedade ao longo dos anos.

Ao perseguir esse objetivo, estudos de mobilidade empenham-se em descrever a estrutura e a desigualdade de oportunidades existentes em cada sociedade. O advento da sociedade industrial sempre vem acompanhado da expansão de oportunidades. Algumas ocupações surgem e crescem, enquanto outras vão se tornando mais raras. Esse tipo de transformação cria, geralmente, muitas oportunidades de mobilidade social, uma vez que o número de posições ocupacionais nos setores da indústria e dos serviços cresce, e ao mesmo tempo diminui no setor rural. A industrialização sempre vem acompanhada de um acréscimo agregado de oportunidades de mobilidade social, mas isso não significa que haja necessariamente uma redução na desigualdade de oportunidades de mobilidade social. Esse tipo de desigualdade, como mostro adiante, é mensurado pelas chances relativas de pessoas com origens em diferentes classes sociais alcançarem posições de classe semelhantes em sua vida adulta. Em sociedades justas há pouca desigualdade de oportunidades ou idealmente nenhuma.

Não há dúvida de que a industrialização sempre aumenta as oportunidades agregadas de mobilidade social, uma vez que em todas as sociedades que passaram por essa transformação houve tal aumento. No entanto, na literatura de ciências sociais não há consenso sobre qual seria o impacto da industrialização sobre a desigualdade de oportunidades. Em sua teoria funcionalista, o sociólogo norte-americano Talcott Parsons defende que a industrialização e a modernização levam a uma substituição de valores particularistas por valores universalistas. Sempre que posições sociais são ocupadas somente porque as pessoas pertencem a determinados grupos de classe, raça, gênero, nacionalidade, região, etc., valores particularistas estão determinando a alocação de pessoas às posições sociais. Os pré-requisitos técnicos e científicos do funcionamento das sociedades indus-

triais exigiriam a designação de pessoas a posições puramente com base em qualificações e talentos; os valores universalistas dominariam a atribuição a posições sociais privilegiadas ou não. Quem merece, porque tem o conhecimento e a habilidade necessários, seria alocado à posição ocupacional ou social em que melhor se ajusta. Características particulares, tais como raça ou classe de origem, não teriam a menor importância no processo de alocação de pessoas a posições sociais. Essa transformação, de uma sociedade particularista e tradicional para outra universalista e moderna, estaria, segundo Parsons, no cerne da expansão da sociedade industrial. Conseqüentemente, a industrialização levaria a uma diminuição drástica da desigualdade de oportunidades de mobilidade social. Essa perspectiva sobre a sociedade moderna é compartilhada por muitos economistas e sociólogos (PARSONS, 1954, 1970; KERR *et al.*, 1960, 1983; DAVIS; MOORE, 1945). Para um resumo e uma proposição diretamente ligados aos estudos de mobilidade, ver o trabalho de Donald Treiman (1970).

Em oposição a essa teoria da modernização, diversos sociólogos desenvolveram, a partir das décadas de 1960 e 1970, teorias de classe com o objetivo de criticar as previsões de que a industrialização levaria à diminuição da desigualdade de oportunidades. O alemão Ralph Dahrendorf (1959), por exemplo, sugere que a industrialização cria novas clivagens de classe que permanecem presentes e determinando chances desiguais de mobilidade na sociedade moderna. No Brasil, Florestan Fernandes (1968) também compartilha da idéia de que as clivagens de classes serão fundamentais na determinação das desigualdades de oportunidades. Nos estudos de mobilidade, sociólogos ligados à perspectiva da “estrutura de classes” defendem que certas barreiras à mobilidade social permanecem inalteradas nas sociedades industriais. John Goldthorpe (2000), por exemplo, defende que a desigualdade de oportunidades de mobilidade social segue um padrão semelhante em diversas sociedades industriais e raramente diminui ao longo do processo de industrialização. No Capítulo 6 deste livro discutirei diretamente as hipóteses de Goldthorpe sobre um padrão comum de desigualdade de oportunidades em sociedades industriais. Por ora, gostaria de enfatizar que há diversas teorias de classe argumentando que a diminuição da desigualdade de oportunidades depende de políticas de equalização e não pura e simplesmente da industrialização e modernização da sociedade (ERICKSON; JONSSON, 1996). Ou seja, políticas redistributivas e

de equalização de chances são mais importantes do que o desenvolvimento econômico para que haja redução das desigualdades.

A igualdade de oportunidades deveria ser um valor central das sociedades democráticas modernas. Desigualdades de condições sempre existem em qualquer sociedade e podem, inclusive, ser eticamente justificáveis. Por exemplo, ocupações que requerem muito esforço e estudo e que implicam em grandes responsabilidades devem ter remuneração elevada, ao passo que aquelas que não exigem qualificação e responsabilidade podem ter gratificações menores. Ninguém acha estranho o fato de médicos terem salários mais altos do que os de recepcionistas, embora esse simples fato implique em certa desigualdade de renda (ou de condições). Mas em sociedades democráticas, filhos de médicos e de recepcionistas deveriam ter chances iguais de se tornar médico ou profissional. Em outras palavras, a desigualdade de oportunidades de mobilidade social não pode ser justificada com base em termos aceitáveis na ideologia da sociedade moderna. A igualdade de oportunidades, portanto, constitui um valor fundamental da sociedade moderna e pode ser usado para determinar em que medida uma sociedade é justa ou injusta.

Além de descrever mudanças e continuidades na estrutura e na desigualdade de oportunidades de mobilidade social, pretendo, neste capítulo, analisar os efeitos tanto das mudanças estruturais quanto da fluidez social, ou desigualdade de oportunidades, sobre os níveis de mobilidade social observados. A quantidade de mobilidade ascendente e descendente observada em uma determinada sociedade é uma consequência de dois efeitos, um relacionado às mudanças estruturais que ocorrem entre as gerações (esse efeito expressa-se na disparidade entre as distribuições de origens e destinos de classe) e outro determinado pelo grau de associação estatística entre classes de origem e de destino, ou seja, pela fluidez social ou desigualdade de oportunidades. Esses dois efeitos são os principais componentes que determinam o total de mobilidade social observado em uma determinada sociedade. A tarefa deste capítulo é analisar a mudança desses efeitos sobre a mobilidade ascendente e descendente entre 1973 e 1996 no Brasil. Minhas análises indicam que aumentou a mobilidade descendente, determinada por uma diminuição do impacto das mudanças estruturais (ou da “mobilidade estrutural”), mas paralelamente ampliou-se a “fluidez social”, ou reduziu-se a desigualdade de oportunidades. Portanto, as características da mobilidade social no Brasil estão se modificando

e a menor mobilidade ascendente não pode simplesmente ser considerada negativa, pelo contrário, a sociedade parece se tornar mais competitiva. Ou seja, a disputa entre pessoas com origens em classes menos e mais privilegiadas para ocupar as posições de maior prestígio está aumentando.

Diante de tais constatações, parto para a análise do efeito da expansão do sistema educacional sobre a diminuição da desigualdade de oportunidades. Mostro que o principal efeito é o de composição, não o de equalização. Ou seja, continua havendo vantagens de classe no acesso a níveis educacionais mais elevados, mas esses níveis se expandiram, o que contribuiu para aumentar o número de pessoas com educação secundária ou superior. Não há diminuição da desigualdade de oportunidades educacionais, mas expansão desse agregado de oportunidades. Esse fenômeno levou ao decréscimo da desigualdade de chances de mobilidade social.

Como enfatizei anteriormente, o principal objetivo deste capítulo é fazer um balanço da expansão de oportunidades de mobilidade social que ocorreu no Brasil entre 1973 e 1996, por um lado, e analisar as desigualdades de oportunidades de mobilidade social no mesmo período, por outro lado. Para implementar tal tipo de análise utilizo a teoria e a metodologia modernas dos estudos de mobilidade social. Essa perspectiva teórico-metodológica moderna é baseada em análises estatísticas sofisticadas, principalmente nos modelos log-lineares, e foi utilizada apenas em alguns poucos estudos sobre mobilidade social no Brasil (SILVA; RODITI, 1988; SILVA, 2004; PASTORE; SILVA, 2000; SCALON, 1999; COSTA RIBEIRO; SCALON, 2001; COSTA RIBEIRO, 2003). Na próxima seção, explico os fundamentos dessa perspectiva e porque é fundamental adotá-la para analisar corretamente os padrões de expansão de oportunidades de mobilidade social bem como de desigualdade de oportunidades. Em seguida, apresento criticamente a literatura brasileira sobre mobilidade social e mostro os avanços e correções que minha perspectiva visa alcançar. Nas duas próximas seções, portanto, delineio e defino os principais problemas relacionados ao estudo da mobilidade social no Brasil, bem como os objetivos e vantagens da perspectiva que adoto. Parto, nas outras seções, para as análises empíricas sobre as mudanças: na estrutura de classes, na mobilidade ascendente e descendente, nos padrões de oferta e demanda de mão-de-obra, nas taxas relativas de mobilidade social e no papel desempenhado pela educação no processo de mobilidade social.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Com o objetivo de mensurar o grau de dependência entre origens sociais e classes de destino e descrever os padrões gerais de mobilidade social, sociólogos na área de estratificação social fazem uso de métodos estatísticos que talvez sejam os mais sofisticados disponíveis na disciplina. Críticos dessa sofisticação metodológica costumam dizer que estudos na área de estratificação são guiados pela técnica e excessivamente empíricos (MILLER, 1998). Esta última crítica parece ser, em alguma medida, verdadeira, uma vez que os avanços teóricos na área de estratificação têm sido muito lentos. Por exemplo, diversos estudos sobre mobilidade social continuam a criticar a antiga teoria da modernização (apresentada anteriormente), segundo a qual o desenvolvimento econômico levaria a sociedades mais justas e menos desiguais. Essa teoria, embora tenha sido refutada pela maioria dos estudos, continua a ser foco de discussão e debate. Recentemente, no entanto, alguns desenvolvimentos teóricos baseados na aplicação de teorias da ação racional (BLOSSFELD; PREIN, 1998), de análises de redes sociais (TILLY, 1998; LIN, 2001) e de certos tipos de institucionalismo (MULLER; SHAVIT, 1998) vêm sendo propostos e provavelmente levarão a uma renovação teórica nos estudos de estratificação social. A principal característica dessa renovação é, justamente, o fato de vir acompanhada do avanço de técnicas estatísticas e analíticas sofisticadas. Portanto, o avanço teórico na área de estratificação social está intrinsecamente relacionado, ao invés de descolado, ao desenvolvimento de técnicas analíticas sofisticadas.

Talvez o principal exemplo da renovação teórica relacionada aos avanços técnicos seja o proporcionado pelo uso de modelos log-lineares para estudar as tabelas de mobilidade social.⁴² Antes do advento dos modelos log-lineares, os estudiosos dividiam o fenômeno em dois tipos: mobilidade estrutural e mobilidade de circulação. Esta era vista como a mobilidade total menos a estrutural. Esta última, por sua vez, é comum em tabelas de mobilidade em que as distribuições de origem e destino de classe nunca são iguais,

42. Para uma discussão sobre a importância da análise sociológica para o avanço de metodologias estatísticas, inclusive o modelo log-linear, ver o texto de Clifford Clogg (1992).

o que causa sempre algum movimento que é, por assim dizer, “forçado” por essa diferença entre as duas distribuições. Enquanto algumas classes de origem estão diminuindo, outras de destino estão aumentando, o que leva obrigatoriamente a mobilidade, que é chamada de estrutural por ser provocada pela mudança entre a geração dos pais e a dos filhos na estrutura de classes ou ocupacional.⁴³ Diante de tal constatação, os estudiosos simplesmente diminuíam do total de mobilidade aquela que era consequência da disparidade entre a distribuição de classes de origem e de destino. Essa perspectiva segue a idéia esquematizada de que: “mobilidade total – mobilidade estrutural = mobilidade de circulação”. A “mobilidade de circulação”, utilizada como uma medida da desigualdade de oportunidades, é na realidade uma espécie de resíduo.

Este tipo de abordagem, como argumenta Goldthorpe (2000, p. 231), não levou a resultados satisfatórios. Há sérios problemas conceituais, uma vez que a tentativa de dividir a mobilidade total em dois componentes (estrutural e de circulação) só podia ser feita no nível supra-individual, ou macrossocial, sem levar em conta que a tabela de mobilidade é composta por casos individuais. Em outras palavras, não é possível dividir a mobilidade de um mesmo indivíduo entre estrutural e de circulação. Cada pessoa experimenta apenas um tipo de mobilidade intergeracional entre a classe de origem e de destino. Além disso, há sérios problemas metodológicos na mensuração da “mobilidade estrutural”, que não leva em conta a existência de associação estatística entre certos pares de categorias de classe de origem e destino que implica um maior fluxo de mobilidade. Sobel (1983) mostrou definitivamente que os cálculos diminuindo a mobilidade estrutural da total podem levar a conclusões completamente errôneas e, portanto, deveriam ser abandonados pela literatura sociológica.

43. Em importante artigo, Duncan (1966) demonstra que a distribuição ocupacional de origem não representa uma geração anterior, porque não há uma amostra de pais e sim a indicação de qual a ocupação do pai dos respondentes. Alguns pais, como por exemplo os agricultores, têm mais chances de estarem representados pelo simples fato de que têm mais filhos em média, além disso, alguns pais também estão representados na distribuição de filhos. Por exemplo, um homem de 60 anos que tenha um filho de 30 anos está representado tanto na distribuição de pais (origem) quanto na de filhos (destino).

Essas limitações conceituais e metodológicas no estudo das tabelas de mobilidade só foram superadas a partir do uso de modelos log-lineares. Utilizando tais modelos, Featherman, Jones e Hauser (1975) e Goldthorpe, Erickson e Portocarrero (1979) abandonaram a distinção entre mobilidade estrutural e de circulação, e passaram a utilizar as idéias de taxas absolutas e relativas de mobilidade. Como expliquei na introdução deste livro, as taxas absolutas são obtidas a partir de diversos cálculos porcentuais normalmente utilizados para analisar tabelas cruzadas, enquanto as taxas relativas são expressas pelas razões de chances que definem a associação estatística entre classes de origem e de destino e são o elemento básico dos modelos log-lineares. As taxas absolutas expressam o total de oportunidades de mobilidade social e as relativas, a desigualdade de oportunidades de mobilidade social.

Os modelos log-lineares permitiram, portanto, analisar as tabelas de mobilidade de forma muito mais coerente do que anteriormente. Como afirma Goldthorpe (2000, p. 232), esses modelos permitiram “separar o impacto nas taxas absolutas, ou em mudanças ou diferenças em taxas absolutas, entre ‘efeitos estruturais’ ou da distribuição marginal, por um lado, e efeitos das taxas relativas ou ‘fluidez social’, por outro lado”. Em outras palavras, não há dois tipos de mobilidade, um estrutural e outro de circulação, mas apenas uma mobilidade, aquela observada nas taxas absolutas. Mas há dois efeitos sobre essa mobilidade observada nas taxas absolutas: um “estrutural”, consequência da disparidade entre distribuições de origem e destino (os marginais da tabela de mobilidade), e outro derivado da associação líquida entre origem e destino de classe (da fluidez social ou taxas relativas de mobilidade).

Além de constituírem a base para a maior precisão conceitual dos padrões de mobilidade social, os modelos log-lineares contribuíram para o avanço de algumas novas proposições teóricas na área de estratificação social justamente porque mostraram uma clara distinção entre efeitos estruturais e efeitos de fluidez social sobre a mobilidade social. A distinção entre dois tipos de efeito (que não são dois tipos de mobilidade) permitiu que alguns sociólogos percebessem que o efeito “estrutural” deve ser explicado predominantemente por características da história do desenvolvimento econômico de cada sociedade; e são, portanto, contingentes variando de país para país ou de um período para o outro na mesma nação. Por sua vez, as taxas relativas,

ou fluidez social, parecem seguir padrões muito semelhantes e recorrentes em diversos períodos históricos e sociedades industriais. Esse fato deve ser explicado não por particularidades históricas, mas sim por meio de uma teoria mais geral que seja capaz de explicitar algumas características comuns a diversas sociedades.

Recentemente, diversos estudiosos da mobilidade social têm recorrido à teoria da ação racional para explicar teoricamente algumas das regularidades encontradas nos padrões de desigualdade de oportunidades, ou fluidez social, em diversas sociedades industriais (GOLDTHORPE, 2000). Em suma, os novos conceitos sobre os efeitos na mobilidade social que só foram formulados por causa do uso dos modelos log-lineares possibilitaram tanto a observação de regularidades nos padrões de fluidez quanto a proposição de modelos teóricos especialmente desenhados para explicar tais características.

Embora alguns poucos estudos brasileiros sobre mobilidade social tenham usado modelos log-lineares, quase todos continuam a utilizar a distinção entre “mobilidade estrutural” e “de circulação” sem perceber os graves erros metodológicos e conceituais implícitos.⁴⁴

PROBLEMAS DA LITERATURA BRASILEIRA

A idéia de que o Brasil é uma sociedade injusta foi amplamente comprovada nos estudos sobre mobilidade social. Pesquisas recentes, em particular, enfatizam que a classe de origem das pessoas, medida pela ocupação de seus pais quando elas estavam crescendo, está fortemente associada a sua classe de destino (SCALON, 1999; COSTA RIBEIRO, 2003). Diante de tais resultados, os estudos demonstram a grande desigualdade nas chances de mobilidade social que caracteriza a sociedade brasileira. Essa desigualdade, no entanto, declinou entre 1973 e 1996, como mostrarei adiante,⁴⁵ ou seja, a fluidez aumentou. Tais dados sobre a fluidez social não significam que haja pouca mobilidade social no Brasil. Pelo contrário, há muita mobilidade, como fica comprovado na aná-

44 .Os trabalhos de Costa Ribeiro (2003) e Silva e Roditi (1988) não utilizam essa distinção.

45. Ver também Costa Ribeiro (2003).

lise das taxas absolutas de mobilidade. Esses altos níveis de mobilidade, que foram amplamente enfatizados nos primeiros estudos nacionais sobre o assunto (PASTORE, 1981), são uma consequência das transformações estruturais que ocorreram no país durante o século XX, ou seja, são determinados por “efeitos estruturais”. Neste artigo procuro integrar de forma consistente essas duas descobertas dos estudos de mobilidade brasileiros, ou seja, mostro que os padrões de mobilidade no Brasil devem ser explicados simultaneamente pelos efeitos da “fluidez social” e das “mudanças estruturais”.

Nesse sentido, abandono a antiga concepção de que há dois tipos de mobilidade: a de circulação e a estrutural. O conceito de mobilidade de circulação, como mostrei anteriormente, foi abandonado pela literatura e substituído pela idéia de que há efeitos da associação estatística líquida entre classes de origem e destino, ou fluidez social, sobre a mobilidade observada. O efeito dessa associação sobre a mobilidade é obtido por meio da análise das razões de chances, estimadas por modelos log-lineares, que indicam as chances relativas de indivíduos com origens distintas alcançarem uma classe de destino em vez de outra, e expressam o grau de desigualdade de oportunidade de mobilidade social que caracteriza uma determinada sociedade. A antiga idéia de “mobilidade estrutural” também foi abandonada. Sobel, Hout e Duncan (1985) continuam a utilizar o termo “mobilidade estrutural”, mas tendo em vista que a forma de mensuração foi completamente modificada e o conceito não tem exatamente o mesmo significado dos estudos anteriores. Em vez de subtrair os percentuais de classes de destino dos de origem para obter uma medida dos efeitos da mudança estrutural sobre a mobilidade, Sobel, Hout e Duncan (1985) passaram a medir a mobilidade estrutural levando em consideração o grau de associação entre origem e destino. Para tanto, propõem a utilização do modelo log-linear de quase-simetria. Essa modificação metodológica é fundamental, porque parcela do que é descrito como “mobilidade estrutural” conforme o método antigo pode, na realidade, ser consequência do fato de haver muita “fluidez” entre alguns pares de categorias de origem e destino. Em suma, a antiga idéia de dois tipos de mobilidade, presente em todos os estudos brasileiros sobre o assunto de que tenho conhecimento,⁴⁶ foi abandonada pela literatura de estratificação social. Em vez de partir da idéia de que há dois tipos de mobilidade,

46 Ver Silva (1999) para uma revisão da literatura.

os estudos modernos falam em dois efeitos sobre a mobilidade: um derivado das mudanças estruturais entre gerações e outro derivado do grau de desigualdade de oportunidades, ou fluidez social. Neste estudo, utilizo os métodos mais recentes para analisar o efeito das mudanças estruturais (que ainda podem ser chamadas de mobilidade estrutural, lembrando que o conceito não é o mesmo que o outrora utilizado) e da fluidez social sobre as modificações nos níveis agregados de mobilidade no Brasil entre 1973 e 1996.

Além de propor correções analíticas, conceituais e metodológicas, implemento descrições mais detalhadas do que as anteriores sobre a mobilidade intergeracional e suas mudanças nas últimas décadas. Tendo em vista que outros estudos utilizaram esquemas com menor número de estratos, conforme salientado no capítulo anterior, o presente trabalho, baseado na análise de tabelas com 16 classes de origem e de destino, é o mais detalhado sobre os padrões de mobilidade intergeracional desenvolvido até o presente. Busca-se, dessa forma, abordar aspectos fundamentais do processo de mobilidade negligenciados ou insatisfatoriamente analisados anteriormente.

Por um lado, quando o pesquisador utiliza poucas categorias é obrigado a agregar num mesmo grupo ocupações muito diferentes, ou seja, as poucas categorias de classe obtidas tornam-se internamente heterogêneas. Muita mobilidade fica classificada como imobilidade, e parte da mobilidade de curta distância pode, na realidade, ser mobilidade entre categorias ocupacionais distantes em termos de chances de vida. O uso de poucas categorias, portanto, limita a descrição detalhada da quantidade de mobilidade observada. Nesse sentido, o uso de maior número de classes que sejam mais homogêneas internamente é um claro avanço em relação aos estudos baseados em classificações ocupacionais com poucas distinções.

Por outro lado, o uso de maior número de estratos ocupacionais permite estimar e ajustar modelos log-lineares que testem diretamente o aspecto hierárquico e vertical da mobilidade social. Os estudos anteriores limitaram-se a delinear algumas barreiras à mobilidade social, por meio de parâmetros que separam certos grupos de classe, mas não foram capazes de considerar todos os estratos hierarquizados em uma única escala. Segundo diversos autores, o aspecto hierárquico entre as classes é fundamental no processo de mobilidade intergeracional, uma vez que a distância entre as classes, em termos de condições de vida e *status* socioeconômico, seria a principal característica a

ampliar ou reduzir as chances de mobilidade social (HOUT; HAUSER, 1992; GANZEBOOM; LUIJKX; TREIMAN, 1989; BREEN; WHELAN, 1996; DUNCAN, 1979).

Utilizando o novo esquema de classes ampliado e métodos e conceitos mais adequados do que os anteriormente adotados, proponho, neste capítulo, um balanço das mudanças na estrutura de classes e nos padrões de mobilidade social ao longo das décadas de referência. Objetivo, dessa forma, atualizar, corrigir e ampliar alguns resultados apresentados em estudos anteriores sobre mobilidade social no Brasil.

Os primeiros dados nacionais sobre mobilidade social foram coletados em 1973 pelo IBGE. Esses números foram inicialmente analisados por José Pastore (1981) e, mais recentemente, comparados por Pastore e Silva (2000) com dados semelhantes obtidos em 1996. Os dois estudos utilizaram um esquema com seis estratos ocupacionais. Em seu livro, Pastore (1981) mostrou que a sociedade brasileira caracterizava-se por altos índices de mobilidade total, predominantemente ascendente e do setor rural para o urbano. Além disso, apontou que vários homens com poucos anos de educação experimentaram mobilidade ascendente e conseguiram inclusive chegar à elite. No entanto, indicou que tais níveis de mobilidade não eram incompatíveis com os altos índices de desigualdade social observados no país, uma vez que a mobilidade era causada pela mudança estrutural de uma sociedade rural para outra urbana que ocorrera desde a década de 1940. Em outras palavras, os altos níveis de mobilidade eram conseqüência da mudança estrutural rápida, que também constituía uma das causas dos elevados patamares de desigualdade socioeconômica.

Utilizando os dados da PNAD de 1996, Pastore e Silva (2000) fizeram um balanço das mudanças entre 1973 e 1996. Nesse trabalho, mostraram que aumentou a mobilidade total, devido ao crescimento tanto da mobilidade ascendente quanto da descendente. Além disso, argumentam que a mobilidade de circulação cresceu e a estrutural diminuiu, principalmente devido à ampliação da fluidez social, interpretada a partir da análise dos resíduos do modelo de homogeneidade temporal (ou de mobilidade constante). Nesse ponto, os autores confundem conceitualmente mobilidade de circulação com fluidez social e utilizam os conceitos antigos sem criticar suas limitações. Como mostrei anteriormente, não há duas mobilidades, mas apenas uma que pode ser afetada por “efeitos estruturais” e efeitos da “fluidez social”. Portanto, as conclusões de

Pastore e Silva (2000) são baseadas tanto em conceitos quanto em modelos inadequados para o estudo das mudanças na fluidez. Apesar dessas limitações, os resultados de que há aumento da competição (expresso na maior fluidez) e diminuição de efeitos estruturais foram encontrados nos estudos de Costa Ribeiro e Scalon (2001) e Costa Ribeiro (2003). Nenhum desses estudos, no entanto, mostrou como a diminuição da fluidez social se combina com as mudanças na mobilidade estrutural (ou com o efeito estrutural) para explicar as variações nas taxas absolutas de mobilidade, tema que proponho analisar no presente capítulo.

Outro aspecto pouco desenvolvido no estudo da mobilidade social no Brasil é o caráter vertical do fenômeno. De acordo com diversos pesquisadores da mobilidade, a dimensão vertical ou a hierarquia entre os grupos ocupacionais é o principal fator, juntamente com a herança social ou imobilidade, explicativo das chances e barreiras de mobilidade social (HOUT; HAUSER, 1992; GANZEBOOM; LUIJKX; TREIMAN, 1989; BREEN; WHELAN, 1996; DUNCAN, 1979). Nenhuma análise de tabelas de mobilidade brasileiras explorou de forma detalhada a dimensão hierárquica da mobilidade.⁴⁷ Os estudos com apenas seis estratos socioocupacionais subestimam o grau de mobilidade vertical, na medida em que fazem poucas distinções hierárquicas e não são capazes de descrever diversos movimentos verticais que ocorreriam entre partes diferentes de cada um dos seis estratos (PASTORE, 1981; PASTORE; SILVA, 2000).

Os estudos de Silva (2004) e Scalon (1999) utilizam mais grupos ocupacionais, mas não estimam modelos log-lineares que tirem proveito máximo da dimensão hierárquica da mobilidade. Empregam, em contrapartida, modelos incluindo barreiras hierárquicas: Scalon (1999) utiliza modelos topológicos e Silva (2004) adota o modelo de cruzamento de parâmetros (*crossings model*). Esses tipos de modelo, como bem argumentam Hout e Hauser (1992), subestimam a dimensão hierárquica da mobilidade. Seria mais adequado utilizar esquemas de associação linha-por-linha (Hout 1983) que tratam as variáveis de origem e destino como ordinais, com o objetivo de descrever a associação. Para minha tese de doutorado (COSTA RIBEIRO, 2002) tentei estimar tais modelos

47. O estudo de Ganzeboom, Luijck, e Treiman (1989) utiliza tabelas brasileiras e modelos que tiram vantagem da hierarquia, mas não se detém no caso brasileiro, uma vez que analisa 149 tabelas de diversos países conjuntamente.

utilizando uma tabela 11 por 11, mas seus ajustes não foram estatisticamente significativos. Neste estudo, mostro que o ajuste do modelo RC-2 – *row and column association II* desenvolvido por Goodman (1979, 1984) (tabelas 16 por 16) é estatisticamente significativo. Essa diferença em relação a minhas análises anteriores deve-se justamente ao fato de que a dimensão hierárquica entre as classes sociais fica oculta com o emprego de menos grupos ocupacionais, que na realidade são heterogêneos internamente. Como explicitado a seguir, a utilização de mais grupos ocupacionais (cinco a mais em relação ao estudo com 11 grupos) traz grandes vantagens não apenas para a melhor descrição das taxas de mobilidade absoluta, mas também ao ajuste de modelos que tirem proveito direto da dimensão hierárquica que por sua vez determina as chances relativas de mobilidade no Brasil.

A limitação conceitual e metodológica e o uso de poucos estratos ocupacionais levaram os estudos sobre o caso brasileiro a uma série de conclusões limitadas a respeito das mudanças nos padrões de mobilidade. Neste capítulo, apresento análises mais completas e detalhadas que permitem uma compreensão mais correta sobre a mobilidade social no país. Na tabela a seguir faço um resumo dos principais avanços alcançados nas análises em relação aos trabalhos anteriores sobre mobilidade social no Brasil. Mais detalhes são apresentados ao longo deste e dos próximos capítulos.

A ESTRUTURA DE CLASSES: DISTRIBUIÇÕES DE ORIGEM E DE DESTINO

Os gráficos 13 e 14, a seguir, apresentam as distribuições de classes de origem e destino em 1973, 1982, 1988 e 1996 no Brasil, de acordo com o esquema de 16 classes sociais descrito no capítulo anterior (as tabelas contendo os percentuais estão no anexo). Os gráficos também dividem as classes em três setores econômicos: não-manual, manual urbano e rural.

A comparação das distribuições de origem e destino fornece informação inicial sobre as mudanças intergeracionais na estrutura de classes brasileira em cada um dos quatro anos analisados (1973, 1982, 1988 e 1996). A mudança mais

Quadro 2 – Avanços do presente estudo em relação aos estudos anteriores sobre mobilidade social no Brasil

Estudos anteriores	Este estudo
Compara apenas dois bancos de dados (1973 e 1996) e portanto não especifica exatamente em que períodos as mudanças foram mais fortes. (Pastore e Silva, 2000)	Utiliza quatro bancos de dados (1973, 1982, 1988 e 1996) e mostra que houve muita mudança entre 1973 e 1982 e pouca mudança depois. Especifica melhor as mudanças entre cada par de anos.
A estrutura de classes se constitui predominantemente por uma massa de trabalhadores nos grupos de status baixo (Pastore, 1979; e Pastore e Silva, 2000)	A massa de trabalhadores manuais é diferenciada entre setores modernos e tradicionais, qualificados e não qualificados, nos serviços domésticos e ambulantes.
Não é feita explicitamente distinção entre setores não manuais, manuais e rurais. Poucas distinções em cada nível. (Pastore, 1979; e Pastore e Silva, 2000)	É feita a distinção entre setores não manuais, manuais e rurais. Muitas distinções em cada nível.
Subestima a mobilidade ascendente e descendente porque usam categorias internamente heterogêneas. (Pastore, 1979; e Pastore e Silva, 2000; Ribeiro e Scalón, 2001; Pastore, 1982 - este último faz cálculos errados)	Estima com maior detalhe a mobilidade ascendente e descendente, inclusive de curta e longa distância
Por usar poucos estratos (6 ou 7) e não fazer claramente as distinções rural, manual urbano, e não manual não descreve corretamente os principais fluxos e fronteiras de mobilidade. (Pastore, 1979; e Pastore e Silva, 2000; Ribeiro e Scalón, 2001)	Descreve com detalhe as principais classes de origem oferecendo mão de obra e as principais classes de destino recebendo mão de obra; indica as classes que servem de canais para mobilidade ascendente.
Utiliza conceitos antigos de mobilidade estrutural e de circulação. (Pastore, 1979; e Pastore e Silva, 2000; Scalón, 1999). Consequentemente, afirma que a mobilidade estrutural atua no sentido de ampliar a classe trabalhadora urbana e não percebe o forte fluxo de mobilidade estrutural para as classes mais privilegiadas. (Pastore, 1979; e Pastore e Silva, 2000)	Não utiliza os conceitos e métodos comprovadamente errados. Ao invés disso, estima os efeitos estruturais (mobilidade estrutural) e os efeitos da associação líquida (fluidez) ao mesmo tempo. Consequentemente, mostra que foi a contração das classes rurais e a expansão das classes no topo da hierarquia que tiveram o maior "efeito estrutural" ("mobilidade estrutural"). Este resultado não está presente nos estudos anteriores
Subestimam o efeito da hierarquia entre as classes na determinação da fluidez social e das barreiras à mobilidade social. (Pastore e Silva, 2000; Silva, 2004; Scalón, 1999; Ribeiro, 2003).	Estima corretamente o efeito da hierarquia vertical entre as classes na determinação da fluidez social e das barreiras à mobilidade social.
Afirma que a competição de classe na mobilidade intergeracional aumentou entre 1973 e 1996 como consequência do aumento da mobilidade de circulação e diminuição da mobilidade estrutural. Utiliza modelos log-lineares incompletos para corroborar tal afirmação. (Pastore, 1979; e Pastore e Silva, 2000)	Mostra que a fluidez aumentou e indica em que períodos isto ocorreu com mais força utilizando quatro pontos no tempo (1973, 1982, 1988 e 1996). Utiliza o modelo UNIDIFF que permite calcular exatamente os percentuais de aumento na fluidez social e de declínio no "efeito estrutural".
Conclui que não há mudança na fluidez ao longo do tempo. (Silva e Roditti, 1988)	Mostra que há aumento da fluidez ao longo do tempo
Indica que a educação é importante no processo de mobilidade, mas não mostra como a educação influi. (Pastore e Silva, 2000)	Mostra o mecanismo através do qual a educação influencia o aumento da fluidez.
Faz comparações internacionais incorretas porque utiliza classificações não compatíveis entre os países. (Silva e Hasenbalg, 1988; Pastore e Silva, 2000)	Faz comparações internacionais utilizando um mesmo esquema de classes. (capítulo 5)
Não analisam a mobilidade das mulheres. (todos com exceção de Scalón, 1999)	Analisa a mobilidade das mulheres e, pela primeira vez, analisa as mudanças entre 1973 e 1996. (capítulo 4)

significativa é o rápido declínio das classes rurais, que se expressa no enorme contingente de homens com origens rurais e no reduzido porcentual com destino nesse setor. Em 1973, sete em cada dez homens entre 25 e 64 anos no mercado de trabalho eram filhos de trabalhadores rurais ou pequenos proprietários rurais; em 1996, a proporção diminuiu para cinco em cada dez. Em contrapartida, em 1973, apenas três em cada dez homens trabalhavam no setor rural e, em 1996, somente dois em cada dez ocupavam-se no campo. Esse declínio intergeracional no setor rural é constante ao longo dos quatro anos estudados, embora tenha sido mais acentuado até 1982 e diminuído daí em diante. Na distribuição de destino, observou-se um declínio de 28% na população que trabalhava no setor rural entre 1973 e 1982. Entre 1982 e 1988, e entre 1988 e 1996, houve desaceleração da diminuição do trabalho rural que foi da ordem de 6% e 7%, respectivamente.

Esse declínio das classes rurais é uma consequência direta da mudança de uma economia agrária para outra industrial e de serviços que ocorreu aceleradamente no Brasil a partir da década de 1940, e com maior intensidade entre 1960 e 1980 (ver o Capítulo 1). Em comparação com outros países, a transição de sociedade agrícola para industrial foi especialmente rápida no Brasil. Essa é uma das principais causas dos altos índices de mobilidade observados e descritos em todos os estudos anteriores sobre mobilidade social no país. Os gráficos anteriores, quando comparados, dão a impressão de que os mais de 50% de homens com origens nas classes rurais representados no Gráfico 13 despençaram e se espalharam por todas as outras classes nas distribuições de destino representadas no Gráfico 14.

De fato, o declínio da classe rural levou à expansão de todas as classes nos dois outros setores urbanos. O crescimento intergeracional foi mais acentuado para as classes no setor manual urbano do que para as classes não-manuais. Em 1973, havia 2,5 vezes mais homens trabalhando no setor manual do que homens com origem nesse setor. Em 1996, a diferença havia diminuído para 1,7 vez mais homens trabalhando no setor manual do que com origem nesse setor. Em suma, no período estudado o número de homens trabalhando nas classes manuais urbanas dobrou em relação ao número de homens com origem nessas classes. Tal aumento, como explicitado mais adiante, deve-se em grande parte à mobilidade entre classes rurais e manuais. O declínio das classes rurais também foi acompanhado pelo aumento intergeracional de cerca

Gráfico 13 – Distribuição da classe de origem para homens entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996

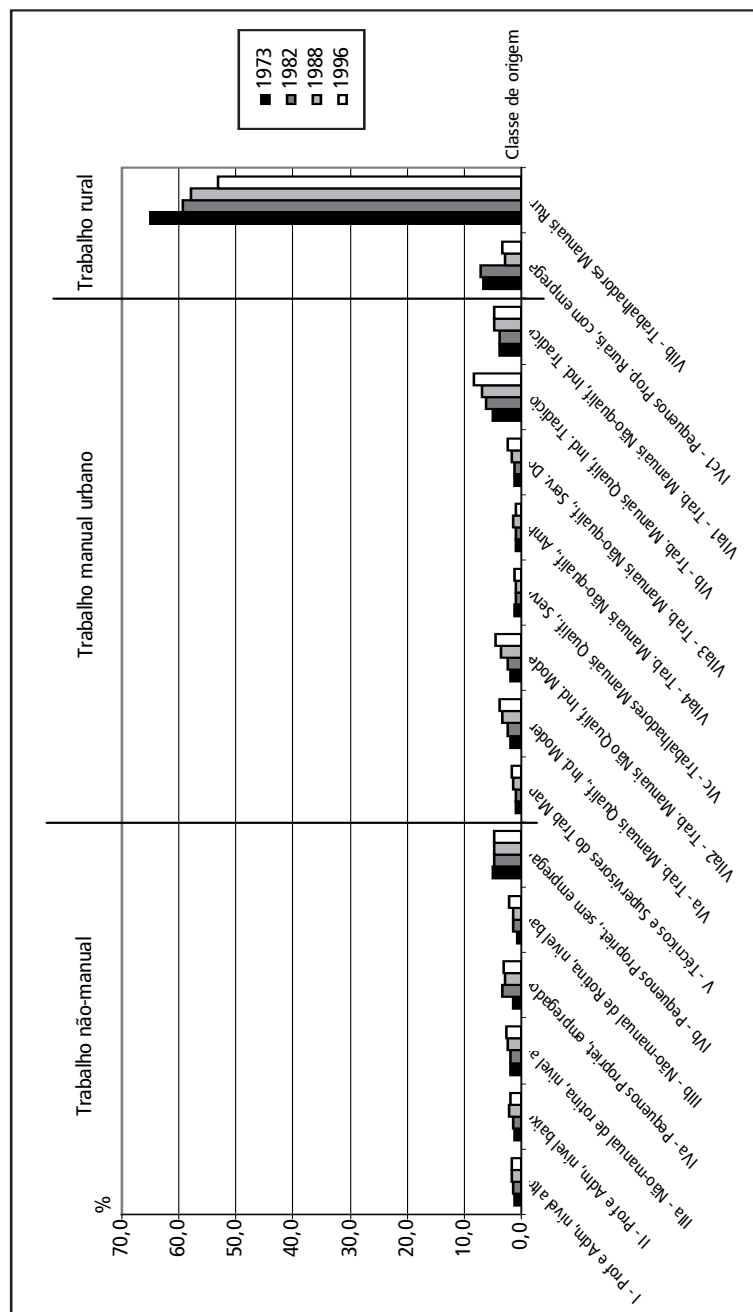
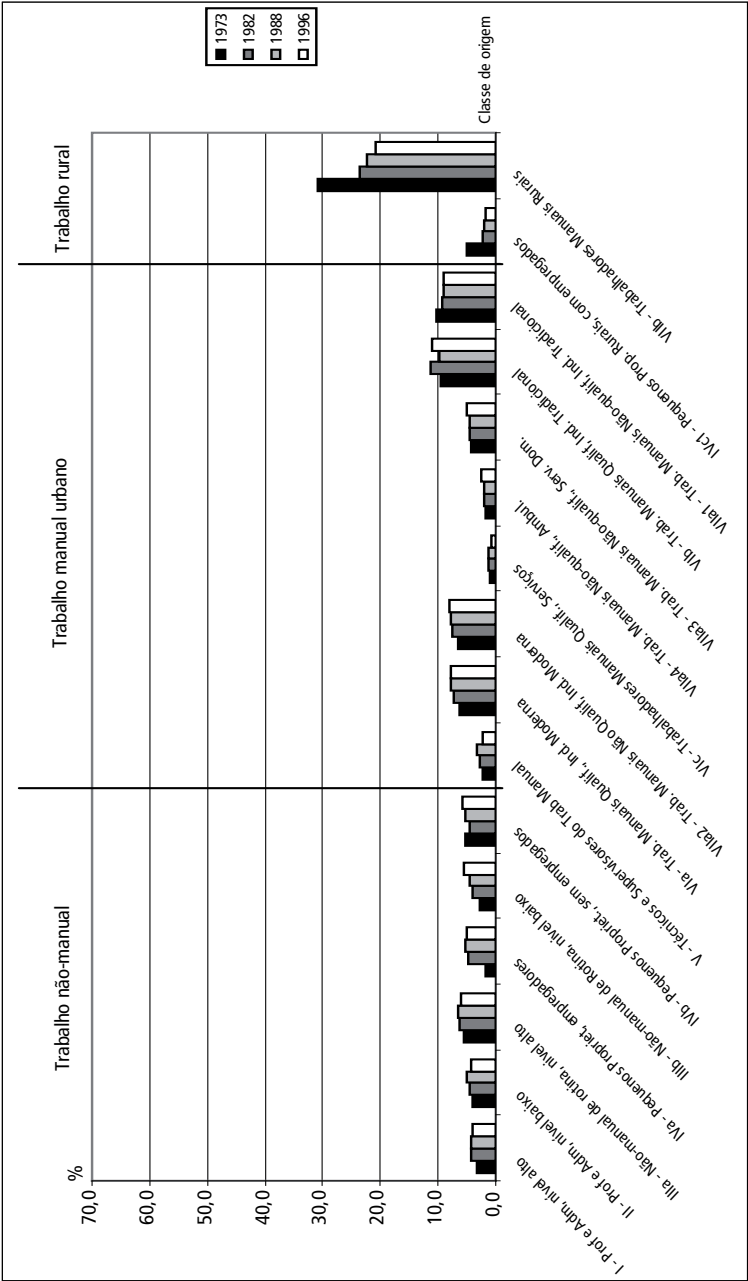


Gráfico 14 – Distribuição da classe de destino para homens entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996



de 50% do tamanho das classes não-manuais em cada um dos quatro anos estudados. Além disso, os gráficos indicam que houve crescimento intergeracional maior das classes manuais na indústria moderna (VIa e VIIa2) do que das classes na indústria tradicional (VIb e VIIa1).

Assim, o setor manual urbano foi o que mais cresceu e o rural, o que mais diminuiu intergeracionalmente. Embora o processo de industrialização e urbanização tenha aumentado enormemente o tamanho das classes urbanas, em todo o período, seis em cada dez trabalhadores urbanos estavam no setor manual. Em sociedades mais desenvolvidas do que o Brasil essa proporção é inversa, ou seja, seis em cada dez trabalhadores urbanos estão no setor não-manual (GANGLIANI, 1985).

O gráfico da distribuição de classes de destino, do ponto de vista da mudança temporal entre 1973 e 1996, evidencia que houve mais mudanças entre 1973 e 1982 do que depois desse período. Esse fato indica que, a partir de 1982, o efeito da mudança estrutural de sociedade agrária para industrial começou a diminuir significativamente. Realmente, em 1982 deflagrou-se definitivamente a crise da dívida externa, que representou um marco, dando fim ao longo processo de desenvolvimento econômico que caracterizou o Brasil desde meados da década de 1930. No entanto, os efeitos dessa mudança acelerada ainda se refletem de forma mais atenuada nas décadas de 1980 e 1990. A estrutura de classes brasileira se modificou bastante intergeracionalmente, e de forma mais lenta entre 1973 e 1996, e ainda mais morosamente a partir de 1982.

Com o objetivo de resumir as mudanças na estrutura de classes brasileira, utilizo o índice de dissimilaridade, que mede a proporção de casos que deveriam ser reclassificados para que as distribuições de origem e destino de classes fossem iguais. No Brasil, o índice foi de 37% (1973), 40% (1982), 36% (1988) e 33% (1996). Houve ligeira diminuição ao longo dos anos, mas o índice brasileiro é superior aos mais altos observados em países europeus (22,8%, na França, e 28%, na Suécia), bem como ao de outros países de industrialização tardia, como Chile e Israel, com 20,7% e 28,1%, respectivamente (BREEN, 2004; TORCHE, 2004). Dos países estudados até o presente, apenas a Coreia do Sul apresenta índice de dissimilaridade maior do que o do Brasil (46%)⁴⁸

48. Utilizei a tabela 7 por 7 do esquema Casmin para calcular todos os índices de dissimilaridade.

(PARK, 2002). O índice de dissimilaridade no Brasil indica que a estrutura de classes e, conseqüentemente, as taxas absolutas de mobilidade passaram por uma grande revolução advinda do encolhimento das classes rurais.

MOBILIDADE VERTICAL

O índice de dissimilaridade expressa em um único número a enorme discrepância entre as distribuições de origem e destino. Esse índice, no entanto, não revela a dinâmica da mobilidade social intergeracional. Para entender essa dinâmica e os níveis agregados de mobilidade que ocorreram entre 1973 e 1996, é preciso lançar mão das taxas absolutas de mobilidade social. Estas são obtidas por meio de uma série de cálculos percentuais simples realizados com base nas tabelas de mobilidade social. Tais percentuais dependem diretamente das distribuições de origem e destino apresentadas anteriormente, bem como do número de categorias de classe utilizadas para construir as tabelas de mobilidade.

Neste capítulo, trabalho com as tabelas cruzando 16 classes de origem por 16 de destino (tabelas 16 por 16). As taxas de mobilidade obtidas a partir dessas tabelas não podem ser diretamente comparadas com as de estudos anteriores sobre mobilidade (que utilizam tabelas menores), porque o maior número de categorias implica necessariamente em uma maior quantidade de mobilidade. Em termos da descrição e análise da mobilidade social no Brasil, a utilização de tabelas relativamente grandes, como as analisadas aqui, é extremamente vantajosa na medida em que permite a identificação de mobilidade entre grupos distintos que em outras classificações, com menos grupos ocupacionais, não seria observada. O mais importante, no entanto, é que minhas análises modificam algumas interpretações anteriores sobre as tendências históricas da mobilidade vertical. Utilizo duas inovações metodológicas para medir a mobilidade vertical: calculo as diversas taxas como percentual da mobilidade total (essa abordagem, jamais utilizada até o presente momento, permite observar com maior clareza as tendências históricas) e defino três níveis de mobilidade ascendente e descendente. Além dessas inovações metodológicas, este estudo é o único sobre mobilidade que compara

quatro bancos de dados (1973, 1982, 1988 e 1996) e permite determinar em que períodos ocorreram mais mudanças.⁴⁹

A primeira medida de mobilidade absoluta que importa destacar é a taxa de mobilidade total, ou seja, a porcentagem de casos que se encontram fora da diagonal principal da tabela de mobilidade. A mobilidade total representa o percentual de indivíduos que não permaneceram na mesma classe de seus pais. Em 1973, 64% dos homens estavam numa classe social diferente da de seus pais; a proporção aumentou para 71%, em 1982, e permaneceu praticamente inalterada até 1996. O principal motivo do aumento de 11% na taxa total de mobilidade entre 1973 e 1982 foi a diminuição da imobilidade nas classes rurais e o conseqüente aumento da mobilidade para fora do setor rural. Ou seja, entre 1973 e 1982, houve grande movimentação para fora do setor rural e, portanto, aumentou a mobilidade total.

Embora a mobilidade total tenha crescido significativamente, o mesmo não ocorreu com a mobilidade ascendente (quando calculada como percentual da mobilidade total). Na realidade, e em contradição com interpretações anteriores (PASTORE; SILVA, 2000), o acréscimo da mobilidade total foi caracterizado pela redução da mobilidade ascendente e pelo aumento da descendente. Em 1973, 85% da mobilidade total foi ascendente e, em 1996, apenas 80% do movimento seguiu essa direção. Em outras palavras, em 1973 havia seis vezes mais mobilidade ascendente do que descendente, ao passo que, em 1996, havia apenas quatro vezes mais. Até 1982, manteve-se o patamar de seis vezes mais mobilidade ascendente do que descendente; foi só a partir de 1988 que essa razão começou a diminuir significativamente. Além de analisar a mobilidade vertical total, faço uma subdivisão entre mobilidades de curta, média e longa distâncias. Essa subdivisão é realizada a partir de metodologia desenvolvida por Gerber e Hout (GERBER, HOUT, 2004).

Para descrever as mobilidades de curta, média e longa distâncias utilizo a escala hierárquica de classes obtida a partir do modelo RC-II, estimado para descrever a associação entre classes de destino e de origem (ver Tabela 3 a seguir para o ajuste do modelo). Segundo essa escala, apresentada no Gráfico 1 do capítulo anterior, algumas classes estão mais próximas entre si e outras bem

49. Em artigo de 2003 comparei quatro bancos de dados, mas não enfatizei a mobilidade vertical (COSTA RIBEIRO, 2003).

mais distantes, i.e., a distância não é equivalente entre todas as classes. A partir da metodologia de Gerber e Hout (2004), calculei as seguintes distâncias: imobilidade, mobilidade ascendente de curta distância, mobilidade ascendente de média distância, mobilidade ascendente de longa distância, mobilidade descendente de curta distância, mobilidade descendente de média distância e mobilidade ascendente de longa distância.

Os sete níveis de mobilidade vertical podem ser visualizados na tabela 5.

Os números em cada célula da tabela são a diferença entre as duas escalas sigma na primeira linha e na primeira coluna de números. A escala sigma é obtida, como já mencionado, a partir do modelo RC-II que estima a distância entre as classes de origem e de destino em termos das chances de mobilidade social. A diferença entre as escalas sigma nas linhas e nas colunas representa a diferença entre cada par de classes em toda a tabela.

Diferenças maiores do que dois desvios padrão em números absolutos (sem sinal negativo ou positivo) são mobilidade de longa distância. Diferenças com mais de um e menos de dois desvios padrão em números absolutos definem a mobilidade de média distância. Diferenças com menos de um desvio padrão definem a mobilidade de curta distância. A diagonal principal representa a imobilidade.⁵⁰ Por exemplo, para a mobilidade entre classe de origem I e de destino I, calcula-se: $(-0,462) - (-0,462) = 0$, ou seja, não há distância entre essas classes; quem aí está ficou imóvel. Esse tipo de cálculo é seguido para cada célula da tabela para determinar os seis níveis de mobilidade vertical e um de imobilidade. A partir da tabela anterior, calculei os níveis de mobilidade vertical para cada um dos quatro anos estudados: 1973, 1982, 1988 e 1996.

Partindo dessa tipologia e observando a mobilidade ascendente e descendente como um porcentual da mobilidade total, é possível verificar que entre 1973 e 1996 houve um aumento gradual da mobilidade ascendente de curta distância, que passou de 14% para 19% no período. A mobilidade ascendente de média distância diminuiu de 55%, em 1973, para 44%, em 1996, e a mobilidade ascendente de longa distância não se modificou muito ao longo dos anos, ficando em torno de 16%. Essa descrição mais detalhada indica que a diminuição da mobilidade ascendente deve-se principalmente à redução da mobilidade de

50. Mobilidade de longa distância = (valor da célula ≥ 2 desvios padrão); mobilidade de média distância = (1 desvio padrão \leq valor da célula < 2 desvios padrão); e mobilidade de curta distância = (valor da célula < 1 desvio padrão).

Tabela 5 – Mobilidade Vertical

Classe de Origem	Classe de Destino													
	sigma	I	II	IIIa	IIIa	IVa	V	IIIb	VIa	IVb	VIIa2	VIIc	VIIa4	VIIa3
I	-0,462	0,000	-0,326	-0,265	-0,218	-0,244	-0,315	-0,351	-0,401	-0,451	-0,467	-0,498	-0,585	-0,636
II	-0,326	0,137	0,000	-0,061	-0,108	-0,108	-0,178	-0,215	-0,264	-0,314	-0,330	-0,361	-0,428	-0,499
IIIa	-0,265	0,198	0,061	0,000	-0,047	-0,047	-0,117	-0,154	-0,203	-0,253	-0,269	-0,300	-0,367	-0,438
IVa	-0,218	0,244	0,108	0,047	0,000	0,000	-0,070	-0,107	-0,156	-0,206	-0,222	-0,253	-0,320	-0,392
V	-0,148	0,315	0,178	0,117	0,070	0,070	0,000	-0,037	-0,086	-0,136	-0,152	-0,183	-0,250	-0,321
IIIb	-0,111	0,351	0,215	0,154	0,107	0,107	0,037	0,000	-0,049	-0,099	-0,115	-0,146	-0,213	-0,285
VIa	-0,062	0,401	0,264	0,203	0,156	0,086	0,086	0,049	0,000	-0,050	-0,066	-0,097	-0,164	-0,242
IVb	-0,012	0,451	0,314	0,253	0,206	0,136	0,152	0,115	0,066	0,016	0,000	-0,047	-0,114	-0,185
VIIa2	0,004	0,467	0,330	0,269	0,222	0,152	0,183	0,146	0,097	0,047	0,031	0,000	-0,067	-0,138
VIIc	0,035	0,498	0,361	0,300	0,253	0,183	0,250	0,213	0,164	0,114	0,098	0,067	0,000	-0,071
VIIa4	0,102	0,565	0,428	0,367	0,320	0,250	0,321	0,285	0,235	0,185	0,169	0,138	0,071	0,000
VIIa3	0,174	0,636	0,499	0,438	0,392	0,328	0,401	0,365	0,315	0,265	0,242	0,212	0,145	0,078
VIIb	0,180	0,643	0,506	0,445	0,398	0,328	0,401	0,365	0,315	0,265	0,242	0,212	0,145	0,078
VIIa1	0,215	0,678	0,541	0,480	0,433	0,363	0,433	0,397	0,347	0,297	0,277	0,247	0,190	0,123
IVc1	0,389	0,851	0,714	0,653	0,607	0,536	0,607	0,569	0,519	0,469	0,449	0,419	0,368	0,318
VIIb	0,503	0,965	0,829	0,768	0,721	0,651	0,721	0,683	0,633	0,583	0,563	0,533	0,482	0,432

desvio padrão da escala sigma = 0,258

dois desvios padrões da escala sigma = 0,516

- (1) Ascendente abaixo da diagonal marcada: preto = longa distância, cinza escuro = a média distância, e cinza claro = curta distância;
 (2) Descendente acima da diagonal: preto = longa distância, cinza escuro = a média distância, e cinza claro = curta distância; e
 (3) imobilidade marcada em branco na diagonal principal.

curta e de média distâncias. Em contraste, o aumento da mobilidade descendente relaciona-se principalmente ao acréscimo da mobilidade descendente de curta distância, que passou de 8,4%, em 1973, para 12,6%, em 1996.

Em suma, as mobilidades ascendente e descendente de curta distância aumentaram progressivamente ao longo dos anos, e a mobilidade ascendente de média distância diminuiu ao longo do tempo. Isso significa que cada vez mais é a mobilidade de curta distância que caracteriza o padrão de mobilidade no Brasil. Estudos anteriores mostraram que a mobilidade de curta distância predomina no Brasil (SCALON, 1999). Minhas análises mostram que essa tendência está aumentando ao longo dos anos, por um lado, e que a mobilidade descendente também está crescendo em relação à ascendente, por outro lado – este fato não foi destacado por Pastore e Silva (2000).

Além de definir os padrões de mobilidade vertical, calculei a mobilidade entre e dentro dos setores não-manual, manual e rural. Para tanto, utilizei a tabela cruzando os três setores (uma tabela 3 por 3). A mobilidade dentro dos setores passou de 17%, em 1973, para 21%, em 1996. Conseqüentemente, a mobilidade entre setores diminuiu de 83% para 79% nesse período. Esse padrão também confirma que a mobilidade social está cada vez mais restrita às classes que se encontram próximas.

Apesar dessas constatações, ainda é possível dizer que as taxas absolutas de mobilidade no Brasil são elevadas e revelam uma melhoria intergeracional das posições de classe. No período analisado, no entanto, observam-se diminuição significativa da mobilidade ascendente e aumento da descendente, principalmente a partir de 1988. Nas próximas seções proponho uma interpretação dos fatores que levaram a essa modificação, após apresentar algumas outras taxas absolutas de mobilidade referentes a cada uma das classes estudadas.

OFERTA E DEMANDA (TAXAS DE ENTRADA E DE SAÍDA)

As taxas absolutas de mobilidade também podem ser utilizadas para fazer um balanço sobre a demanda e a oferta de mão-de-obra. Por um lado, nota-se a formação de cada classe, em termos das origens de seus membros, ou seja, é possível observar as taxas de entrada ou percentuais das colunas da

Tabela 6 – Taxas absolutas de mobilidade total, ascendente (curta, média e longa distância), descendente (curta, média e longa distância) e entre setores – Brasil, 1973–1996

Indicadores	Como proporção de toda tabela				Como proporção da mobilidade total			
	1973	1982	1988	1996	1973	1982	1988	1996
Mobilidade Total (%)	64,6	71,8	71,8	72,5	100,0	100,0	100,0	100,0
Imobilidade Total (%)	35,4	28,2	28,2	27,5				
Imobilidade no Setor Rural (%)	34,3	24,6	22,5	20,7				
Mobilidade Vertical								
Ascendente Total (%)	55,0	60,8	59,9	58,0	85,1	84,7	83,4	80,0
Descendente Total (%)	9,6	11,0	11,9	14,5	14,9	15,3	16,6	20,0
Razão asc. tot./Desc. total	6	6	5	4	6	6	5	4
Ascendente de curta distância (%)	9,3	11,6	12,4	13,7	14,3	16,2	17,3	18,9
Ascendente de média distância (%)	35,7	35,5	33,9	32,3	55,3	49,4	47,2	44,6
Ascendente de longa distância (%)	10,2	13,7	13,4	11,9	15,8	19,1	18,7	16,4
Descendente de curta distância (%)	5,4	6,4	7,6	9,1	8,4	9,0	10,6	12,6
Descendente de média distância (%)	3,9	4,0	3,6	4,7	6,0	5,6	5,0	6,4
Descendente de longa distância (%)	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	0,8
Entre setores (%)								
Dentro dos mesmos setores (%)	82,7	82,0	81,0	79,3				
	17,3	18,0	19,0	20,7				

tabela de mobilidade. Essas informações permitem descrever o grau de auto-recrutamento e estabilidade intergeracional de cada classe, que expressam a demanda por mão-de-obra. Por outro lado, observam-se, por meio das taxas de saída, os percentuais de imobilidade e mobilidade que caracterizam cada classe de origem. Esse tipo de análise indica a oferta de mão-de-obra. Em suma, as informações sobre a estabilidade intergeracional podem ser apreciadas em conjunto com os dados sobre imobilidade e mobilidade com o objetivo de fazer um balanço da oferta e demanda de trabalhadores. A dinâmica desses dois processos permite identificar algumas características importantes de cada classe social.

O grau de estabilidade intergeracional no pertencimento a cada classe (taxas de entrada) é importante porque representa uma pré-condição para o surgimento de interesses, cultura e ação próprios (GIDDENS, 1973; (ESPING-ANDERSEN, 1993, 1999). Nas palavras de Goldthorpe (1987), classes com altas taxas de auto-recrutamento desenvolvem mais facilmente uma “identidade demográfica” na medida em que a maioria de seus membros descende de pessoas na mesma situação e, portanto, tem mais chances de desenvolver e transmitir cultura e tradição próprias.

O gráfico 15, a seguir, mostra as taxas de recrutamento na mesma classe e no mesmo setor nos quatro anos estudados, ou seja, exibe alguns aspectos das taxas de entrada (percentuais das colunas) em cada posição de destino. Complementarmente, o Gráfico 16 apresenta as taxas de imobilidade e mobilidade para o mesmo setor obtidas a partir dos percentuais de saída de cada classe de origem.

A primeira informação que se destaca no gráfico 15 diz respeito ao setor rural. Nos quatro anos estudados, 18 em cada 20 trabalhadores rurais são filhos de trabalhadores rurais (VIIb) e 1 desses 20 é filho de pequenos proprietários rurais (IVc). Apenas 1 de cada 20 tem origem fora do setor rural. A classe de proprietários rurais também recruta majoritariamente no setor rural, sendo que houve um pequeno aumento do recrutamento de setores não-rurais entre 1973 e 1996, indicando que há um processo incipiente de ida para o campo a partir de 1982. Em contrapartida, o Gráfico 16 aponta que pessoas com origens rurais são as que têm maior mobilidade para fora de seu setor de atividade, ou seja, a soma da imobilidade com a mobilidade para o mesmo setor é a mais baixa de todas. Em outras palavras, muitos filhos de trabalhadores e pequenos proprietários rurais

Gráfico 15 – Taxas de entrada, por recrutamento na mesma classe e no mesmo setor, segundo classe de destino – Brasil, 1973-1996

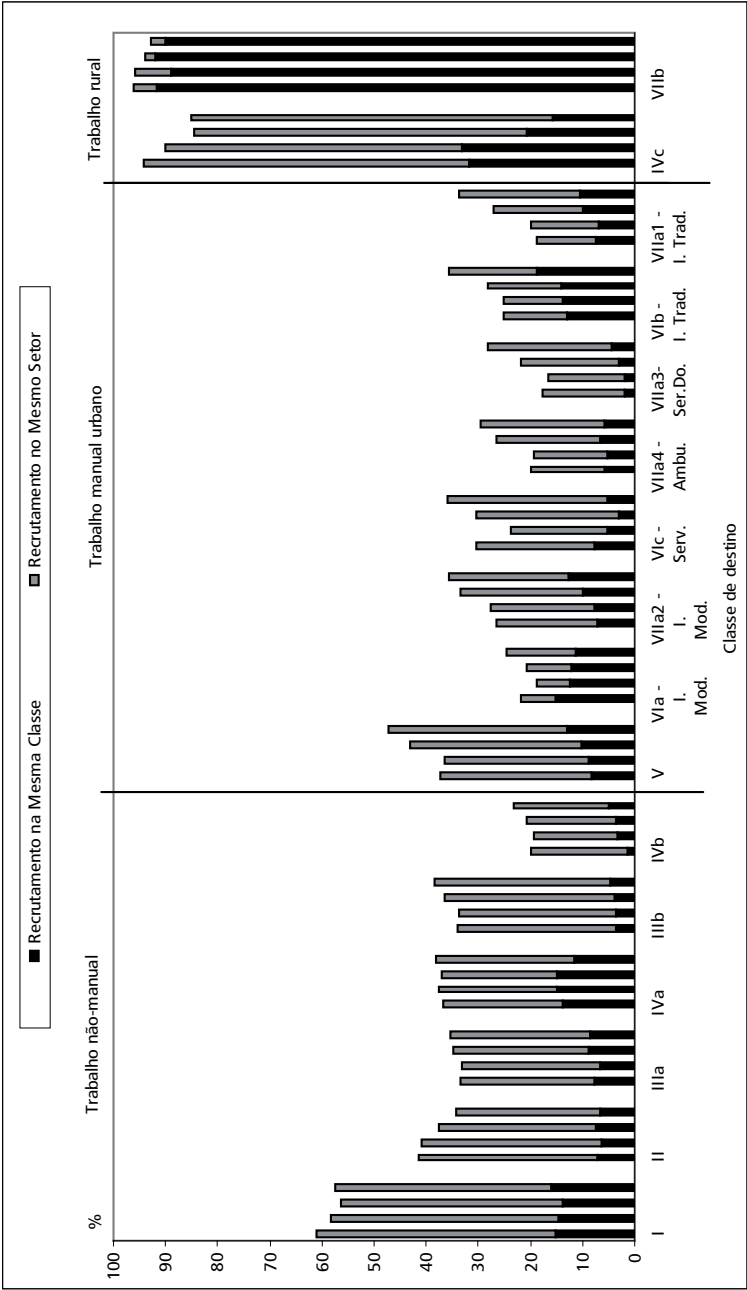
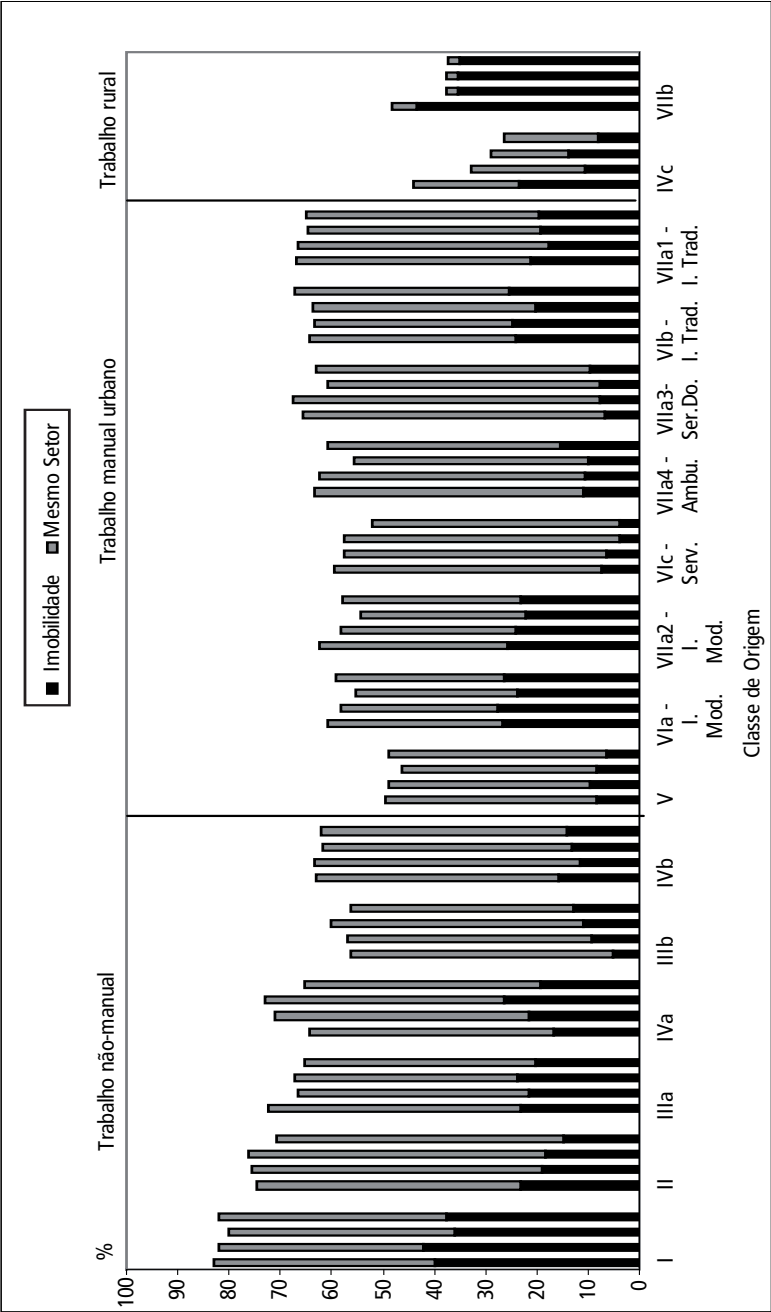


Gráfico 16 – Taxas de saída, por imobilidade e mobilidade para o mesmo setor (não-manual, manual ou rural), segundo classe de origem – Brasil, 1973-1996



se movem para outras classes urbanas, mas quase todos que trabalham no setor rural têm origem no campo. Essas informações sugerem que há possibilidade de uma forte “identidade rural”, uma vez que praticamente todos os trabalhadores no setor rural têm origens no campo e, portanto, compartilham e herdaram características culturais diretamente de seus pais, que estavam no mesmo setor que eles. Goldthorpe (1982) sugere que tal tipo de identidade demográfica pode contribuir para a coesão política e social do grupo.

Dentre as classes urbanas, a que apresenta maior grau de auto-recrutamento e recrutamento no mesmo setor (Gráfico 15) é a de profissionais e administradores de nível alto (I). Em cada 20 membros desta classe, 11 têm origem seja nela mesma seja no setor de trabalho não-manual. Complementarmente, essa classe também apresenta os maiores níveis de imobilidade (em torno de 40% ao longo dos anos) e de mobilidade para o mesmo setor (também em torno de 40%), ou seja, mais de oito em cada dez filhos de profissionais e administradores de nível alto (I) permanecem no setor de trabalho não-manual, sendo que quatro destes ficam na mesma classe dos pais e os outros quatro têm enormes chances de ir para a classe II ou IVa, que também são altamente privilegiadas. Enfim, o grupo de profissionais e administradores de nível alto (I) é o mais estável intergeracionalmente.

Algumas classes que têm porcentuais baixos de auto-recrutamento e de imobilidade foram identificadas em diversos estudos como “canais de mobilidade ascendente”, na medida em que recrutam das posições mais baixas e possibilitam mobilidade para as mais altas. Segundo Blau e Duncan (1967), essas classes em geral encontram-se na fronteira dos setores não-manual e manual. No Brasil, os pequenos proprietários sem empregados (classe IVb), os trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (classe IIIb) e os técnicos e supervisores do trabalho manual (classe V) apresentam tais características.

De modo geral as distribuições porcentuais de taxas de entrada e saída revelam não apenas que há muita mobilidade intergeracional no Brasil, como também que há um nível baixo de imobilidade e herança de classe. Há mais mobilidade ascendente do que descendente e bastante mobilidade ascendente de média distância, embora este tipo tenha diminuído. A saída da elite (classe I) é relativamente fechada. Em contraste, a entrada na elite (classe I) não é completamente bloqueada como se poderia imaginar. Na realidade, mais de 40% das pessoas na classe I vieram dos setores manual e rural.

Não se pode concluir a partir desses dados que as barreiras à mobilidade social são permeáveis independentemente da classe de origem, uma vez que os fluxos observados e descritos anteriormente podem ser inteiramente causados por mudanças estruturais que forcem, por exemplo, fluxos de saída das classes rurais, que diminuíram intergeracionalmente, para as classes não-manuais e manuais, que se expandiram concomitantemente. Para analisar em que medida as altas taxas de mobilidade absoluta descritas são consequência da expansão da igualdade de oportunidades de mobilidade social (da fluidez social), é necessário analisar conjuntamente os efeitos da mobilidade estrutural e da fluidez social (taxas relativas).

MOBILIDADE ESTRUTURAL

As taxas de mobilidade absoluta podem ser explicadas por dois efeitos complementares. O primeiro, chamado de mobilidade estrutural, é consequência da transformação da estrutura de classes ao longo do tempo e deriva, portanto, da discrepância entre as distribuições marginais da tabela de mobilidade. A mobilidade estrutural deve ser interpretada como resultado das transformações estruturais externas, tais como mudanças econômicas, tecnológicas, demográficas e de fecundidade (HOUT, 1989). O Brasil, como indiquei no Capítulo 1, passou por enormes transformações desse tipo desde a década de 1930. A principal delas foi a passagem da economia agrária para a industrial e de serviços. Essa transformação implicou numa significativa expansão das classes manuais e não-manuais e diminuição das classes rurais ao longo do tempo, em um processo que criou, por assim dizer, mais espaço nas classes médias e possibilitou a mobilidade ascendente de um grande número de pessoas. No Brasil, esse processo foi muito rápido e recente, portanto, é muito provável que grande parte da mobilidade absoluta descrita anteriormente seja consequência direta da mobilidade estrutural. Diversos estudiosos da estratificação social no país mostram a importância dos efeitos estruturais sobre a mobilidade (SILVA, 1979; PASTORE, 1981; SCALON, 1999; PASTORE; SILVA, 2000).

No entanto, nenhum desses estudos analisou a mobilidade estrutural levando em conta as taxas relativas de mobilidade, ou fluidez social, definidas pela associação estatística entre classes de origem e destino. Ou seja, todos os

estudos analisam separadamente os dois fatores (taxas absolutas e relativas), mas não mostram seu efeito conjunto.⁵¹ A divisão entre efeitos de mobilidade estrutural e de fluidez social é crucial. De acordo com Hout (1983, 1989), taxas altas de mobilidade absoluta, como as descritas nas seções anteriores, podem surgir se as distribuições de origem e destino de classe forem significativamente diferentes ou se não houver associação entre classes de origem e destino. Em geral, os dois efeitos são importantes e cabe à análise empírica definir qual o impacto de cada um deles nas taxas de mobilidade absoluta observadas.

Nesta seção, analiso o impacto da mobilidade estrutural sobre as taxas absolutas de mobilidade; na próxima, discuto com mais detalhe o efeito da fluidez social. Os estudiosos da mobilidade social no Brasil (SILVA, 1979; PASTORE, 1981; SCALON, 1999; PASTORE; SILVA, 2000) utilizaram um método para descrever a mobilidade estrutural baseado na subtração da distribuição de origem pela de destino para cada classe. O problema desse método é que o índice obtido inclui não apenas os efeitos das mudanças estruturais, como também os da associação estatística entre classes de origem e destino. Segundo Sobel (1983), esse método só seria apropriado para descrever os efeitos das mudanças estruturais se a associação entre origem e destino fosse zero, o que ainda não foi encontrado em nenhuma sociedade estudada até hoje. O Brasil não foge à regra. O modelo de mobilidade perfeita, que pressupõe associação zero entre origem e destino, não se ajusta às tabelas de mobilidade brasileiras para os anos de 1973, 1982, 1988 e 1996 (ver Tabela 7 a seguir), indicando que há associação estatística entre origem e destino.

A associação entre origem e destino deve ser considerada, de acordo com Hout (1989), como uma fricção dificultando a força de mudança imposta pela mobilidade estrutural. Se a ligação é forte, mais mobilidade estrutural torna-se necessária para que haja a mesma discrepância entre as distribuições de origem e destino encontrada quando a associação é fraca. Nesse sentido, uma medida correta e não enviesada do efeito da mobilidade estrutural deve

51. Pastore e Silva (2000) utilizam o método de Deming-Stephan para analisar a associação entre origem e destino, mas esse método não corrige os erros e vieses no cálculo da mobilidade estrutural. Outros estudos utilizam modelos log-lineares, porém não estimam diretamente os “efeitos estruturais” nas taxas absolutas (SCALON, 1999; COSTA RIBEIRO, 2003; SILVA; RODITI, 1988; COSTA RIBEIRO; SCALON, 2001; SILVA, 2004).

controlar o efeito da associação entre origem e destino. Com o objetivo de fazer esse controle, Sobel, Hout e Duncan (1985) propuseram uma metodologia específica baseada no ajuste do modelo log-linear de quase-simetria às tabelas de mobilidade. Nos próximos parágrafos explico as principais características desse modelo de quase-simetria e incluo as fórmulas matemáticas desses modelos, mas não pretendo com isso dificultar a leitura ou o entendimento do texto. Os modelos são utilizados porque melhoram o entendimento sobre a mobilidade social, ou seja, resumem e testam a validade de algumas explicações e hipóteses sobre a mobilidade social. Espero que o emprego dessa metodologia não espante os leitores curiosos.

De acordo com a metodologia de Sobel, Hout e Duncan (1985), a mobilidade estrutural redistribui os trabalhadores da distribuição de origem para a de destino independentemente de suas origens de classe, ou seja, a redistribuição provocada pela mobilidade estrutural independe da associação entre origem e destino. Para controlar a associação, na tabela é utilizada uma parametrização específica do modelo log-linear de quase-simetria, que pressupõe que as chances de mobilidade são simétricas acima e abaixo da diagonal principal da tabela – a diagonal representando a imobilidade. De acordo com tal especificação, o modelo, em sua forma multiplicativa, é o seguinte:

$$F_{ij} = \alpha_j \beta_i \beta_j \delta_{ij} \quad (1)$$

Em que:

F_{ij} = frequência esperada na célula (i, j)

i = classe de origem

j = classe de destino

E as seguintes condições se aplicam:

$\prod \alpha_j = 1$ (para todos os j's)

$\beta_i = \beta_j$ se $i = j$

$\delta_{ij} = \delta_{ji}$ se $i \neq j$

$\delta_{ij} = 1$ se $i = j$

O termo α_j é o parâmetro marginal assimétrico, representando a heterogeneidade marginal (das distribuições de origem e destino), β_i e β_j são os parâmetros marginais simétricos e δ_{ij} é o parâmetro de associação simétrica.

Se esse modelo de quase-simetria se ajustar à tabela de mobilidade, então os parâmetros α_j dão conta de toda heterogeneidade na tabela de mobilidade e medem, portanto, o efeito da mobilidade estrutural. Esses parâmetros são denominados multiplicadores estruturais: estruturais porque representam a mudança estrutural (disparidade entre origem e destino) independente da origem (da associação estatística), e multiplicadores porque representam um fator que aumenta ou diminui as chances de entrar em uma determinada classe de destino. Se o modelo de quase-simetria não se ajustar bem à tabela de mobilidade, o termo α_j não representará apenas a heterogeneidade marginal, mas também a associação assimétrica.

O modelo de quase-simetria ajusta-se a cada uma das tabelas de mobilidade social cruzando 16 classes de origem por 16 de destino, em cada um dos quatro anos estudados (1973, 1982, 1988 e 1996).⁵² Portanto, os termos representando os multiplicadores estruturais ou os efeitos da mobilidade estrutural (α_j) têm o significado esperado de representar os efeitos da mobilidade estrutural independentemente da associação líquida entre origem e destino. Meu interesse, no entanto, não é apenas verificar o efeito da mobilidade estrutural, mas também constatar em que medida esse efeito se modifica entre 1973 e 1996. Para tanto, é necessário estimar um modelo que inclua a variável ano da pesquisa. O modelo de quase-simetria para comparar mais de uma tabela de mobilidade foi inicialmente formulado por Sobel (SOBEL, 1988). Posteriormente, Xie (1992) propôs um modelo log-multiplicativo ou unidiff que pode ser estimado para diversas formas de associação e, se ajustado aos dados, permite verificar em que medida a associação entre origem e destino varia de um ano para o outro. Portanto, a análise visando desvendar se a fluidez e a mobilidade estrutural variam entre 1973 e 1996 depende do ajuste do modelo de Xie (1992), especificando como padrão de associação o modelo de quase-simetria proposto por Sobel, Hout e Duncan (1985). Nessa especificação, o modelo unidiff aplicado à tabela cruzando 16 classes de origem por 16 de destino por quatro anos, em forma aditiva,⁵³ é o seguinte:

52. Para 1973, o ajuste foi: $L^2 = 232,2$; g.l. = 105; Bic = -875,5. Para 1982: $L^2 = 526,0$; g.l. = 105; Bic = -625,7. Para 1988: $L^2 = 307,3$; g.l. = 105; Bic = -788,2. Para 1996: $L^2 = 301,0$; g.l. = 105; Bic = -811,3.

53. A forma aditiva de modelos log-lineares é obtida a partir da logaritmização da forma multiplicativa.

$$\ln(F_{ijk}) = \mu_0 + \beta_i + \beta_j + \beta_k + \alpha_{jk(1)} + \alpha_{jk(2)} + \alpha_{jk(3)} + \alpha_{jk(4)} + \beta_{ik} + \beta_{jk} + (\delta_{ij})\phi_k \quad (2)$$

Em que:

$\ln(F_{ijk})$ é o logaritmo natural da frequência esperada na célula (i, j, k)

i = classe de origem

j = classe de destino

k = ano da pesquisa

E as seguintes condições se aplicam:

$\prod \alpha_j = 1$ (para todos os j's)

$\beta_i = \beta_j$ se $i=j$

$\delta_{ij} = \delta_{ji}$ se $i \neq j$

$\delta_{ij} = 1$ se $i = j$

Os termos α_j são os parâmetros marginais assimétricos, representando a heterogeneidade marginal (das distribuições de origem e destino) em cada um dos quatro anos estudados; μ_0 é o parâmetro representando a média; β_i e β_j são os parâmetros marginais simétricos; β_k é o parâmetro marginal para os anos; β_{ik} e β_{jk} representam respectivamente as interações entre origem e ano, e destino e ano; δ_{ij} é o parâmetro de associação simétrica e ϕ_k é um termo que mede a força da associação em cada ano e multiplica o padrão de associação de quase-simetria (δ_{ij}). Se $\alpha_{jk(1)} = \alpha_{jk(2)} = \alpha_{jk(3)} = \alpha_{jk(4)}$ o efeito da mobilidade estrutural é invariante entre os quatro anos, e se $\phi_1 = \phi_2 = \phi_3 = \phi_4$ (um para cada ano estudado), a força da associação não varia (o modelo dois da tabela a seguir impõe este segundo tipo de igualdade). Dessa forma, é possível analisar a variação tanto da força da associação simétrica entre origem e destino quanto do efeito da mobilidade estrutural entre os quatro anos.

Para verificar se os efeitos da fluidez social e da mobilidade estrutural se modificaram ao longo dos anos é necessário antes comparar o modelo que testa a hipótese de que há mudanças ao longo dos anos (modelo três da tabela a seguir) com outro de quase-simetria constante (modelo dois), que testa a hipótese de que a associação é simétrica mas não varia entre os quatro anos estudados. Além disso, ajustei o modelo de independência ou de mobilidade perfeita (modelo um) que testa a hipótese de que não há associação entre origem e destino, exclui portanto o termo de interação entre origem e destino (δ_{ij}). A tabela a seguir apresenta as estatísticas de ajuste desses três modelos.

Tabela 7 – Estatísticas de ajuste dos modelos de mobilidade perfeita, quase simetria homogêneo e quase simetria em forma Unidiff à tabela cruzando 16 classes de origem por 16 de destino por 4 anos para homens entre 25 e 64 anos de idade (N = 170044)

Modelos	L ²	g.l.	Bic	Lm ² / L ₀ ² (%)	p
1 Mobilidade Perfeita	65105,5	900	54.266	100,0	<.001
2 Quase-simetria Homogeneo	2386,6	780	-7.008	3,7	<.001
3 Quase-simetria Unidiff	2236,1	777	-7.122	3,4	<.001

O modelo de mobilidade perfeita ou independência nunca se ajusta às tabelas de mobilidade social, pelo simples fato de que o destino de classe sempre depende em alguma medida da origem de classe das pessoas. O segundo modelo, de quase-simetria e associação constante (homogênea), ajusta-se bem aos dados e explica 96,3% da associação estatística não explicada pelo modelo de independência. É importante ressaltar que o ajuste dos modelos é avaliado pela estatística BIC (quanto mais negativo for o seu valor, melhor o ajuste), uma vez que os testes utilizando a estatística χ^2 são sensíveis ao tamanho da amostra analisada, ou seja, se a amostra é muito grande, o teste de χ^2 dificilmente mostra-se significativo (considerando as quatro tabelas brasileiras analisadas, há 170.044 casos). A estatística BIC foi especialmente desenhada para análise de amostras muito grandes e pondera o número de casos pelo número de graus de liberdade favorecendo modelos simples de acordo com a teoria estatística bayesiana (RAFTERY, 1986, 1995).

Usando esse critério, o unidiff com padrão de associação quase-simétrico (modelo três) é o que melhor se ajusta às quatro tabelas de mobilidade consideradas em conjunto. Em suma, deve-se concluir que a associação entre origem e destino é simétrica entre as células acima e abaixo da diagonal principal (apenas 3,7% da associação não é simétrica⁵⁴), e que a força dessa associação varia entre 1973 e 1996.

54. Esse valor é o percentual da associação não explicado pelo modelo dois da Tabela 7 quando comparado ao modelo um da mesma tabela.

A inspeção dos parâmetros estimados pelo modelo indica que, entre 1973 e 1996, houve uma diminuição global de 16% na força da associação entre origem e destino. O parâmetro medindo a força da associação (Φ_k) tem os seguintes valores: 0,55 (1973); 0,50 (1982); 0,48 (1988); e 0,46 (1996). Além disso, o efeito da mobilidade estrutural diminuiu 26% ao longo desses anos. A redução na força da associação significa que aumentou consideravelmente a fluidez social, ou seja, entre 1973 e 1996 a origem de classe passou a determinar menos as chances de mobilidade social. As forças da mobilidade estrutural também decresceram nesse período.

Como o modelo três (unidiff de quase-simetria) se ajusta aos dados, o logaritmo de cada multiplicador estrutural, de cada um dos 64 parâmetros $\ln(\alpha_j)$ do modelo (16 para cada um dos quatro anos), mede o efeito da mobilidade estrutural, descontando o efeito da associação estatística entre origem e destino,⁵⁵ em cada classe de destino. Quando o parâmetro $\ln(\alpha_j)$ é maior do que zero, a mobilidade estrutural expande a classe j em questão (classe a que o parâmetro se refere), e quando $\ln(\alpha_j)$ é menor do que zero, a mobilidade estrutural contribui para diminuir a classe j . Os multiplicadores estruturais (não-enviesados) estimados pelo modelo unidiff de quase-simetria (modelo três) são apresentados no gráfico 18.

Os valores negativos apresentados indicam quais foram as classes em que a mobilidade estrutural forçou a saída e redistribuição dos indivíduos, ao passo que classes com valores positivos dos multiplicadores estruturais são aquelas em que a mobilidade estrutural forçou a entrada de indivíduos. Os parâmetros dispostos no Gráfico 18 mostram claramente que as mudanças estruturais no Brasil entre 1973 e 1996 foram determinadas principalmente por um processo de modernização da estrutura de classes do país. Há valores negativos em classes cujas relações de trabalho são tradicionais: trabalhadores e proprietários rurais (IVc e VIIb); trabalhadores manuais qualificados e não-qualificados na indústria tradicional (VIb e VIIa1); trabalhadores no setor de serviços (VIc); trabalhadores ambulantes (VIIa4) e pequenos proprietários sem empregados (IVb). Em todas essas classes, que envolvem relações de trabalho e formas de produção familiares ou em setores tradicionais, a mobilidade estrutural forçou a saída de pessoas

55. A soma dos coeficientes $\ln(\alpha_j)$ é zero, portanto eles medem o ajuste proporcional às distribuições de classe de origem em cada ano.

para outros destinos. Em contraposição, as outras classes, mais identificadas com a economia moderna, receberam mão-de-obra, como consequência da mobilidade estrutural. As mudanças mais importantes, no entanto, ocorreram nos extremos da hierarquia de classes, em que os valores de $\ln(\alpha_j)$ são maiores do que 1 ou menores do que -1. Ou seja, a mobilidade estrutural foi determinada principalmente pelo declínio das classes rurais – pequenos empregadores rurais (IVc) e trabalhadores rurais (VIb) – e pela expansão das classes de profissionais e administradores de nível alto (I) e de nível baixo (II), bem como de trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto (IIIa). Enquanto as primeiras classes são típicas da sociedade tradicional, as últimas são fundamentais para o funcionamento das empresas capitalistas modernas.

O Gráfico 18 também permite observar a diminuição do efeito da mobilidade estrutural em cada uma das 16 classes a partir de 1982. Essa observação pode ser resumida pelo índice global de mobilidade estrutural com os seguintes valores: 4,68 (1973), 5,0 (1982), 4,0 (1988) e 3,5 (1996). Entre 1973 e 1982, a mobilidade estrutural sofre ligeiro acréscimo. Provavelmente 1982 representa o momento final de um longo período de transformações estruturais na sociedade brasileira. Desse ano em diante declinam significativamente os efeitos da mobilidade estrutural.

No início desta seção destaquei que a mobilidade estrutural surge por causa da heterogeneidade entre as distribuições de classe de origem e de destino. No entanto, não há correspondência direta entre a heterogeneidade dessas distribuições e a mobilidade estrutural. O mesmo nível de heterogeneidade pode levar a diferentes valores dos multiplicadores estruturais de acordo com o grau de associação entre origem e destino presente na tabela de mobilidade; quanto maior a associação estatística, maiores serão os erros de estimativa dos parâmetros estruturais calculados sem levar em conta essa associação.

Todos os estudos sobre mobilidade social no Brasil afirmam que a mobilidade estrutural é um importante fator explicando a mobilidade intergeracional no país (SILVA, 1979; PASTORE, 1981; SCALON, 1999; PASTORE; SILVA, 2000). No entanto, todos eles utilizam a medida tradicional de mobilidade estrutural, que consiste simplesmente na subtração da distribuição de destino pela de origem. Esse tipo de cálculo não leva em conta a associação entre origem e destino, pelo contrário, pressupõe associação zero, como exposto por Sobel (1983). Esses mesmos estudos, no entanto, revelam que há forte associa-

Gráfico 17 – Multiplicadores estruturais (não-enviesados) em forma logarítmica estimados pelo modelo log-multiplicativo de quase-simetria – Brasil, 1973-1996

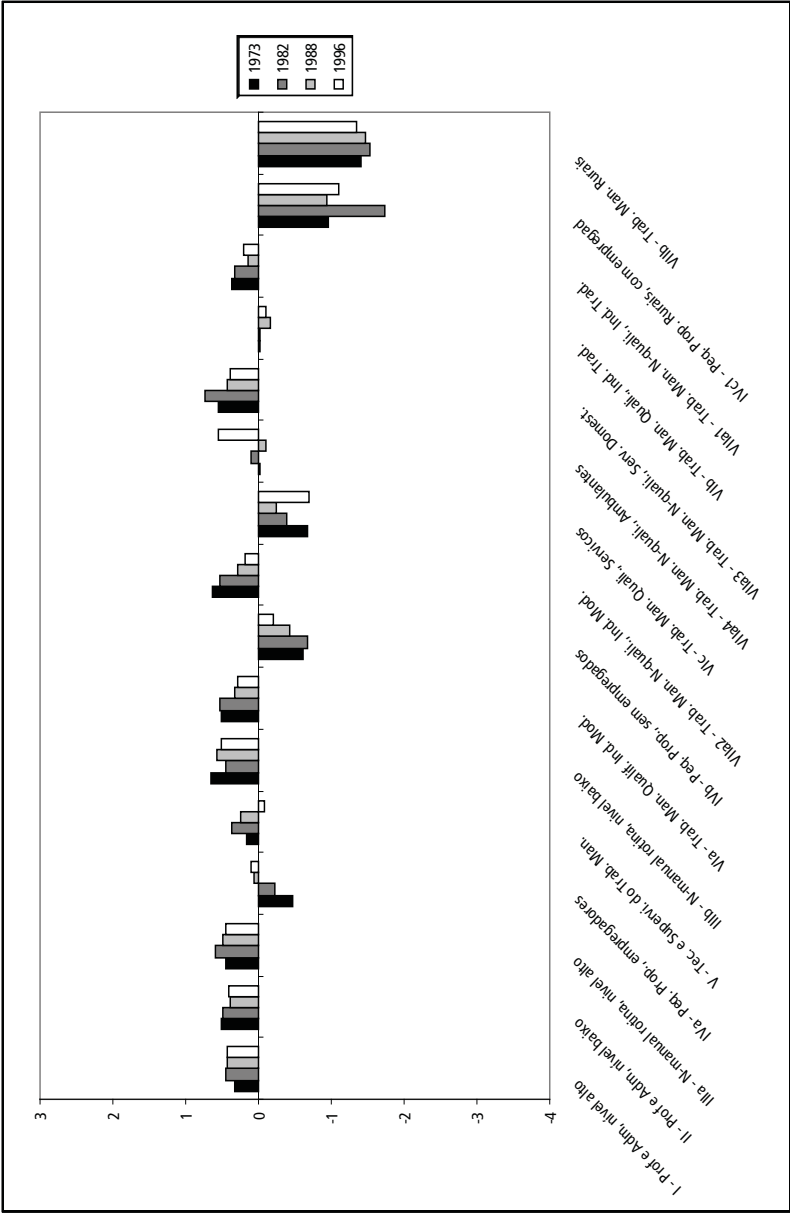
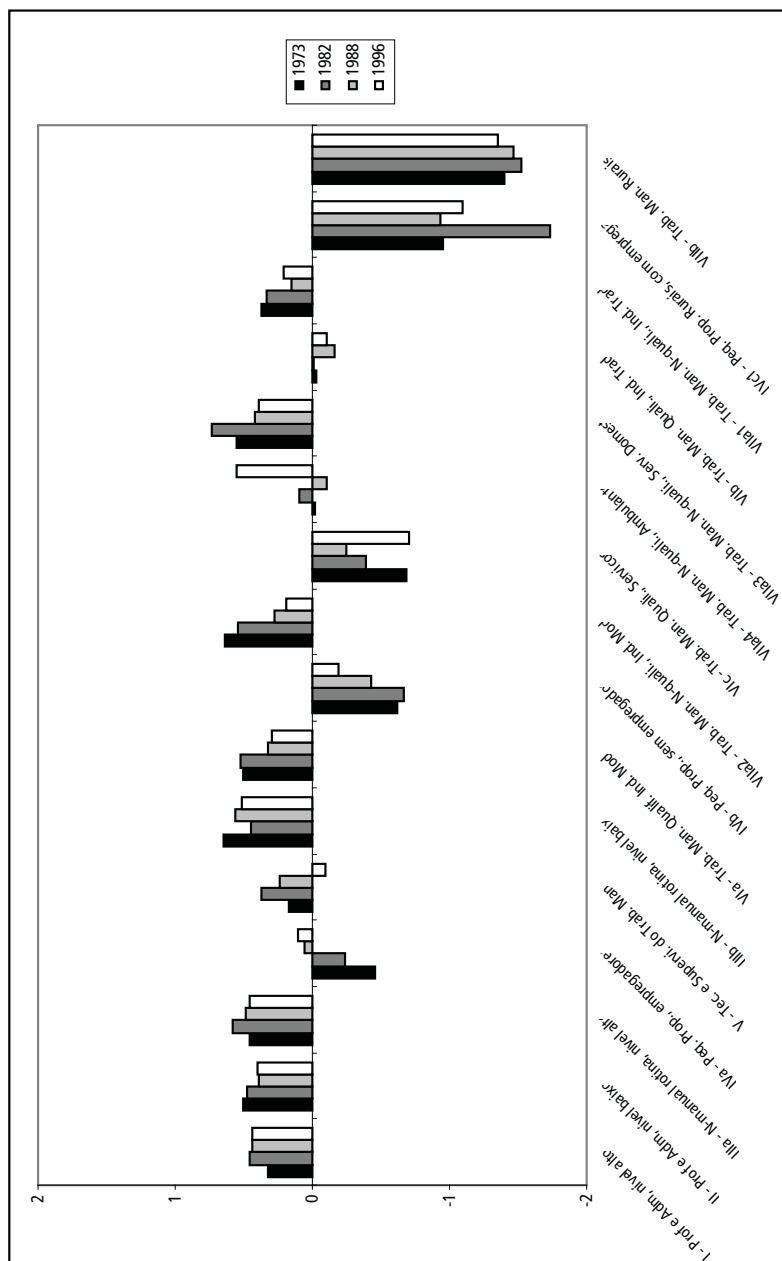


Gráfico 18 – Multiplicadores estruturais (enviesados) em forma logarítmica obtidos pelo método de Hout (1989) – Brasil, 1973-1996



ção entre origem e destino de classe no Brasil. Portanto, todas as estimativas de mobilidade estrutural no país anteriores às que proponho aqui subestimaram o impacto da mobilidade estrutural.

Com o objetivo de mostrar o grau de subestimação da mobilidade estrutural presente nos estudos anteriores, utilizo uma metodologia proposta por Hout (1989). Tendo em vista que os valores da mobilidade estrutural calculados tradicionalmente estão em uma escala completamente distinta da escala dos multiplicadores estruturais estimados pelo modelo de quase-simetria, Hout (1989) propõe o cálculo de multiplicadores estruturais enviesados,⁵⁶ ou seja, que não levem em conta a associação. A diferença entre estes multiplicadores enviesados e os não-enviesados revela o tamanho do viés decorrente das medidas que não consideram a associação na tabela. O Gráfico 18 apresenta os multiplicadores enviesados para cada uma das 16 classes em cada ano estudado. Como se nota, a diferença em relação ao gráfico anterior é enorme, o que significa que o erro no cálculo da mobilidade estrutural desconsiderando a associação entre origem e destino, extremamente forte no Brasil, é enorme. Mas não é apenas por causa da subestimação que as medidas enviesadas sobre a mobilidade estrutural são insatisfatórias, mas também porque não permitem verificar em quais classes a disparidade entre origem e destino teve maior efeito sobre a mobilidade. Nas análises implementadas anteriormente verificou-se que a expansão e a contração das classes nos extremos da hierarquia definiram os efeitos da mobilidade estrutural. As classes intermediárias, embora apresentem grande disparidade entre origem e destino, tiveram impacto reduzido como forças de mobilidade estrutural. Essa conclusão não fica evidente nos estudos anteriores, que apenas indicam uma medida global enviesada do nível de mobilidade estrutural.

Em suma, a conclusão de Sobel, Hout e Duncan (1985), que utilizaram a tabela de mobilidade social estudada por Hutchinson (1958) para analisar a mobilidade social em São Paulo, também se aplica ao Brasil para o período de 1973 a 1996. Ou seja, as análises revelam que *na sociedade brasileira enormes*

56. Os estimadores enviesados são obtidos da seguinte forma: calcula-se o logaritmo natural da razão entre a frequência de destino e a de origem para cada classe ($c_j = \ln(n_{dj}/n_{oj})$). Em seguida, a média de c_j ($\sum_j c_j / J$) é subtraída de cada c_j para enfim se chegar a $\ln(\alpha)$ enviesado.

forças estruturais distribuem os homens das classes tradicionais (principalmente das classes rurais) para as outras classes e que as classes modernas (principalmente as de profissionais e trabalhadores não-manuais de rotina) recebem grande fluxo de mão-de-obra devido à mobilidade estrutural. Há muita mobilidade em uma estrutura de classes extremamente rígida, ou seja, uma estrutura de classes em que a posição que os indivíduos alcançam ao longo de suas vidas é significativamente determinada por suas origens sociais.

De qualquer forma, a mobilidade estrutural é a principal força que determina os altos índices de mobilidade absoluta descritos nas páginas anteriores. Embora muitos estudos tenham dedicado grandes esforços para entender as taxas relativas de mobilidade ou fluidez social (associação entre origem e destino), é a mobilidade estrutural que mais influencia as taxas de mobilidade absoluta, como já sugeriram Hauser e seus colaboradores (HAUSER *et al.*, 1975b) há 30 anos. Esse fato é ainda mais marcante em sociedades de industrialização tardia e rápida como o Brasil.

FLUIDEZ SOCIAL: TAXAS RELATIVAS DE MOBILIDADE

A fluidez social é a associação estatística líquida entre origem e destino de classe, descontando o efeito da mudança estrutural que se expressa na discrepância entre os marginais da tabela. Essa associação, medida pelas razões de chances e obtida a partir de modelos log-lineares, indica as chances relativas de indivíduos com diferentes origens entrarem em uma determinada classe de destino em vez de ingressarem em outra. Essas chances relativas são uma medida da desigualdade intergeracional de oportunidades ou do grau de abertura que caracteriza uma determinada sociedade. Quanto menor a associação entre origem e destino, menos a origem determina as chances de ascensão, o que significa que as oportunidades são distribuídas de forma mais igualitária.

Pelo menos desde o artigo de Roditi e Silva (1988), os estudiosos da mobilidade social no Brasil vêm analisando as taxas relativas de mobilidade ou fluidez social. Inicialmente, aqueles autores sugeriram que a fluidez não se modificava ao longo dos anos. Utilizando o modelo “unidiff”, no entanto, mostrei

em trabalhos anteriores (COSTA RIBEIRO; SCALON, 2001; COSTA RIBEIRO, 2002, 2003) que a fluidez aumentou entre 1973 e 1996, ou seja, a desigualdade nas chances relativas de mobilidade diminuiu. Na seção anterior também observei que houve um aumento de 16% na fluidez social.

Além de analisar a variação temporal, alguns modelos foram propostos para descrever o padrão de associação entre origem e destino no Brasil. Os modelos log-lineares estimados por Scalón (1999) e Silva (2004), bem como os que utilizei em minha tese de doutorado e que apresento no Capítulo 6, revelam que a hierarquia entre as classes é um elemento fundamental para determinar as chances de mobilidade. No entanto, esses três estudos não tiram todo o proveito possível da dimensão vertical da mobilidade, uma vez que utilizam parametrizações (especificações) que definem barreiras entre algumas classes, mas não uma hierarquia entre todas elas. Embora adeptos da análise de classes tendam a seguir a visão teórica de John Goldthorpe (1982, 1993), segundo a qual não há hierarquia entre todas as classes sociais, Hout e Hauser (1992) mostraram, ao criticar a abordagem de Goldthorpe e Erickson (1992), que os modelos que especificam apenas algumas barreiras verticais subestimam o efeito da hierarquia nas chances de mobilidade. Como indiquei no Capítulo 2, um modelo que ordena todas as classes se ajusta bem às tabelas de mobilidade brasileiras. Ainda mais importante é o fato de que esse modelo permite uma interpretação sociologicamente válida da posição de cada grupo ao longo de uma escala hierárquica de chances de mobilidade, que por sua vez é muito semelhante à ordenação das mesmas classes em termos de chances de vida. Partindo dessa ordenação hierárquica das classes, calculei as taxas de mobilidade ascendente e descendente apresentadas na quarta seção deste capítulo. Nesta seção exibo as características e o ajuste do modelo que utilizei para estimar a ordenação latente entre as 16 classes sociais e interpreto seus resultados.

O modelo em questão foi inicialmente proposto pelo matemático Leo Goodman (1979) com o objetivo de analisar tabelas de mobilidade social. No artigo de 1979, Goodman, que sempre trabalhou com sociólogos e procurou soluções matemáticas para problemas sociológicos, propôs uma série de modelos para analisar tabelas cruzando duas variáveis categóricas ordenadas. Embora os modelos possam ser utilizados para estudar qualquer tipo de tabela cruzada, parte da inspiração para desenvolvê-los veio dos estudos de mobilidade. Nesse mesmo ano, Ottis Dudley Duncan (1979), que havia introduzido

os métodos de análise de trajetórias (*path analysis*) nos estudos de mobilidade, reconheceu a importância dos modelos de Goodman (1979) e os empregou para reanalisar as tabelas de mobilidade norte-americanas.

No entanto, Duncan (1979) não se valeu do modelo que seria o mais utilizado em estudos posteriores: o de 'linhas e colunas número II' (*row and column model II*, conhecido como RC-II). O modelo RC-II mostrou-se bastante versátil para a análise da mobilidade social pelo fato de algumas de suas propriedades matemáticas proporcionarem interpretações sociológicas substantivamente relevantes. Primeiro, não exige que a tabela seja preordenada, uma vez que estima duas variáveis hierárquicas latentes (uma para origem e outra para destino) indicando qual a melhor ordem entre as categorias. Como mostrei no Capítulo 2, a ordem encontrada pelo modelo é sociologicamente significativa no Brasil, uma vez que a hierarquia estimada confirma algumas hipóteses importantes sugeridas na literatura nacional sobre a estrutura ocupacional do país. Segundo, o uso desse modelo log-linear permite estimar parâmetros específicos para a imobilidade, o que não é possível com outros modelos para dados hierarquizados, como as usuais regressões lineares. Como há muitas chances de imobilidade, é necessário dar tratamento especial à diagonal principal da tabela. O modelo RC-II é facilmente combinado com o de mobilidade quase-perfeita (que estima parâmetros especiais para a diagonal). Em suma, o papel desempenhado pela hierarquia entre as classes e pela imobilidade, dois fatores sociologicamente fundamentais no processo de mobilidade, é facilmente analisado a partir do uso dos modelos RC-II. De fato, alguns pesquisadores obtiveram resultados bastante relevantes sobre o processo de mobilidade em perspectiva comparada empregando o modelo RC-II, tanto no plano internacional (GANZEBOOM; LUIJKX; TREIMAN, 1989) como no histórico (GERBER; HOUT, 2004).

De fato, o RC-II parece adequado para a análise da mobilidade social porque permite certa convergência entre a linguagem matemática e descrições sociológicas substantivas. Apresento abaixo três diferentes versões do modelo RC-II que utilizei para analisar a variação temporal das chances relativas de mobilidade no Brasil. Procuro destacar as hipóteses que pressupõem e as interpretações sociológicas que permitem.

A fórmula do modelo quase-RC-II para analisar a variação temporal da associação entre origem e destino de classe em 1973, 1982, 1988 e 1996 é a seguinte:

$$\ln(F_{ijk}) = \lambda_0 + \lambda_i^O + \lambda_j^D + \lambda_k^Y + \lambda_{ik}^{OY} + \lambda_{jk}^{DY} + (\theta\mu_i v_j + \delta d_{ij})\phi_k \quad (3)$$

O parâmetro θ é igual ao coeficiente de uma regressão logit; se $\theta = 0$, o destino ocupacional é independente da origem de classe. Os termos μ_i e v_j são os parâmetros que estimam, respectivamente, a escala hierárquica das classes de origem e a das de destino, a forma homogênea do modelo acima impõe uma restrição de igualdade entre as duas escalas com o objetivo de obter uma interpretação mais simples. O parâmetro δd_{ij} estima o efeito da imobilidade em cada uma das 16 classes. Finalmente, o parâmetro ϕ_k é o multiplicador “unidiff” que estima a variação na força da associação entre origem e destino (determinada por $\theta\mu_i v_j + \delta d_{ij}$) ao longo dos quatro anos estudados. Os demais parâmetros controlam as distribuições marginais (quatro primeiros parâmetros) e as interações entre origem e ano (λ_{ik}^{OY}), e destino e ano (λ_{jk}^{DY}). O último termo da equação $((\theta\mu_i v_j + \delta d_{ij})\phi_k)$ é o de maior interesse sociológico porque utiliza as escalas hierárquicas estimadas para descrever a variação da força da associação entre origem e destino ao longo dos quatro anos estudados.

Na tabela 8 apresento as estatísticas de adequação de três modelos ajustados aos dados, bem como os parâmetros estimados pelo que melhor resume os efeitos e padrões de associação entre origem e destino de classe de 1973 a 1996. Os modelos estimados são os seguintes:

- (1) o de mobilidade constante, que testa a hipótese de que as chances de mobilidade ascendente aumentam para pessoas com origem em classes hierarquicamente superiores, mas estas chances não se modificam entre 1973 e 1996;
- (2) o unidiff quase-RC-II, que testa a hipótese de que a associação uniforme entre origem e destino, com escalas distintas para linhas e colunas, varia ao longo dos anos;

Tabela 8 – Estatísticas de ajuste dos modelos de quase RCII (associação constante), quase RC-II (heterogeneo) e quase RC-II (escores RC iguais) em forma Unidiff à tabela cruzando 16 classes de origem, por 16 de destino por quatro anos para homens entre 25 e 64 anos de idade (N = 170044) e parâmetros estimados pelo modelo 3

Modelos	L ²	g.l.	Bic	L_m^2 / L_0^2	p
1 - Modelo Base (Assoc. Const.)	7.759,2	802	-1.900	100,0%	<.001
2 - Unidiff Quase-RC-II (escores RC diferentes), Heterogeneo	7.560,3	782	-1.858	97,4%	<.001
3 - Unidiff Quase-RC-II (escores RC iguais), Homogeneo	7.615,8	799	-2.007	98,2%	<.001
Parâmetro estimado pelo modelo preferido (3)	%	Estimador	p	Exp (estimador)	
1973					
Diagonal (herança)		0,97	<.001	2,63	
Associação Uniforme		2,07	<.001	7,93	
1982					
Diagonal (herança)		0,88		2,41	
Associação Uniforme		1,89		6,61	
1988					
Diagonal (herança)		0,85		2,33	
Associação Uniforme		1,82		6,15	
1996					
Diagonal (herança)		0,82		2,26	
Associação Uniforme		1,75		5,75	
Efeito "Unidiff" em cada ano					
1973		1,00	<.001		
1982		0,91	<.001		
1988		0,88	<.001		
1996		0,84	<.001		
Redução percentual no "Unidiff"					
1973-1982	8,8				
1982-1988	3,5				
1988-1996	3,3				
1973-1996	15,6				

- (3) o unidiff quase-RC-II homogêneo, que testa a hipótese de que a associação uniforme entre origem e destino, com escalas iguais nas linhas e nas colunas, varia ao longo dos anos.

Os três modelos estimam parâmetros específicos para as chances de imobilidade representadas nas células diagonais da tabela cruzando origem e destino de classes.

Considerando o critério de ajuste BIC, devo concluir que o modelo quase-RC-II homogêneo (3) é o que melhor se ajusta aos dados. A inspeção do coeficiente unidiff estimado pelo modelo três indica que diminuiu a associação entre origem e destino entre 1973 e 1996. A associação uniforme e a herança de classe reduziram seu efeito em 16% no período. O decréscimo mais acentuado, de cerca de 9%, deu-se entre 1973 e 1982. Ou seja, cada coeficiente, em 1982, é 9% menor do que em 1973; em 1988, os coeficientes são 3% menores do que em 1982 e, em 1996, eles são 3% menores do que em 1988.

O coeficiente positivo para o parâmetro de associação uniforme indica que pessoas com origens em classes com maior *status* têm vantagens no mercado de trabalho. Os parâmetros diagonais (de herança) positivos mostram que pessoas com uma determinada origem possuem melhores chances do que os outros de alcançar uma posição de destino na mesma classe de sua origem. Esse padrão favorece as pessoas com origens mais privilegiadas, porque para elas a herança significa a manutenção de uma boa posição de classe, ao contrário do que acontece com aqueles que têm origens desfavorecidas.

Os coeficientes dos modelos log-lineares permitem calcular frequências esperadas, as quais podem ser usadas para obter razões de chances, uma medida da desigualdade de oportunidades de mobilidade social. Há um número enorme de razões de chances importantes que podem ser usadas para se ter uma idéia da desigualdade de oportunidades e de sua diminuição no Brasil. Na Tabela 9 apresento diversas razões de chances para pessoas com origens em cada uma das 16 classes, em cada ano estudado.

Como argumentei anteriormente, os números mostram claramente que pessoas com origens nas classes mais privilegiadas têm vantagens em relação àqueles com origens em classes menos privilegiadas, bem como que a magnitude dessas vantagens diminuiu ao longo dos anos. Por exemplo, filhos de profissionais ou administradores de alto nível (I) tinham, em 1973, 8,1 vezes mais chances de permanecer nessa classe do que filhos de profissionais de nível baixo (II) têm de alcançar a posição no topo. Em 1996,

Tabela 9 – Razões de chances calculadas a partir do modelo RC-II UNIDIFF (modelo 3 da tabela 8) para homens entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996

1973																
Classe de Origem	Classe de Destino															
	I	II	IIIa	IVa	V	IIIb	VIIa	IVb	VIIc	VIIa2	VIIa4	VIIa3	VIIb	VIIa1	IVc1	VIIb
I	1,0	8,1	9,5	11,1	15,3	18,5	24,6	34,8	38,9	49,0	86,0	170,1	181,2	265,1	2.168,3	11.293,7
II		1,0	7,1	7,6	8,9	9,9	12,0	15,0	16,3	19,5	29,2	49,4	52,6	70,0	391,2	1.604,5
IIIa			1,0	7,0	7,7	8,4	9,6	11,5	12,2	14,0	20,0	31,7	33,2	42,8	204,1	737,6
IVa				1,0	7,2	7,6	8,5	9,6	10,3	11,6	15,5	23,4	24,2	30,7	128,9	430,1
V					1,0	7,0	7,4	8,0	8,4	9,0	11,3	15,8	16,3	19,7	67,2	197,7
IIIb						1,0	7,0	7,5	7,6	-	9,8	13,0	13,4	16,0	-	137,3
VIIa							1,0	7,0	7,1	7,4	8,5	10,8	11,3	13,1	35,7	89,7
IVb								1,0	6,9	7,0	7,6	9,0	9,2	10,3	24,8	56,5
VIIc									1,0	7,0	5,3	8,6	8,8	9,8	22,2	49,7
VIIa2										1,0	7,1	8,0	8,2	8,8	18,5	38,9
VIIa4											1,0	7,1	7,2	7,6	13,1	24,8
VIIa3												1,0	6,9	7,0	10,0	16,4
VIIb													1,0	6,9	9,7	15,6
VIIa1														1,0	8,7	13,3
IVc1															1,0	7,7
VIIb																1,0

(continua)

(continua)

Tabela 9 – Razões de chances calculadas a partir do modelo RC-II UNIDIFF (modelo 3 da tabela 8) para homens entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996

Classe de Origem	1982															
	Classe de Destino															
	I	II	IIIa	IVa	V	IIIb	VIIa	IVb	VIIc	VIIa2	VIIa4	VIIa3	VIIb	VIIa1	IVc1	VIIb
I	1,0	6,7	7,8	9,0	12,0	14,3	18,5	25,5	28,2	34,8	58,2	108,4	114,8	162,5	1.105,5	4.977,0
II		1,0	6,0	6,4	7,3	8,1	9,7	11,8	12,7	15,0	21,7	35,1	37,1	48,2	231,6	839,7
IIIa			1,0	5,9	6,4	6,9	7,9	9,3	9,8	11,1	15,4	23,4	24,4	30,8	128,0	413,2
IVa				1,0	6,1	6,4	7,0	7,9	8,4	9,3	12,2	17,8	18,3	22,7	84,1	252,6
V					1,0	5,9	6,2	6,6	6,9	7,4	9,1	12,4	12,7	15,1	46,5	124,3
IIIb						1,0	5,9	6,3	6,4	1,1	8,0	10,4	10,7	12,5	35,3	89,1
VIIa							1,0	5,9	6,0	6,2	7,0	8,7	7,9	9,0	22,6	52,4
IVb								1,0	5,8	5,9	6,4	7,5	7,6	8,4	18,7	39,6
VIIc									1,0	5,9	4,6	7,1	7,2	8,0	16,9	35,3
VIIa2										1,0	6,0	6,7	6,8	7,3	14,3	28,2
VIIa4											1,0	6,0	6,1	6,4	10,5	18,7
VIIa3												1,0	5,8	5,9	-	12,8
VIIb													1,0	5,8	8,0	12,3
VIIa1														1,0	7,2	10,6
IVc1															1,0	6,4
VIIb																1,0

(continua)

(continua)

Tabela 9 – Razões de chances calculadas a partir do modelo RC-II UNIDIFF (modelo 3 da tabela 8) para homens entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996

1988																
Classe de Origem	Classe de Destino															
	I	II	IIIa	IVa	V	IIIb	VIIa	IVb	VIIc	VIIa2	VIIa4	VIIa3	VIIb	VIIa1	IVc1	VIIb
I	1,0	6,3	7,2	8,3	10,9	12,9	16,6	22,5	24,8	30,4	49,8	90,6	95,8	133,7	845,3	3.592,8
II		1,0	5,6	5,9	6,8	7,5	8,9	10,8	11,5	13,6	19,3	30,6	32,3	41,5	188,1	648,8
IIIa			1,0	5,5	6,0	6,4	7,3	8,5	9,0	10,1	13,8	20,7	21,6	27,0	106,3	328,1
IVa				1,0	5,7	5,9	6,5	7,3	7,7	8,6	11,1	15,9	16,4	20,1	71,0	204,4
V					1,0	5,5	5,8	6,2	6,4	6,9	8,4	11,2	11,5	13,6	40,1	103,4
IIIb						1,0	5,5	5,8	5,9	1,1	7,4	9,5	9,8	11,4	30,8	75,1
VIIa							1,0	5,5	5,6	5,8	6,5	8,0	5,4	6,1	14,8	33,1
IVb								1,0	5,4	5,5	5,9	6,9	7,0	7,7	16,7	34,4
VIIc									1,0	5,5	4,3	6,6	6,7	7,4	15,1	30,8
VIIa2										1,0	5,6	6,2	6,3	6,8	-	24,8
VIIa4											1,0	5,6	5,7	5,9	9,6	16,7
VIIa3												1,0	5,4	5,5	-	11,6
VIIb													1,0	5,4	7,3	11,2
VIIa1														1,0	6,7	9,7
IVc1															1,0	6,0
VIIb																1,0

(continua)

(continua)

Tabela 9 – Razões de chances calculadas a partir do modelo RC-II UNIDIFF (modelo 3 da tabela 8) para homens entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996

1996																
Classe de Origem	Classe de Destino															
	I	II	IIIa	IVa	V	IIIb	VIIa	IVb	VIIc	VIIa2	VIIa4	VIIa3	VIIb	VIIa1	IVc1	VIIb
I	1,0	5,8	6,7	7,6	10,0	11,7	14,9	20,0	22,0	26,7	43,0	76,5	80,7	111,3	656,2	2.642,7
II		1,0	5,3	5,5	6,3	7,0	8,2	9,9	10,5	12,3	17,3	26,9	28,4	36,1	154,5	508,9
IIIa			1,0	5,2	5,6	6,0	6,8	7,8	8,3	9,3	12,5	18,5	19,2	23,8	89,2	264,0
IVa				1,0	5,3	5,5	6,1	6,8	7,1	7,9	10,1	14,3	14,7	18,0	60,5	167,4
V					1,0	5,2	5,4	5,8	6,0	6,4	7,7	10,3	10,5	12,4	34,9	86,9
IIIb						1,0	5,2	5,5	5,5	1,1	6,9	8,7	9,0	10,4	27,1	63,8
VIIa							1,0	5,2	5,3	5,4	6,1	7,4	4,2	4,8	11,2	24,3
IVb								1,0	5,1	5,1	5,5	6,4	6,5	7,1	15,0	30,1
VIIc									1,0	5,1	4,1	6,2	6,2	6,9	13,7	27,1
VIIa2										1,0	5,2	5,8	5,9	6,3	-	22,0
VIIa4											1,0	5,3	5,3	5,5	-	15,0
VIIa3												1,0	5,1	5,2	7,0	10,6
VIIb													1,0	5,1	6,8	10,2
VIIa1														1,0	6,2	8,9
IVc1															1,0	5,6
VIIb																1,0
(conclusão)																

(conclusão)

essa vantagem relativa diminuiu para 5,8 vezes mais chances. Em alguns casos, a distância é surpreendentemente maior. Em 1973, por exemplo, filhos de profissionais de alto nível (I) tinham 11.293 vezes mais chances de permanecer nessa posição do que filhos de agricultores (VIIb) tinham de chegar ao topo. Já em 1996, essa vantagem diminuiu enormemente, apesar de continuar gritante, e era de cerca de 2.642 vezes mais chances. Todos os números da Tabela 9 podem ser lidos de maneira semelhante à que acabo de apresentar e revelam que pessoas com origens hierarquicamente superiores na estrutura de classes têm vantagens relativas comparativamente aos que se encontram abaixo. Essa desigualdade, no entanto, diminuiu significativamente entre 1973 e 1996.

Embora pessoas com origens mais privilegiadas continuem a ter melhores chances de alcançar posições com *status* superior na estrutura de classes e de nelas permanecer, diminuiu significativamente essa vantagem, principalmente entre 1973 e 1982.

Esse período ainda foi marcado pelo rápido crescimento econômico que caracterizou a sociedade brasileira entre 1940 e 1980. A partir de 1982, o país entrou em forte crise e a economia praticamente não cresceu até meados da década seguinte. A desigualdade de oportunidades parece ter acompanhado tais mudanças macroeconômicas, uma vez que decresceu com mais intensidade até 1982. De acordo com as tendências reveladas pelo modelo que melhor se ajusta às tabelas de mobilidade brasileiras, a crise econômica das décadas de 1980 e 1990 aparentemente tiveram forte impacto sobre a fluidez social, freando seu aumento a partir de 1982.

Para entender melhor os mecanismos que estão relacionados a esse efeito do período histórico no aumento da fluidez, analiso, na próxima seção, a relação entre origem de classe, educação e destino de classe. Além disso, estudo o efeito da entrada de coortes de idade mais jovens e da saída de coortes mais velhas sobre a diminuição da fluidez. Como pessoas mais jovens tendem a ter mais educação e pessoas mais educadas, mais chances de mobilidade, pode haver um efeito de coorte de idade na diminuição da fluidez que se combine ao efeito do período histórico destacado nesta seção.

EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

Na sociedade moderna, a ocupação das pessoas depende em grande medida da educação formal que elas adquirem. Um médico, por exemplo, não pode transmitir diretamente seu *status* ocupacional para seu filho. Para ser médico é necessário passar pelo sistema de educação formal. Essa constatação é válida em diversos graus, para diferentes ocupações e grupos de classe. Portanto, a educação constitui o principal mecanismo de superação e de transmissão de desigualdades de oportunidade de mobilidade social. Diante de tal necessidade de obter educação formal para garantir e alcançar posições de prestígio na sociedade, as famílias geralmente se dispõem a investir bastante na educação de seus filhos. Aquelas que possuem mais recursos têm vantagens, na medida em que podem investir com mais sistematicidade nesse item. Em contrapartida, cabe aos governos criar oportunidades educacionais para a população com o objetivo de suprir pelo menos o mínimo das necessidades de crianças e jovens com diferentes origens sociais. De fato, os governos têm como uma de suas principais política a implementação de sistemas escolares abrangentes. Durante o século XX, os sistemas escolares no mundo todo se expandiram rapidamente (SHAVIT; BLOSSFELD, 1993). Com isso há uma tendência, ou pelo menos promessa, de diminuição das vantagens das classes mais privilegiadas de acesso à educação (RAFTERY; HOUT, 1993). Como a educação é o principal mecanismo de mobilidade social, a diminuição das desigualdades de oportunidades educacionais, bem como a expansão do sistema educacional, tende a diminuir as desigualdades de oportunidade de mobilidade social. No Brasil, embora com atraso, o sistema educacional também cresceu desde meados do século passado. Essa ampliação está provavelmente associada ao aumento da fluidez que descrevi anteriormente. Mas de que forma a educação pode ter contribuído para o aumento da fluidez?

De acordo com Breen e Jonsson (2005), há dois mecanismos por meio dos quais a educação pode contribuir para diminuir a associação entre origem e destino de classe. O primeiro é o de “equalização”, que, pela ligação entre educação e classe de destino, diminui a associação total entre origem e destino de classe. O segundo é o de “composição”: se há associação entre educação, origem e destino de tal forma que o vínculo entre os dois últimos

seja mais fraco entre indivíduos com educação elevada, e se a expansão educacional coloca uma proporção cada vez maior de cada coorte de idade nos níveis educacionais em que a associação entre origem e destino é mais fraca, então essa ligação pode sofrer redução global por meio dessa mudança de composição.

Para determinar qual desses dois mecanismos mais contribuiu para a diminuição da associação entre origem e destino no Brasil, é necessário levar em conta não apenas as quatro amostras (1973, 1982, 1988 e 1996), mas também as coortes de idade que estão representadas em cada uma delas. Essa cautela metodológica é necessária porque pessoas nascidas em diferentes períodos estão expostas a diferentes oportunidades educacionais. Por exemplo, pessoas que nasceram na década de 1930 tinham probabilidade muito menor de entrar na escola ou de ir para a universidade do que os nascidos na década de 1960, quando o sistema educacional começou a se tornar mais abrangente, oferecendo mais oportunidades para o conjunto da população.

As quatro amostras que estou analisando incluem homens entre 25 e 64 anos de idade. Algumas coortes de idade estão representadas em todas as amostras, enquanto outras deixaram de ser representadas ou passaram a compor as amostras mais recentes. Os homens que nasceram entre 1932 e 1948 tinham entre 25 e 41 anos em 1973, 34 e 50 anos em 1982, 40 e 56 anos em 1988 e 48 e 64 anos em 1996. Estão, portanto, representados nas quatro amostras analisadas e constituem uma coorte com idade intermediária (coorte dois). Por lógica semelhante, a coorte de idade que nasceu entre 1909 e 1931 está representada com diferentes idades em 1973, 1982 e 1988, mas não está em 1996. Essa é a coorte mais velha (coorte um). Finalmente, a coorte de idade nascida entre 1949 e 1971 não está representada em 1973, mas apenas nos outros anos e é a mais nova de todas (coorte três). Análises preliminares indicaram que a fluidez social não varia entre as quatro amostras para cada uma das três coortes de idade.⁵⁷ Portanto, é possível que a diminuição da fluidez

57. De fato, análises utilizando o modelo log-linear de mobilidade constante revelam que a fluidez social não muda para as três coortes de idade representadas nas quatro amostras da PNAD. Ou seja, o modelo de fluidez social constante, segundo o qual não há variação na fluidez, é o que melhor se ajusta às seguintes tabelas: (1) tabela cruzando origem por destino por ano da pesquisa para pessoas pertencentes à co-

dez tenha sido determinada pelo fato de a associação entre origem e destino ser mais fraca para as coortes mais jovens do que para as mais velhas.

No entanto, como destaquei anteriormente, o sistema educacional no Brasil expandiu-se ao longo do século XX, o que proporcionou acesso a níveis educacionais mais elevados a um percentual maior da população. Essa expansão certamente está relacionada a uma diminuição da associação entre origem e destino, tendo em vista que a partir de certos níveis educacionais as origens de classe tendem a ter menor impacto nas chances de mobilidade social. No Brasil, o ensino médio já pode ser considerado um patamar educacional relativamente alto, uma vez que a maioria da população tem níveis educacionais muito baixos. A tabela a seguir indica o percentual de homens que concluíram o segundo grau tanto nas quatro amostras quanto nas três coortes.

Tabela 10 – Percentual de homens entre 25 e 64 anos com escolaridade “menor” e “maior ou igual” ao 2º grau por coorte de idade e ano da pesquisa – Brasil, 1973-1996

Coortes	Em porcentagem	
	< 2º Grau	2º Grau ou mais
1909-31	92,1	7,9
1932-48	85,9	14,1
1949-71	75,3	24,7
Anos		
1973	91,7	8,3
1982	84,8	15,2
1988	77,1	22,9
1996	78,1	21,9

Fonte: IBGE. PNADs 1973, 1982, 1988 e 1996. Tabulação do autor.

Realmente houve uma enorme expansão da educação de segundo grau, que afetou as chances dos homens mais jovens de concluir esse nível educacional. Nas duas últimas amostras (1988 e 1996), cerca de 22% dos homens concluíram

orte de idade nascida entre 1932 e 1948; (2) tabela semelhante para a coorte nascido entre 1909 e 1931; e (3) para a coorte nascida entre 1949 e 1971.

o segundo grau. Tal expansão deve-se principalmente à educação alcançada pela coorte de homens mais jovens, nascidos entre 1949 e 1971. Enquanto apenas 14% dos homens nascidos entre 1932 e 1948 e 8% dos nascidos entre 1909 e 1931 tinham o segundo grau completo, cerca de um quarto (25%) dos homens nascidos entre 1949 e 1971 chegou ao fim desse nível educacional.

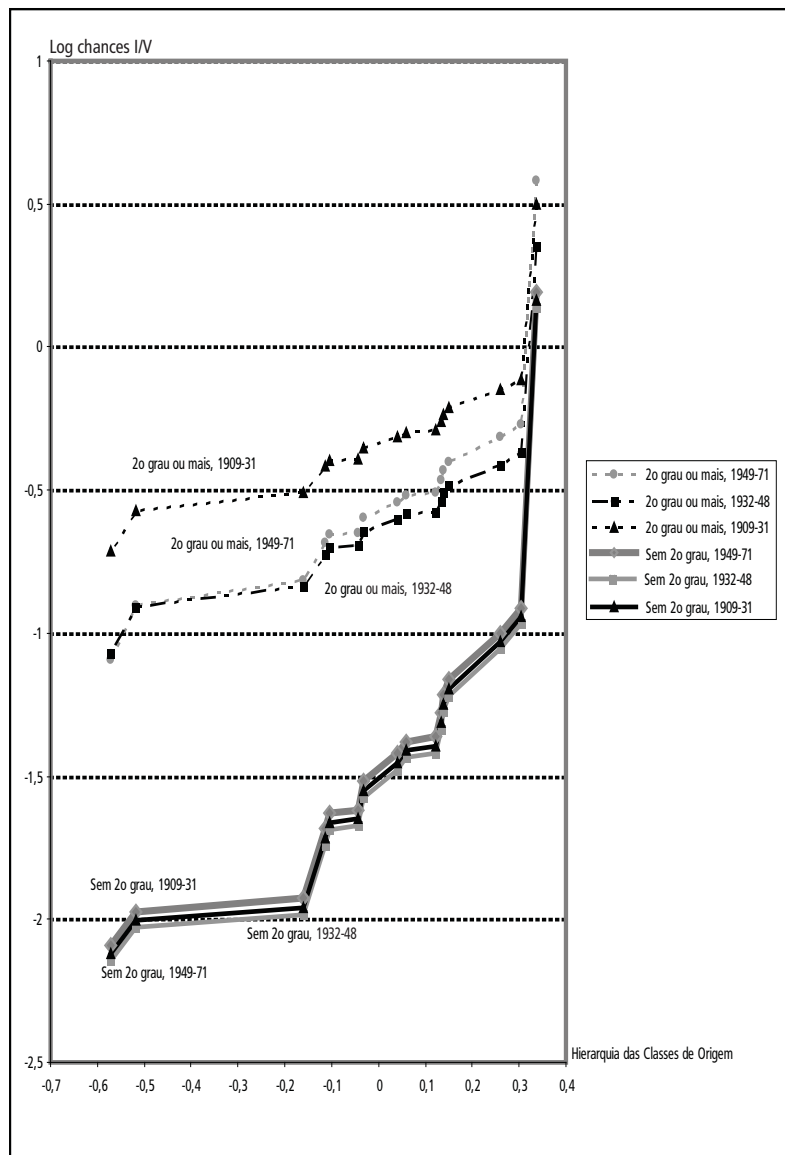
Para analisar o efeito da educação na diminuição da força da associação entre origem e destino e verificar qual dos dois mecanismos delineados anteriormente mais contribuiu para tanto, esmiuço a ligação entre origem e destino para as três coortes de idade, separando as pessoas que concluíram pelo menos o segundo grau das que não alcançaram esse nível educacional. Busco, dessa forma, testar as seguintes hipóteses:

- As coortes mais jovens são mais fluidas de modo geral, ou seja, há menos associação entre origem e destino, independentemente do nível de escolaridade, para as coortes mais novas. Nesse caso, o mecanismo que contribui para o aumento da fluidez é o de “equalização”.
- A fluidez social é maior (ou, inversamente, a associação entre origem e destino é menor) para pessoas que concluíram o segundo grau do que para pessoas com menos escolaridade. Se a expansão do sistema educacional contribuiu para colocar um percentual maior da população nesse nível educacional e a força da associação entre origem e destino não varia entre as coortes mais velhas e mais novas, então o aumento da fluidez se deve ao mecanismo de “composição”.

Para testar essas hipóteses, ajustei um modelo de associação constante e outro unidiff, ambos com as escalas estimadas pelo modelo RC-II da seção anterior, para as seguintes tabelas: cruzamento de 16 classes de origem por 16 de destino por 3 coortes, incluindo apenas os homens que não concluíram o segundo grau; cruzamento de 16 classes de origem por 16 de destino por 3 coortes, incluindo apenas os homens com pelo menos o segundo grau completo. Na primeira tabela, relativa a pessoas com menor escolaridade, foi o modelo de associação constante que melhor se ajustou aos dados.⁵⁸ Isso significa que para os homens que não concluíram o segundo grau, a associação entre origem e destino não se modificou entre as coortes mais velhas e as mais jovens. Na segunda tabela, de homens com pelo menos o segundo grau completo, foi o

58. O modelo de associação constante ($L^2 = 4687,7$; g.l. = 609; BIC = -2.560) ajusta-se melhor aos dados do que o modelo unidiff ($L^2 = 4675,8$; g.l. = 607; BIC = -2.548).

Gráfico 19 – Logaritmo das chances de mobilidade para a classe de profissionais e administradores de alto nível (I) ao invés de técnico ou supervisor (V), segundo classe de origem Segundo Modelo de Quase RC Homogêneo – Brasil



modelo “unidiff” que melhor se ajustou aos dados. A inspeção dos coeficientes indica que diminuiu a fluidez entre a coorte mais velha, de homens nascidos entre 1909 e 1931, e as duas mais novas, de nascidos entre 1932 e 1948 e entre 1949 e 1971.⁵⁹ Para ajudar na interpretação desse resultado, apresento no gráfico a seguir as chances relativas de entrar na classe de profissionais e administradores de alto nível (I) em vez de ingressar na classe de técnicos supervisores do trabalho manual (V), de acordo com as classes de origem para homens nos três coortes de idade e nos dois níveis educacionais.⁶⁰

As três linhas na parte inferior do gráfico representam as chances relativas de homens com menos do que o segundo grau nas três coortes de idade, de acordo com as classes de origem. As linhas estimadas têm uma inclinação positiva, indicando que quanto mais alta a origem de classe das pessoas, maiores as chances de entrarem na classe I em vez de na classe V. O fato de a inclinação dessas linhas ser idêntica indica que não há modificação entre as coortes no efeito da origem de classe sobre as chances de entrar na classe I. Ou seja, para os homens com menor escolaridade, nas três coortes as origens em classes com *status* mais alto favorecem a entrada na classe I. Além disso, quanto mais distante do zero o ponto está, maiores são as chances de uma pessoa com essa origem entrar na classe V em vez de na I. O gráfico indica que, quanto mais baixa a classe de origem, menores as chances de entrar na classe I em vez de na V. Há muita desigualdade de oportunidades e pouca fluidez nesse grupo, fato que não se modifica em nenhuma coorte.

As três linhas na parte superior do gráfico representam as chances relativas de homens com o segundo grau completo de entrar na classe I em vez de na classe V. Tais chances são maiores para pessoas com o segundo grau completo, o que fica evidente não apenas pelo fato de as linhas estarem mais próximas do valor zero no eixo “log chances I/V” (eixo Y), mas também pelo fato de as linhas serem menos inclinadas do que as que representam as chances de pessoas que não concluíram o segundo grau.

Até aqui a explicação é relativamente simples: foi o mecanismo de composição que contribuiu para o aumento da fluidez. Ou seja, o fato de, entre as coortes mais velhas e mais novas, um maior número de homens ter conclu-

59. O modelo unidiff ($L^2 = 2120,8$; g.l. = 608; Bic = -5.202) ajusta-se melhor aos dados do que o modelo de associação constante ($L^2 = 2146,1$; g.l. = 609; Bic = -5.189).

60. Essas duas classes foram consideradas devido à importância das decisões racionais relacionadas a essa escolha. Ver Breen e Goldthorpe (1997).

ido o segundo grau, nível educacional a partir do qual o efeito da origem de classe sobre o destino de classe mostra-se evidentemente mais fraco. No entanto, a linha relativa aos homens com segundo grau completo nascidos entre 1909 e 1931 está mais próxima de zero do que as duas outras linhas, representando os homens mais novos (duas coortes mais novas) com segundo grau completo. Dessa forma, os dados revelam que para as pessoas mais jovens (nascidas entre 1932 e 1971) que concluíram o segundo grau as origens de classe passaram a ser mais importantes do que antes (para pessoas mais velhas) no que se refere ao ingresso na classe I, e não na V. Reduziu-se a fluidez. Uma interpretação plausível é a de que começa a haver uma inflação de credenciais que deprecia o valor dos diplomas de segundo grau ao longo dos anos. Quanto mais gente com esse nível de ensino, menor o valor desse diploma e maiores os efeitos das vantagens de classe no processo de mobilidade intergeracional.

De fato, percebe-se que o percentual de pessoas com segundo grau completo dobrou entre a coorte mais velha (1909-1931) e a intermediária (1932-1948), passando de 7% para 14%.

Essa conclusão sobre a diminuição da fluidez entre pessoas com pelo menos o segundo grau completo no momento em que há um maior percentual da população com esse nível educacional contradiz algumas previsões da literatura, segundo as quais a fluidez seria maior acima de certos níveis educacionais (HOUT, 1989). De fato, o caso brasileiro indica um processo semelhante ao de “inflação de credenciais” que ocorre nos retornos de renda quando há aumento de credenciais educacionais. No caso da mobilidade intergeracional, parece existir um mecanismo semelhante operando, segundo o que revelam as análises anteriores. Testes mais pormenorizados são necessários, mas a hipótese parece relevante.

Em suma, o mecanismo de “composição” parece ter sido a principal causa do aumento da fluidez no Brasil. Além disso, há evidências da redução de sua eficiência para pessoas com pelo menos o segundo grau completo, uma vez que um terceiro mecanismo, o de “inflação de credenciais”, também parece operar no país. De qualquer forma, não há sinais de que a “equalização” seja uma das causas do aumento da fluidez no Brasil.

CONCLUSÃO

Embora a mobilidade social total no Brasil tenha aumentado entre 1973 e 1982 e não tenha se modificado desde então, a direção da mobilidade sofreu mudanças. Como mostrei anteriormente, a mobilidade ascendente diminuiu e a descendente aumentou. Para explicar a menor mobilidade ascendente, abandonei a antiga distinção da literatura entre dois tipos de mobilidade – estrutural e de circulação. Esse tipo de divisão está errado porque cada indivíduo experimenta apenas um tipo de mobilidade, expresso nas taxas absolutas de mobilidade. Assim, em vez de utilizar medidas antigas normalmente empregadas no Brasil, fiz uso de metodologia e conceitos mais recentes. Segundo esta concepção, há dois efeitos, não dois tipos, sobre a mobilidade observada. O primeiro é um efeito estrutural, que por falta de imaginação conceitual continua a ser chamado de “mobilidade estrutural”. Esse efeito só pode ser entendido de forma completa se estudado conjuntamente com o grau de associação entre origem e destino. Portanto, no lugar da mobilidade de circulação, que era medida de forma incorreta, utilizei a idéia de que há um segundo efeito de fluidez social, que nada mais é do que a associação estatística entre classes de origem e destino.

O declínio da mobilidade ascendente e o aumento da descendente, portanto, devem ser explicados em termos de efeitos estruturais e de associação entre classes de origem e destino, ou fluidez social. O efeito estrutural começou a perder sua força a partir de 1982. Isso significa que a disparidade entre distribuição de classes de origem e de destino que determinou grandes volumes de mobilidade total no Brasil passou a ter menor impacto. O efeito estrutural – ou a mobilidade estrutural – é comum em países que passam por transições industriais rápidas, em que as classes rurais diminuem de tamanho velozmente de uma geração para outra e as classes urbanas aumentam também de forma acelerada. No Brasil, essa transição foi muito rápida e o efeito estrutural caracterizou-se pelo encolhimento das classes rurais e pela expansão das classes mais altas do setor não-manual. Essas duas mudanças constituem as principais forças de mobilidade estrutural no Brasil e começaram a minguar, o que levou à diminuição das taxas absolutas de mobilidade. Seria bom se esse efeito estrutural continuasse a agir ininterruptamente, mas isso não ocorreu no Brasil nem em qualquer

outra sociedade estudada até hoje. Em última instância, poder-se-ia imaginar uma sociedade em que ocorresse uma mobilidade estrutural total e as classes fossem extintas. Esse sonho revolucionário jamais ocorreu em sociedades modernas.

O fato é que, paralelamente à diminuição do efeito estrutural, aumentou a fluidez, de forma bastante acelerada até 1988 e um pouco mais lentamente entre 1988 e 1996. A maior fluidez significa que as vantagens de ter origem numa classe mais alta hierarquicamente diminuíram em relação às desvantagens de ter origem numa classe menos privilegiada. Ou seja, decresceu a desigualdade de oportunidades. Essa redução, como mostrei na seção anterior, foi uma consequência de um processo de “composição”, ou seja, um percentual maior da população passou a ter acesso à educação de segundo grau ou mais, nível educacional a partir do qual as classes de origem passam a ter menos importância na determinação das chances de mobilidade. Esse processo de composição, no entanto, parece ter se esgotado e há sinais de que a origem de classes terá impacto maior nas chances de mobilidade inclusive para pessoas com o segundo grau completo.

Menos mobilidade ascendente, menos mobilidade estrutural e mais fluidez foram os padrões de mobilidade social no Brasil entre 1973 e 1996. Tais padrões indicam algumas tendências. Se o “efeito (mobilidade) estrutural” continuar a diminuir e a fluidez, a aumentar, talvez a sociedade brasileira torne-se mais justa em termos da transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens, porque esse padrão significa que a classe em que as pessoas nascem determina cada vez menos suas chances de mobilidade. Seguindo essa lógica, pode-se dizer que a redução da mobilidade ascendente não é necessariamente ruim, porque implica na substituição de pessoas em posições hierárquicas mais altas por pessoas com origens em classes hierarquicamente mais baixas. Essa substituição só é possível em uma sociedade mais competitiva, em que classes de origem determinam menos as chances de mobilidade social. Se essas tendências se confirmarem, a sociedade brasileira terá menos mobilidade, mas será menos caracterizada pela transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens. Não será uma sociedade totalmente igualitária, mas uma sociedade em que as chances de ascensão serão determinadas antes pela habilidade das pessoas do que por suas origens sociais. Esse ideal ainda está longe, mas houve mudanças nessa direção.

A MOBILIDADE SOCIAL DAS MULHERES: MERCADO DE TRABALHO E CASAMENTO

No capítulo anterior, descrevi detalhadamente os padrões de mobilidade social no Brasil entre 1973 e 1996. Há, no entanto, uma grande lacuna nessas descrições: não analisei os padrões de mobilidade social das mulheres. Um leitor crítico diria que deixei de fora metade da história, tendo em vista que a população brasileira se divide mais ou menos ao meio entre homens e mulheres.

Apesar de legítima, essa crítica deve ser feita com cautela. Grande parte das mulheres entre 25 e 64 anos de idade não está no mercado de trabalho e, portanto, tem sua posição de classe definida por outros membros de sua família ou por sua última ocupação. Mesmo as mulheres que estão no mercado de trabalho de forma consistente costumam se casar com homens que têm posições de classe com *status* socioeconômico mais alto do que as suas. Portanto, a posição de classe de cada família pode, na maior parte dos casos, ser definida a partir da posição de classe dos homens.

Esse fato, comum em diversos países industriais, levou alguns sociólogos a argumentar que a melhor maneira de se estudar a mobilidade social das mulheres seria por meio da análise da relação entre a classe social de seus pais e a de seus maridos (GOLDTHORPE, 1983). A mobilidade social ocorreria antes via casamento do que via entrada no mercado de trabalho. O sociólogo inglês John Goldthorpe defende veementemente essa abordagem que ele próprio define de “visão convencional”. Além de justificar teoricamente sua

posição, afirmando que a unidade de análise dos estudos de estratificação e desigualdade deveria ser a família e não o indivíduo, Goldthorpe utiliza dados sobre desigualdade de gênero para mostrar como grande parte das mulheres está fora do mercado de trabalho, ou freqüentemente troca a carreira pelo lar, quando os filhos são muito pequenos ou quando no mercado de trabalho tem posição de classe inferior à do companheiro.

Foi exatamente contra essa perspectiva convencional que os estudos de gênero levantaram as críticas mais desafiadoras às teorias clássicas de estratificação social e à análise de classes (ABBOT; SAPSFORD, 1987). De acordo com essas críticas, a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho pago nas sociedades industriais, a partir da década de 1960, imporia sérios limites aos estudos de estratificação e às análises de classe que partissem da família como unidade básica de estratificação. Tendo em vista que os estudos clássicos consideravam a família não apenas como uma unidade econômica, mas também como uma comunidade de interesses e opiniões, os estudos de gênero na realidade reivindicavam a necessidade de estudar aspectos particulares da atividade das mulheres dentro e fora das unidades familiares.

Tal reivindicação deu início a uma série de estudos extremamente importantes sobre a divisão do trabalho doméstico e sobre as características da atividade feminina no mercado de trabalho (e.g. HARTMAN, 1979, 1981; ACKER, 1973; LEWIS, 1985; CROMPTON; MANN, 1986). No entanto, a perspectiva convencional não pode ser apenas taxada de preconceituosa ou machista. Parece realmente haver razões importantes para considerar a família como a unidade básica de estratificação (SORENSEN, 1994; GOLDTHORPE, 1983). Essa idéia fica muito mais clara nos estudos de desigualdade de renda e pobreza do que nos estudos de desigualdade de classe. No estudo da distribuição de renda em uma determinada sociedade, deve-se considerar a renda familiar *per capita*, não a renda individual, porque só assim é possível derivar a distribuição do padrão de consumo e bem-estar. Por exemplo, em uma família em que a esposa recebe rendimentos de 950 reais mensais e o marido, 50 reais mensais, considera-se a média entre as duas rendas individuais como a renda familiar *per capita* (no caso, 500 reais mensais). É essa renda familiar *per capita* que deve ser comparada para que se possa saber a distribuição de renda no país. Caso contrário, seria sobrestimado, por exemplo, o número de pobres em uma determinada sociedade. No caso anterior, o marido seria pobre e a mulher

não, mas de fato o marido não é pobre porque, pelo menos em parte, compartilha o nível de consumo da esposa.

Da mesma forma, na análise da estrutura de classes de uma determinada sociedade, as famílias devem ser consideradas como unidades e não os indivíduos. No caso de classes sociais, utiliza-se geralmente a posição no mercado de trabalho e a ocupação como instrumentos de mensuração, em vez da renda. Dessa forma, um casal em que o marido é advogado e a esposa é operária têxtil estaria em uma única posição de classe. Mas em qual posição? Como somar a classe do marido e a da esposa de forma semelhante à que se fez com a renda? Embora haja algumas propostas metodológicas para combinar as duas posições de classe (BRITTEN; HEATH, 1983), defensores da abordagem convencional argumentam que o fato de a desigualdade de gênero ainda ser tão grande na sociedade moderna garante que o uso apenas da posição de classe dos maridos para definir a estrutura de classes não implique em erros de mensuração (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993). Ou seja, o número de maridos em posição de classe mais elevada continua sendo tão grande que não é necessário levar em conta a ocupação das esposas para se delinear a estrutura de classes de uma dada sociedade.

De certa forma, os defensores da perspectiva convencional estão corretos. Estudos empíricos em diversas sociedades industriais, inclusive no Brasil, comprovam que os maridos continuam a ter posições no mercado de trabalho mais elevadas do que suas esposas (SCALON, 1999; ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993). Conseqüentemente, análises baseadas apenas na posição de classe de homens, como as realizadas no capítulo anterior, representam fidedignamente a estrutura de classes das sociedades estudadas (SORENSEN, 1994). Vale lembrar que os defensores da perspectiva convencional não são ingênuos; nas famílias em que a esposa tem posição de classe mais elevada, consideram que esta deve ser usada para definir a classe da unidade familiar (ERICKSON, 1984). Além disso, pessoas solteiras de ambos os sexos entrariam como unidades familiares separadas no cálculo da estrutura de classes. Se a posição relativa de homens e mulheres no mercado de trabalho se modificar, havendo mais igualdade, então seria necessário rever a idéia da família como unidade de estratificação, ou pelo menos seria mais comum medir a posição de classe a partir da ocupação das mulheres. No entanto, nas sociedades contemporâneas, inclusive no Brasil, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho

é tão grande que ainda é possível utilizar a posição de classe do marido para definir a posição de classe da unidade familiar (SCALON, 1999).

Embora os estudos que utilizam a ocupação do marido para definir a estrutura de classes não estejam empiricamente errados, não há a menor dúvida de que são em grande parte limitados porque deixam de analisar importantes aspectos da estratificação ligados às desigualdades de gênero. É realmente verdade que a partir das décadas de 1960 e 1970 um número cada vez maior de mulheres passou a integrar o mercado de trabalho. Essa crescente participação das mulheres está relacionada a uma enorme mudança nas características do mercado de trabalho, que se expandiu principalmente no setor de serviços em diversas sociedades modernas. No Brasil, o processo se deu concomitantemente à crescente industrialização, ou seja, o surgimento da sociedade industrial e da de serviços foi paralelo, e não consecutivo, como ocorreu em diversas sociedades do hemisfério norte. Nas décadas de 1960 e 1970, quando houve a mais rápida industrialização da sociedade brasileira, também se expandiu o setor de serviços. O declínio do setor rural foi rapidíssimo, como mostrei no Capítulo 2, e implicou na ampliação da indústria e dos serviços. Enquanto a primeira foi alimentada principalmente pela mão-de-obra masculina, o setor de serviços contou em grande parte com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Não analisar a mobilidade social das mulheres, no Brasil, significa desconsiderar importantes características do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, é necessária cautela para não confundir estrutura ocupacional e estrutura de classes. A primeira diz respeito à ocupação dos indivíduos e a segunda, às famílias que constituem unidades básicas das posições de classe.

Ao analisar a mobilidade dos homens, como argumentei anteriormente, é possível observar ao mesmo tempo as estruturas ocupacionais e de classe. Em contraposição, analisar a mobilidade social das mulheres no mercado de trabalho mostra-se importante para entender melhor a estrutura ocupacional, mas não essencial para descrever a estrutura de classes. Justamente com o objetivo de distinguir posição ocupacional de posição de classe, o sociólogo norte-americano Erik O. Wright (1997) propõe que cada indivíduo tenha uma posição de classe direta e outra indireta. A primeira diz respeito à posição de classe derivada da ocupação que a pessoa exerce no mercado de trabalho, enquanto a segunda advém da posição de classe dominante no domicílio. Por exemplo, uma secretária casada com um industrial teria uma posição direta na classe dos

trabalhadores não-manuais de rotina e, ao mesmo tempo, uma posição indireta na classe dos capitalistas. Segundo essa perspectiva, as pesquisas na área de estratificação e de análise de classes estariam ora interessadas na posição de classe direta, ora na indireta. Essa diferenciação é analiticamente interessante porque permite uma maior clareza dos objetivos de cada pesquisa.

Neste capítulo, adoto a distinção de Wright (1997) para estudar a mobilidade social das mulheres no Brasil. Inicialmente, analiso as mudanças nos padrões de mobilidade social de mulheres entre 25 e 64 anos de idade que estavam no mercado de trabalho em 1973, 1982, 1988 e 1996.⁶¹ Levo em conta, portanto, a posição de classe direta das mulheres e sua mobilidade social em relação à classe de seu pai. O fato de comparar a classe da filha com a do pai já implica em algumas diferenças, como sugerido por Scalón (1999), na medida em que elas tendem a possuir ocupações distintas das dos homens. Ou seja, algumas taxas de mobilidade serão influenciadas pelos itens confrontados. Nesse sentido, as taxas de mobilidade das mulheres não podem ser diretamente comparadas com as dos homens, analisadas no capítulo anterior.

Em seguida, analiso a mobilidade social das mulheres via casamento. Ou seja, investigo a mobilidade entre classe de origem, medida pela ocupação do pai, e classe de destino, medida pela ocupação do marido.⁶² Focalizo, portanto, a posição de classe indireta das mulheres. Esta é geralmente a dominante, tendo em vista que elas tendem, por um lado, a se casar com homens que têm posição ocupacional hierarquicamente superior à sua e, por outro lado, a se dedicar às atividades domésticas e ter pouco comprometimento com o mercado de trabalho. Obviamente as mulheres participam cada vez mais do mercado de trabalho e assumem posições importantes na estrutura ocupacional, mas ainda é verdade que pelo menos 45% das que têm entre 25 e 64 anos continuam fora do mercado de trabalho e sua posição de classe deriva inteiramente da ocupação do marido. Esse percentual mostra-se muito expressivo para que se ignorem as chances de mobilidade social das mulheres que não integram o mercado de trabalho.

61. Fiz testes utilizando grupos de idade menos amplos, até 54 anos de idade, e os resultados da análise não se modificaram. O uso dos grupos mais restritos seria justificável pelo fato de as mulheres se aposentarem em média antes dos homens.

62. Considero como casamento tanto o oficial quanto a coabitação.

Ao analisar a mobilidade social das mulheres via mercado de trabalho e via mercado matrimonial, pretendo ampliar as análises do capítulo anterior sobre a estrutura e a desigualdade de oportunidades. A partir de 1970, expande-se a participação das mulheres no mercado de trabalho. Essa tendência implica na criação de novas oportunidades de mobilidade social que não foram analisadas no capítulo anterior. No entanto, a crescente participação das mulheres no mercado laboral não significa, como mostrarei adiante, a modificação da estrutura de classes da sociedade brasileira, uma vez que a maioria delas continua a ter posição de classe direta inferior à dos maridos. Portanto, a mobilidade delas via mercado de trabalho, na maioria dos casos, é menor do que a experimentada via casamento. Estudar a mobilidade das mulheres no mercado de trabalho mostra-se importante para entender seus padrões de inserção na estrutura ocupacional da sociedade. A mobilidade via casamento, no entanto, ainda constitui elemento relevante para as mulheres. Ou seja, para entender a estrutura de oportunidades que se apresenta para elas, continua a ser fundamental o estudo dos padrões de mobilidade social no mercado matrimonial. Ainda há muita desigualdade de gênero no Brasil, o que implica em forte dominação dos homens, os quais, por sua vez, continuam a ter posições de classe e ocupacionais superiores às de suas esposas, mesmo quando estas participam ativamente do mercado de trabalho e não apenas do trabalho doméstico.

Neste capítulo, portanto, faço um balanço da estrutura de oportunidades que as mulheres brasileiras encontraram desde o início da década de 1970, quando se iniciou a grande expansão do trabalho feminino que ainda está em curso. Para tanto, o entendimento da mobilidade social moderna, no mercado laboral, e da tradicional, no mercado matrimonial, é fundamental.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

No Capítulo 1 mostrei o enorme aumento da participação feminina no mercado de trabalho e sua estreita relação com a ampliação do setor de serviços que ocorreu ao longo da segunda metade do século XX, e mais acentuadamente depois de 1970. A maior participação feminina no mercado laboral teve relativo impacto sobre a estrutura de classes brasileira. No entanto, considerando-se a

família como unidade de análise, verifica-se que esse impacto não é um simples reflexo da entrada das mulheres no mercado. Para a maioria delas, o ingresso no mercado se dá em posições de classe inferiores às de seus maridos. A Tabela 11 apresenta algumas estatísticas importantes sobre a posição no mercado de trabalho de mulheres entre 25 e 64 anos em 1973, 1982, 1988 e 1996.

Tabela 11 – Taxas de participação no mercado de trabalho, chefia de domicílio e posição de classe das esposas em relação a seus maridos para mulheres entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996

	Em porcentagem			
	1973	1982	1988	1996
A % no mercado de trabalho	37,4	37,5	44,1	51,9
B % de chefes de domicílio	14,3	16,4	19,1	22,7
C % com posição de classe superior a de seus maridos	3,3	3,4	4,0	5,0
D % com posição de classe independente ou dominante (soma de B e C)	17,6	19,8	23,1	27,7

A primeira informação que salta aos olhos é o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Em 1973, um terço das mulheres entre 25 e 64 anos estava no mercado de trabalho; em 1996, a metade delas exibia tal característica. O percentual de mulheres chefiando domicílios passou de 14%, em 1973, para 23%, em 1996. Também houve acréscimo na proporção de mulheres com posição de classe superior à de seus maridos. De todas as mulheres na faixa etária analisada, 3,3% (1973) e 5% (1996) tinha posição de classe superior à de seus companheiros.⁶³ Considerando-se não todas as mulheres, mas apenas as casadas, verifica-se que uma em cada cinco tem posição de classe superior à dos maridos (esses valores não constam da tabela acima).

63. O percentual foi calculado a partir da tabela cruzando as 16 posições de classe das mulheres com as 16 posições de seus maridos. Utilizando a hierarquia definida no Capítulo 3, estabeleci o número total de mulheres com posição de classe superior à de seus maridos. Utilizei esse valor para calcular a proporção de mulheres entre 25 e 64 anos que têm posição de classe superior à dos maridos. O total de mulheres nessa faixa etária inclui as casadas e solteiras, estejam elas ou não no mercado de trabalho.

A última linha da tabela mostra o percentual de mulheres que têm posição de classe autônoma, quando são chefes de domicílio, ou dominante, quando suas posições de classe são superiores às de seus maridos. Nessa linha, a última coluna representa as mulheres cuja posição de classe indireta, segundo a definição de Wright (1997), não pode ser derivada da posição de classe dos maridos, seja porque chefiam o domicílio seja porque têm posição de classe superior à deles. Em 1973, a posição de classe de 17% das mulheres deve ser derivada de suas próprias ocupações; em 1996, o percentual passou para 27%. Embora o aumento seja significativo, não corresponde à metade da estrutura de classes. Portanto, as análises do capítulo anterior, embora limitadas à mobilidade dos homens, continuam representando bem os padrões de mobilidade que caracterizam a estrutura de classes brasileira.

Embora as análises utilizando apenas os dados sobre a mobilidade social dos homens sejam suficientes para entender as principais características da estrutura de classes no Brasil, a investigação da mobilidade das mulheres também é importantíssima para compreender a sociedade brasileira. Entre 1973 e 1996, houve um aumento de 60% no número de domicílios em que a posição ocupacional das mulheres é definidora da posição de classe da unidade familiar. Além disso, o estudo da mobilidade social feminina é fundamental para entender sua crescente participação no mercado de trabalho. Nesse sentido, analisarei a seguir a posição de classe e os padrões de mobilidade social das mulheres entre 25 e 64 anos que estavam no mercado de trabalho em 1973, 1982, 1988 e 1996. Ou seja, levarei em conta apenas a posição de classe direta – de acordo com a definição de Wright (1997). Assim, considerarei 41% das mulheres em 1973; 40,2% em 1982; 46% em 1988 e 52% em 1996. Esses percentuais correspondem às mulheres que estavam no mercado de trabalho no período em que foi realizada a PNAD. Pelo menos a metade das que estavam no mercado de trabalho era casada com homem com posição de classe superior à sua e, portanto, tem posição de classe indireta superior àquela definida por sua ocupação. As mulheres que não estavam no mercado de trabalho (59%, em 1973, e 48%, em 1996) tinham sua posição de classe definida pela de seus companheiros, por realizarem, na maioria das vezes, apenas o trabalho doméstico, como donas de casa.⁶⁴

64 Para uma análise da divisão do trabalho doméstico, ver Costa Ribeiro (2005a).

Em suma, a análise da mobilidade social e da posição ocupacional das mulheres não corresponde a um estudo da estrutura de classes feminina, uma vez que pelo menos dois terços das mulheres não têm sua posição de classe definida diretamente por sua ocupação. Esta análise representa apenas uma apreciação da trajetória de mobilidade ocupacional das mulheres em relação a sua classe social de origem (medida pela ocupação de seus pais quando elas tinham em torno de 14 anos). Mais adiante, neste capítulo, analisarei a mobilidade das mulheres via casamento com o objetivo de entender melhor a estrutura de oportunidades da sociedade brasileira.

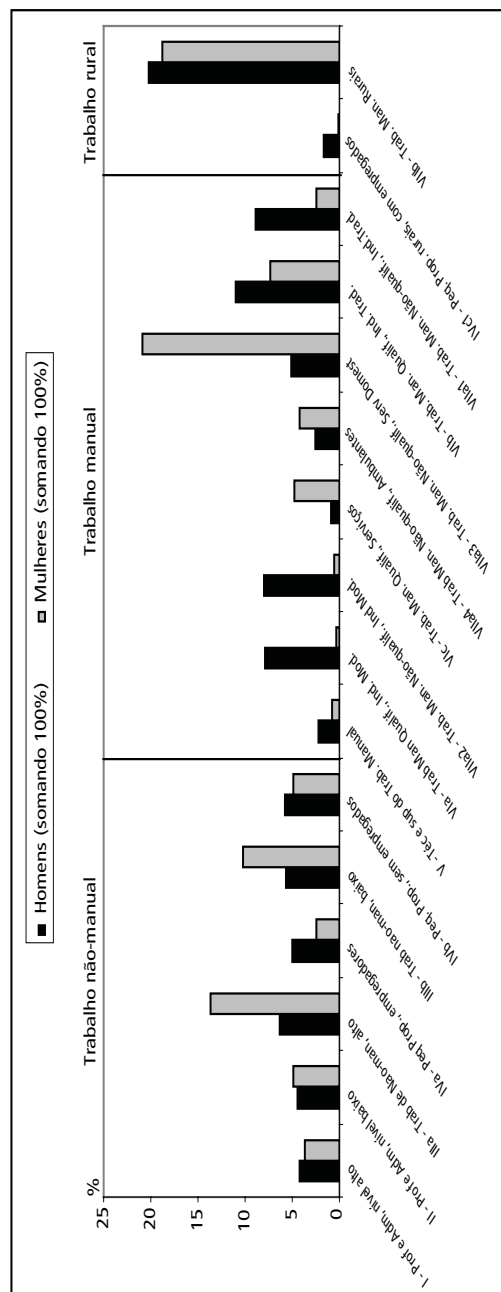
O LUGAR DAS MULHERES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL

É fato amplamente estudado que as ocupações das mulheres no mercado de trabalho são bastante distintas das dos homens. Alguns autores afirmam inclusive que, em oposição às chamadas ocupações masculinas no setor *blue collar* ou na classe operária industrial (*blue collar* significa ‘cor azul’, em referência à roupa dos operários da indústria), existiria um setor *pink collar* (‘cor-de-rosa’), uma classe operária feminina em ocupações no setor de serviços. De fato, o crescimento deste setor está diretamente ligado ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Essa diferença expressa-se pelo fato de as mulheres se concentrarem em algumas ocupações e praticamente se ausentarem de outras. Utilizando dados de 1988, Scalón (1999) enfatizou tais contrastes na estrutura ocupacional de homens e mulheres. O Gráfico 20 apresenta as distribuições ocupacionais, por sexo, de pessoas entre 25 e 64 anos que estavam no mercado de trabalho em 1996, de acordo com os dados da PNAD.

Os dados do Gráfico 20 comprovam que homens e mulheres concentram-se em diferentes ocupações no mercado de trabalho. No setor não-manual, fica evidente que as ocupações de trabalho de rotina de níveis alto e baixo são predominantemente exercidas por mulheres. Essas ocupações relacionam-se aos trabalhos de escritório (classe IIIa), como por exemplo secretárias, ou ao setor de vendas (IIIb), como recepcionistas, balconistas e vendedoras. Ou seja,

Gráfico 20 – Posição de classe direta (ocupação) de homens e mulheres entre 25 e 64 anos – 1996



são ocupações hierarquicamente médias e baixas no setor de serviços. Como visto, este setor é o principal nicho de trabalho feminino. Em contraste, há muito poucas mulheres na classe IVa, de proprietários empregadores. Isso significa que há muito poucas proprietárias, o que provavelmente influencia o diferencial entre as distribuições de renda de homens e mulheres, uma vez que os proprietários tendem a ter renda alta, embora tenham educação baixa.

Nas classes de trabalho manual também há concentração das mulheres em ocupações do setor de serviços e da indústria tradicional. Uma em cada cinco mulheres está nas ocupações de serviço doméstico, ao passo que praticamente não há mulheres na indústria moderna (classes V, VIa, e VIIa2), cujas ocupações correspondem à elite da classe trabalhadora. Ou seja, elas concentram-se nas ocupações mais baixas do setor de trabalho manual. No setor rural, praticamente não há mulheres proprietárias empregadoras.

O Gráfico 20 confirma que há grande desigualdade de gênero na distribuição ocupacional, na medida em que as mulheres concentram-se em ocupações hierarquicamente baixas dos setores não-manual, manual e rural. Um estudo adequado sobre a desigualdade de gênero deve necessariamente entender as razões e os mecanismos que levam à aglutinação das mulheres em certas ocupações. A desigualdade de renda entre os sexos, por exemplo, deve ser explicada em termos das ocupações e tempo de dedicação ao trabalho de homens e mulheres.

As características da estrutura ocupacional feminina, bastante diferente da masculina, também obrigam a tomar algumas precauções metodológicas para desenvolver o estudo da mobilidade intergeracional das mulheres. Como praticamente não há mulheres em algumas classes sociais, torna-se estatisticamente inviável analisar a mobilidade social utilizando as classes com poucos casos. Em vez de empregar o esquema de classes com 16 categorias, faz-se necessária a agregação de alguns grupos ocupacionais. A distinção entre pequenos proprietários com e sem empregados (classes IVa e IVb) não pode ser feita porque há muito poucas mulheres na classe IVa. Como quase não há mulheres na indústria moderna, as classes V, VIa e VIIa2, que classificam diferentes ocupações nesse segmento, devem ser combinadas em uma única categoria. As classes de trabalho manual na indústria tradicional (VIb e VIIa4) e no setor de serviços (VIc e VIIa1) também foram agregadas em dois grupos. Dessa forma, o setor de trabalho manual divide-se em quatro classes: trabalho manual na

indústria moderna (V-VIa-VIIa2), trabalho manual na indústria tradicional (VIb-VIIa1), trabalho manual no setor de serviços (VIc-VIIa4) e trabalho manual nos serviços domésticos (VIIa3). Finalmente, as duas classes rurais (IVc e VIIb) foram combinadas porque há um número muito reduzido de pequenas empregadoras rurais (IVc). Essas agregações levam a um esquema de classes com dez categorias. A utilização de 16 delas levaria a análises estatisticamente indeterminadas, na medida em que muitas células das tabelas ficariam vazias. Embora haja diferença de gênero na concentração em determinadas classes e a utilização do esquema com dez classes seja mais conveniente para analisar a mobilidade das mulheres, a hierarquia em termos de chances relativas de mobilidade, de renda e de anos de estudo entre as classes nos esquemas com 10 e 16 categorias é semelhante. Ou seja, as dez classes apresentadas nos Gráficos 21 e 22 seguem a mesma hierarquia analisada nos capítulos anteriores.

Essas dez classes foram utilizadas para classificar as ocupações de origem (dos pais quando as respondentes tinham em torno de 14 anos) e das mulheres que estavam no mercado de trabalho na semana em que foram realizadas as PNADs. As distribuições das classes de origem e de destino das mulheres entre 25 e 64 anos em 1973, 1982, 1988 e 1996 estão representadas nos Gráficos 21 e 22.

Os dados devem ser analisados com cautela. Parte da disparidade entre as duas distribuições depende da discriminação ocupacional por gênero. O gráfico das classes de origem mede a ocupação dos pais (homens) e o de destino, a das filhas (mulheres). Como homens e mulheres concentram-se em posições ocupacionais diversas, parte da diferença entre os dois gráficos é uma consequência direta da alocação ocupacional distinta de homens e mulheres. Por exemplo, mais de 5% dos pais trabalham na indústria moderna, ao passo que menos de 3% das filhas estão nesse setor. Apenas 2% dos pais trabalham em serviços domésticos, enquanto pelo menos 20% das filhas têm esse tipo de ocupação. O diferencial de gênero implica em dizer que os padrões de mobilidade das mulheres não são diretamente comparáveis aos dos homens, que analisei no capítulo anterior.

Na distribuição de origem, no entanto, há semelhanças com o que foi observado anteriormente em relação aos homens. A maioria das mulheres tem origem nas classes rurais ou de trabalho manual urbano. Mas o destino ocupacional delas distingue-se do dos homens, tendo em vista que elas convergem para o setor de serviços, ou seja, as classes de trabalho manual nos serviços

Gráfico 21 – Distribuição da posição de classe de origem para mulheres entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1988

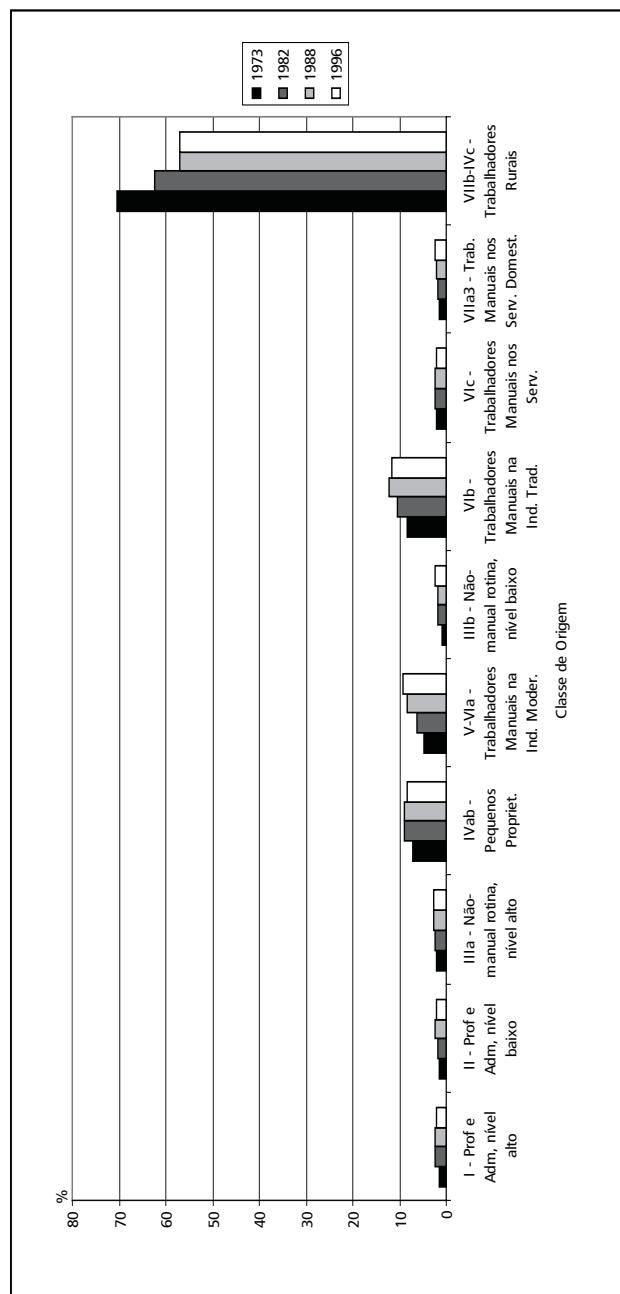
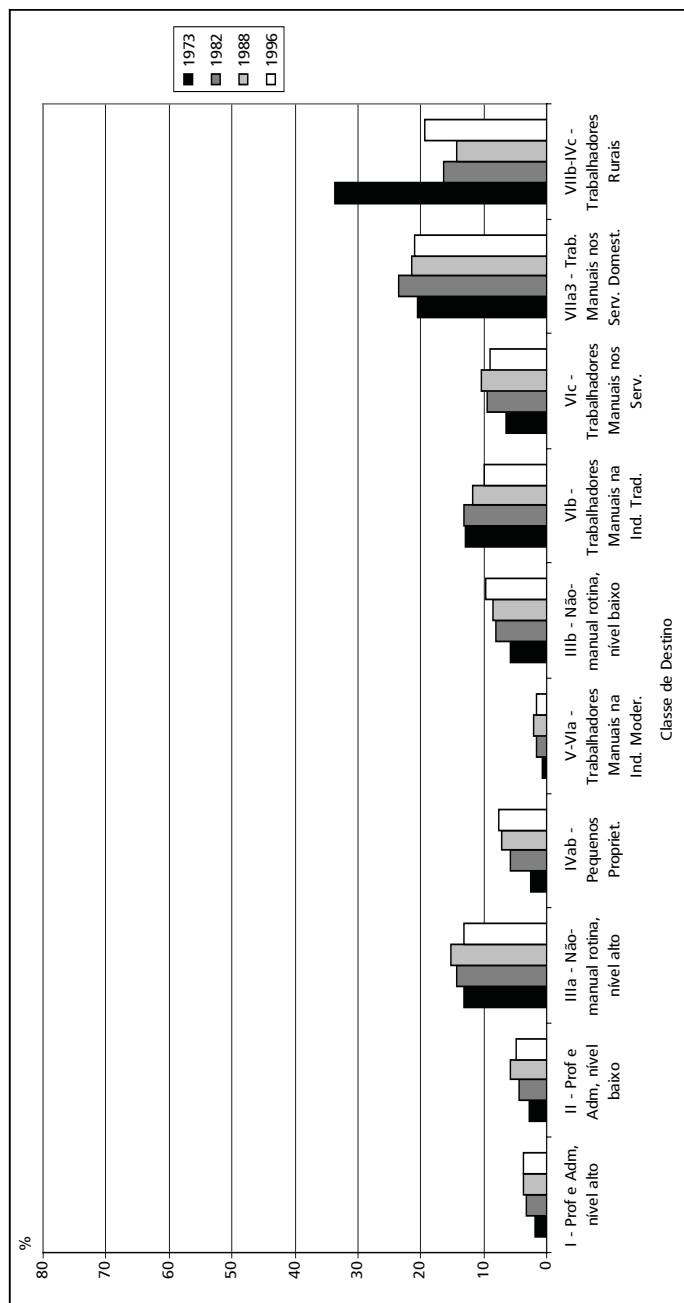


Gráfico 22 – Distribuição da posição de classe de destino no mercado de trabalho para mulheres entre 25 e 64 anos – Brasil, 1973-1996



(VIc e VIIa3) e de trabalho não-manual de rotina (IIIa e IIIb). Também há um número significativo de mulheres na indústria tradicional (classe VIb).

A história da origem das mulheres que parece predominar é a do grande número de filhas de trabalhadores rurais que foi trabalhar nos serviços domésticos nas cidades. Em 1973, em torno de 70% das mulheres no mercado de trabalho eram filhas de agricultores; em 1996, esse número diminuiu para 55%. Em todo o período uma em cada cinco mulheres trabalhava em ocupações de serviços domésticos (classe VIIa3).

MOBILIDADE VERTICAL NO MERCADO DE TRABALHO

Analiso, a seguir, a mobilidade total e vertical das mulheres, ou seja, procuro verificar se elas exercem ocupações diferentes ou hierarquicamente superiores às de seus pais. A mobilidade total representa o percentual de filhas que não permaneceu na mesma classe de seus pais; como já salientado, parte dessa mobilidade se deve ao exercício de ocupações distintas por homens e mulheres. Em 1973, 63% das mulheres estavam numa classe social diferente da de seus pais; o percentual aumentou para 78%, em 1982, e para 80%, em 1988; diminuiu para 76%, em 1996. O principal motivo do acréscimo na taxa total de mobilidade entre 1973 e 1982 foi a diminuição da imobilidade nas classes rurais e a conseqüente ampliação da mobilidade para fora do setor rural. Ou seja, entre 1973 e 1982, houve grande movimentação para fora do setor rural e, portanto, aumentou a mobilidade total. As flutuações entre 1982 e 1996 são mínimas e não revelam uma tendência clara.

Em todo o período analisado houve quatro vezes mais mobilidade ascendente do que descendente. Além de analisar a mobilidade vertical total, faço uma subdivisão entre mobilidade de curta e longa distância. Essa repartição é realizada a partir de metodologia desenvolvida por Gerber e Hout (2004), que também foi utilizada no capítulo anterior.

Partindo dessa metodologia e observando a mobilidade ascendente e descendente como um percentual da mobilidade total, é possível verificar uma tendência de diminuição da mobilidade ascendente de longa distância, e de au-

mento da mobilidade ascendente de curta distância a partir de 1982. A mobilidade descendente de curta distância permaneceu em torno de 15% em todo o período analisado, ao passo que a descendente de curta distância mostra tendência de aumento entre 1988 e 1996. Em suma, embora tenha havido um aumento da mobilidade total entre 1973 e 1982, não há disposições claras nem de aumento nem de diminuição das taxas de mobilidade vertical ascendente e descendente.

As taxas de mobilidade total e vertical das mulheres no Brasil são bastante elevadas, revelam melhoria intergeracional das posições ocupacionais das mulheres em relação a seus pais e indicam mais continuidades do que mudanças entre 1973 e 1996.

Tabela 12 – Taxas absolutas de mobilidade total, ascendente (curta e longa distância), descendente (curta e longa distância) e entre setores – Brasil, 1973-1996

Indicadores	Como Proporção de Toda Tabela				Como Proporção da Mobilidade Total			
	1973	1982	1988	1996	1973	1982	1988	1996
Mobilidade Total (%)	62,7	78,2	79,9	76,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Imobilidade Total (%)	37,3	21,8	20,1	24,0				
Imobilidade no Setor Rural (%)	32,5	15,9	13,6	17,7				
Mobilidade Vertical								
Ascendente Total (%)	50,8	64,8	65,3	59,9	81,1	82,8	81,7	78,8
Descendente Total (%)	11,9	13,4	14,6	16,1	18,9	17,2	18,3	21,2
Razão Asc. Tot./Desc. Total	4	5	4	4	4	5	4	4
Ascendente de curta distância (%)	9,5	13,2	15,6	15,0	15,1	16,9	19,5	19,8
Ascendente de longa distância (%)	41,4	51,5	49,7	44,9	66,0	65,9	62,2	59,0
Descendente de curta distância (%)	9,8	11,4	12,1	12,4	15,7	14,5	15,1	16,4
Descendente de longa distância (%)	2,1	2,1	2,5	3,6	3,3	2,6	3,2	4,8
Entre setores (%)	47,8	60,1	60,0	57,2				
Dentro dos mesmos setores (%)	52,2	39,9	40,0	42,8				

TAXAS ABSOLUTAS DE MOBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

As taxas absolutas de mobilidade também podem ser usadas para descrever a origem das mulheres em cada classe, por um lado, e os destinos das mulheres com origens em diferentes classes, por outro lado. Essas informações são obtidas a partir da análise das taxas de entrada e de saída, respectivamente. O Gráfico 23 apresenta as taxas de entrada em cada classe, ou seja, os percentuais das colunas das tabelas de mobilidade, que representam as mulheres em cada classe com origens na mesma classe (auto-recrutamento), no mesmo setor e no setor rural.

A primeira informação que salta aos olhos é o fato de que praticamente todas as mulheres que trabalham no campo são filhas de agricultores. Ainda com relação às classes rurais, quanto mais elevada hierarquicamente a classe de destino, menor o percentual de filhas de agricultores. A soma do auto-recrutamento e do recrutamento no mesmo setor também é mais expressiva nas classes hierarquicamente elevadas. A classe de profissionais e administradores de nível alto é a que apresenta os maiores índices de auto-recrutamento e recrutamento no mesmo setor. Isso significa que as mulheres profissionais são predominantemente filhas de profissionais ou trabalhadores não-manuais. As classes de pequenos proprietários (IVa), trabalhadores manuais nos serviços (VIc) e nos serviços domésticos (VIIa3) apresentam índices baixíssimos de imobilidade.

O Gráfico 24 exibe as taxas de saída para cada um dos dez grupos ocupacionais. Os percentuais representam o montante total de mobilidade para cada classe de origem. Além disso, quando apreciados em conjunto com o Gráfico 23 revelam informações importantes sobre a dinâmica de oferta e demanda de mão-de-obra feminina. Por exemplo, a classe de trabalhadores rurais (VIIfb) possui os maiores índices de auto-recrutamento e os menores de imobilidade. Isso quer dizer que essa classe está enviando trabalhadoras para todas as outras ocupações. No outro extremo, a classe de profissionais de nível alto (I) apresenta os índices mais elevados de auto-recrutamento e recrutamento no mesmo setor, bem como os percentuais mais expressivos de imobilidade e mobilidade no mesmo setor. Constitui, portanto, o grupo mais fechado na estrutura de classes.

Gráfico 23 – Taxas de entrada, segundo recrutamento na mesma classe, no mesmo setor (não-manual, manual ou rural) e no setor rural – Brasil, 1973-1996

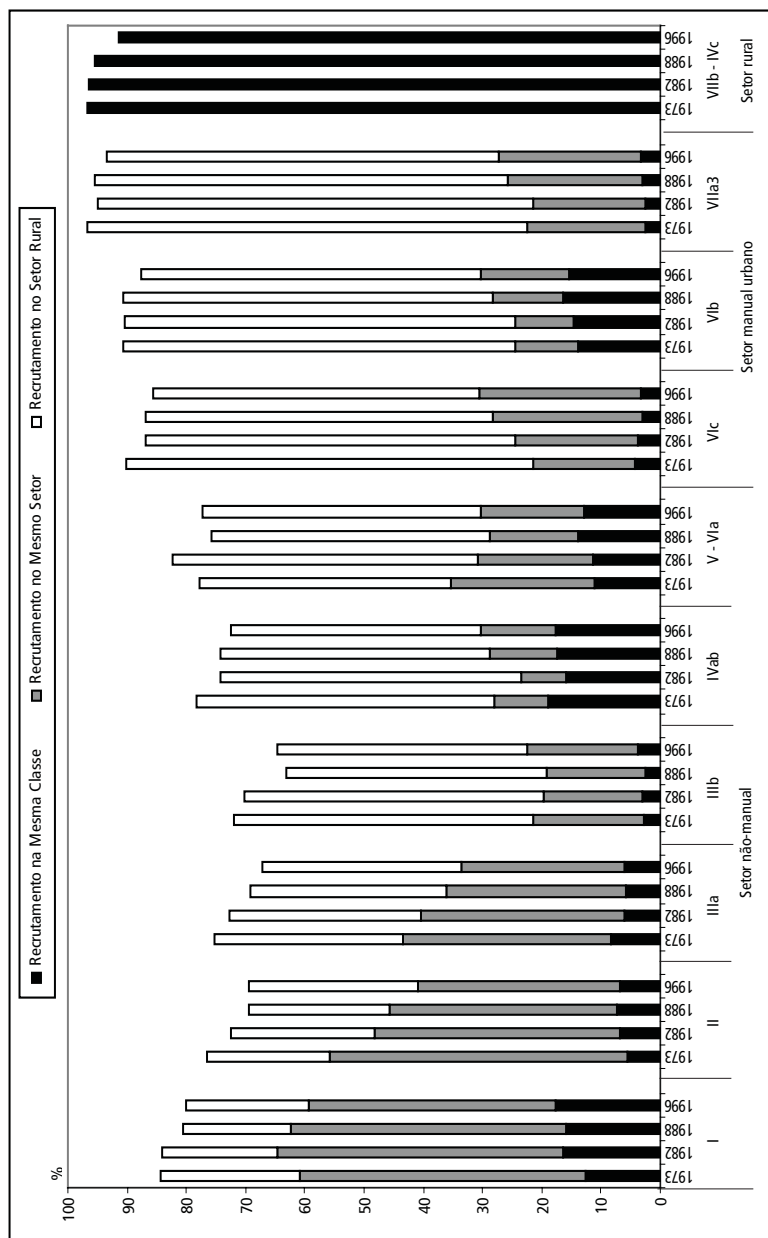
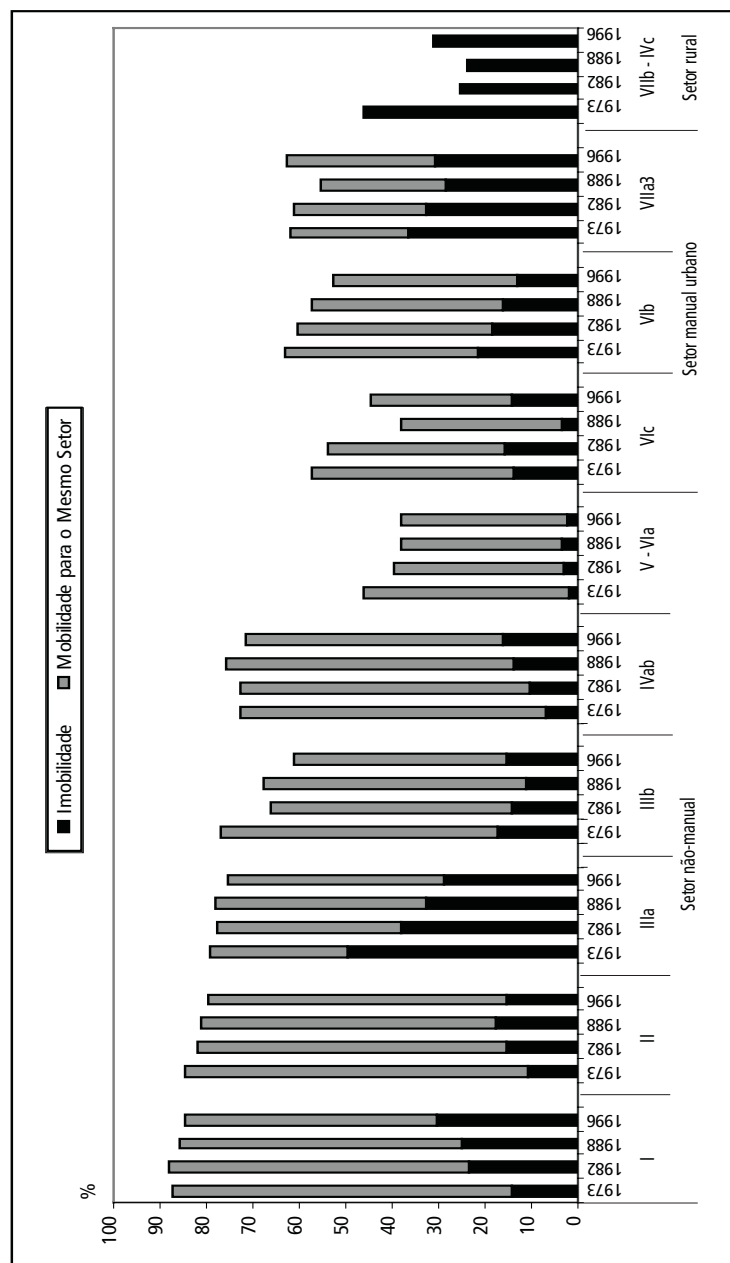


Gráfico 24 – Taxas de saída, segundo imobilidade e mobilidade para o mesmo setor (não-manual, manual ou rural) – Brasil, 1973-1996



Os índices de mobilidade absoluta analisados nesta seção revelam uma sociedade dinâmica em que muitas mulheres experimentaram mobilidade social em relação à classe social em que cresceram. Essa mobilidade social é, na sua maioria, de curta distância entre classes hierarquicamente próximas ou do setor rural para o urbano, principalmente para o baixo setor de serviços, representado pelas categorias ocupacionais das classes de trabalho não-manual (IIIb) e das classes manuais do setor de serviços (VIc e VIIa3). A quantidade de mulheres com origem no campo é tão grande que mesmo nas classes mais elevadas hierarquicamente há um número considerável de filhas de agricultores. A história que as taxas de mobilidade apresentadas acima revela é a da enorme entrada de filhas de agricultores no setor de serviços. Os dados também mostram a crescente entrada das mulheres em ocupações não-manuais de nível alto (IIIa) e de profissionais e administradores (I e II), ocupações que exigem maior nível educacional. Finalmente, o crescimento dos índices de mobilidade das mulheres foi acentuado entre 1973 e 1988 e se estabilizou a partir de então. Diversos autores indicam que os anos 1980 foram essenciais para a inserção das mulheres no mercado de trabalho e os dados de mobilidade social também indicam esse fenômeno.

DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO

Como expliquei no capítulo anterior, as taxas relativas de mobilidade são obtidas a partir de modelos log-lineares e expressas em termos de razões de chances medindo a associação líquida entre classes de origem e de destino. Essas chances relativas de pessoas com origens distintas alcançarem uma mesma classe de destino podem ser interpretadas como uma medida da desigualdade de oportunidades de mobilidade social. Assim como ocorreu entre os homens, reduziu-se a desigualdade para as mulheres. As vantagens de ter origem nas classes mais altas em relação às mais baixas para a mobilidade social também diminuíram entre 1973 e 1996 para as mulheres.

Para chegar a essa conclusão, ajustei os mesmos modelos utilizados em seção do Capítulo 3 à tabela de mobilidade das mulheres cruzando dez classes de origem por dez de destino, por quatro anos. O ajuste dos modelos e os parâmetros estimados pelo que descreve melhor os dados são apresentados na Tabela 13.

Tabela 13 – Estatísticas de ajuste dos modelos de quase RCII (associação constante), quase RC-II (heterogeneo) e quase RC-II (escores RC iguais) em forma Unidiff à tabela cruzando 10 classes de origem, por 10 de destino por quatro anos para mulheres entre 25 e 64 anos de idade (N = 76581) e parâmetros estimados pelo modelo 3

Modelos	L ²	g.l.	Bic	L_m^2 / L_0^2	p
1 - Modelo Base (Assoc. Const.)	2,105.9	321	-1,504	100,0%	<.001
2 - Unidiff Quase-RC-II (escores RC diferentes), Heterogêneo	1,957.0	308	-1,507	92,9%	<.001
3 - Unidiff Quase-RC-II (escores RC iguais), Homogêneo	1,963.4	319	-1,624	93,2%	<.001
Parâmetros estimados pelo modelo preferido (2)	%	Esti-mador	p	Exp (estimador)	
1973					
Diagonal (herança)		0,50	<.001	1,65	
Associação Uniforme		1,82	<.001	6,16	
1982					
Diagonal (herança)		0,46		1,59	
Associação Uniforme		1,68		5,39	
1988					
Diagonal (herança)		0,44		1,56	
Associação Uniforme		1,61		5,00	
1996					
Diagonal (herança)		0,39		1,47	
Associação Uniforme		1,40		4,05	
Efeito "Unidiff" em cada ano					
1973		1,00	<.001		
1982		0,93	<.001		
1988		0,88	<.001		
1996		0,77	<.001		
Redução percentual no "Unidiff"					
1973-1982	7,3%				
1982-1988	4,2%				
1988-1996	11,6%				
1973-1996	23,1%				

Considerando o critério de ajuste BIC, o modelo quase-RC-II homogêneo (3) é o que melhor se ajusta aos dados. A inspeção do coeficiente de mudança uniforme (unidiff) estimado pelo modelo três indica a diminuição da associação entre origem e destino de 1973 a 1996. A associação uniforme e a herança de classe reduziram seu efeito em 23,1% nesse período. A retração mais significativa se deu entre 1988 e 1996, quando a fluidez social aumentou 11,6%. Ou seja, cada coeficiente em 1996 é 11,6% menor do que em 1988; em 1988 os coeficientes são 4,2% menores do que em 1982 e em 1982 eles são 7,3% inferiores aos de 1973.

O coeficiente positivo para o parâmetro de associação uniforme mostra que mulheres com origens em classes com maior *status* têm vantagens no mercado de trabalho. Os parâmetros diagonais (de herança) positivos indicam que mulheres com uma determinada origem têm melhores chances do que as outras de alcançar uma posição de destino na mesma classe de sua origem. Esse padrão favorece quem conta com origens mais abonadas, porque para elas a herança significa a manutenção de uma posição de classe privilegiada, o contrário acontecendo com aquelas que têm origens desprivilegiadas.

Embora mulheres com origens mais privilegiadas continuem a ter melhores chances de alcançar posições com *status* superior na hierarquia ocupacional e de nelas permanecer, decresceu significativamente a vantagem, principalmente entre 1973 e 1982, e ainda mais acentuadamente entre 1988 e 1996. Enquanto o aumento da fluidez entre 1973 e 1982 está provavelmente relacionado ao período de rápido desenvolvimento econômico que se deu desde a década de 1940 até o início dos anos 1980, o acréscimo no período posterior a 1988 está, como mostrarei na próxima seção, associado à expansão educacional, que beneficiou enormemente as mulheres. Tendo em vista que a desigualdade de oportunidades sofreu redução de cerca de 16% para os homens, a redução de 23% para as mulheres representa uma melhora mais expressiva.

A diminuição da desigualdade de oportunidades pode ser exemplificada a partir da comparação das chances relativas de imobilidade e mobilidade das filhas de um profissional de alto nível (classe I) e de um trabalhador rural (classe VIIb-IVc). Em 1973, a filha de um profissional tinha 1,65 vez mais chances do que qualquer outra mulher de permanecer na classe de seu pai, e a filha de um trabalhador rural tinha as mesmas possibilidades de continuar como

trabalhadora rural. Em 1996, essas chances de imobilidade tinham diminuído para 1,47 vez. Também é possível cotejar as chances dessas duas mulheres de chegar à classe de profissionais de alto nível. Em 1973, a filha do profissional tinha 62 vezes⁶⁵ mais chances do que a filha de um agricultor de se tornar uma profissional. Em 1982, as oportunidades reduziram-se para 49 vezes; em 1988, para 45; e em 1996, para 36. Trata-se, assim, de decréscimo considerável da desigualdade de oportunidades de mobilidade social. Para interpretar os mecanismos que levaram a tamanha diminuição é necessário entender o papel desempenhado pela educação no processo de mobilidade. Tendo em vista que as mulheres tiveram um avanço educacional ainda mais rápido e significativo do que os homens, a menor fluidez está certamente relacionada ao maior número de mulheres com níveis educacionais relativamente elevados.

EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

No capítulo anterior mostrei que o aumento da fluidez social para os homens foi, em parte, consequência de um processo de composição. Ou seja, o efeito da classe de origem sobre as chances de mobilidade diminuiu porque uma maior proporção de homens passou a ter educação de segundo grau ou superior. A partir desse nível educacional o efeito da origem de classe nas chances de mobilidade é bem menor. No entanto, a história para os homens não foi tão simples, uma vez que o aumento proporcional de indivíduos com pelo menos o segundo grau completo também foi acompanhado pela ampliação do efeito da origem de classe nas chances de mobilidade do grupo mais bem educado.

No caso das mulheres, a história mostrou-se mais simples. O efeito de composição é muito mais claro no aumento da fluidez. Assim como ocorreu com os homens, houve uma enorme expansão do percentual de mulheres com segundo grau completo.

65. O cálculo é feito da seguinte forma: $9 \times 6,16 = 62$; 9 representa o número de barreiras entre a classe VIIb e a I e mais chances; 6,16 é o parâmetro estimado para a associação uniforme em 1973.

Tabela 14 – Mulheres entre 25 e 64 anos de idade com menos do que o 2º grau completo e pelo menos o 2º grau completo – Brasil, 1973-1996

Anos	Em porcentagem	
	Menos do 2º grau completo	2º grau completo ou mais
1973	87,2	12,8
1982	78,7	21,3
1988	72,0	28,0
1996	71,2	28,8

De 1973 a 1996, o percentual de mulheres no mercado de trabalho com idade entre 25 e 64 anos e o segundo grau completo passou de 12,8% para 28,8%. Para analisar o efeito dessa mudança na composição educacional sobre a fluidez social adotei a seguinte estratégia: ajustei modelos log-lineares para avaliar a variação temporal (entre 1973 e 1996) na associação entre origem e destino de classe para mulheres com menos do que o segundo grau e para mulheres com esse nível de ensino completo. Os modelos utilizados foram os seguintes: modelo de independência, que se ajustado indica que não há associação entre origem e destino; modelo de associação constante, que testa a hipótese de que a associação entre origem e destino não varia ao longo dos anos; e modelo de variação temporal na associação, que aponta um aumento ou diminuição da fluidez ao longo dos anos. Todos esses modelos foram ajustados com parâmetros específicos para a imobilidade e separadamente para duas tabelas. Uma cruzando origem, destino e ano da pesquisa para mulheres que não concluíram o ensino médio e outra semelhante para as que chegaram ao fim desse nível escolar.

No caso das mulheres que não concluíram o ensino médio, o modelo que melhor se ajusta, segundo a estatística BIC, é o de associação constante ($L^2=320$, g.l.=213 e BIC=-2017). Ou seja, a análise indica que a associação entre origem e destino de classe não varia ao longo dos anos para as mulheres com menor escolaridade. Com relação ao grupo com ensino médio completo, o modelo que melhor se ajusta às tabelas é o de independência ($L^2=830$, g.l.=284 e BIC=-1955), sugerindo, portanto, que não há associação entre origem e destino de classe. O resultado desses ajustes comprova

a hipótese do efeito de composição no aumento da fluidez. Provavelmente foram a entrada de coortes mais jovens, com mais alto nível educacional, e a concomitante saída de coortes mais velhas, com menor escolaridade, que mais contribuíram para o aumento da fluidez. Ou seja, é a reposição de coortes de idade que ocorre ao longo dos anos que mais influencia o crescimento da fluidez.

De fato, ao analisar a variação na fluidez entre três coortes de idade para os dois grupos de mulheres cheguei exatamente à mesma conclusão sobre o efeito de composição encontrada na análise anterior, baseada na diferença entre as amostras. As coortes de idade analisadas foram as de mulheres nascidas entre 1909 e 1931 (não mais representadas na PNAD 1996), entre 1932 e 1948 (presentes em todos os bancos de dados analisados) e entre 1949 e 1971 (consideradas nas PNADs a partir de 1982). Na primeira coorte (nascida entre 1909 e 1931), apenas 8,7% das mulheres tinham ensino médio completo; na segunda (1932 a 1948), 17,9% já possuíam esse nível de ensino e na terceira coorte (1949 a 1971), elas eram 32,5%. Tendo em vista que a associação entre origem e destino para mulheres com menos do que o ensino médio não varia entre as três coortes (o modelo que melhor se ajusta é o de fluidez constante: $L^2=269,6$, g.l.=142 e BIC=-1288,8), que não há associação entre origem e destino para as três coortes de mulheres com mais escolaridade (o modelo de independência é o que melhor se ajusta aos dados: $L^2=752$, g.l.=213 e BIC=-1337), e que cresceu fortemente a proporção de mulheres com ensino médio completo da primeira para a terceira coorte; concluo que o **mecanismo de composição via reposição de coortes** é o mais plausível para explicar o aumento da fluidez entre 1973 e 1996.

Em 1973, havia muitas mulheres nascidas antes de 1949 que não tiveram chances de concluir o ensino médio, ao passo que ao longo dos anos mulheres mais jovens, nascidas a partir de 1949, e com maiores probabilidades de chegar ao fim do ensino médio passaram a fazer parte das amostras das PNADs analisadas neste capítulo. As coortes com menos chances educacionais foram gradativamente substituídas pelas com mais chances educacionais. Tendo em vista que para mulheres com maior nível de escolaridade a origem de classe não afeta as chances de mobilidade, a maior proporção de mulheres no grupo mais educado, via reposição de coortes, levou ao aumento da fluidez social entre 1973 e 1996. Assim, a reposição de coortes levou à diminuição da associação

entre origem e destino de classe, e não um processo mais geral de diminuição da rigidez da estrutura social.

Em 1982, quando houve um aumento de 7,3% na fluidez em relação a 1973, as mulheres mais jovens (nascidas entre 1949 e 1971) passaram a fazer parte das amostras analisadas. Para estas, as origens de classe determinam menos as chances de mobilidade porque um maior percentual concluiu o segundo grau (32,5%), realização que corresponde a quebrar as barreiras de mobilidade social para as mulheres. Em 1996, quando a fluidez cresceu 11,6% em relação a 1988, as mulheres mais velhas (nascidas entre 1909 e 1931) deixaram de compor as amostras. Apenas 8,7% delas possuíam o segundo grau completo. A maioria, portanto, tinha um nível educacional que não era suficiente para quebrar as vantagens de classe nas chances de mobilidade. Em suma, a expansão educacional foi o principal mecanismo que levou à diminuição da desigualdade de oportunidades de mobilidade social para as mulheres. Realmente foram as nascidas a partir de 1949 que entraram maciçamente no mercado de trabalho nas décadas de 1960 a 1980. O número de mulheres com segundo grau completo cresceu ainda mais nos anos 1980. As oportunidades passaram a ser distribuídas de forma um pouco mais igualitária. Esse período significou uma grande revolução para as mulheres no mercado de trabalho, mas não acabou com as formas tradicionais de mobilidade social, que para elas ainda se dão principalmente no mercado matrimonial. Conseqüentemente, a estrutura de classes continua a ser visível por meio da posição ocupacional dos homens.

MOBILIDADE DAS MULHERES VIA CASAMENTO

Analisei anteriormente a relação entre classe de origem (definida pela ocupação do pai) e a participação feminina no mercado de trabalho, ou seja, a mobilidade social das mulheres via atuação no mercado laboral. Como argumentei, essa mobilidade social das mulheres tem um significado completamente diferente da dos homens, que analisei no capítulo anterior. São dois aspectos diferenciadores. Primeiro, a análise dos dados dos homens indica padrões de mobilidade de classe que expressam a estratificação da sociedade de modo mais geral, na medida em que a ocupação deles pode ser usada não ape-

nas para determinar sua própria posição de classe como também a de sua família (esposa e filhos). Em 1996, enquanto cerca de 85% dos homens estavam no mercado de trabalho, apenas 52% das mulheres estavam nele. Além disso, as casadas tendem a ocupar posição de classe inferior à de seus maridos, o que implica em dizer que sua classe é antes definida pelo trabalho do marido do que por seu próprio trabalho. Em 1996, apenas 27% das mulheres tinham sua posição de classe dominante definida por sua própria ocupação, ao passo que entre eles essa proporção era de cerca de 80%. Portanto, enquanto a mobilidade social dos homens revela um fenômeno característico da estrutura de classes de uma determinada sociedade, a das mulheres expressa apenas a participação feminina no mercado de trabalho.

O segundo aspecto da diferença entre os sexos em relação à mobilidade diz respeito ao fato de homens e mulheres exercerem ocupações distintas. Por exemplo, enquanto eles concentram-se no setor industrial, elas exibem tendência de aglutinação no setor de serviços. Esse diferencial de gênero no mercado de trabalho reflete-se em taxas de mobilidade social distintas para homens e mulheres, não só porque a participação no mercado de trabalho é diversa, como também porque a comparação da posição ocupacional da mulher com aquela de seu pai (homem) gera padrões de mobilidade influenciados pelo confronto de ocupações tipicamente masculinas com outras tipicamente femininas. Conseqüentemente, as taxas de mobilidade obtidas a partir das tabelas que cotejam a ocupação do pai com a do filho e a ocupação do pai com a da filha não podem ser diretamente comparadas.

Esses dois aspectos dificultam enormemente a comparação das taxas de mobilidade de homens e mulheres. No entanto, tomando a mobilidade dos homens via participação no mercado de trabalho e a das mulheres via casamento, comparam-se fenômenos talvez menos díspares. Considerando os dados de 1996, tal comparação englobaria a mobilidade social de cerca de 80% dos homens, que têm sua posição de classe definida por sua própria ocupação, com a mobilidade de 73% das mulheres, cuja posição de classe é determinada pela ocupação de seus maridos.

De fato, no debate sociológico em torno da mobilidade social das mulheres e da unidade de análise de estratificação social, diversos estudos (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993; BREEN; WHELAN, 1996) confirmam que é fundamental pesquisar a mobilidade das mulheres via casamento. Uma vez que

a família constitui a unidade de análise dos estudos de estratificação de classe, deve se explicar como ocorre a mobilidade social não apenas no mercado de trabalho, mas também no “mercado matrimonial”. Como são as mulheres (e não os homens) que têm menor dedicação ao mercado de trabalho ou que se unem mais frequentemente a companheiros com ocupação hierarquicamente superior às suas, deve se esmiuçar a mobilidade social via casamento das mulheres. Portanto, para entender a mobilidade social feminina é fundamental estudar a mobilidade matrimonial. Em 1996, três em cada quatro mulheres têm mais chances de mobilidade via casamento do que via mercado de trabalho. Mas será que a mobilidade feminina via casamento pode ser comparada ou equiparada à mobilidade masculina via mercado de trabalho?

Há uma hipótese recorrente na literatura sugerindo que as mulheres experimentam mais mobilidade via casamento do que os homens via emprego. Segundo Heath (1981), o destino de classe das mulheres depende menos de suas origens de classe do que o dos homens. Ou seja, a mobilidade ascendente feminina via casamento seria mais fácil do que a masculina via mercado de trabalho. Como principal argumento, essa hipótese defende que características físicas e de personalidade, as quais tornam as mulheres mais ou menos atrativas como esposas, estão menos associadas às classes de origem do que as características que influenciam a mobilidade dos homens no mercado de trabalho. Se essa hipótese for verdadeira, o estudo da mobilidade social das mulheres via casamento é importante não só para entender o padrão de mobilidade delas, mas também para não subestimar a extensão das oportunidades de mobilidade em uma determinada sociedade.

Nesta seção, analiso os padrões de mobilidade social das mulheres via casamento utilizando os dados da PNAD 1996 e os comparo com os padrões de mobilidade social dos homens casados. Para tanto, confronto as tabelas cruzando a classe de origem das mulheres (com a posição de classe de seus maridos) e a classe de origem com posição de classe dos homens casados.⁶⁶ Utilizo o esquema de 16 classes descrito nos capítulos anteriores. Essas tabelas são analisadas para verificar em que medida as taxas de mobilidade de homens via mercado de trabalho e de mulheres via casamento se assemelham. Segundo a hipótese de Heath (1981), elas tendem a exibir mais mobilidade via casamento

66. As tabelas estão no Anexo.

do que os homens via mercado de trabalho. Antes de considerar essa questão, no entanto, apresento algumas informações que confirmam que a mobilidade de homens e a de mulheres no mercado de trabalho diferem entre si e que a mobilidade de homens via mercado de trabalho e a de mulheres via casamento se assemelham.

O Gráfico 25 apresenta os índices de dissimilaridade: entre os fluxos de saída das tabelas de mobilidade ocupacional dos homens casados e de mobilidade matrimonial das mulheres; entre os fluxos de saída das tabelas de mobilidade ocupacional de homens e mulheres. Quanto maior o índice de dissimilaridade, maior a diferença entre as taxas de mobilidade.

O gráfico revela que as taxas de mobilidade social das mulheres e as dos homens via mercado de trabalho são muito diferentes. Em contraste, a mobilidade feminina via casamento é muito semelhante à mobilidade via mercado de trabalho dos homens casados. Como argumentei anteriormente, a diferença entre os índices de mobilidade no mercado de trabalho se deve à existência clara de disparidade entre a estrutura ocupacional masculina e a feminina. Portanto, a comparação da mobilidade de homens e mulheres no mercado laboral deve ser feita com muita cautela, porque expressa fenômenos muito distintos. Embora isso pareça estranho, a mobilidade de homens via mercado de trabalho e a de mulheres via casamento constituem fenômenos semelhantes. Isso significa que as famílias ainda tendem a investir para que os filhos homens tenham sucesso no mercado de trabalho e as filhas mulheres, sucesso no mercado matrimonial.

Cerca de 71% dos homens obtiveram mobilidade social via mercado de trabalho, e 72% das mulheres, via casamento. Tal informação pode ser detalhada com a observação do porcentual de imobilidade ou de mobilidade para o mesmo setor em relação a homens (via mercado de trabalho) e mulheres (via casamento). A Tabela 15 permite essa comparação e a constatação de enorme semelhança entre tais proporções.

As maiores disparidades referem-se à indústria moderna. As filhas de trabalhadores manuais qualificados e não-qualificados na indústria moderna (classes VIa e VIIa2) têm mais chances de se casar fora dessas classes ou até mesmo fora do setor de trabalho manual do que os filhos desses trabalhadores têm de sair dessas classes. Há mais imobilidade via mercado de trabalho para os filhos do que via casamento para as filhas de trabalhadores da indústria mo-

Gráfico 25 – Índice de dissimilaridade (ID) entre os fluxos de saída nas tabelas de mobilidade para homens via mercado de trabalho e para mulheres via casamento (ID 1) e para homens e mulheres via mercado de trabalho (ID 2) – Brasil, 1996

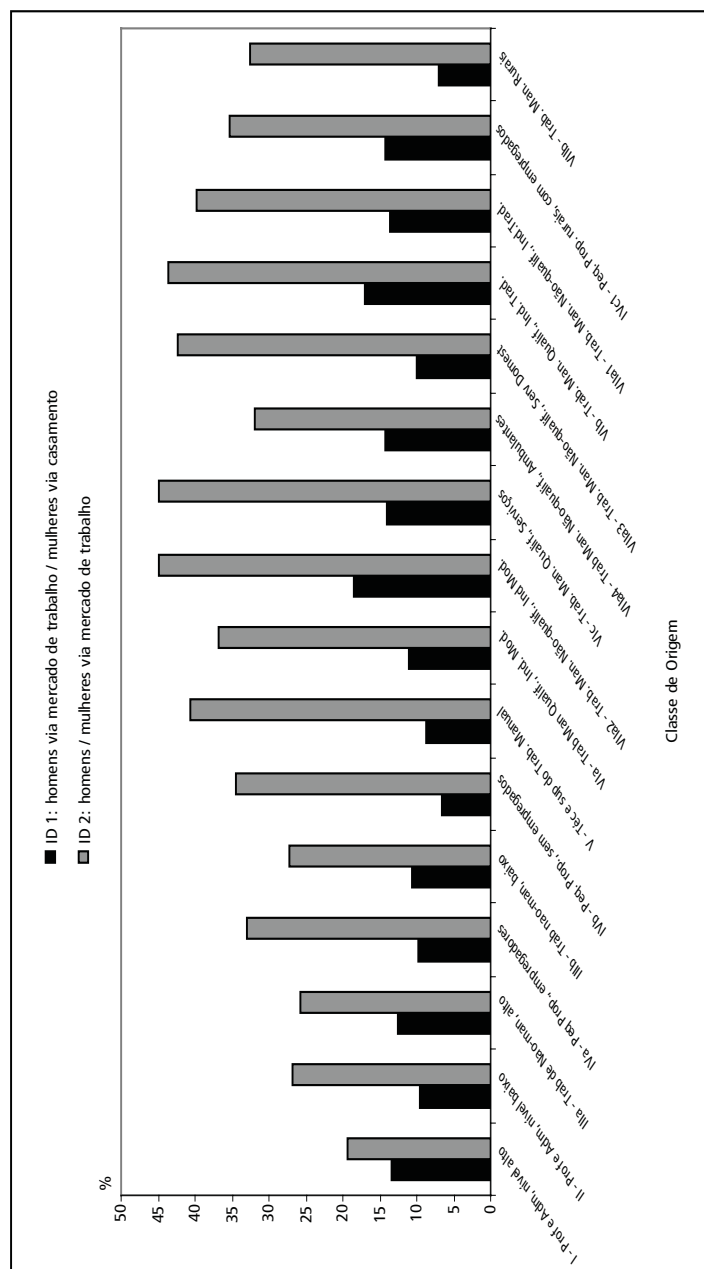


Tabela 15 – Taxas de Imobilidade e mobilidade para o mesmo setor para homens via mercado de trabalho e mulheres via casamento – Brasil, 1996

Classe de Origem (ocupação do pai)	Em porcentagem					
	(A) Imobilidade		(B) Mob. Mesmo Setor		A+B	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Setor de Trabalho Não-manual						
I - Profissionais e administradores, nível alto	38	33	45	48	82	81
II - Profissionais e administradores, nível baixo	15	12	56	59	71	71
IIIa - Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	20	12	45	54	65	66
IIIb - Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	12	8	45	42	57	50
IVa - Pequenos proprietários, empregadores	20	21	46	48	66	69
IVb - Pequenos proprietários, sem empregados	15	12	48	47	63	60
Setor de Trabalho Manual						
V - Técnicos e supervisores do trabalho manual	7	4	42	39	49	43
Vla - Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	26	12	32	33	58	45
Vlb - Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	26	15	42	41	67	56
Vlc - Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços	4	2	47	47	51	49
Vila1 - Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional	18	13	45	46	63	59
Vila2 - Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna	25	11	32	37	57	48
Vila3 - Trabalhadores manuais não-qualificados nos Serviços Domésticos	10	8	54	54	63	62
Vila4 - Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes	14	8	45	41	59	49
Setor de Trabalho Rural						
VIlb - Trabalhadores manuais rurais	35	42	2	2	38	44
IVc1 - Pequenos proprietários rurais, com empregados	9	7	18	17	27	24

derna. Todas as outras taxas de mobilidade são muito semelhantes. Por exemplo, 38% dos filhos de profissionais e administradores de nível alto (I) seguem os passos de seus pais, e 33% das filhas se casam com profissionais da classe I. De fato, a comparação de diversos outros números da tabela anterior revela grande semelhança entre os padrões de mobilidade dos homens via mercado de trabalho e os das mulheres via casamento.

Os índices de mobilidade vertical também revelam tal similaridade. Por exemplo, um em cada três homens teve mobilidade ascendente de longa distância no mercado de trabalho, já que se empregou em ocupação hierarquicamente superior à de seu pai. Uma em cada três mulheres experimentou a mesma mobilidade, tendo em vista que se uniu a alguém com posição de classe hierarquicamente superior à do pai delas. Os outros índices expostos na Tabela 16 também indicam grande semelhança entre esses padrões de mobilidade.

Tabela 16 – Tipos de mobilidade vertical via casamento de mulheres e via mercado de trabalho de homens casados (ambos entre 25 e 64 anos de idade) – Brasil, 1996

Tipo de mobilidade	Em porcentagem	
	Mobilidade	
	Mulheres via casamento	Homens casados via mercado de trabalho
Total	71,3	72,2
Ascendente de curta distância	26,3	25,6
Ascendente de longa distância	29,3	30,6
Descendente de curta distância	10,2	9,7
Descendente de longa distância	5,4	6,4

Assim, as informações sobre as taxas absolutas de mobilidade via mercado de trabalho e via casamento mostram-se bastante parecidas. Confirmam a conclusão de Erickson e Goldthorpe (1993, p. 257) de que a análise da mobilidade das mulheres via casamento não revela maior permeabilidade na estrutura de classes do que a observada na pesquisa da mobilidade dos homens via mercado de trabalho.

No entanto, um estudo das taxas relativas de mobilidade poderia sugerir que há ligações mais fracas com a origem de classes no caso da mobilidade das mulheres via casamento. Para verificar essa hipótese é necessário lançar mão de modelos log-lineares que descrevem a associação estatística entre origem e destino de classe. Utilizo duas versões do modelo RC-II com escalas de linhas e colunas iguais e parâmetros especiais para a diagonal. Os modelos são semelhantes aos estimados nas seções anteriores deste capítulo e no Capítulo 4. Desta vez, no entanto, estimo-os para analisar comparativamente as taxas relativas de mobilidade de homens casados via mercado de trabalho e as de mulheres via casamento. Primeiro ajustei o modelo de fluidez constante, que testa a hipótese de que não há diferença nas taxas relativas de mobilidade de homens via mercado de trabalho e de mulheres via casamento. Esse modelo ajusta-se bem aos dados de acordo com a estatística BIC ($L^2=2136$; g.l.=435 e $BIC=-2593$). Em seguida, ajustei o mesmo modelo na forma log-multiplicativo ou unidiff para testar a hipótese de que a força da associação é diferente entre homens no mercado de trabalho e mulheres no mercado matrimonial. Este último modelo ajusta-se melhor do que o anterior aos dados ($L^2=2093$; g.l.=434 e $BIC=-2625$). A análise comprova que a associação entre origem e destino é mais forte na tabela de mobilidade dos homens via mercado de trabalho do que na de mobilidade das mulheres via casamento. A hipótese de Heath (1981) de que a mobilidade das mulheres via casamento é mais fácil do que a dos homens via mercado de trabalho parece ser verdadeira no Brasil.

Enquanto as taxas absolutas levam a concluir, como o fizeram Erickson e Goldthorpe (1993) ao estudar diversos países europeus, que conhecendo o padrão de mobilidade no mercado de trabalho dos homens necessariamente se conhece o de suas irmãs no mercado matrimonial; a análise das taxas relativas confirmam a hipótese de Heath (1981). Ou seja, no Brasil, a origem de classe está mais fortemente associada às chances de mobilidade de homens no mercado de trabalho do que às de mulheres no mercado matrimonial.

Por exemplo, o filho de um profissional de alto nível (classe I) tinha 14 vezes mais chances do que o filho de um trabalhador manual qualificado na indústria moderna (classe VIa) de se tornar um profissional de alto nível. Já a filha de um profissional de alto nível tinha apenas 10 vezes mais chances do que a filha de um trabalhador manual qualificado na indústria moderna de se casar com um profissional de alto nível (classe I). Todas as outras comparações

possíveis indicam que há mais fluidez para mobilidade intergeracional de mulheres via casamento do que de homens via mercado de trabalho. Conforme tais resultados, o estudo da estrutura de oportunidades de mobilidade social no Brasil também deve se voltar para a análise da mobilidade das mulheres no mercado matrimonial. Este mercado parece ser mais fluido do que o de trabalho e representa, portanto, uma importante via de mobilidade social para as mulheres no Brasil. Essa conclusão torna-se ainda mais importante tendo em vista que não há diferença de fluidez entre a mobilidade de homens e mulheres no mercado de trabalho (SCALON, 1999). Ou seja, é realmente no mercado matrimonial que a maioria das mulheres encontra mais abertura para mobilidade social intergeracional.

CONCLUSÃO

A segunda metade do século XX foi um período de grandes modificações para as relações de gênero no mundo. Dentre as diversas mudanças observadas, talvez a mais significativa tenha sido a crescente participação feminina no mercado de trabalho. No Brasil, essa mudança se deu em um contexto de rápidas transformações sociais, a economia deixou de ser predominantemente agrária para se tornar industrial e de serviços concomitantemente. Neste capítulo procurei analisar as seguintes questões relacionadas a tais transformações:

- Será que se ampliaram as oportunidades de mobilidade social para as mulheres?
- Quais foram essas oportunidades e como se modificaram entre as décadas de 1970 e 1990?
- Em que esfera as mulheres encontraram mais oportunidades de mobilidade social, no mercado de trabalho ou no mercado matrimonial?
- Será que as modificações na estrutura de oportunidades relacionada ao trabalho das mulheres significam que o estudo dos padrões de mobilidade social que constituem a estrutura de classes brasileira não pode se limitar aos dados relacionados à mobilidade dos homens?

Ao analisar a mobilidade ocupacional das mulheres observei uma expansão significativa da mobilidade total entre 1973 e 1982. As mobilidades ascendente e descendente, no entanto, não se modificaram, durante todo o perí-

odo analisado houve 4 vezes mais mobilidade ascendente do que descendente. As mulheres encontraram muitas oportunidades agregadas de mobilidade social intergeracional no mercado de trabalho. A desigualdade de oportunidades de mobilidade social também diminuiu no período analisado, principalmente entre 1988 e 1996. Ou seja, as classes em que as mulheres cresceram (definidas pela ocupação do pai) determinou menos as chances de mobilidade ao longo dos anos analisados. O principal mecanismo do aumento da fluidez social ou da diminuição da desigualdade de oportunidades foi o de composição, ou seja, ao longo dos anos um número crescente de mulheres concluiu o ensino médio, nível educacional a partir do qual o efeito da classe de origem sobre as chances de mobilidade é insignificante. A tendência das mulheres de ter bom desempenho no sistema educacional contribuiu bastante para o aumento da fluidez; essa tendência é mais acentuada para as mais jovens, representadas nas amostras a partir de 1988, por isso o crescimento da fluidez foi maior entre esse ano e 1996.

Apesar da redução da desigualdade de oportunidades de mobilidade social no mercado de trabalho, ainda há muita desigualdade de gênero. As mulheres tendem a ocupar posições hierarquicamente inferiores nos setores não-manual, manual e rural de trabalho. Uma das conseqüências dessa desigualdade de gênero é que a maioria das mulheres continua a exibir posições ocupacionais inferiores às de seus maridos. Em 1996, essa era a situação de pelo menos dois terços das mulheres entre 25 e 64 anos de idade. Isso significa que para esse grupo de mulheres é a ocupação de seus maridos que define melhor sua posição de classe. Como discuti no início deste capítulo, a unidade de análise para a mensuração da classe social dos indivíduos deve ser a família, e não a posição ocupacional individual. No caso dos homens, a posição ocupacional é uma boa medida da posição de classe, uma vez que eles ocupam patamar hierarquicamente superior ao de suas esposas. Pelo mesmo motivo, para as mulheres é a posição ocupacional dos maridos que melhor descreve sua posição de classe. Como conseqüência desse fato, que deriva diretamente da desigualdade de gênero, torna-se fundamental estudar os padrões de mobilidade das mulheres via mercado matrimonial, os quais permeiam a estrutura de oportunidades de mobilidade social.

As análises da mobilidade das mulheres via casamento revelaram taxas muito semelhantes às encontradas para os homens via mercado de trabalho.

A afirmação de Goldthorpe e Erickson (1993) de que ao estudar a mobilidade dos homens via mercado de trabalho indiretamente observa-se a mobilidade de suas irmãs no mercado matrimonial parece ser verdadeira também no Brasil. No entanto, pesquisas mais sofisticadas sobre o assunto indicam que há mais fluidez social para a mobilidade das mulheres via casamento do que para a dos homens via mercado de trabalho. Esses resultados são importantes na medida em que mostram que o estudo da estrutura de oportunidades de mobilidade social no Brasil deve prestar muito mais atenção nos padrões de mobilidade social via casamento do que têm feito até o presente. Este capítulo apenas indica a importância desse tema e sugere que novas pesquisas devem seguir esse caminho para que se possa entender melhor os padrões de mobilidade social que definem a estrutura de oportunidades no país.

MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA⁶⁷

O principal objetivo deste livro é fazer um estudo historicamente denso sobre os padrões de mobilidade social e a estrutura de classes no Brasil. Isso não significa que os padrões observados no país sejam únicos ou especiais. Pelo contrário, várias características que já descrevi detalhadamente também podem ser observadas em outros locais. Além disso, as eventuais diferenças entre os padrões encontrados no Brasil e aqueles observados em outros países podem ser de grande importância teórica, na medida em que possibilitam reformular e refinar algumas generalizações feitas principalmente a partir do estudo de nações industrializadas do hemisfério norte. Semelhanças e diferenças entre os padrões são, portanto, fundamentais para avançar o conhecimento. Neste capítulo comparo o Brasil com diversos outros países industrializados a fim de traçar divergências e similaridades nos padrões de mobilidade social observados.

De fato, a mobilidade social é um fenômeno relativo por definição. Para determinar se há mobilidade absoluta “alta” ou “baixa” e se há “igualdade” ou “desigualdade” de oportunidades, tal como observadas em taxas relativas de mobilidade, é necessário fazer comparações com outros países ou com outros períodos históricos. Somente do ponto de vista comparativo a mobilidade social pode ser entendida de forma mais completa. Nos capítulos anteriores

67. Em trabalho anterior produzido com Celi Scalón (COSTA RIBEIRO; SCALÓN, 2001), iniciei este estudo comparativo. Neste capítulo procuro complementá-lo e ampliá-lo.

confrontei taxas absolutas e relativas de mobilidade social no Brasil entre 1973 e 1996, neste capítulo combino análises temporais e comparações internacionais. Dessa forma, pretende-se verificar em que medida as taxas absolutas e relativas de mobilidade social no Brasil convergem para as observadas em outros países ou divergem delas.

Sobre as taxas absolutas, a comparação internacional visa investigar duas questões. Primeiro, procuro determinar se os níveis de mobilidade social no Brasil são mais elevados do que os de outros países. Diversos estudos sobre o assunto afirmam que as taxas absolutas de mobilidade brasileiras mostram-se muito mais elevadas do que as de outros países estudados (PASTORE; SILVA, 2000; HASENBALG; SILVA, 1988). Essas conclusões se baseiam em dados secundários e classificações ocupacionais que apenas distinguem entre ocupações não-manuais, manuais e rurais. Para verificar se o grau de mobilidade no Brasil é maior do que em outros países, utilizo o esquema Casmin com sete classes de origem e destino. Este foi especialmente desenhado para pesquisas comparativas e segue um procedimento unificado para transformar títulos ocupacionais em grupos de classe. Com base nesse esquema é possível fazer comparações mais precisas. Além disso, enfatizo algumas diferenças importantes nas taxas absolutas de mobilidade que são consequência do estágio de desenvolvimento econômico em que cada sociedade se encontra. Embora esteja implícito nos poucos estudos brasileiros que fazem comparações internacionais, esse tipo de interpretação não é diretamente explorado nas análises.

Também procuro investigar uma segunda questão utilizando as taxas absolutas de mobilidade. Em estudo recente sobre mobilidade social na Europa, Breen (2004) chegou à conclusão de que nos anos 1990 a variação entre países nas estruturas de classe e nas taxas gerais de mobilidade diminuiu muito em relação à década de 1970, ou seja, os países europeus estudados tornaram-se mais semelhantes entre si ao longo dos anos. Essa conclusão levou à retomada da tese de Lipset e Zetterberg (1959, p.13) de que “os padrões gerais de mobilidade social parecem ser praticamente os mesmos em sociedades industriais em vários países ocidentais”. Embora a afirmação estivesse errada quando proposta, parece estar chegando mais próxima da verdade no final do século XX (BREEN, 2004). Se essa nova interpretação for plausível, as taxas absolutas de mobilidade e a estrutura de classes brasileiras deveriam estar se aproximando do padrão das sociedades industriais, tendo em vista que o país experimentou

industrialização rápida na segunda metade do século XX. Procuro, portanto, responder à seguinte pergunta: será que a estrutura de classes e as taxas absolutas de mobilidade social no Brasil estão convergindo para o padrão observado nas sociedades industriais européias estudadas no livro de Breen (2004)?

Além dessas duas questões sobre taxas absolutas, faço comparações entre a fluidez social no Brasil e em outros países industriais com o objetivo de discutir três temas presentes na literatura comparada sobre mobilidade social. O primeiro refere-se às reivindicações de sociólogos que defendem uma perspectiva de estrutura de classes nos estudos da mobilidade social de que há um “padrão básico de fluidez social” que poderia ser observado em qualquer sociedade industrial (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993; GOLDTHORPE, 2000). Na verdade, Erickson e Goldthorpe (1993) argumentam que em cada país o padrão de fluidez será um tipo de “variação em torno de um mesmo tema”. O “tema” é um “padrão básico de fluidez” presente em diferentes sociedades industriais e derivado do modelo “básico de fluidez social” definido por três princípios: a hierarquia entre algumas classes, a herança de classe e as divisões entre setores rurais e urbanos, e entre setores de proprietários e não-proprietários. O padrão básico de fluidez social definido por esses princípios estaria presente em todas as sociedades industriais. As variações sobre o tema do padrão básico de fluidez são apreendidas a partir de efeitos de afinidade ou divergência entre certas classes de origem e de destino, que variam de acordo com as características históricas e sociológicas de cada sociedade comparada. Embora a inclusão de outros países além dos inicialmente estudados por Erickson e Goldthorpe (1993) no projeto comparativo (Peru, Espanha, Japão, Chile, Brasil, Coreia do Sul, Israel, Hungria e Itália)⁶⁸ tenha confirmado a existência de um padrão básico de fluidez, muitos sociólogos criticam essa abordagem por considerarem que os efeitos de afinidade e divergência são estimados *ad hoc* para ajustar os modelos aos dados (HOUT, 1988, 1989; HOUT; HAUSER, 1992; CLOGG; ELIASON, 1987; WONG, 1992, 1993, 1994). Além disso, o “modelo de fluidez básico” é frequentemente criticado por subestimar o efeito da hierarquia entre classes, uma vez que estima apenas algumas barreiras hierárquicas e

68. Benavides e Firebaugh (2002), Carabaña (1999), Ishida (1993), Torche (2004), Costa Ribeiro (2002), Park (2002), Yaish (2000; 2001), Goldthorpe e Yaish (1997), Szelényi (1998) e Pizzati (1997)

não a hierarquia completa (HOUT, 1988, 1989; HOUT; HAUSER, 1992; CLOGG; ELIASON, 1987; WONG, 1992, 1993, 1994). Para discutir tais temas, ajusto o modelo básico de fluidez às tabelas de mobilidade brasileira e analiso em que medida o ajuste diverge ou converge em relação aos parâmetros estimados para os países estudados no projeto Casmin (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1992). Ainda relacionado a esse primeiro tema, discuto a idéia, sugerida por Yaish (1999), de que com o avanço da industrialização, o padrão de fluidez, em qualquer sociedade, mudará e tenderá a se aproximar do “padrão básico” das sociedades industriais. Enfim, procuro responder às seguintes perguntas:

- O Brasil se aproxima do padrão básico de fluidez encontrado em diversas sociedades industriais?
- Ao longo dos anos, em que a industrialização foi crescente no Brasil, houve uma aproximação desse “padrão básico”?

O segundo tema relacionado que analiso é o da força da associação entre origem e destino de classe. Como mostrei no capítulo anterior, diminuiu a associação entre origem e destino no Brasil entre 1973 e 1996. Agora procuro investigar se o país é mais ou menos fluido do que outros. Para tanto, faço uma comparação direta entre a fluidez no Brasil e em outros países industrializados. Finalmente, procuro verificar em que medida o contexto econômico e social determina a fluidez social no Brasil. Torche (2005) mostrou que o regime de fluidez no Chile só faz sentido quando se leva em conta não o nível de desigualdade, mas sobretudo o padrão de desigualdade de renda naquele país. Busco verificar se tal hipótese também é válida para o Brasil.

TAXAS ABSOLUTAS EM PERSPECTIVA COMPARADA

A QUANTIDADE DE MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA

O nível de mobilidade observado em uma sociedade depende do número, tamanho e característica das categorias de classe utilizadas. No Capítulo 3, mostrei que houve aumento da mobilidade total entre 1973 e 1982 e

estabilidade nessas taxas até 1996. As análises basearam-se num esquema com distinções importantes entre 16 categorias. A grande vantagem de utilizar muitas distinções de classe é a possibilidade de descrições bastante detalhadas das taxas de mobilidade. Em contrapartida, essa análise detalhada não permite comparações internacionais. Para realizar uma comparação pormenorizada empregando 16 categorias de classe seria necessário classificar os bancos de dados de diversos outros países partindo das categorias ocupacionais, tarefa inviável para a maioria dos casos.

Felizmente, desde o trabalho de Erickson e Goldthorpe (1993), um mesmo esquema vem sendo amplamente utilizado em estudos comparativos de mobilidade social. Embora esses autores não tenham disponibilizado os programas de computador para construir as categorias de classe que propõem, outros pesquisadores (GANZEBOOM; TREIMAN; DE GRAAF, 1996; STEINMANN; BRAUNS, HAUN, 1997) o fizeram e facilitaram enormemente as pesquisas comparativas. Utilizo, assim, esse esquema, que na versão reduzida tem sete categorias e na ampliada, 11 ou 12. Nesta e nas próximas seções comparo as taxas absolutas do Brasil com as de outras 22 sociedades para as quais foram realizados estudos com o esquema de sete categorias. Para analisar a fluidez, no entanto, comparo o Brasil apenas com outras 13 sociedades para as quais tive acesso às tabelas de mobilidade.

Nesta seção estou interessado em mostrar em que medida as taxas absolutas de mobilidade social no Brasil diferem das observadas em outros países. A principal idéia é discutir a afirmação de alguns estudos sobre o caso nacional de que há mais mobilidade aqui do que em diversos outros países estudados (PASTORE; SILVA, 2000). Como observei anteriormente, essa afirmação baseia-se na comparação de tabelas com três classes de origem e três de destino. Além disso, não se qualifica melhor o significado da diferença das taxas de mobilidade do Brasil em relação a outras nações. Ao utilizar um esquema com sete classes e analisar não apenas as taxas de mobilidade total e de mobilidade vertical, mas também os fluxos de entrada e de saída traço um quadro comparativo muito mais amplo e qualificado do que os anteriormente propostos. Os dados permitem investigar o grau de fechamento da estrutura de classes brasileira e as principais características da mobilidade social de um ponto de vista comparativo.

A taxa de mobilidade total constitui a primeira informação relevante. Ela representa o porcentual total de pessoas em uma classe de destino diferente de sua classe de origem. Esses índices, para diversos países, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 são apresentados na Tabela 17.

Tabela 17 – Taxas de mobilidade total no Brasil e em outros países nas décadas de 70, 80 e 90

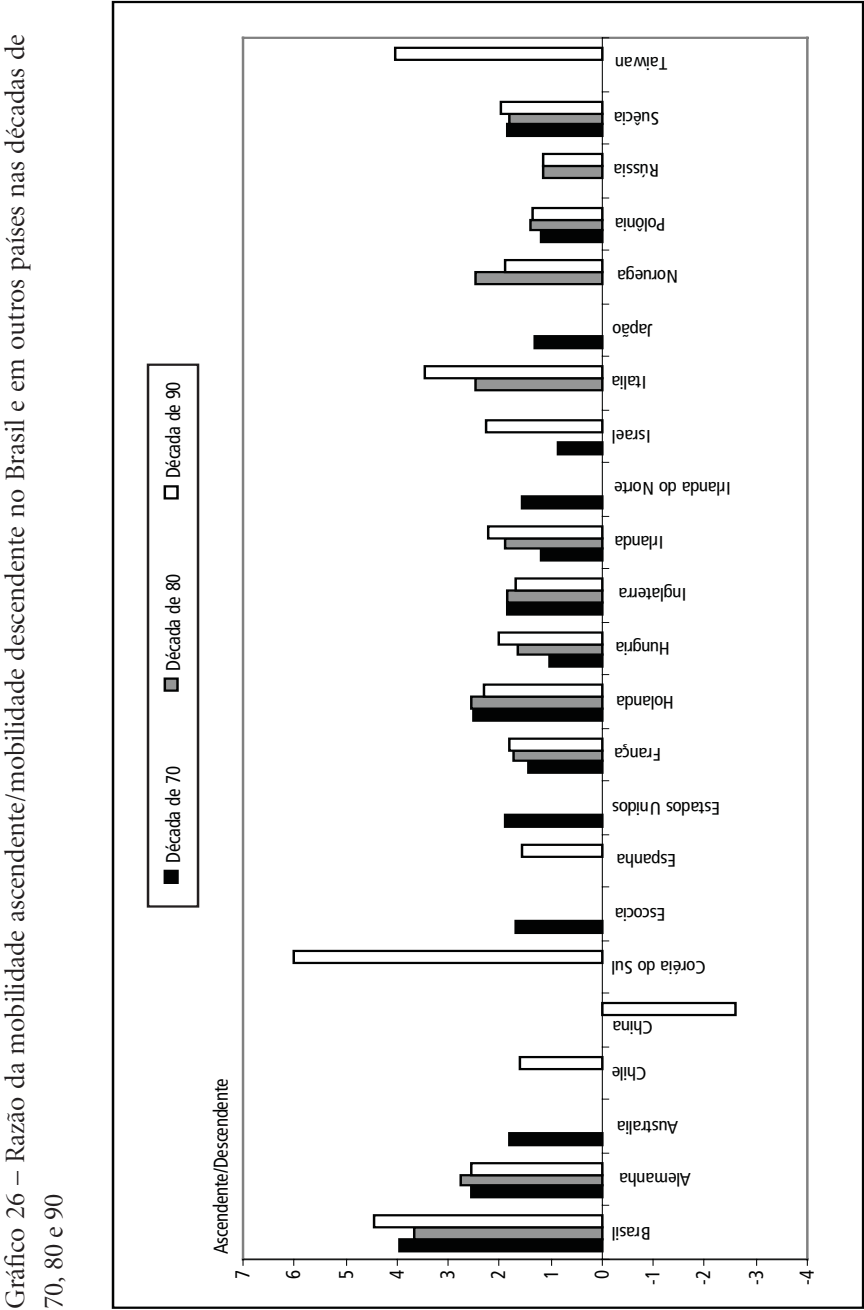
Países selecionados	Década de 70	Década de 80	Década de 90
Brasil	60,5	67,0	66,1
Alemanha	61,6	<u>62,1</u>	60,3
Austrália	70,2		
Chile			73,5
China			<u>44,1</u>
Coréia do Sul			70,8
Escócia	63,7		
Espanha			68,7
Estados Unidos	74,0	67,0	
França	66,6	67,5	67,0
Holanda	66,3	67,7	65,7
Hungria	<u>77,5</u>	<u>74,9</u>	71,6
Inglaterra	63,0	61,8	60,8
Irlanda	<u>56,7</u>	61,3	66,1
Irlanda do Norte	61,2		
Israel	74,4		74,3
Itália		69,5	72,1
Japão	70,0	69,3	
Noruega		71,9	68,1
Polônia	59,4	61,0	67,4
Rússia		73,8	<u>74,4</u>
Suécia	70,8	71,4	71,0
Taiwan			71,3
Média	66,4	67,6	67,4

Nota: A menor taxa está marcada em itálico e a maior em negrito.

Os números mostram que sociedades de classe, inclusive o Brasil, são muito diferentes de sociedades de casta. Ao contrário do que alguns cientistas sociais brasileiros costumam dizer ou imaginar, no Brasil a posição de classe não é de forma alguma fixa desde o nascimento. Os dados também servem para contradizer a constatação de Silva e Pastore (2000, p. 51) de que o Brasil apresenta taxa de mobilidade total muito superior à de outros países. De fato, a mobilidade total brasileira encontra-se na média da de outros países, como fica evidente.

No entanto, o índice de mobilidade total deve ser interpretado com cautela. Embora seja uma medida global da mobilidade intergeracional, não expressa suas características. Ou seja, os números não mostram a direção da mobilidade. Grande parte do movimento observado no esquema de sete classes não pode ser caracterizada como ascendente ou descendente. Para observar a direção da mobilidade em perspectiva comparada, torna-se necessário simplificar ainda mais a análise e trabalhar com três níveis hierárquicos. No topo, estão as classes de profissionais e administradores (classe I mais II), em seguida vêm as classes intermediárias (III, IVab, IVc e V-VI) e na posição menos elevada hierarquicamente estão as classes trabalhadoras (VII e VIIb). A partir dessa simplificação é possível descrever comparativamente a mobilidade vertical no Brasil. O Gráfico 26 apresenta a razão entre a mobilidade ascendente e a descendente, ou seja, quantas vezes mais mobilidade ascendente do que descendente há em cada país comparado.

Os dados confirmam a idéia presente em outros trabalhos (PASTORE; SILVA, 2000; HASENBALG; SILVA, 1988) de que o Brasil exibe taxas de mobilidade bastante elevadas. Dentre todos os países comparados, apenas a Coreia do Sul tem uma razão entre mobilidade ascendente e descendente maior do que o Brasil. Na Coreia do Sul há 6 vezes mais mobilidade ascendente do que descendente; no Brasil, em 1996, havia 4,5 vezes mais. Na China, há mais mobilidade descendente do que ascendente, o que se deve, segundo Wu e Treiman (2004), à prática do Estado chinês de enviar trabalhadores com origem urbana para áreas rurais. Nos casos do Brasil e da Coreia do Sul, ocorreu de forma muito acelerada o contrário do que ocorreu na China. Houve uma enorme migração do campo para as cidades, implicando em mobilidade ascendente para grande parte da população.



Os dados realmente indicam que os níveis de mobilidade ascendente no Brasil estão entre os mais elevados, mas antes de comemorar esse fato é necessário observar com mais detalhe de que classe de origem para qual de destino se deu essa mobilidade ascendente. Ou seja, deve se qualificar melhor a mobilidade ascendente e a descendente. Por exemplo, a mobilidade ascendente entre as classes rurais e as trabalhadoras urbanas não significa a mesma coisa que o movimento entre as classes trabalhadoras urbanas e a de profissionais e administradores. Para caracterizar a mobilidade social no Brasil, comparo as taxas de saída de algumas classes de origem para algumas classes de destino no Brasil e em outros países, de forma a qualificar melhor os padrões de mobilidade social encontrados nessas sociedades. A Tabela 6.2 mostra algumas dessas comparações.

As duas primeiras colunas indicam as chances de mobilidade de homens com origem na classe de profissionais e administradores (I+II), a mais privilegiada no esquema utilizado, para a mesma classe de destino e para a classe de trabalhadores manuais urbanos (V/VI+VIIa). A primeira coluna indica que a imobilidade na classe de profissionais é muito mais baixa no Brasil do que nos outros países comparados, com exceção da China. Considerando que a China passou por uma revolução comunista que forçou a mobilidade para fora da classe de profissionais e administradores, o Brasil pode ser considerado o país com a menor taxa de imobilidade no topo dentre todos os comparados na tabela acima. Em 1996, apenas duas em cada cinco pessoas com origem na classe de profissionais e administradores permaneciam nessa posição de classe. Somente Taiwan, Rússia e Israel têm taxa de imobilidade no topo semelhante à do Brasil; em todos os outros países esse índice é mais alto.

No entanto, a maioria dos filhos de profissionais e administradores que sofreram mobilidade passou para outras classes do setor não-manual. A segunda coluna indica que a taxa de mobilidade da referida classe (I+II) para as classes de trabalho manual urbano (V/VI e VIIa) está em níveis intermediários em relação aos observados em outros países. No Brasil, em 1996, cerca de um em cada cinco filhos de profissionais e administradores tem mobilidade para as classes de trabalho manual (V/VI e VIIa). Considerando que dois em cada cinco permaneceram imóveis e um em cada cinco transferiu-se para o trabalho manual, cerca de dois em cada cinco foram para as classes de trabalho não-manual urbano (IIIa e IVab). Em países como Rússia, Israel, Polônia, Irlanda do Norte e Escócia há mais mobilidade da classe de profissionais para a de

trabalhadores manuais. Esses dados mostram que a mobilidade da elite (classes I e II) para a classe trabalhadora (V/VI e VIIa) no Brasil não é muito elevada quando observada do ponto de vista comparativo. Adicionalmente, considerando as taxas de mobilidade dos filhos de profissionais e administradores, verifica-se que há pouca imobilidade no topo e relativamente pouca mobilidade descendente para a classe trabalhadora no Brasil, em comparação com outros países.

A terceira e a quarta colunas da Tabela 18 apresentam as taxas de mobilidade dos filhos de trabalhadores manuais (V/VI e VIIa) para a classe de profissionais e administradores (I+II) e de imobilidade nas classes de trabalhadores (V/VI e VIIa). As chances de mobilidade ascendente dos filhos de trabalhadores manuais urbanos são menores no Brasil do que nos outros países para os quais obtive informações. No Brasil, apenas um em cada dez filhos de trabalhadores manuais urbanos tem chances de mobilidade para a classe de profissionais e administradores, ao passo que nos Estados Unidos, por exemplo, um em cada quatro torna-se profissional ou administrador.

Em contraste, a taxa de imobilidade na classe trabalhadora (V/VI e VIIa), expressa na quarta coluna, é bastante elevada no Brasil quando comparada com a de outros países. Cerca de três em cada cinco filhos de trabalhadores manuais permanecem nesse estrato. Pode-se concluir, portanto, que de um ponto de vista comparativo os filhos de trabalhadores manuais urbanos no Brasil têm menos chances de mobilidade ascendente do que indivíduos com essa origem em todas as sociedades relacionadas na Tabela 18.

Finalmente, apresento nas colunas cinco e seis as taxas de mobilidade dos filhos de trabalhadores rurais. O Brasil é o país em que os filhos de agricultores têm as menores chances de mobilidade para a classe de profissionais e administradores (I+II). Enquanto em Israel cerca de 20 em cada 100 filhos de agricultores tornam-se profissionais ou administradores, no Brasil apenas 3 ou 4 em cada 100 possuem chances semelhantes. Em outras palavras, a mobilidade ascendente de longa distância é mais provável em quase todos os países constantes da tabela anterior do que no Brasil.

Na coluna seis da Tabela 18 mostro as taxas de mobilidade para a classe trabalhadora urbana (V/VI e VIIa) dos filhos de trabalhadores rurais. O Brasil apresenta taxas relativamente altas de mobilidade da classe de trabalhadores rurais para a de trabalhadores manuais urbanos. Cerca de um em cada dois filhos de trabalhadores rurais torna-se trabalhador manual urbano no Brasil.

Tabela 18 – Fluxos de saída: percentual de homens em classes de origem selecionadas que experimentou mobilidade para diferentes classes de destino

% de homens com origem na classe de profissionais e administradores (I+II) com mobilidade para as classes de:			% de homens com origem nas classes trabalhadoras urbanas (VVI+VIIa) com mobilidade para as classes de:			% de homens com origem nas classes rurais (IVc+VIIb) com mobilidade para as classes de:					
Profissionais e administradores (I+II)			Trabalhadores manuais urbanos (VVI+VIIa)			Profissionais e administradores (I+II)			Trabalhadores manuais urbanos (VVI+VIIa)		
Polónia	67,5	Rússia	32,4	Estados Unidos	26,2	Escócia	69,1	Israel	19,9	Rússia	60,3
Alemanha	67,3	Israel	30,0	Suécia	25,8	Irlanda do Norte	68,4	Rússia	18,9	Hungria	56,1
Suécia	64,6	Polónia	26,5	Austrália	23,9	Irlanda	67,9	Japão	17,8	Alemanha	55,5
França	63,1	Irlanda do Norte	24,6	Alemanha	23,7	Polónia	66,8	Estados Unidos	15,5	Estados Unidos	54,6
Hungria	63,0	Escócia	22,1	Japão	23,1	Alemanha	66,6	Alemanha	14,7	Suécia	51,9
Escócia	62,1	Hungria	21,1	Polónia	22,8	Hungria	66,6	Suécia	13,6	Inglaterra	50,6
Inglaterra	61,6	Estados Unidos	21,1	Taiwan	20,8	Inglaterra	65,1	Austrália	13,4	Chile	48,1
Estados Unidos	60,8	Brasil 1996	20,7	Hungria	20,1	Brasil 1973	62,5	Inglaterra	12,2	Austrália	46,4
Irlanda	58,9	Inglaterra	20,6	Rússia	19,8	Brasil 1982	61,8	Taiwan	11,6	Israel	45,7
Irlanda do Norte	57,5	Austrália	20,2	Inglaterra	18,6	Rússia	61,3	Polónia	11,1	Espanha	45,2
Japão	55,2	Alemanha	20,2	França	17,8	Brasil 1996	61,2	Chile	10,6	Brasil 1982	45,2
Espanha	54,8	Taiwan	19,3	Israel	17,6	França	60,1	Irlanda do Norte	8,9	Brasil 1988	44,1
Austrália	53,9	Suécia	18,8	Escócia	16,0	Brasil 1988	58,8	Hungria	8,7	Brasil 1996	44,0
Brasil 1973	53,9	Brasil 1973	18,6	Espanha	13,8	Espanha	58,7	Escócia	8,1	França	39,5
Chile	51,3	Brasil 1982	18,5	China	13,0	Suécia	57,9	França	6,4	Escócia	39,4
Brasil 1982	48,6	Chile	18,3	Chile	12,7	Israel	57,5	Irlanda	6,1	Brasil 1973	39,0
Israel	46,8	Espanha	18,3	Irlanda do Norte	12,5	Estados Unidos	55,4	Espanha	5,6	Polónia	38,0
Rússia	45,3	Brasil 1988	17,8	Irlanda	12,3	Chile	54,5	Brasil 1988	4,0	Japão	35,4
Taiwan	45,1	França	16,9	Brasil 1988	11,7	Austrália	53,1	Brasil 1982	3,7	Taiwan	33,9
Brasil 1988	44,8	Irlanda	16,8	Brasil 1973	11,4	Japão	49,7	Brasil 1996	3,7	Irlanda do Norte	33,0
Brasil 1996	41,2	China	14,6	Brasil 1982	10,8	Taiwan	46,4	China	3,3	Irlanda	23,2
China	26,5	Japão	11,9	Brasil 1996	9,9	China	29,1	Brasil 1973	2,6	China	5,5

Nota: Os anos das pesquisas são: Rússia (1998), China (1996), Espanha (1998), Chile (2000), Israel (1996), Taiwan (1996) e todos os outros década de 70 (são informações do banco de dados do projeto CASMIN).

Essa proporção fica em posição intermediária quando comparada com a de outros países.

Em suma, pode se concluir que, de um ponto de vista comparativo, o Brasil:

- tem pouca imobilidade no topo (na classe de profissionais e administradores) e pouca mobilidade descendente de longa distância (do topo para baixo);
- é o país com menos mobilidade ascendente das classes trabalhadoras rurais e urbanas para o topo (para a classe de profissionais e administradores);
- tem taxas de imobilidade na classe trabalhadora urbana e de mobilidade das classes rurais para as trabalhadoras manuais urbanas em níveis intermediários.

Devo concluir, portanto, que apesar de o Brasil ser o país, depois da Coreia do Sul, em que há mais mobilidade ascendente do que descendente dentre todos os comparados, a maior parte dessa mobilidade ascendente e descendente é de curta distância. Em outras palavras, a comparação mais detalhada revela que o Brasil é uma sociedade dinâmica em que há muita mobilidade, mas que em diversas outras sociedades há mais mobilidade ascendente de longa distância do que no Brasil.

FECHAMENTO SOCIAL

Os percentuais da Tabela 18 são os fluxos de saída de três classes de origem (profissionais e trabalhadores; trabalhadores manuais urbanos e trabalhadores rurais). Esses fluxos, que são os percentuais na direção das linhas das tabelas de mobilidade, revelam as chances ou oportunidades de mobilidade agregadas, mas não mostram o grau de fechamento de cada classe social. Para analisar este quesito, observam-se os fluxos de entrada, que são os percentuais das colunas das tabelas de mobilidade. Os fluxos de entrada revelam qual o percentual em cada classe de destino, conforme cada classe de origem.

Estudos desenvolvidos por Parkin (1974, 1979) sugerem que os fluxos de entrada são importantes para entender o grau de fechamento da estrutura de classes. Mais especificamente, as teorias do “fechamento social” procuram

compreender quais são os efeitos das estratégias de exclusão na composição dos grupos de elite. A tese básica desses teóricos é a de que nos grupos de elite o auto-recrutamento e o recrutamento envolvendo mobilidade ascendente de curta distância desempenham papel fundamental. Conseqüentemente, as elites incluiriam apenas uma pequena proporção de pessoas com origem nas classes trabalhadoras, ou seja, seriam particularmente homogêneas na origem social de seus membros.

Esse argumento deve ser investigado a partir da análise do número absoluto de indivíduos que experimentaram mobilidade para o grupo de elite, não em termos dos níveis de desigualdade de oportunidades de mobilidade social. A composição de uma classe não é afetada apenas pelo grau de desigualdade de oportunidades, mas sobretudo pelas mudanças estruturais que afetam o tamanho dos grupos de elite. No Brasil, tais mudanças foram rápidas e o tamanho da classe de profissionais e administradores duplicou entre as distribuições de classe de origem e de destino. Embora o grau de auto-recrutamento na classe de profissionais e administradores seja baixo, para determinar se essa classe é muito ou pouco fechada é necessário lançar mão de dados comparativos. São relevantes, assim, as taxas de entrada nas categorias que representam a elite da sociedade.

A Tabela 19 apresenta taxas de entrada selecionadas para o Brasil em 1973, 1982, 1988 e 1996 e para diversos outros países. Os resultados mostram que em relação à classe de profissionais e administradores no Brasil, a característica mais impressionante não é o grau de fechamento, mas o grau de heterogeneidade nas origens de classe de seus membros. Em 1996, um em cada três membros da classe de profissionais no Brasil tinha origem nas classes trabalhadoras urbanas. Esse percentual é semelhante ao de outros países em que houve rápida transição de sociedade rural para urbana, como Polônia, Hungria e Irlanda. O Brasil também se destaca pelo alto percentual de membros da classe de profissionais advindo das classes rurais. Um em cada três profissionais e administradores tem origem nas classes rurais, proporção superada somente por Polônia, Japão e Hungria, que também passaram por rápido processo de industrialização.

No Brasil, de cada cinco membros da classe de profissionais e administradores, quatro têm origens em outras classes; destes, um pouco menos de três são oriundos das classes rurais ou trabalhadoras manuais urbanas. Não é

Tabela 19 – Fluxos de entrada: comparação da porcentagem de homens em algumas classes selecionadas, segundo diferentes classes de origem

% na Classe de Profissionais e Administradores (I-II) com origens nas:			% na Classe de Trabalhadores Manuais Urbanos (VVI, e VIIa) com origens nas:			
Classes Trabalhadoras Urbanas (VVI + VIIa)		Classes Rurais (IVc-VIIIb)	Classes Trabalhadoras Urbanas (VVI + VIIa)		Classes Rurais (IVc-VIIIb)	
Escócia	48,9	Polónia	Escócia	78,6	Brasil 1973	67,8
Inglaterra	45,5	Japão	Inglaterra	73,8	Brasil 1982	65,5
Rússia	40,4	Hungria	Alemanha	64,4	Brasil 1988	60,6
Suécia	39,7	Brasil 1982	Irlanda do Norte	63,9	Hungria	54,8
Alemanha	38,4	Brasil 1988	Rússia	62,3	Japão	54,7
Austrália	35,5	Brasil 1973	Irlanda	54,3	Brasil 1996	54,3
Estados Unidos	35,5	Brasil 1996	Austrália	50,0	Polónia	51,6
Irlanda do Norte	33,1	Taiwan	China	49,1	Espanha	44,0
Polónia	33,1	Irlanda	Estados Unidos	47,8	Taiwan	42,4
Hungria	32,5	Suécia	Suécia	47,4	Suécia	37,8
China	30,9	China	Chile	44,8	França	32,5
Brasil 1996	30,4	Espanha	França	44,6	Estados Unidos	32,0
Espanha	29,8	Irlanda do Norte	Israel	44,5	Irlanda	29,8
Brasil 1988	28,1	Estados Unidos	Espanha	41,1	Chile	27,2
Israel	28,0	Chile	Polónia	38,8	Austrália	25,3
Irlanda	27,1	Rússia	Brasil 1996	35,3	Irlanda do Norte	20,2
França	27,0	Israel	Hungria	31,6	China	20,1
Brasil 1973	24,9	Austrália	Brasil 1988	30,2	Rússia	19,4
Brasil 1982	23,2	França	Taiwan	28,2	Alemanha	17,0
Chile	22,4	Alemanha	Brasil 1982	25,6	Israel	13,1
Taiwan	19,9	Inglaterra	Brasil 1973	24,7	Inglaterra	8,5
Japão	8,2	Escócia	Japão	15,7	Escócia	7,9

Nota: Os anos das pesquisas são: Rússia (1998), Espanha (1996), Taiwan (1996) e todos os outros década de 70 (são informações do banco de dados do projeto CASMIN).

possível, portanto, concluir que a elite brasileira seja fechada. De um ponto de vista comparativo, apenas a Suécia, a Hungria e a Polônia exibiam porcentual maior do que o Brasil em 1996, de profissionais e administradores (I+II) com origem nas classes trabalhadoras rurais e urbanas. Partindo do esquema com sete classes, a noção de fechamento da elite não se aplica de maneira alguma ao caso brasileiro.

Obviamente essa conclusão depende da definição de elite adotada. A análise de dados sobre grupos mais específicos da elite permitiria chegar a conclusões distintas. No entanto, mesmo utilizando dados mais desagregados no Capítulo 4 cheguei a conclusão semelhante, ou seja, a elite não é fechada, na medida em que é composta por pessoas com origens em diversas classes sociais. Estudos mais pormenorizados sobre a elite industrial paulista (Bresser-Pereira, 1964) ou a elite política no congresso nacional (RODRIGUES, 2003) também chegaram à conclusão de que esses grupos não são herméticos. Portanto, parece plausível concluir que a elite brasileira não é fechada, mas composta por pessoas com origem em diversas classes sociais.

A Tabela 19 também apresenta as taxas de entrada na classe trabalhadora urbana. Ao focalizá-la, é interessante comparar o Brasil com outras sociedades de industrialização recente, por um lado, e com sociedades já industrializadas há muito tempo, por outro lado. A composição da classe trabalhadora brasileira assemelha-se à de Hungria, Polônia, Japão e Taiwan, todos de industrialização mais intensa no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Nesses países há uma grande proporção de trabalhadores manuais com origens nas classes rurais. Em contraste, nações como Escócia, Inglaterra e Alemanha, que se industrializaram no final do século XIX e início do XX, têm taxas altíssimas de auto-recrutamento na classe trabalhadora industrial. Na Escócia e na Inglaterra, por exemplo, cerca de três em cada quatro trabalhadores manuais são filhos de trabalhadores manuais. No Brasil, em 1973, em contraste, apenas um em cada quatro trabalhadores manuais urbanos tinha origem nessa mesma classe.

A comparação das taxas de entrada na classe de profissionais e administradores e na de trabalhadores manuais no Brasil e em outras sociedades industriais permite duas conclusões gerais. A primeira é a de que a classe brasileira de profissionais e administradores (a elite) não pode ser considerada fechada quando comparada à de outros países, uma vez que se mostra mais heterogênea. Em segundo lugar, as comparações dos fluxos de entrada na clas-

se de trabalhadores manuais urbanos revelam que esse grupo também é mais heterogêneo no Brasil do que em outras sociedades industriais. Neste caso, no entanto, a heterogeneidade relaciona-se à rápida transição de sociedade rural para urbana, que contribuiu para que grande parte da classe trabalhadora urbana seja composta por filhos de trabalhadores rurais. Em outros países, como por exemplo a Inglaterra, há enorme auto-recrutamento na classe trabalhadora urbana, tendo em vista que a industrialização se deu no final do século XIX.

A ESTRUTURA DE CLASSES BRASILEIRA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Em estudo recente sobre mobilidade social em 11 países (Alemanha, França, Itália, Irlanda, Inglaterra, Suécia, Noruega, Polônia, Hungria, Israel e Holanda), o sociólogo Richard Breen e seus diversos colaboradores (2004) chegaram à conclusão inusitada de que as taxas de mobilidade e as estruturas de classe estão se tornando cada vez mais semelhantes nesses países. Isso surpreende porque a partir do estudo de Featherman, Jones e Hauser (1975), a tese de que as taxas absolutas de mobilidade tenderiam a ser semelhantes em sociedades industriais havia sido abandonada. Desde então, os estudos de mobilidade preocupam-se em descrever e analisar semelhanças nas taxas relativas de mobilidade, uma vez que as taxas absolutas seriam fortemente influenciadas pelo ritmo e momento da transição industrial de cada país. Enquanto as taxas absolutas revelam especificidades históricas de cada país, as taxas relativas parecem indicar regras gerais que caracterizam os padrões de desigualdade de oportunidades de mobilidade social presentes em qualquer sociedade industrial.

Embora pareça ser verdade que as taxas relativas revelam um padrão geral presente em diversas sociedades industriais (nas próximas seções deste capítulo apresento análises relevantes), as análises de Breen (2004) indicam que as taxas absolutas, pelo menos nos países por ele estudados, também parecem estar convergindo para um padrão semelhante. Nesta seção procuro verificar se as estruturas de classe no Brasil, no Chile e na Coreia do Sul também estão convergindo em direção ao padrão observado na Europa. As sociedades estudadas por Breen (2004) são bastante semelhantes em diversos aspectos estruturais

Tabela 20 – Distribuição de classes de destino (sete categorias), soma de classes ruais (IVc+VIIb) e índice de dissimilaridade para países europeus¹ e Brasil (décadas de 70, 80 e 90) e para Coreia do Sul e Chile (2000)

Classes	Década de 70			Década de 80			Década de 90			Em 2000	
	Países Europeus ¹		Brasil	Países Europeus ¹		Brasil	Países Europeus ¹		Brasil	Coreia do Sul	Chile
	Mínimo	Máximo		Mínimo	Máximo		Mínimo	Máximo			
I+II	12,9	36,8	7,5	18,3	41,6	9,3	19,4	49,0	8,7	10,3	20,8
IIIab	2,7	11,2	7,8	3,2	14,6	10,3	4,0	17,8	11,3	16,2	7,0
IVab	1,9	20,0	7,2	2,3	20,9	10,0	4,1	18,8	11,2	19,4	22,2
IVc	0,6	26,0	5,2	1,0	11,4	2,2	0,9	12,0	1,7	<u>19,4</u>	4,2
V+VI	17,9	36,9	19,0	20,7	36,0	22,2	20,5	34,9	22,0	14,7	19,3
VIIa	11,7	28,3	22,4	14,4	23,9	23,2	9,1	25,3	24,2	18,8	18,7
VIIb	0,0	14,6	<u>30,8</u>	0,0	9,5	<u>22,9</u>	0,0	7,2	<u>20,8</u>	1,0	<u>8,1</u>
IVc+VIIb	2,8	29,0	<u>36,0</u>	2,7	22,8	<u>25,1</u>	2,6	14,9	<u>22,5</u>	<u>20,4</u>	12,3
ID	13,3	44,3	36,1	16,9	33,5	39,0	16,9	30,5	34,6	19,2	46,0

(1) Valores mínimos e máximos entre Alemanha, França, Itália, Irlanda, Inglaterra, Suécia, Noruega, Polónia, Hungria, Israel e Holanda.

Nota: Os números em negrito estão abaixo do valor mínimo observado nos países europeus e em italico/sublinhado estão acima do valor máximo europeu.

e, portanto, a semelhança em suas estruturas de classe deve ser consequência de convergências recentes nos padrões de industrialização das sociedades. Mas Brasil, Chile e Coréia do Sul apresentam histórias de desenvolvimento econômico muito distintas das dos países europeus.

De fato, a Tabela 20 revela que as estruturas de classe de Brasil, Chile e Coréia do Sul são significativamente diferentes do padrão europeu.

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 o Brasil tinha um percentual muito mais elevado de trabalhadores rurais nas classes IVc e VIIb (36,0%; 25,2% e 33,5%); e proporção bem menor de profissionais e administradores nas classes I e II (7,5%; 9,3% e 8,7%) do que qualquer outra sociedade européia. A Coréia do Sul tem um padrão semelhante ao brasileiro e o Chile exibe estrutura de classes mais semelhante às européias. Estes dois países também têm percentual bem mais elevado do que os países europeus de pequenos proprietários.

Há algumas semelhanças nas estruturas de classe desses três países de industrialização recente. Por um lado, Brasil e Coréia do Sul têm muitos agricultores e poucos profissionais e, por outro lado, Chile e Coréia do Sul contam com muitos pequenos proprietários. Não há, no entanto, um padrão único nos três países, embora todos sejam bem diferentes das sociedades européias. A tese de que as estruturas de classe estão se tornando cada vez mais parecidas ao longo dos anos parece se aplicar apenas aos países europeus e, portanto, não pode ser generalizada nem teoricamente relevante. Parece que são realmente fatores históricos contingentes aos países estudados no livro de Breen (2004) que os levaram a ter estruturas de classe semelhantes entre si.

TAXAS RELATIVAS DE MOBILIDADE SOCIAL

Enquanto as taxas absolutas devem ser entendidas de acordo com as diferentes histórias de desenvolvimento de cada país, as taxas relativas têm sido objeto de grandes especulações teóricas. Como mostrei anteriormente, apesar de as nações européias estudadas por Breen (2004) terem se tornado semelhantes ao longo dos anos, quando a comparação inclui países não europeus a tendência à crescente semelhança não se comprova e a hipótese de que as taxas absolutas devem ser explicadas por características da história econômica

e política de cada país permanece. Em contrapartida, as taxas relativas ou padrões de desigualdade de oportunidades são semelhantes em diversos países, inclusive nos de industrialização recente.

Em seu trabalho sobre mobilidade social comparada, Erickson e Goldthorpe (1987, 1993) propõem avaliar a hipótese prevendo similaridade nas taxas de mobilidade social intergeracional em sociedades industriais, inicialmente levantada por Featherman, Jones e Hauser (1975). A “hipótese FJH” (nome definido pelas iniciais de seus propositores) é apresentada como uma reformulação da hipótese sugerida por Lipset e Zetterberg (1959) e pode ser resumida por duas idéias:

- ao contrário do que sugeriram Lipset e Zetterberg (1959), os países industriais têm padrões e quantidades bastante diferentes de mobilidade intergeracional, se essa mobilidade for considerada no plano “fenotípico” das taxas absolutas (como o fizeram Lipset e Zetterberg), ou seja, taxas de entrada, de saída, mobilidade total, ascendente e descendente calculadas em termos de percentuais obtidos a partir das tabelas de mobilidade. Esses tipos de cálculo foram apresentados nas seções anteriores;
- uma similaridade básica pode, no entanto, ser detectada se a mobilidade intergeracional for considerada no plano “genotípico”, tal como nas razões de chances implícitas na tabela de mobilidade e que mostram o padrão de associação entre classes de origem e destino ou, alternativamente, as chances relativas de indivíduos com diferentes origens terem mobilidade para certos destinos.

Segundo a hipótese FJH, as taxas absolutas de mobilidade são influenciadas – por meio da distribuição marginal das tabelas de mobilidade – por mudanças sociais estruturais e por uma série de outros fatores que poderiam ser caracterizados como exógenos às famílias e aos indivíduos. Esses fatos, relacionados às histórias econômicas e políticas de cada país, tendem a ser muito distintos entre as nações e levam, conseqüentemente, a grande variabilidade nas taxas absolutas de mobilidade, conforme observei e descrevi nas seções anteriores. Em contraste, as taxas relativas são obtidas independentemente de tais efeitos exógenos e são, portanto, influenciadas apenas por fatores operando em cada sociedade para criar chances de mobilidade diferentes para indivíduos com origens de classe distintas. Essa similaridade básica, portanto, deve se re-

fletir em taxas relativas de mobilidade seguindo padrões semelhantes, ou como preferem FJH, em “regimes endógenos de mobilidade” semelhantes.

Inicialmente, a hipótese FJH foi testada por modelos que pressupunham total identidade das taxas de mobilidade relativa entre todas as nações industriais. Tal analogia não era prevista na formulação verbal da hipótese, mas era testada pelos modelos utilizados. Estes, como era de se esperar, nunca apresentaram um ajuste satisfatório aos dados (GRUSKY; HAUSER, 1984).

Ao retomar a hipótese FJH, Erickson e Goldthorpe (1992, 1993) a elaboraram de forma menos rígida, porém ainda significativa, dizendo que entre as nações industriais haveria um padrão comum ou básico de taxas relativas, ou de fluidez social. Dessa forma, mesmo quando diferenças entre países aparecem, elas devem ser entendidas antes como variações em torno de um mesmo tema, do que em termos de um conjunto distinto de tipos de fluidez.

Entendendo a mobilidade no contexto da estrutura de classes, Erickson e Goldthorpe (1993) desenvolveram um modelo de fluidez básico e o ajustaram a dados sobre mobilidade intergeracional de sete países da Europa ocidental, dois da oriental, do Japão, dos Estados Unidos e da Austrália. Os resultados comprovam que há um padrão básico de fluidez, e que as variações em torno desse padrão ou tema não comprometem sua generalidade. Ou seja, o padrão básico de fluidez realmente está presente nas sociedades estudadas. Posteriormente, outros países foram incluídos no projeto comparativo, como Israel (YAISH, 1999) e Rússia (GERBER; HOUT, 2005). Em todos os casos, o modelo básico de fluidez foi considerado relevante para explicar o padrão de fluidez social. Apesar de alguns autores terem preferido modelos alternativos, o básico mostrou-se relevante em todos os países estudados.

Há pouco, alguns países de industrialização mais recente também foram incluídos no projeto comparativo. Inicialmente, a Coreia do Sul, onde o modelo básico também se aplica (PARK, 2002), e posteriormente o Brasil (COSTA RIBEIRO, 2002) e o Chile (TORCHE, 2004) também foram estudados, proporcionando testes ainda mais robustos sobre a validade do modelo básico. Nesta seção apresento os resultados que obtive para o Brasil.

Se, por um lado, a inclusão destes três países de industrialização tardia no projeto comparativo mostrou que com pequenas modificações o modelo básico de fluidez social se aplica, Por outro lado, análises sobre o nível de fluidez social trouxeram novidades inesperadas. Chile, Coreia do Sul e Brasil são

mais fluidos – têm menos desigualdade de oportunidades – do que os países de industrialização mais antiga anteriormente estudados. No caso chileno, e também no brasileiro, essa descoberta leva a um paradoxo: como países com tanta desigualdade de renda como Chile e Brasil podem ser mais fluidos, com menos desigualdade de oportunidades, do que outros países com desigualdade de renda muito menor?

A socióloga Florencia Torche (2004, 2005) propôs uma hipótese inovadora para entender a relação entre desigualdade de renda e mobilidade social (ou desigualdade de oportunidades) com o objetivo de solucionar o que chamou de “paradoxo chileno”, ou seja, o fato de esse país ser um dos mais desiguais em termos de renda e menos desiguais em termos de oportunidades de mobilidade. Antes de investigar tal questão, apresento a seguir as características do ajuste do modelo de fluidez básico aos dados brasileiros.

O MODELO DE FLUIDEZ SOCIAL BÁSICO NO BRASIL

Nesta seção procuro identificar um padrão brasileiro de “fluidez” de classe que seja o mais próximo possível do padrão básico proposto por Erickson e Goldthorpe (1992, 1993). Para alcançar esse objetivo, ajustei o modelo básico de fluidez social às quatro tabelas de mobilidade brasileiras cruzando 11 classes de origem e 11 de destino em 1973, 1982, 1988 e 1996. Para que o ajuste aos dados brasileiros seja estatisticamente significativo, são necessárias algumas modificações no modelo básico, da mesma forma que ocorre em cada um dos países estudados por Erickson e Goldthorpe (1992, 1993). Características históricas da estrutura de classes brasileira, que serão discutidas aqui, justificam essas modificações.

O padrão básico de fluidez social proposto por Goldthorpe e Erickson (1992, 1993) é obtido a partir do ajuste de um modelo log-linear “topológico” definido por 14 matrizes (apresentadas no Apêndice A5.1) especialmente construídas para capturar quatro efeitos distintos que influenciam os padrões de fluidez de classe: hierarquia, herança, setor e afinidade.

No esquema com 11 classes sociais há quatro efeitos de hierarquia (HI1, HI2, HI3 e HI4), os quais definem cinco áreas na estrutura de classes. Os efeitos representam barreiras sucessivas que impedem a mobilidade ascendente ou

descendente entre as cinco áreas. O primeiro efeito hierárquico (HI1) corresponde à linha que separa os profissionais e administradores de nível alto (classe I) das classes II e IVa. O segundo (HI2) divide as classes dos profissionais e administradores de nível baixo (classe II) e a pequena burguesia de nível alto (IVa) das classes IIIa, IVb e V. O terceiro (HI3) segrega as classes de trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto (IIIa), a pequena burguesia de nível baixo (IVb) e técnicos e supervisores do trabalho manual (V) das classes IIIb, VI e IVc. Finalmente, o quarto efeito (HI4) separa as classes de trabalhadores manuais de rotina de nível baixo (IIIb), os trabalhadores manuais qualificados (VI) e os pequenos empregadores rurais (IVc) das classes urbanas de trabalho manual não-qualificado (VIIa) e dos trabalhadores rurais (VIIb).

Para compreender melhor essas quatro divisões, vale considerar um exemplo. Uma pessoa oriunda das classes de trabalhadores não-qualificados de nível baixo (VIIa e VIIb) precisa transpor quatro fronteiras hierárquicas (HI1, HI2, HI3 e HI4) para alcançar um destino na classe de profissionais de nível alto (I), enquanto uma pessoa oriunda das classes de profissionais de nível baixo (II) ou da pequena burguesia de nível alto (IVa) precisa transpor apenas uma fronteira hierárquica (HI1) para alcançar a classe de profissionais de nível alto (I).

Além dos efeitos de hierarquia, há três de herança de classe (IN1, IN2 e IN3) que aumentam a probabilidade de imobilidade. Os três efeitos diferentes se somam. O primeiro (IN1) captura a propensão à imobilidade em cada uma das 11 classes. O segundo (IN2) relaciona-se à tendência à imobilidade nas classes em que a propriedade exerce um papel importante na transmissão intergeracional de vantagens (I, IVa e IVc). O terceiro (IN3) serve para reforçar ainda mais a imobilidade específica relacionada à transmissão de propriedade rural na classe IVc.

Há também efeitos de barreira separando setores da estrutura de classes. Um efeito (SE1) desenhado para capturar as dificuldades de mobilidade entre as classes rurais (IVc e VIIb) e não-rurais (todas as outras) e outro (SE2) representando a barreira entre as classes no setor de pequenos negócios (IVa, IVb e IVc) e o resto.

Os efeitos de hierarquia, herança e setor são em geral comuns a diversas sociedades, mas não são suficientes para ajustar o modelo básico aos dados de nenhum país. Para realizar esse ajuste são necessários coeficientes para capturar os efeitos de afinidade e descontinuidade que caracterizam a mobilidade intergeracional entre alguns grupos específicos de classes. Esses coeficientes,

que são denominados efeitos de afinidade (AF1, AF2, AF3 e AF4), são especialmente desenhados para capturar as descontinuidades concretas (afinidades negativas) ou vínculos (afinidades positivas) entre classes. Funcionam ora para reforçar (afinidade negativa) ora para diminuir (afinidade positiva) os efeitos totais das divisões hierárquicas e de setor. Em geral, modificam-se tais efeitos de afinidade para que o modelo se ajuste aos dados. Críticas metodológicas ao modelo (HOUT; HAUSER, 1992) enfatizam que a modificação dos efeitos de afinidade não se justifica substantivamente, mas apenas como uma forma *ad hoc* de ajustar os modelos aos dados. Erickson e Goldthorpe (1993, p.145) defendem-se dizendo que os ajustes não podem ser feitos sem “apoio em estudos sociológicos ou históricos sobre a sociedade nacional em questão”.

Tais tipos de modificação são necessários no caso nacional e parecem ser justificáveis do ponto de vista das interpretações da sociedade brasileira. Nesse sentido, três efeitos de afinidade foram substituídos para ajustar melhor o modelo topológico às tabelas de mobilidade brasileiras. Dos quatro efeitos de afinidade (AF1, AF2, AF3 e AF4) presentes no modelo básico, dois (AF1 e AF4) foram descartados e três novos foram introduzidos (AF1b, AF4b+ e AF4b-).

O primeiro efeito de mobilidade proposto no modelo original (AF1) foi desenhado para capturar o distanciamento, em ambas as direções, da mobilidade entre a classe de pequenos proprietários rurais sem empregados (IVd) e de trabalhadores manuais rurais (VIIb), de um lado, e de profissionais e administradores de nível alto e de nível baixo (I e II), do outro. Na versão brasileira, esse efeito foi substituído pelo AF1b, desenhado para capturar o distanciamento da mobilidade, em ambas as direções, entre as classes de trabalhadores qualificados (VI) e as classes de trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa), de um lado, e as classes de profissionais e administradores de nível alto e de nível baixo (I e II) e de proprietários urbanos com empregados (IVa), do outro.

O quarto efeito de afinidade (AF4) também foi modificado. No modelo original, esse efeito é estimado porque captura a afinidade de fluxo de saída das classes rurais (IVc e VIIb) para a classe de trabalhadores não-qualificados (VIIa). No caso brasileiro, o efeito original é substituído por dois outros que também visam estimar os impactos do fluxo de saída das classes rurais para as outras. O primeiro (AF4b+) pretende capturar a afinidade de fluxo de saída positiva da classe VIIb (trabalhadores rurais) para a pequena burguesia de nível baixo (IVb) e para as classes urbanas de trabalho manual (VI e VIIa), assim

como a afinidade de fluxo de saída positiva da classe IVc (empregadores rurais) para a pequena burguesia de nível baixo (IVb) e para a classe de trabalhadores manuais (VIIa). O segundo é um efeito de afinidade negativa ou descontinuidade (AF4b-), introduzido para capturar o distanciamento do fluxo de saída da classe de trabalhadores rurais (VIIb) para as classes não-manuais de nível alto (I, II, IIIa e IVa) e para a classe de técnicos e supervisores do trabalho manual (V), que é a elite da classe trabalhadora.

Os outros dois efeitos de afinidade do modelo original foram mantidos para estimar o padrão de fluidez social brasileiro. Um deles (AF2) está relacionado à afinidade entre todas as transições nas classes não-manuais (I, II, IIIa e IIIb) e à afinidade para todas as transições nas classes manuais urbanas (V, VI e VIIa). Esse coeficiente é concebido como um efeito de afinidade de *status* com sinal positivo. O outro efeito (AF3), mantido no modelo brasileiro, foi construído para capturar a afinidade positiva em todas as transições entre classes que, de maneira inequívoca, possuem capital: profissionais e administradores de nível alto (I), pequena burguesia, com empregados, de nível alto (IVa) e empregadores rurais (IVc).

No caso brasileiro, assim como no de vários outros países, foram necessárias algumas alterações importantes para que fosse possível ajustar o modelo às tabelas de mobilidade. Embora as alterações tenham sido obtidas pelo desempenho empírico do modelo básico aplicado a cada uma das quatro tabelas brasileiras, elas precisam ser corroboradas por interpretações sociológicas e históricas. Ou seja, embora tenha proposto as modificações descritas até aqui a partir do ajuste do modelo de fluidez básico aos dados brasileiros, essas mudanças só podem ser aceitas se estiverem de acordo com interpretações correntes sobre a sociedade brasileira. Esse tipo de procedimento foi severamente criticado por Hout e Hauser (1992) e Sorenson (1992) porque as explicações teórica e historicamente fundamentadas não são explicitamente testadas pelo modelo, mas sim utilizadas *a posteriori* para justificar e “forçar” o ajuste dos modelos aos dados. Erickson e Goldthorpe (1992), em contrapartida, acreditam que o estudo teórico da fluidez social não pode ser feito sem considerar certas particularidades históricas de cada sociedade, na medida em que a sociologia constitui uma ciência de fenômenos históricos. Embora as críticas sejam pertinentes e a defesa, pouco convincente, o uso do modelo de fluidez básico continua a ser uma importante ferramenta para os estudos com-

parativos de mobilidade porque permite identificar quanto os diversos países se aproximam ou se diferenciam de um padrão básico recorrente. Os procedimentos metodológicos que utilizei para chegar à versão brasileira do modelo de fluidez básico são explicados a seguir, um pouco mais adiante apresento as justificativas substantivas para as modificações que introduzi, ou seja, as justificativas relacionadas às especificidades históricas da sociedade brasileira.

Em um primeiro estágio, ajustei o modelo básico de fluidez social (usando as 14 matrizes originais) a tabelas brasileiras cruzando 11 categorias de origem por 11 de destino por quatro anos. Estimei o modelo tanto na forma de associação constante, que testa a hipótese de as razões de chance não mudarem entre os quatro anos, significando a manutenção da fluidez social; quanto na forma de diferenciação uniforme (unidiff), que pressupõe redução ou aumento na fluidez social ao longo dos anos. Em seguida, avaliei o desempenho desses ajustes de acordo com os critérios de aderência usuais e examinei os resíduos para descobrir modificações significativas que devem ser incluídas no modelo básico para que ele se ajuste às tabelas brasileiras de mobilidade. Essas modificações são os três efeitos de afinidade novos que descrevi anteriormente. O novo modelo inclui todos os efeitos de hierarquia, setor e herança já mencionados, mais os novos efeitos de afinidade (AF1b, AF4b+ e AF4b-) e exclui alguns dos efeitos originais de afinidade (AF1 e AF4). Ajustei o novo modelo também nas formas constante e unidiff. O ajuste dos modelos, realizado em dois estágios, e do modelo de independência, que testa a hipótese de não haver associação entre origem e destino, são apresentados na Tabela 21.

De acordo com os critérios estatísticos clássicos (p -valor e L^2), nenhum dos modelos se ajusta aos dados. É muito difícil encontrar bons modelos usando a razão de verossimilhança (L^2) ou qualquer outra medida baseada na distribuição qui-quadrado (χ^2) porque esses tipos de estatísticas são muito sensíveis a amostras de tamanho grande. Quando as amostras são amplas demais, como é o caso dos levantamentos brasileiros, os pesquisadores usam critérios alternativos para avaliar o ajuste dos modelos aos dados. Emprego dois critérios: as estatísticas BIC e a melhora na L^2 em relação ao modelo de independência. Um valor negativo para BIC sugere que o modelo se ajusta bem aos dados. A estatística BIC foi especialmente projetada para ajudar os pesquisadores a usar a parcimônia em vez do ajuste nas amostras grandes, pelas quais mesmo um “bom” modelo poderia ser rejeitado pelas estatísticas χ^2 usuais. Ao comparar

modelos, deve-se preferir aquele com valor BIC mais negativo. A melhora na L^2 em relação ao modelo de independência simplesmente indica o quanto da associação não explicada por este modelo o é pelo modelo alternativo.

Tabela 21 – Estatísticas de ajuste dos modelos de (1) independência, (2) Fluidez Básico (associação constante), (3) Fluidez Básico (UNIDIFF), (4) Fluidez Básico Brasileiro (associação constante) e (5) Fluidez Básico Brasileiro (UNIDIFF) à tabela cruzando 11 classes de origem por 11 de destino por 4 anos para homens entre 25 e 64 anos de idade ($N = 163646$)

Modelos	L^2	g.l.	Bic	L_m^2 / L_0^2 (%)	p
1 - Modelo de independência	56.591,7	400	51.790	100,0	<.001
2 - Modelo de Fluidez Básico (associação constante)	5.307,0	386	673	9,4	<.001
3 - Modelo de Fluidez Básico (UNIDIFF)	5.193,7	383	596	9,2	<.001
4 - Modelo de Fluidez Básico Brasileiro (associação constante)	2.589,9	386	-2.044	4,6	<.001
5 - Modelo de Fluidez Básico Brasileiro (UNIDIFF)	2.165,2	383	-2.433	3,8	<.001

Esses critérios de aderência ou ajuste alternativos sugerem que o modelo básico de fluidez social – tanto na forma de associação constante quanto na unidiff – não explica bem o padrão de fluidez brasileiro, uma vez que os modelos não se ajustam aos dados. É a variante brasileira do modelo básico (quatro e cinco) que fornece um ajuste aceitável. Esta versão na forma unidiff apresenta o melhor ajuste de todos, indicando, como mostrei no Capítulo 4, que há um aumento da fluidez entre 1973 e 1996 de cerca de 15,2% (ver Tabela 6.6). Quando aplicada às tabelas de mobilidade para os quatro anos, a versão brasileira do modelo básico na forma unidiff captura 96,8% ($100 - 3,2$) da associação entre classe de pai e de filho não explicada pelo modelo de Independência, e apresenta a estatística BIC mais negativa entre todos os modelos comparados ($BIC = -2433$).

Como expliquei anteriormente, para ajustar a versão modificada do modelo básico aos dados brasileiros, descartei dois e incluí três novos efeitos

de afinidade. Embora essa versão modificada tenha sido elaborada após eu ter inspecionado os resíduos do ajuste do modelo básico, a lógica que orienta as modificações precisa ser corroborada por características sociológicas e históricas do sistema de estratificação brasileiro. Todas as modificações envolvem diretamente as oportunidades de mobilidade relativa das classes trabalhadoras e rurais.⁶⁹

Muitos estudiosos da sociedade brasileira enfatizaram a existência de uma grande divisão na estrutura social que opõe um setor rico e dinâmico a um outro pobre e estagnado (e.g. SANTOS, 1986; BARROS *et al.*, 2000). O setor pobre engloba a maioria dos trabalhadores manuais urbanos e rurais, enquanto o setor rico inclui os trabalhadores administrativos de nível alto. Uma das mais atraentes metáforas cunhada por economistas que estudam a desigualdade de renda explica o Brasil como uma “Bel-Índia” (BACHA; TAYLOR, 1976). Esse neologismo nada mais é do que uma combinação das palavras Bélgica e Índia, criado precisamente para expressar o fato de que a economia brasileira possui um setor rico – que faz lembrar a rica economia da Bélgica – vivendo lado a lado com um setor pobre – que faz lembrar as regiões miseráveis da Índia. Apesar de suas simplificações, o neologismo funciona bem ao resumir algumas características da estrutura econômica interna brasileira. Em termos de condições de vida, as classes trabalhadoras rurais (VIb) e as classes urbanas de trabalho manual (VI e VIIa) são compostas, em sua maioria, por pessoas muito pobres, enquanto as classes de profissionais e administradores (I e II), de trabalho não-manual alto (IIIa) e de pequenos proprietários com empregados (IVa) desfrutam de padrões de vida confortáveis. Conseqüentemente, ao analisar as taxas de mobilidade relativa, há a expectativa de encontrar padrões totalmente diferentes para as classes na base e no topo da estrutura, assim como oportunidades de mobilidade relativamente muito baixas para as pessoas que se movem entre esses dois blocos. Esse argumento sugere que tais padrões, que envolvem as classes de nível alto e de nível baixo, apresentam traços distintos no Brasil.

Além disso, diversos estudos sobre a sociedade brasileira enfatizam que a recente transição de uma economia rural, apoiada no uso extensivo da terra e do trabalho rural pouco qualificado, para a industrial, apoiada em relações de trabalho menos tradicionais, provocou muitos dos problemas observados na

69 O efeito de cada célula do novo modelo básico adaptado ao caso brasileiro pode ser facilmente observado na Tabela A5.2.1, no Apêndice.

estrutura social desigual do país (para referências clássicas, ver FERNANDES, 1968; e Leal, 1976). No caso da estrutura de classes e dos padrões de mobilidade, é fácil observar que a maioria dos trabalhadores origina-se nas classes rurais. A maior proporção de trabalhadores rurais encontrou empregos nas classes urbanas de trabalho manual não-qualificado ou nas classes de trabalho não-manual mais baixas do setor de serviços da economia.

Tanto a nítida divisão entre os setores pobres e ricos da economia como a recente transição de estrutura social agrária para industrial trouxeram consequências aos padrões de fluidez social. Sustento que essas duas características da sociedade brasileira são os únicos fatores sociológicos que impedem o ajuste do modelo básico aos dados brasileiros. Conseqüentemente, as modificações precisam levar em consideração essas idiosincrasias da transição brasileira para o industrialismo. Ao formular a versão diferente do modelo básico que descrevi anteriormente precisei, por conseguinte, alterar os padrões de fluidez relacionados às classes rurais e às classes de trabalho manual.

As classes rurais

Sabe-se que a emergência das sociedades industriais leva à diminuição do tamanho das classes rurais – tal redução chega em ritmos diferentes mas é constante e inevitável. Portanto, não é surpresa o fato de os padrões de mobilidade das classes rurais exercerem um papel importante no modelo básico de fluidez que foi proposto por Erickson e Goldthorpe (1992, 1993) para descrever a mobilidade relativa em países que se industrializaram predominantemente durante o século XX. Dois aspectos são fundamentais no modelo básico. Primeiro, há barreiras à mobilidade entre classes rurais e não-rurais agindo sobre os outros efeitos hierárquicos que também se aplicam – essas barreiras são capturadas pelo efeito do setor rural *versus* setor urbano (SE1). Segundo, a classe dos proprietários rurais com empregados (IVc) revela uma tendência, excessivamente alta, à imobilidade associada à herança da terra e às tradições de trabalho no campo – essa propensão à imobilidade é capturada por um efeito de herança (IN3). Essas duas propensões (capturadas pelos efeitos SE1 e IN3) agem, portanto, conjuntamente para restringir as oportunidades de entrada no trabalho rural.

Embora esses dois efeitos também sejam importantes para delinear o padrão de fluidez brasileiro, eles não são suficientes. Há outros aspectos relacionados às classes rurais que se destacam e que não são capturados pelos dois efeitos já presentes no modelo básico. Em particular, os altos fluxos de saída das classes rurais para outras classes precisam ser examinados. Nas análises do Capítulo 4, nos modelos que descrevem os padrões de “mobilidade estrutural”, observei que, no período de 1973 a 1996, o fluxo de saída de trabalhadores rurais para outras classes é excessivamente alto no Brasil. Apesar de os homens oriundos das classes rurais serem encontrados em grandes proporções em cada uma das outras classes de destino, mostra-se fundamental observar que as oportunidades de mobilidade para determinadas classes são maiores quando comparadas às de outras classes. Na realidade, quando se modela a fluidez social, duas características dos padrões de fluxo de saída das classes rurais precisam ser levadas em consideração.

Em primeiro lugar, as propensões à mobilidade de filhos de trabalhadores rurais (VIIb) e de filhos de proprietários rurais (IVc) para destinos nas classes urbanas de trabalho manual (VI e VIIa) e para a pequena burguesia sem empregados (classe IVb) são excepcionalmente altas. Embora essa mobilidade, tal como observada nas taxas absolutas, seja alta, ela não pode ser explicada pela “mobilidade estrutural”, ou seja, o grande fluxo de mobilidade entre as classes rurais e estas classes urbanas deve-se antes à forte associação entre elas do que à força da mobilidade estrutural. Nesse sentido, o modelo de fluidez deve levar em conta a “atração” entre a classe de trabalhadores rurais (VIIb) e o trabalho urbano pouco qualificado (VI, VIIa e IVb). Em segundo lugar, as propensões à mobilidade de trabalhadores rurais (VIIb) para classes administrativas de nível alto (I, II, IIIa e IVa) e para a elite da classe de trabalhadores (V) são menores do que as oportunidades de mobilidade para outras classes. Na realidade, como mostrei no Capítulo 4, o grande fluxo da classe de trabalhadores rurais (VIIb) para as classes urbanas mais privilegiadas (I, II, IIIa, IVa e V) deve ser explicado quase inteiramente pela força da mobilidade estrutural. Os efeitos de afinidade positiva (AF1b+) e negativa (AF1b-) descritos anteriormente foram desenhados para capturar os efeitos nos padrões de fluidez desses dois aspectos relacionados ao fluxo de saída das classes rurais de origem para outras classes de destino.

Como argumentei anteriormente, a inclusão desses dois efeitos adicionais de afinidade (AF4b- e AF4b+) para melhorar o ajuste do modelo básico aos dados possui relevância teórica e substantiva porque, entre 1973 e 1996, a proporção de indivíduos oriundos das classes rurais (IVc e VIIb) chega, pelo menos, a 50% de todos os trabalhadores. No Brasil, o fluxo de saída do setor rural para todas as outras classes é muito maior do que em qualquer país industrializado – com exceção da Coreia do Sul (PARK, 2002). Como uma forma de levar em consideração essas características do regime de mobilidade brasileiro, propus dois efeitos de afinidade que possuísem não apenas pertinência empírica para a elaboração de um modelo básico de fluidez log-linear topológico, mas também relevância sociológica e histórica na explicação da estratificação brasileira.

As classes trabalhadoras

De acordo com o modelo básico, nos países industrializados, os padrões de fluidez social da classe trabalhadora são determinados não apenas pelos efeitos hierárquicos, mas também pelos efeitos de *status*. No modelo básico, são definidos dois grupos de *status*: o “bloco administrativo” (classes I, II, IIIa e IIIb) e o “bloco operário” (classes V, VI e VIIa). Espera-se que a propensão à mobilidade seja relativamente alta dentro de cada grupo de *status*. Embora o padrão de fluidez brasileiro atenda a essa expectativa, outro aspecto vinculado à divisão entre os blocos operário e administrativo precisou ser incluído na versão nacional.

A economia brasileira caracteriza-se por uma nítida divisão entre os setores pobres e ricos. Essa separação do mercado de trabalho precisa ser levada em consideração quando se analisa a fluidez social. Para capturar essa divisão, que aumenta a distância entre o bloco administrativo e o bloco operário, e que muitos cientistas sociais argumentam ser um traço distintivo da estrutura social brasileira, incluí um efeito de afinidade (AF1b) extra cujas características descrevi anteriormente. Esse novo efeito de distanciamento funciona como um reforço dos efeitos hierárquicos incluídos no modelo. Assim como no caso das classes rurais, ele possui não apenas relevância empírica, mas sobretudo está de acordo com diversas interpretações sociológicas e históricas sobre a estrutura social brasileira.

Levar em conta as especificidades da estratificação brasileira, já descritas, torna-se essencial para compreender as modificações ao modelo de fluidez básico que proponho. As mudanças, no entanto, não alteram algumas características fundamentais do modelo básico definido por Erickson e Goldthorpe (1992, 1993). De acordo com as estimativas de parâmetros apresentadas na Tabela 22, os coeficientes da variante brasileira nas quatro primeiras colunas de números apresentam os sinais esperados, isto é, sinais negativos que indicam baixa propensão à mobilidade e sinais positivos que apontam alta tendência à mobilidade ou à imobilidade. Os parâmetros estimados por Erickson e Goldthorpe (1992), na última coluna à direita da Tabela 22, também trazem os mesmos sinais. No Brasil, assim como nos países do projeto Casmin, os parâmetros de hierarquia (HI1, HI2, HI3 e HI4) são todos negativos porque expressam a dificuldade de transposição de barreiras sucessivas. Os parâmetros de herança ou imobilidade (IN1, IN2 e IN3) são positivos por indicarem a inclinação a permanecer na mesma classe intergeracionalmente. Os parâmetros incluídos para capturar a dificuldade de transpor barreiras de setor (SE1 e SE2) são negativos, como se esperava, uma vez que mostram dificuldades relativas de cruzar barreiras de transposição complexa. Finalmente, os parâmetros de afinidade positiva entre grupos de classe (AF2, AF3 e AF4b+) e os de afinidade negativa (AF1b- e AF4b-) também têm os sinais esperados. Esses resultados comprovam que o padrão de fluidez brasileiro, visto conjuntamente, acompanha as expectativas gerais do modelo básico.

Os parâmetros das quatro primeiras colunas da Tabela 6.6 foram estimados pelo modelo básico de fluidez social brasileiro na forma unidiff. Todos diminuem proporcionalmente entre cada um dos quatro anos estudados: entre 1973 e 1982 a redução é de 7,9%; entre 1982 e 1988, de 3,3%; e entre 1988 e 1996, de 4,4%. O decréscimo da força da associação se dá sem que se modifique o padrão básico encontrado no Brasil e em diversos outros países, o que coloca o caso brasileiro em perspectiva comparada internacional.

Para que seja possível entender os parâmetros estimados apresentados na Tabela 22, é preciso lembrar que eles possuem um caráter aditivo. Essa propriedade aditiva resulta da soma das 14 matrizes (Tabela 1 do Anexo deste capítulo) usadas para calcular os modelos e pode ser observada na Tabela 2 (para o modelo básico) e na Tabela 3 (para o modelo de fluidez brasileiro) do Anexo. Quando as adições, apresentadas nas referidas tabelas, são aplicadas,

Tabela 22 – Parametros estimados pelos modelos (1) de Fluidiez Brasileiro em forma UNIDIFF (modelo 5 tabela 21) para o Brasil e (2) de Fluidiez Básico para os países do projeto CASMIN

Parâmetros estimados pelo:	Modelo de Fluidiez Brasileiro (UNIDIFF) ¹				Modelo Básico (CASMIN) ²
	1973	1982	1988	1996	
HI1	-0,23	-0,21	-0,19	-0,16	
HI2	-0,11	-0,10	-0,09	-0,07	-0,25
HI3	-0,44	-0,41	-0,36	-0,31	-0,42
HI4	-0,81	-0,75	-0,66	-0,56	-0,44
IN1	0,64	0,59	0,52	0,44	0,58
IN2	0,23	0,21	0,19	0,16	0,59
IN3	0,20	0,18	0,16	0,14	1,34
SE1	-1,14	-1,05	-0,93	-0,79	-1,01
SE2	-0,16	-0,15	-0,13	-0,11	-0,30
AF1	-	-	-	-	-0,35
AF1B - BR	-0,17	-0,16	-0,14	-0,12	-
AF2	0,39	0,36	0,32	0,27	0,33
AF3	0,29	0,26	0,23	0,20	0,20
-AF4B - BR	-0,58	-0,53	-0,47	-0,40	-
+AF4B - BR	0,79	0,73	0,65	0,55	-
AF4	-	-	-	-	0,70
Efeito "Unidiff" em cada ano	1,00	0,92	0,89	0,85	
Redução percentual no "Unidiff", modelo 5					
'1973-1982		7,9%			
'1982-1988		3,3%			
'1988-1996		4,0%			
'1973-1996		15,2%			

(1) Modelo 5 da tabela 21.

(2) Parâmetros estimados pelo modelo de fluidiez básico original ajustado aos países do projeto CASMIN, apresentados em Erickson e Goldthorpe (1992). Todos os parâmetros são significativos.

Nota: Todos os parametros estimados sao significativos ao nivel $p < 0,05$.

fica fácil observar as propensões positivas e negativas para a mobilidade e para a imobilidade em cada uma das células das quatro tabelas de mobilidade 11 por 11. As tendências positivas e negativas em cada célula da tabela de mobilidade exprimem o padrão de fluidez brasileiro. É importante lembrar que alguns dos efeitos de hierarquia e setor ou são reforçados pelos efeitos de afinidade negativa ou são reduzidos pelos efeitos de afinidade positiva. Para obter as propensões negativas e positivas de mobilidade (apresentadas na Tabela 23, é necessário fazer todas as somas dos parâmetros estimados para o modelo de fluidez brasileiro (Tabela 6.6), de acordo com as indicações da Tabela 3 do Anexo. A Tabela 23 mostra o resultado de todas essas somas para cada célula da tabela de mobilidade, em cada um dos quatro anos estudados.

A Tabela 23 descreve as propensões positivas e negativas para a mobilidade e a imobilidade em 1973, 1982, 1988 e 1996, de acordo com o modelo de fluidez brasileiro (modelo cinco da Tabela 21). Esses números devem ser interpretados como as tendências para mobilidade e imobilidade em cada uma das células da tabela de mobilidade em contraste com o nível de “fluidez neutra”.⁷⁰ Os valores positivos indicam quão maiores seriam as probabilidades de mobilidade se os efeitos do modelo não estivessem presentes. Já os valores negativos mostram quão menores seriam as probabilidades de mobilidade se os efeitos não estivessem presentes. Outra maneira de interpretar a “fluidez neutra” é dizer que quando ela se aplica não há desigualdade nas oportunidades de mobilidade e que os padrões de mobilidade são determinados exclusivamente pelos fatores estruturais, isto é, pelas disparidades entre a distribuição de classe de origem e a de destino que determinam a “mobilidade estrutural”. Em contrapartida, um número positivo em uma determinada célula da tabela de mobilidade aponta uma propensão mais alta à mobilidade daquela origem para aquele destino do que haveria se não existissem efeitos operando. Por exemplo, em 1973, a imobilidade na classe I é 2,4 ($e^{IN1+IN2}$ ou $e^{0,64+0,23}$ ou $e^{0,87}$)⁷¹ vezes maior do que seria na ausência de qualquer efeito de herança. Em 1996,

70 No programa de computador LEM, usado para estimar os modelos, o nível de fluidez neutra é estipulado para zero.

71 Como os modelos log-lineares são estimados usando os logaritmos naturais, é necessário fazer a conversão da escala logarítmica para interpretar os resultados. Para a conversão usa-se o anti-log ou (E neperiano). Os números convertidos são as razões de chances ou chances relativas descritas na introdução deste livro.

Tabela 23 – Parâmetros estimados pelo modelo de Flidez Social Brasileiro na forma UNIDIFF (modelo 5 da tabela 21) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1973–1996

Classe de Origem	Classe de Destino – 1973										
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc1	VIIb
Profissionais e administradores, nível alto	0,87	0,16	0,06	0,06	-0,49	-0,39	-0,33	-0,95	-1,76	-1,79	-2,73
Profissionais e administradores, nível baixo	0,16	0,64	0,16	-0,16	-0,39	0,06	-0,23	-0,51	-0,95	-1,63	-1,92
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	0,06	0,16	0,64	-0,39	-0,16	0,16	1,00	-0,23	-0,33	-1,52	-0,49
Pequenos proprietários, empregadores	-0,10	-0,16	-0,39	0,87	-0,23	-0,49	-0,39	-1,11	-1,11	-1,47	-2,08
Pequenos proprietários, sem empregados	-0,49	-0,39	-0,16	-0,23	0,64	-0,39	-0,16	-0,39	-0,49	-1,37	-1,63
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	-0,39	0,06	0,16	-0,49	-0,39	0,64	-0,23	1,00	-0,23	-1,30	-1,37
Técnicos e supervisores do trabalho manual	-0,33	-0,23	1,00	-0,39	-0,16	-0,23	0,64	0,16	0,06	-1,52	-1,47
Trabalhadores manuais qualificados	-0,95	-0,51	-0,23	-1,11	-0,39	1,00	0,16	0,64	0,16	-1,30	-1,37
Trabalhadores manuais não-qualificados	-1,76	-0,95	-0,33	-1,11	-0,49	-0,23	0,06	0,16	0,64	-1,52	-1,14
Pequenos empregadores rurais	-1,79	-1,63	-1,52	-0,49	-0,57	-1,30	-1,52	-1,30	-0,73	0,87	-0,39
Trabalhadores manuais rurais	-3,31	-2,49	-2,05	-2,65	-0,84	-1,37	-2,05	-0,57	-0,35	-0,39	0,64

(continua)

Tabela 23 – Parâmetros estimados pelo modelo de Fludez Social Brasileiro na forma UNIDIFF (modelo 5 da tabela 21) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1973-1996

Classe de Origem	Classe de Destino – 1982										
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc1	VIIb
Profissionais e administradores, nível alto	0,80	0,15	0,05	0,05	-0,45	-0,36	-0,31	-0,88	-1,62	-1,65	-2,51
Profissionais e administradores, nível baixo	0,15	0,59	0,15	-0,15	-0,35	0,05	-0,21	-0,47	-0,88	-1,50	-1,77
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	0,05	0,15	0,59	-0,35	-0,15	0,15	1,00	-0,21	-0,31	-1,40	-0,45
Pequenos proprietários, empregadores	-0,09	-0,15	-0,35	0,80	-0,21	-0,45	-0,35	-1,02	-1,02	-1,36	-1,91
Pequenos proprietários, sem empregados	-0,45	-0,35	-0,15	-0,21	0,59	-0,35	-0,15	-0,35	-0,45	-1,26	-1,50
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	-0,36	0,05	0,15	-0,45	-0,35	0,59	-0,21	1,00	-0,21	-1,20	-1,26
Técnicos e supervisores do trabalho manual	-0,31	-0,21	1,00	-0,35	-0,15	-0,21	0,59	0,15	0,05	-1,40	-1,36
Trabalhadores manuais qualificados	-0,88	-0,47	-0,21	-1,02	-0,35	1,00	0,15	0,59	0,15	-1,20	-1,26
Trabalhadores manuais não-qualificados	-1,62	-0,88	-0,31	-1,02	-0,45	-0,21	0,05	0,15	0,59	-1,40	-1,05
Pequenos empregadores rurais	-1,65	-1,50	-1,40	-0,45	-0,53	-1,20	-1,40	-1,20	-0,67	0,80	-0,35
Trabalhadores manuais rurais	-3,04	-2,30	-1,89	-2,44	-0,77	-1,26	-1,89	-0,53	-0,32	-0,35	0,59

(continua)

Tabela 23 – Parâmetros estimados pelo modelo de Fludez Social Brasileiro na forma UNIDIFF (modelo 5 da tabela 21) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1973–1996

Classe de Origem	Classe de Destino – 1988										
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc1	VIIb
Profissionais e administradores, nível alto	0,71	0,13	0,05	0,05	-0,40	-0,32	-0,27	-0,78	-1,44	-1,46	-2,23
Profissionais e administradores, nível baixo	0,13	0,52	0,13	-0,13	-0,31	0,05	-0,19	-0,42	-0,78	-1,34	-1,57
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	0,05	0,13	0,52	-0,31	-0,13	0,13	1,00	-0,19	-0,27	-1,25	-0,40
Pequenos proprietários, empregadores	-0,08	-0,13	-0,31	0,71	-0,19	-0,40	-0,31	-0,91	-0,91	-1,21	-1,70
Pequenos proprietários, sem empregados	-0,40	-0,31	-0,13	-0,19	0,52	-0,31	-0,13	-0,31	-0,40	-1,12	-1,34
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	-0,32	0,05	0,13	-0,40	-0,31	0,52	-0,19	1,00	-0,19	-1,06	-1,12
Técnicos e supervisores do trabalho manual	-0,27	-0,19	1,00	-0,31	-0,13	-0,19	0,52	0,13	0,05	-1,25	-1,21
Trabalhadores manuais qualificados	-0,78	-0,42	-0,19	-0,91	-0,31	1,00	0,13	0,52	0,13	-1,06	-1,12
Trabalhadores manuais não-qualificados	-1,44	-0,78	-0,27	-0,91	-0,40	-0,19	0,05	0,13	0,52	-1,25	-0,93
Pequenos empregadores rurais	-1,46	-1,34	-1,25	-0,40	-0,47	-1,06	-1,25	-1,06	-0,60	0,71	-0,31
Trabalhadores manuais rurais	-2,70	-2,04	-1,68	-2,17	-0,69	-1,12	-1,68	-0,47	-0,28	-0,31	0,52

(continua)

Tabela 23 – Parâmetros estimados pelo modelo de Fludez Social Brasileiro na forma UNIDIFF (modelo 5 da tabela 21) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1973–1996

Classe de Origem	Classe de Destino – 1996										
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc1	VIIb
Profissionais e administradores, nível alto	0,60	0,11	0,04	0,04	-0,34	-0,27	-0,23	-0,66	-1,22	-1,24	-1,89
Profissionais e administradores, nível baixo	0,11	0,44	0,11	-0,11	-0,27	0,04	-0,16	-0,35	-0,66	-1,13	-1,33
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	0,04	0,11	0,44	-0,27	-0,11	0,11	1,00	-0,16	-0,23	-1,06	-0,34
Pequenos proprietários, empregadores	-0,07	-0,11	-0,27	0,60	-0,16	-0,34	-0,27	-0,77	-0,77	-1,02	-1,44
Pequenos proprietários, sem empregados	-0,34	-0,27	-0,11	-0,16	0,44	-0,27	-0,11	-0,27	-0,34	-0,95	-1,13
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	-0,27	0,04	0,11	-0,34	-0,27	0,44	-0,16	1,00	-0,16	-0,90	-0,95
Técnicos e supervisores do trabalho manual	-0,23	-0,16	1,00	-0,27	-0,11	-0,16	0,44	0,11	0,04	-1,06	-1,02
Trabalhadores manuais qualificados	-0,66	-0,35	-0,16	-0,77	-0,27	1,00	0,11	0,44	0,11	-0,90	-0,95
Trabalhadores manuais não-qualificados	-1,22	-0,66	-0,23	-0,77	-0,34	-0,16	0,04	0,11	0,44	-1,06	-0,79
Pequenos empregadores rurais	-1,24	-1,13	-1,06	-0,34	-0,40	-0,90	-1,06	-0,90	-0,51	0,60	-0,27
Trabalhadores manuais rurais	-2,29	-1,73	-1,42	-1,84	-0,58	-0,95	-1,42	-0,40	-0,24	-0,27	0,44

conclusão

(conclusão)

essa propensão diminuiu em 15,2%, passando a 1,8 ($e^{0,59}$) vez mais chances de imobilidade. Quando uma estimativa negativa se aplica, significa que há tendência negativa à mobilidade daquela origem para aquele destino. Por exemplo, em 1973, a mobilidade ascendente da classe VIIb (trabalhadores rurais) para a classe I (profissionais de nível alto) era 0,04 ($e^{HI1+HI2+HI3+HI4+SE1+AF4B-}$ ou $e^{(-0,22)+(-0,11)+(-0,44)+(-0,81)+(-1,14)+(-0,58)}$ ou $e^{-3,31}$) vez menor do que seria na ausência de efeitos hierárquicos (HI1, HI2, HI3 e HI4), de setor (SE1) e de distanciamento (AF4b-), isto é, 0,04 vez menor do que se a mobilidade fosse determinada apenas pelas disparidades entre as distribuições de classes de origem e de destino (i.e., pela mobilidade estrutural). Em 1996, essa propensão negativa diminuiu para 0,10 ($e^{-2,29}$) vez. Em outras palavras, quanto mais positivos forem os números na Tabela 23, maior será a probabilidade de chances relativas de mobilidade naquela célula, enquanto, em contraste, quanto mais negativos os números em uma determinada célula, menor a probabilidade de ocorrência de chances relativas de mobilidade. Todos os números aproximam-se mais de zero entre 1973 e 1996. Se todos fossem zero não haveria desigualdade de oportunidades, haveria fluidez completa. Aproximando-se de zero entre 1973 e 1996, os números revelam a diminuição da desigualdade de oportunidades, mas, como visto anteriormente, continua havendo bastante desigualdade desse tipo mesmo em 1996.

Ao levar essas considerações em conta, fica fácil observar que as células diagonais e algumas células adjacentes (que estão marcadas na Tabela 6.7 pela linha contínua) representam uma área na qual a mobilidade relativa (ou imobilidade relativa) é facilitada. Essas áreas definem as altas propensões à imobilidade, à mobilidade entre classes no “bloco administrativo” (classes I, II, IIIa, IVa e IIIb) e à mobilidade entre as classes no “bloco operário” (classes V, VI e VIIa). Essas características do regime de fluidez brasileiro são praticamente as mesmas definidas pelos padrões de fluidez básico observados em outros países industrializados (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1992, 1993; BREEN; WHELAN, 1996; YAISH, 1999; HOUT, 1989).

Em contraste a esses padrões gerais, os três novos efeitos de afinidade incluídos na versão brasileira do modelo básico relacionam-se a alguns traços característicos da sociedade nacional, que não estão presentes em outras sociedades industriais. Erickson e Goldthorpe (1993) reconhecem que o ajuste do modelo de fluidez básico a diferentes sociedades deve levar em

conta algumas “variações em torno do tema” definido pelo modelo que propõe. Portanto, as variações do caso brasileiro são distintas, assim como as de outras sociedades industriais. Mas o padrão básico está presente, assim como ocorre em diversos países. Há três variações introduzidas pelo modelo de fluidez social brasileiro.

Primeiro, incluí o efeito de distanciamento para lidar com a distância extra, que descrevi anteriormente como traço específico do Brasil, entre os trabalhadores manuais pobres (VI e VIIa) e os trabalhadores administrativos ricos (I, II e IVa). Essa distância extra age como um reforço dos efeitos hierárquicos para tornar a mobilidade entre esses dois setores (rico e pobre) mais difícil ainda. As propensões negativas à mobilidade, reforçadas por esse efeito de distanciamento, são marcadas por linhas pontilhadas que circundam as células (na Tabela 23) e correspondem às transições, em ambas as direções, entre as classes I, II e IVa, que abrangem a maioria das famílias ricas, e as classes VI e VIIa, que abrangem um grande número de famílias pobres.

Segundo, o efeito de afinidade positiva do fluxo de saída de trabalhadores rurais (AF4b+) projetado para diminuir os efeitos de hierarquia e de setor – ambos trabalhando como fatores de redução das propensões à mobilidade de trabalhadores rurais para posições não-rurais – funciona como esperado. Isto é, o efeito de afinidade positiva opera como fator de decréscimo dos efeitos negativos de hierarquia e de setor nas propensões à mobilidade das classes rurais para as classes de trabalho manual (VI e VIIa) e para a pequena burguesia de nível baixo (IVb) – ver a área marcada por linhas tracejadas em negrito na tabela 23. Em outras palavras, embora os números ainda continuem negativos, se o efeito de afinidade positiva do fluxo de saída dos trabalhadores rurais (AF4b+) não tivesse sido incluído no modelo, as propensões à mobilidade da classe de trabalhadores rurais (VIIb) para as classes IVb, VI e VIIa e da classe de proprietários rurais (IVc) para as classes VIIa e IVb seriam ainda mais negativas (menos prováveis) do que são tal como apresentadas na Tabela 23.

Terceiro, o efeito de afinidade negativa do fluxo de saída de trabalhadores rurais (AF4b-) opera como esperado. Essa afinidade negativa reforça os efeitos de hierarquia e de setor que diminuem as propensões à mobilidade da classe VIIb (trabalhadores rurais) para as classes I, II, IIIa, IVa e V. Em outras palavras, se o efeito de afinidade negativa (AF4b-) não fosse incluído no mo-

delo, as propensões à mobilidade seriam menos negativas nas células marcadas com a linha de pontos e traços em negrito na Tabela 23.

Todas essas análises contrastando as características do modelo de fluidez básico com as de sua variante brasileira levam ao questionamento da idéia de que há um padrão comum a diversas sociedades industriais. Essa concepção não seria comprometida pela variação do caso brasileiro em relação ao modelo básico? Por um lado, o modelo de fluidez básico realmente apresenta algumas características que estão presentes também no Brasil e, portanto, não é possível rejeitá-lo por completo. Por outro lado, as características particulares do caso nacional são fundamentais, sem elas não seria possível ajustar uma versão brasileira. Não se trata apenas de uma adaptação melhor da versão brasileira em relação ao modelo básico, mas sim do fato de que o modelo básico, sem as modificações, não se ajusta de forma alguma aos dados nacionais. Na dúvida, favoreço o modelo básico. Realmente o padrão básico de fluidez social proposto por Erickson e Goldthorpe (1992, 1993) é uma importante ferramenta para as análises comparativas sobre mobilidade social. Permite definir de forma relativamente clara como o padrão de fluidez brasileiro se aproxima e como se diferencia do padrão básico observado em praticamente todas as sociedades industriais estudadas até hoje.

Em termos do padrão de fluidez ou de desigualdade de oportunidades, o Brasil é mais parecido com outros países industrializados do que muitos cientistas sociais imaginam que seja. Ter um padrão semelhante não significa que as taxas de fluidez ou de desigualdade de oportunidades tenham níveis semelhantes. Ou seja, será que o Brasil tem mais desigualdade de oportunidades ou menos fluidez social do que outros países industrializados? Os coeficientes para o modelo básico apresentados na última coluna da Tabela 6.6 não são muito menores do que os obtidos com dados brasileiros. Ou seja, a análise desta seção indica que o Brasil talvez seja mais fluido do que as sociedades europeias estudadas por Erickson e Goldthorpe (1993). Na próxima seção, comparo sistematicamente a fluidez social no Brasil em 1973, 1982, 1988 e 1996 com os países estudados no livro *The Constant Flux* (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993) – Austrália, Polônia, Estados Unidos, Japão, Suécia, Hungria, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Escócia, Irlanda do Norte e Irlanda – e com o Chile (TORCHE, 2004, 2005).

FLUIDEZ SOCIAL NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO SISTEMÁTICA

Sabendo que o país é um dos mais desiguais do mundo, qualquer cientista social provavelmente diria: “É claro que o Brasil tem mais desigualdade de oportunidade de mobilidade social do que qualquer país de industrialização mais avançada”. Será? As análises que apresento a seguir não mostram exatamente isso: o Brasil, em 1973, parece ter menos desigualdade de oportunidades do que, por exemplo, a Escócia em 1974; em 1996, exibe menos desigualdade do que a Inglaterra (1972), a França (1970) e a Alemanha Ocidental (1977). Esses resultados são ainda mais surpreendentes para a própria área de estudos sobre mobilidade social comparada.

Embora por motivos diferentes, os dois principais paradigmas teóricos da área de estratificação – a teoria do industrialismo (TREIMAN, 1970) e a análise de classes (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1993) – afirmam que sociedades mais desenvolvidas e com menos desigualdade de condições deveriam ter menos desigualdade de oportunidades. Um dos representantes do primeiro paradigma, o sociólogo Donald Treiman (1970) afirma que as desigualdades de oportunidade deveriam ser menores em países mais desenvolvidos do que naqueles em estágios anteriores de desenvolvimento econômico. Em contraste, ao analisar a variação nos níveis de fluidez em diversas sociedades, Erickson e Goldthorpe (1993), representantes do segundo paradigma, sugerem que a desigualdade de renda talvez seja um dos principais fatores determinantes da variação nos níveis de fluidez. Quanto maior a desigualdade de renda maior seria a desigualdade de oportunidade (menor a fluidez social).

Em importante estudo sobre mobilidade social no Chile, Torche (2004, 2005) desafia essas previsões sobre a relação entre desigualdade de condições e de oportunidades. Embora o Chile seja uma das sociedades mais desiguais do mundo em termos da distribuição de renda, é ao mesmo tempo uma das mais fluidas ou menos desiguais em termos de oportunidades de mobilidade social. Para entender esse aparente paradoxo, é necessário distinguir entre nível e padrão de desigualdade de renda. No Chile, o nível de desigualdade de renda, medido de acordo com o Índice de Gini, é um dos mais altos do mundo. No entanto, o padrão dessa desigualdade de renda caracteriza-se por uma forte concentração na elite, 10% mais ricos, e muito pouca diferença de renda entre

os 90% mais pobres. Isso significa que a desigualdade de renda se deve, sobretudo, à concentração de renda no topo da distribuição. A partir dessa perspectiva, os altos índices de fluidez social ou o baixo nível de desigualdade de oportunidades podem ser entendidos de forma mais consequente. Na realidade, as análises de Torche (2003, 2005) indicam que há muita fluidez entre as classes abaixo da elite e muita dificuldade de entrar ou sair da elite. Ou seja, os altos índices de fluidez no Chile devem-se à facilidade de mobilidade entre as classes abaixo da elite. Esse padrão de fluidez está de acordo com o de desigualdade de renda observado no país.

Para verificar se o tipo de relação entre desigualdade de renda e de oportunidades no Brasil é semelhante ao encontrado no Chile, utilizo modelos log-lineares para comparar diretamente a força da associação entre classes de origem e de destino no Brasil (1973, 1982, 1988 e 1996), no Chile e nos países estudados por Erickson e Goldthorpe (1993) – Austrália, Polônia, Estados Unidos, Japão, Suécia, Hungria, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Escócia, Irlanda do Norte e Irlanda. Depois de interpretar os resultados dessa análise, discuto a relação entre desigualdade de renda e fluidez social.

Para analisar a fluidez social entre os 12 países analisados por Erickson e Goldthorpe (1993), o Chile (TORCHE, 2004) e o Brasil (1973, 1982, 1988 e 1996), ajustei os modelos de independência, de associação constante, unidiff com interação completa e unidiff de quase-simetria à tabela cruzando sete classes de origem por sete de destino por 17 nações (na realidade, quatro referem-se a anos diferentes no Brasil). O primeiro modelo é utilizado apenas como base, uma vez que a hipótese de independência entre classe de origem e destino implícita nunca foi encontrada nas sociedades estudadas até hoje. O segundo modelo (associação constante) testa a hipótese de que a associação entre origem e destino tem a mesma força e padrão entre as 17 tabelas comparadas. O terceiro modelo investiga a hipótese de que o padrão de associação completa é comum a todas as 17 tabelas, mas a força da associação varia. O quarto modelo é semelhante ao anterior, mas utiliza o padrão de associação de quase-simetria. A Tabela 24 mostra as estatísticas de ajuste desses modelos aos dados.

O modelo três é o que melhor se ajusta aos dados de acordo com a estatística BIC (-4139). Concluo, portanto, que a força da associação entre origem e destino de classe varia entre as tabelas de mobilidade comparadas. Alguns paí-

ses são mais fluidos do que outros, ou seja, têm menos desigualdade de oportunidades do que outros. O modelo três estima um coeficiente para a força da associação entre origem e destino para cada uma das tabelas comparadas. Além disso, a partir das freqüências estimadas pelo modelo calculei algumas razões de chances selecionadas que proporcionam uma comparação da diferença na desigualdade de chances de mobilidade social entre os países estudados. A Tabela 25 apresenta todos esses números e ordena as sociedades começando pela mais fluida, o Chile em 2000, até a menos fluida, a Irlanda em 1973.

Tabela 24 – Estatísticas de ajuste dos modelos de (1) Independência, (2) Associação Constante, (3) Unidiff (interação completa) e (4) Unidiff (quase-simetria) à tabela cruzando sete classes de origem por sete de destino por 17 países (12 do CASMIN, Chile e Brasil, 1973-1996)

Modelos	L ²	g.l.	Bic	L_m^2 / L_0^2 (%)	p
1 - Independência	81.183,1	612	73.559	100,0	<.001
2 - Associação Constante	3.578,6	576	-3.597	4,4	<.001
3 - Unidiff (interação completa)	2.836,8	560	-4.139	3,5	<.001
4 - Unidiff Quase-simetria	3.496,9	574	-3.654	4,3	<.001

Como sugerido no estudo de Torche (2004), o Chile está entre as sociedades mais fluidas que conhecemos. O Brasil, em 1973, estava entre as sociedades menos fluidas e, em 1996, aproximou-se das sociedades com mais fluidez. Como mostrei no Capítulo 3, o aumento da fluidez no Brasil deve-se ao mecanismo de “composição”, ou seja, o maior percentual de pessoas com mais do que o segundo grau de escolaridade, nível a partir do qual o efeito da origem sobre o destino é bem mais fraco, levou ao aumento da fluidez entre 1973 e 1996. Embora eu também tenha mostrado (Capítulo 4) que o mecanismo de composição está sendo substituído pelo de inflação de credenciais, o aumento da fluidez foi significativo no Brasil. Do ponto de vista das comparações internacionais implementadas aqui, a expansão da fluidez trouxe o Brasil do pólo mais rígido para o mais fluido.

Para tornar a comparação mais concreta, calculei algumas razões de chances, que também apresento na Tabela 24. Esses números devem ser lidos

Tabela 25 – Coeficiente medindo força da associação entre origem e destino de classe (Beta) e razões de chances para entrar na classe I+II, segundo modelo Log-multiplicativo (modelo 3 da tabela 23) comparando os 12 países¹, Chile (2000) e Brasil (1973-1996)

	Países	Beta	Razões de Chances					
			I+II vs IIIab	I+II vs IVab	I+II vs IVc	I+II vs V-VI	I+I vs VIIa	I+II vs VIIb
1	Chile (2000)	0,18	3,1	5,0	19,0	9,7	15,9	61,3
2	Austrália (1973)	0,19	3,4	5,7	24,3	11,7	20,0	86,4
3	Polônia (1972)	0,20	3,6	6,2	28,7	13,3	23,5	109,2
4	Estados Unidos (1973)	0,20	3,6	6,3	29,1	13,4	23,7	110,9
5	Japão (1975)	0,20	3,7	6,3	29,5	13,6	24,0	113,1
6	Suécia (1974)	0,22	4,1	7,3	38,9	16,8	31,2	166,9
7	Hungria (1973)	0,22	4,2	7,6	41,6	17,7	33,2	183,1
8	Brasil (1996)	0,24	4,7	9,0	56,3	22,4	44,1	279,2
9	Brasil (1988)	0,25	4,9	9,6	63,9	24,7	49,7	333,8
10	Inglaterra (1972)	0,25	4,9	9,7	64,6	24,9	50,2	338,8
11	Brasil (1982)	0,26	5,3	10,8	78,8	29,0	60,5	446,9
12	Alemanha Ocíd. (1977)	0,26	5,3	10,8	79,2	29,1	60,7	449,8
13	França (1970)	0,27	5,8	12,2	98,6	34,5	74,6	611,1
14	Brasil (1973)	0,28	6,0	12,9	109,7	37,4	82,5	710,0
15	Escócia (1974)	0,28	6,0	12,9	109,7	37,4	82,5	710,2
16	Irlanda do Norte (1973)	0,28	6,2	13,3	116,0	39,1	86,9	767,0
17	Irlanda (1973)	0,29	6,6	14,7	139,2	45,0	103,2	990,5

(1) Países estudados por Erickson e Goldthorpe (1992).

conforme exemplos a seguir. Em 1973, no Brasil, o filho de um profissional (classe I-II) tinha 6 vezes mais chances do que o filho de um trabalhador manual de rotina (classe IIIab) de se tornar um profissional (classe I). No Chile, em 2000, a vantagem era de apenas 3 vezes mais. No outro extremo, na Irlanda (1973), o filho de um profissional (classe I) tinha 990 vezes mais chances de se tornar profissional do que o filho de um agricultor (classe VIIb). No Brasil (1996), havia menos desigualdade de oportunidades do que na Irlanda em 1973, uma vez que o filho de um profissional (classe I) tinha 279 vezes (e não 990, como na Irlanda) de se tornar profissional do que o filho de um agricultor (classe VIIb). Assim, as razões de chances constituem o meio pelo qual se acessa o nível de desigualdade de oportunidades de mobilidade social.

Os resultados indicam que aumentou a fluidez no Brasil, que passou do pólo mais rígido para o mais fluido entre os países comparados. A diminuição da desigualdade de oportunidades se deu sem que houvesse uma redução da desigualdade de renda, que segundo diversos analistas permaneceu praticamente inalterada entre as décadas de 1970 e 1990 no Brasil, com concentração no topo e pouca desigualdade abaixo da elite. De fato, como mostrei no Capítulo 4, foi um mecanismo de composição que levou ao decréscimo da desigualdade de oportunidades, na medida em que um maior número de pessoas passou a ter acesso à educação de segundo grau e, portanto, passou a fazer parte de um grupo no qual o efeito da classe de origem sobre as chances de mobilidade é significativamente menor. A diferença entre grupos de elite e grupos abaixo dela permaneceu inalterada e, ao mesmo tempo, houve uma expansão do número de pessoas nas elites. Esse processo parece ter sido responsável, por um lado, pela diminuição da desigualdade de oportunidades de mobilidade social entre 1973 e 1996 e, por outro lado, pela manutenção dos altos índices de desigualdade de condições. Nesse sentido, além de levar em conta o padrão de desigualdade de renda para entender a variação nos níveis de fluidez, como sugere Torche (2004), é fundamental incluir nas análises características da variação temporal na composição educacional da população. Tudo isso significa que os modelos devem se tornar mais complexos e que a análise da mobilidade social provavelmente continuará a avançar em conjunto com a produção de dados e métodos mais sofisticados. No caso brasileiro, foi possível comparar histórica e internacionalmente os níveis de fluidez, o que possibilitou a observação de outros fatores, além do padrão de desigualdade de renda, que se relacionam aos

níveis de fluidez ou desigualdade de oportunidades. Os países são diferentes entre si e ao longo do tempo. A combinação desses dois tipos de análise é fundamental. Nesta seção mostrei algumas vantagens de tal abordagem. Estudos como os de Breen (2004) também avançam nesse sentido, embora a variabilidade entre as nações européias estudadas neste livro seja pequena. Incluir países mais diversos como Brasil, Chile e Coréia do Sul no projeto comparativo levará provavelmente a resultados de grande relevância teórica.

CONCLUSÃO

Neste capítulo analisei comparativamente as taxas absolutas e relativas de mobilidade social no Brasil e constatei semelhanças e diferenças importantes. Resumo, a seguir, os principais resultados das análises e sugiro alguns novos caminhos para comparações sobre mobilidade social.

A análise comparativa das taxas absolutas de mobilidade social permitiu delinear um quadro muito mais detalhado sobre a situação no Brasil. Mostrei que a mobilidade total no país está próxima da média internacional. Análises sobre a mobilidade vertical, no entanto, revelam que apenas a Coréia do Sul teve mais mobilidade ascendente do que o Brasil. Fui além dos confrontos simples e analisei os fluxos de saída das tabelas de mobilidade de diversos países. Evidenciei, assim, que o Brasil exibe pouca imobilidade no topo, pouca mobilidade descendente de longa distância da classe de profissionais para as classes trabalhadoras, as menores taxas de mobilidade ascendente das classes trabalhadoras rurais e urbanas para o topo (classe de profissionais), taxas medianas de imobilidade nas classes trabalhadoras e de mobilidade das classes rurais para as trabalhadoras. Trata-se, portanto, de uma sociedade dinâmica, com muita mobilidade, embora diversas outras nações tenham mais mobilidade ascendente de longa distância. Dessa forma, entende-se melhor a posição do Brasil em relação as outras sociedades industriais. À luz dessas interpretações, fica evidente que a rápida transformação da sociedade brasileira ao longo do século XX foi a principal responsável pelos níveis de mobilidade observados, contudo, isso não fez dela a sociedade com mais mobilidade de que temos notícia.

Além de descrever os fluxos de saída, analisei os fluxos de entrada com o objetivo de verificar se as classes sociais no Brasil são fechadas. Embora diver-

sofistas cientistas sociais digam em seus discursos que isso é verdade, os estudiosos da mobilidade social já mostraram o contrário (HASENBALG; SILVA, 1988). Minhas análises confirmam que a elite brasileira (a classe de profissionais e administradores) não pode ser considerada fechada quando comparada com a de outros países. A “elite” nacional é mais heterogênea em termos de origens de classe do que as “elites” das diversas outras sociedades para as quais obtive dados comparativos. Além disso, observei que as classes trabalhadoras brasileiras também são mais heterogêneas do que as de outros países. Novamente, concluo que a rápida industrialização brasileira é a principal causa dessas heterogeneidades de origem de classe entre trabalhadores manuais e profissionais e administradores.

Também comparei a estrutura de classes brasileira com a de diversas outras sociedades e mostrei que no Brasil há grande concentração na classe trabalhadora e um pequeno percentual na classe de profissionais. Esse tipo de concentração relaciona-se aos altos níveis de desigualdade de condições descritos nos Capítulos 2 e 3. Ao comparar as estruturas de classe no Brasil, no Chile, na Coréia do Sul e em diversos países europeus, concluí que não há convergência das estruturas de classe, nem um tipo distinto que caracterize os três países de industrialização recente. Características do desenvolvimento econômico e institucional de cada um desses países são as principais forças determinantes dos contornos de suas estruturas de classe.

Depois de comparar cuidadosamente as taxas absolutas de mobilidade social e as características da estrutura de classes, parti para a análise das taxas relativas de mobilidade social. Enquanto as taxas absolutas são reconhecidamente caracterizadas pelo ritmo e momento de desenvolvimento econômico de cada país, as relativas vêm sendo, durante os últimos 15 anos, objeto de intenso debate teórico na macrossociologia comparativa. O principal livro informando o debate é *The Constant Flux* (1993), em que os sociólogos John Goldthorpe e Robert Erickson levantam algumas hipóteses importantes sobre os padrões de fluidez social encontrados em sociedades industriais. Goldthorpe e Erickson (1993) reformulam a tese de Featherman, Jones e Hauser (1975) de que haveria um padrão comum de fluidez social a todas as sociedades industriais. A reformulação parte da idéia de que há um “modelo básico de fluidez social” e que cada sociedade específica possui um padrão de fluidez que se encontra bem próximo do modelo básico. A idéia de Goldthorpe e Erickson (1993) é bastante

interessante e contribuiu para o avanço de uma macrosociologia comparativa que visa ao mesmo tempo alcançar um alto nível de generalização e incorporar especificidades históricas de cada sociedade considerada. O modelo básico define os padrões de fluidez a partir de três princípios que seriam comuns a todas as sociedades industriais: hierarquia, herança de classe e divisão entre setores (rural *versus* urbano, proprietários *versus* não-proprietários). O “padrão básico” de associação (ou fluidez), ainda que comum a todas as sociedades industriais, pode ser complementado por aspectos específicos da estrutura de classes de cada país, definidos por parâmetros estimados, os quais capturam certas afinidades e descontinuidades entre algumas classes. Em outras palavras, o padrão básico seria geral para todas as sociedades, ao passo que as afinidades e descontinuidades variariam de acordo com as histórias particulares. A variação diz respeito à proximidade ou ao distanciamento entre algumas classes de origem e de destino que só podem ser entendidos por meio de interpretações históricas e sociológicas sobre cada país.

Essa abordagem comparativa, embora tenha sido metodologicamente criticada por diversos autores (e.g. HOUT; HAUSER, 1992), tem sido de enorme importância no estudo da fluidez social ou da desigualdade de oportunidades. Em todos os países pesquisados até hoje, uma variação nacional do “modelo de fluidez básico” ajusta-se bem às tabelas de mobilidade social. Alguns autores preferem outros modelos, mas o de fluidez básico sempre se mostrou eficiente. O caso brasileiro não foge à regra. Embora eu prefira o modelo estimado no Capítulo 3 porque representa de forma mais clara a dimensão hierárquica da mobilidade social, mostrei neste capítulo que uma versão ligeiramente modificada do modelo de fluidez básico pode ser utilizada para explicar a fluidez social no Brasil. Ou seja, o padrão de desigualdade de oportunidades de mobilidade social (fluidez social) no Brasil não difere muito dos padrões encontrados em qualquer outra sociedade industrial estudada até hoje.

No caso brasileiro, as variações em torno do tema proposto pelo modelo básico dizem respeito à afinidade facilitando a mobilidade entre as classes de origem rurais e as classes de trabalhadores, à descontinuidade dificultando a mobilidade de longa distância entre as classes de origem rurais e as classes de destino de profissionais e administradores e à descontinuidade entre as classes de origem de trabalho manual e as classes de destino de profissionais e administradores. Esses três efeitos particulares são plenamente justificáveis quando

interpretados à luz das características da sociedade brasileira tal como definidas por diversos estudiosos de sua história. Ou seja, esses efeitos dizem respeito ora à enorme diferença e à desigualdade que separam as classes no topo da hierarquia das classes de trabalho manual, ora à proximidade entre classes rurais e classes trabalhadoras urbanas. Portanto, a variação brasileira em torno do tema definido pelo modelo básico faz sentido do ponto de vista histórico e sociológico. Aplicando tal metodologia comparativa devo concluir que o caso brasileiro confirma a idéia de que há um padrão básico de fluidez social nas sociedades industriais.

Além de testar a validade do modelo de fluidez básico utilizando o caso brasileiro, implementei comparações diretas entre o Brasil e diversos outros países com o objetivo de verificar se há variação na força da associação entre origem e destino de classe. Objetivava-se, dessa maneira, colocar as sociedades numa escala da mais aberta até a mais fechada em termos de desigualdade de oportunidades de mobilidade social. Essa análise revelou algumas surpresas. O Brasil não é a sociedade em que há mais desigualdades de oportunidades dentre todas as comparadas. Na realidade, em 1973 o país estava entre as sociedades mais rígidas, mas em 1996 aproximou-se das sociedades menos rígidas, isto é, das mais fluidas. Esses resultados são surpreendentes principalmente quando se lembra que o Brasil tem um dos maiores índices de desigualdade de renda de que se tem notícia. Esse tipo de paradoxo revelando a existência de muita fluidez em países com muita desigualdade de renda já havia sido observado por Torche (2004) em seu estudo sobre mobilidade social no Chile. A explicação para o “paradoxo chileno” foi dada a partir da idéia de que não basta contrastar o nível de desigualdade de renda com o nível de fluidez, porque para entender este segundo fenômeno é necessário observar o padrão de desigualdade de renda. No Chile, a distribuição de renda caracteriza-se por forte concentração no topo e pouca desigualdade abaixo da elite; quando contrastado com esse padrão, o nível de fluidez social no Chile faz sentido, uma vez que os altos níveis de fluidez devem-se principalmente ao fato de que há muita fluidez entre todas as classes abaixo da elite.

O padrão de desigualdade de renda no Brasil é semelhante ao chileno, no entanto, indiquei uma diferença importante ao comparar a fluidez no Brasil ao longo do tempo. Para entender o nível de fluidez também é preciso levar em conta, como mostrei no Capítulo 4, a composição educacional da

população. No Brasil, aumentou a fluidez principalmente porque um enorme número de pessoas completou o segundo grau, nível a partir do qual a associação entre classe de origem e de destino não tem tanta força, embora entre 1973 e 1996 não tenha diminuído significativamente a desigualdade de renda. Esse tipo de fenômeno já havia sido observado nos Estados Unidos (HOUT, 1988). Com base nos resultados de minhas análises, sugiro que a pesquisa comparativa sobre mobilidade social não apenas entenda a relação entre padrão e nível de desigualdade de renda e de oportunidade (fluidez), como sugere Torche (2003), mas também investigue o processo de substituição de coortes de idade, em que o percentual de pessoas com maiores níveis educacionais tende a aumentar, reduzindo a fluidez ao longo dos anos. Isso ocorre porque que a partir de certos níveis educacionais há menor associação entre origem e destino de classe, logo, quando aumenta o percentual de pessoas com mais escolaridade há uma tendência de aumento da fluidez social. As conclusões deste capítulo e as do quarto indicam que as análises de mobilidade social incluindo períodos históricos, coortes de idade, níveis educacionais e classes de origem e de destino contribuem para um melhor entendimento sobre os processos de diminuição da desigualdade de oportunidades de mobilidade social, bem como para o avanço dos estudos comparativos sobre a fluidez social nos países industrializados.⁷²

72 Algumas sugestões neste sentido que foram propostas por Breen e Jonsson (2005) me levaram a implementar as análises do Capítulo 4.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS⁷³

Neste capítulo resumo os resultados empíricos apresentados com o objetivo de discutir a validade das teorias abordadas na introdução. Ao fazer o balanço crítico das teorias e das evidências, proponho respostas plausíveis às perguntas iniciais do livro sobre qual seriam as relações entre desigualdade de condições, mobilidade intergeracional e industrialização no Brasil.

Duas perspectivas teóricas geralmente são evocadas para explicar a relação entre os três fenômenos. A “teoria liberal” sugere que o avanço da industrialização impele as sociedades a usar mecanismos universalistas, ao invés de particularistas, para alocar pessoas a posições funcionalmente importantes. Esse processo seria fundamental porque aumentaria a eficiência do sistema social, na medida em que garantiria a alocação das pessoas com mais talento ou habilidade, independentemente de suas origens, às posições sociais mais importantes. Certo nível de desigualdade de condições ou recompensas seria fundamental para que houvesse “incentivos” à mobilidade social.

A outra perspectiva teórica que apresentei foi a da “análise de classes”. Segundo essa abordagem, a desigualdade de condições entre classes de origem significa que algumas famílias têm mais “recursos” para investir nas estratégias de mobilidade de seus filhos que, portanto, teriam vantagens relativas de mobilidade social. A industrialização, embora leve a modificações na estrutura de classe, não estaria necessariamente ligada à diminuição das desigualdades

73. Em trabalho anterior produzido com Celi Scalon (COSTA RIBEIRO; SCALON, 2001), iniciei este estudo comparativo. Neste capítulo procuro complementá-lo e ampliá-lo.

de oportunidades de mobilidade social. Apenas políticas de caráter equitativo levariam ao aumento da fluidez social.

De acordo com a perspectiva dos “incentivos”, é a desigualdade de condições ou recompensas na distribuição das classes de destino que está associada às taxas de mobilidade. Se não houver desigualdade entre as classes e, portanto, todas desfrutarem de condições de vida mais ou menos parecidas, os indivíduos não têm “incentivos” para elaborar estratégias de mobilidade social ascendente. Segundo essa abordagem, a desigualdade de oportunidades de mobilidade social diminuiria se aumentasse a desigualdade de condições. Nos Capítulos 3 e 4 fiz análises relevantes para investigar a validade desta hipótese. Como mostrei no Capítulo 3, o nível de desigualdade de renda entre classes sociais permaneceu inalterado entre 1973 e 1996. Em contrapartida, as análises do Capítulo 4 revelam que decresceu significativamente a desigualdade de oportunidades de mobilidade social durante o período. Assim, a perspectiva dos incentivos não é válida para explicar a relação entre desigualdade e mobilidade social no Brasil.

Segundo a perspectiva dos “recursos”, é o nível de desigualdade de condições entre as classes de origem que está relacionado às taxas de mobilidade. Muita desigualdade entre as classes de origem significa que os indivíduos têm recursos muito diferentes para empregar em suas estratégias de mobilidade social ascendente. Surge a hipótese de que a desigualdade de oportunidades de mobilidade social diminuiria com a redução da desigualdade de condições nas classes de origem. No Capítulo 2 mostrei que a maioria da população tem origens de classe no setor rural, que sempre foi caracterizado por muita pobreza e desigualdade. Os recursos das pessoas com tais origens são, portanto, bastante reduzidos. No entanto, como indicado nos Capítulos 2 e 4, houve uma diminuição significativa de pessoas com origens nessas classes rurais mais pobres. Isso significa que a desigualdade nas classes de origem parece ter diminuído significativamente entre 1973 e 1996, e ainda de forma mais acentuada entre 1973 e 1982. Nesses períodos, realmente recuou a desigualdade de oportunidades de mobilidade social, o que me leva a concluir que a perspectiva dos recursos é mais plausível para explicar a relação entre mobilidade e desigualdade.

As informações sobre o sistema educacional (Capítulos 2 e 3) e as análises sobre o papel da educação no processo de mobilidade intergeracional (Capítulos 4 e 5) também têm relevo para investigar a veracidade das hipóteses da

teoria liberal e da análise de classes. Embora não tenha ocorrido uma equalização do acesso à educação entre pessoas com origens de classe distintas, observei, no Capítulo 3, que se ampliou o acesso dos filhos de pessoas das classes menos privilegiadas à educação de primeiro grau. Nos dois capítulos seguintes salientei, ainda, que cresceu significativamente a proporção de pessoas com ensino médio completo. O maior acesso à educação de segundo grau foi o principal fator que levou à diminuição da desigualdade de oportunidades de mobilidade social tanto para os homens (Capítulo 4) quanto para as mulheres (Capítulo 5). Apesar de não ter havido um processo de equalização do acesso ao segundo grau e à universidade (como seria esperado, de acordo com a teoria liberal), a proporção de pessoas com esses níveis educacionais aumentou significativamente. Tendo em vista que a associação entre classes de origem e de destino é significativamente menor para pessoas com mais escolaridade, expandiu-se a fluidez social devido ao mecanismo de composição. O simples fato de uma maior proporção de indivíduos obter um nível educacional em que a classe de origem determina menos as chances de mobilidade implica na diminuição da desigualdade nas chances de mobilidade. Essas evidências indicam que a redução das desigualdades de condições está diretamente relacionada à retração das desigualdades de oportunidade. Em suma, as expectativas da perspectiva dos recursos (análise de classes) são mais plausíveis do que as da abordagem dos incentivos (teoria liberal) para explicar o aumento da fluidez no Brasil.

Além de ter influenciado o crescimento da fluidez a partir da melhora agregada dos recursos disponíveis nas classes de origem, a industrialização teve impacto direto sobre a mobilidade social por meio do efeito estrutural analisado no Capítulo 4. A rápida transformação da divisão do trabalho social que ocorreu no Brasil ao longo do século XX expressa-se de forma clara na disparidade entre distribuição de classe de origem e de destino. O efeito estrutural (mobilidade estrutural), que é uma consequência dessa disparidade, aumentou a mobilidade observada (taxas absolutas), principalmente entre 1973 e 1982, justamente o período caracterizado por mais industrialização e crescimento econômico. Dessa forma, confirma-se a hipótese de Lipset e Zetterberg (1959) de que no início da industrialização há um efeito do ‘momento de transição’ (*threshold effect*), causando a ampliação das oportunidades agregadas de mobilidade social. Tais constatações também me levaram a discutir com a literatura brasileira sobre mobilidade social. Mostrei, por um lado, que o principal mo-

mento de mudança se deu entre 1973 e 1982. Nenhum estudo anterior havia comparado os quatro bancos de dados e, portanto, não foi capaz de especificar a cronologia de mudanças. Por outro lado, empreguei modelos log-lineares (Capítulo 4) que permitiram observar que o efeito estrutural foi mais acentuado devido à diminuição intergeracional das classes rurais (IVc e VIIb) e ao aumento das classes de profissionais e administradores (I e II). A literatura brasileira anterior mencionava apenas um efeito estrutural (mobilidade estrutural) generalizado, sem especificar em que pontos da estrutura de classe foram mais acentuados.

As análises dos Capítulos 3 e 4 também são relevantes para discutir a relação entre industrialização e desigualdade de condições. Embora tenha ocorrido uma ampliação agregada da renda, dos bens e dos serviços disponíveis, as desigualdades de condições não se modificaram de forma significativa entre 1973 e 1982, quando ainda havia crescimento acelerado. Minhas análises confirmam as pesquisas anteriores sobre desigualdade de renda (BARROS *et al.*, 2000; BACHA; TAYLOR, 1976), na medida em que indicam que a industrialização não reduziu as desigualdades no Brasil. As previsões da teoria liberal de que as desigualdades de renda recuariam com o crescimento econômico (ver, por exemplo, KUZNETS, 1966) são claramente refutadas pelo caso brasileiro.

Finalmente, as análises do Capítulo 4 são relevantes para discutir um dos temas mais polêmicos da literatura sociológica sobre estratificação e mobilidade: a relação entre industrialização e fluidez social. Em minhas análises, observei que aumentou significativamente a fluidez entre 1973 e 1996 devido ao “mecanismo de composição”. Nesse aspecto, o caso brasileiro parece corroborar as expectativas da teoria liberal, uma vez que paralelamente à industrialização reduziu-se a desigualdade de oportunidades. Essa diminuição significa que a competição para entrar nas classes de destino aumentou, ou seja, ficou mais difícil para os pais garantir que seus filhos herdem suas posições de classe. Critérios adquiridos, como educação, tornaram-se mais importantes do que os herdados, como classe de origem, no processo de mobilidade social. Houve uma expansão de critérios universalistas. Embora, como argumentei anteriormente, não seja possível defender a teoria liberal *in totum*, a industrialização realmente proporcionou maior fluidez social no Brasil. Resta saber, no entanto, se essa tendência será duradoura, como argumentam os teóricos liberais (TREIMAN, 1970), ou se segue um padrão de ‘flutuação sem direção’ (*trend-*

less fluctuation), como argumentava Sorokin (1959) e como sugerem Erickson e Goldthorpe (1993). Apesar de minhas análises terem se concentrado num período marcado por altos índices de industrialização (principalmente entre 1973 e 1982), o período de 23 anos (entre 1973 e 1996) ainda é muito curto para saber se a tendência observada é duradoura ou se segue um padrão de flutuação sem direção.

Além de analisar a mobilidade social dos homens e a estrutura de classes da sociedade brasileira, descrevi no Capítulo 5 os padrões de mobilidade social das mulheres no mercado de trabalho e via casamento. O período de 1973 a 1996 foi marcado pelo aumento da participação feminina no mercado laboral, principalmente nas classes sociais ligadas ao setor de serviços, o que levou à diminuição significativa das desigualdades de oportunidade, principalmente a partir de 1982. Assim como ocorreu com os homens, foi o mecanismo de composição (aumento proporcional de mulheres com ensino médio completo) que levou ao aumento da fluidez social. Apesar da melhoria no mercado de trabalho, a maioria das mulheres continuou a ter mais mobilidade social via casamento. Os resultados do Capítulo 5 sugerem que o estudo da mobilidade social via casamento é fundamental para descrever melhor a mudança na estrutura de oportunidades. Novos estudos nessa área são uma demanda importante para entender a sociedade brasileira.

No Capítulo 5 também indiquei que a estrutura de classes brasileira ainda pode ser definida pela posição ocupacional dos homens, na medida em que a desigualdade de gênero permanece muito alta. Ou seja, a maioria das mulheres ou está fora do mercado de trabalho ou ocupa posição hierarquicamente inferior à de seus maridos. Essa situação certamente leva a disputas de poder e representa um aspecto estrutural importante das relações de gênero no Brasil, que merece atenção especial de estudos que abordem o aspecto cultural da questão.

No último capítulo do livro fiz várias análises comparativas internacionais. Ao confrontar as taxas absolutas de mobilidade social, mostrei que o Brasil: tem pouca imobilidade no topo (na classe de profissionais e administradores) e pouca mobilidade descendente de longa distância; é o país com menos mobilidade ascendente das classes trabalhadoras rurais e urbanas para a classe de profissionais e administradores; exibe taxas de imobilidade na classe trabalhadora urbana e de mobilidade das classes rurais para as trabalhadoras

manuais urbanas em níveis intermediários em relação a outros países. Estas conclusões são mais detalhadas do que as sugestões dos estudos anteriores, que apenas comparavam a mobilidade ascendente no Brasil e em outros países (HASENBALG; SILVA, 1988; PASTORE; SILVA, 2000). Ao analisar a hipótese do fechamento social, no entanto, confirmei o resultado das pesquisas brasileiras anteriores, na medida em que mostrei que a elite brasileira (classe de profissionais e administradores) e a classe trabalhadora são menos fechadas do que as de diversos outros países.

No Capítulo 6 também investiguei a hipótese de Goldthorpe e Erickson (1993) de que há um padrão básico de fluidez social nas sociedades industriais. O modelo básico proposto por esses autores ajusta-se bem ao caso brasileiro. Aqui, assim como em todas as sociedades industriais estudadas até hoje, são barreiras hierárquicas, divisões entre setores e herança de classe que definem o padrão de fluidez social básico. O modelo de Goldthorpe e Erickson (1993), embora seja constantemente criticado, parece realmente representar um padrão geral de fluidez social. Apesar de eu preferir o modelo apresentado no Capítulo 4 porque representa melhor a hierarquia entre classes no Brasil, o modelo de fluidez básico é uma importante ferramenta para a análise comparativa internacional, pois permite especificar exatamente em que medida o padrão de fluidez se aproxima e se afasta do padrão básico. Nesse sentido, é possível verificar o que é semelhante e o que é diferente no Brasil em relação a outros países industriais. Hierarquia, herança, divisão entre setores (rural/urbano, proprietário/não-proprietário) são características da fluidez social presentes no Brasil e em diversas outras sociedades estudadas até hoje. A distância entre a classe trabalhadora urbana ou rural e a classe de profissionais é o aspecto específico que diferencia a sociedade brasileira das demais.

Finalmente, mostrei que o Brasil não é mais rígido do que outras sociedades, como poder-se-ia imaginar. Há muita fluidez social no país, principalmente entre as classes abaixo da elite (profissionais e administradores). Além disso, ao longo dos anos (entre 1973 e 1996), o Brasil deixou de se classificar entre as sociedades mais rígidas, aproximando-se das mais fluidas. Os altos níveis de fluidez social no país se devem a uma situação semelhante à que ocorre no Chile (TORCHE, 2005), que apresenta níveis de desigualdade de renda semelhantes aos do Brasil. Ou seja, a fluidez social é alta principalmente nas classes abaixo da elite, em que a desigualdade de renda também não é alta. Tanto

aqui como no Chile, a disparidade de ganhos se deve principalmente à grande concentração nos níveis de renda mais elevados. Além de confirmar as expectativas provenientes do caso chileno, minhas análises sobre o caso brasileiro indicam que o estudo comparativo internacional e histórico é fundamental para entender as flutuações nos níveis de fluidez social.

Gostaria de indicar, adicionalmente, alguns desenvolvimentos de pesquisa futuros sobre mobilidade social no Brasil. Alguns temas que foram apenas sugeridos ao longo deste estudo merecem ser objeto de investigações não apenas porque são importantes para a compreensão da sociedade, mas também porque podem trazer contribuições importantes para a literatura internacional sobre mobilidade social.

No Capítulo 5 indiquei que há menos desigualdade de oportunidades de mobilidade intergeracional via casamento para as mulheres do que via mercado de trabalho para os homens. Esse resultado indica que o estudo da estrutura de oportunidades na sociedade brasileira ainda passa pelo estudo da mobilidade via casamento. Fiz apenas algumas análises iniciais, mas ainda há muito a ser desenvolvido sobre este tema. Tal avanço também seria interessante porque o caso brasileiro parece ser diferente do de outros países. A hipótese de que a mobilidade intergeracional das mulheres depende menos de suas origens de classe do que a dos homens (HEATH, 1981) parece ser verdadeira no Brasil, mas não foi observada em outros países. O principal argumento dessa hipótese é que características físicas e de personalidade, que tornam as mulheres mais ou menos atrativas como esposas, associam-se menos às classes de origem do que as características que influenciam a mobilidade dos homens no mercado de trabalho. Como o caso brasileiro difere do de outras sociedades, ele pode ser usado para reavaliar as hipóteses presentes na literatura.

Outro aspecto que não analisei neste livro, mas se mostra bastante significativo no Brasil, refere-se à mobilidade social de pessoas de diferentes grupos raciais ou de cor. Assim como classe e gênero são aspectos fundamentais da distribuição de poder, raça também o é no Brasil. Já desenvolvi algumas análises e reflexões sobre esse tema (COSTA RIBEIRO, 2006)⁷⁴, mas ainda há muito a ser

74 É óbvio que meu trabalho não é o único na área. Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg (1988, 1999) desenvolveram diversas análises sobre o tema da desigualdade de oportunidades entre grupos raciais. No entanto, a maioria dos estudos focaliza a desigualdade de condições.

feito. Minhas análises indicam que para pessoas com origens nas classes mais baixas não há desigualdade racial nas chances de mobilidade social, mas para aquelas com origem nas classes mais altas há desigualdade racial. Enquanto os brancos com origem nas classes mais altas têm mais chances de imobilidade, os pretos e pardos exibem mais chances de mobilidade descendente. Esse padrão indica que a desigualdade de oportunidades de mobilidade social é inteiramente determinada pela classe nos estratos mais baixos e fortemente determinada pela cor nos estratos mais altos. Tendo em vista que a desigualdade de oportunidades é um tema central no estudo das relações raciais, mostra-se fundamental desenvolver mais o estudo sobre as interações entre raça, classe e mobilidade social. Até o presente, a maior parte dos estudos concentra-se na investigação da desigualdade de condições entre brancos, pretos e pardos.

No trabalho sobre raça, classe e mobilidade utilizo “modelos logit multinomiais condicionais” (BREEN, 1994; DIPRETE, 1990; LOGAN, 1983). Embora esses modelos tenham sido propostos ainda na década de 1980, só recentemente alguns estudos utilizaram a metodologia (WESTERN, 1999 ; DESSENS *et al.*, 2003; HENDRICKX; GANZEBOOM, 1998) que permitiu combinar duas tradições de pesquisa sobre mobilidade social: os estudos de realização de *status* (*status attainment*) e a perspectiva estrutural da análise de classes. A partir de 1967, quando Blau e Duncan publicaram o livro *The American Occupational Structure*, o estudo da mobilidade social deixou de analisar tabelas de mobilidade e passou a utilizar modelos de regressão linear, que permitiam incluir diversas variáveis para explicar as chances de mobilidade. Essa abordagem dominou a literatura até o início da década de 1980, quando surgiram os modelos log-lineares (GOODMAN, 1984). Desde então houve um retorno ao estudo da tabela de mobilidade social, principalmente porque a nova metodologia permitia analisar em detalhe o efeito da herança de classe (imobilidade), que é um dos principais determinantes da transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens. Enquanto os modelos de regressão linear não permitiam analisar de forma correta a imobilidade, os modelos log-lineares possibilitavam a especificação deste efeito, mas era necessário abandonar a inclusão de outras variáveis determinantes e se limitar à associação entre origem e destino de classe. Com o advento dos modelos logit multinomiais condicionais, é possível combinar as vantagens de cada uma dessas tradições de estudo. Além da importância metodológica, há

relevância teórica na medida em que o uso das regressões lineares nos estudos de realização de *status* se aproxima da teoria liberal e o uso dos modelos log-lineares é comum nos estudos seguindo a perspectiva da análise de classes. Mais uma vez, os avanços metodológicos podem ser importantes para reformular as teorias de estratificação social. Essa vertente não foi explorada neste livro, mas constitui uma área importante a ser desenvolvida.

O estudo da mobilidade social no Brasil também indica a relevância de incluir países de industrialização recente no projeto comparativo dos estudos de estratificação social. A maioria das pesquisas sobre o assunto foi desenvolvida a partir de sociedades européias e norte-americanas que já se industrializaram há muito tempo. Recentemente, alguns levantamentos isolados foram feitos para países de industrialização recente,⁷⁵ mas não incluem análises comparativas relevantes. Há um projeto em curso comparando a mobilidade intergeracional em Taiwan, China, Japão, Brasil, Chile e Coréia do Sul,⁷⁶ mas a inclusão de outros países seria de grande utilidade.

Além de ampliar o estudo comparativo, é fundamental desenvolver novos estudos sobre o Brasil. Já faz dez anos que o último banco de dados que utilizei foi coletado (1996). Tendo em vista que nesse período houve diversas modificações na sociedade brasileira (por exemplo, a inflação foi controlada, as desigualdades de renda diminuíram, a organização do mercado de trabalho se modificou), seria fundamental saber o que ocorreu com os padrões de mobilidade intergeracional e a desigualdade de oportunidades. Como não há dados disponíveis, torna-se necessário coletar novos bancos de dados. Essa tarefa já está em curso num projeto financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).⁷⁷

O estudo das conseqüências da mobilidade social também apresenta grande importância (ver SCALON, 2004). Neste livro tratei apenas de

75 Este livro para o Brasil. Torche (2005) para o Chile, Park, (2002) para a Coréia do Sul e Wu e Treiman (2004) para a China.

76 Faço parte desse projeto, que é coordenado pelo professor Hiroshi Ishida, da Universidade de Tóquio.

77 Instituto do Milênio – As Dimensões Sociais das Desigualdades. Disponível em: <www.iuperj.br/milenio>.

aspectos objetivos da estratificação social, mas há também os aspectos subjetivos relacionados às percepções, opiniões políticas, preferências de consumo, bem-estar subjetivo, etc. Todos esses temas são fundamentais porque dizem respeito ao sentimento das pessoas em relação às desigualdades sociais. A mobilidade social frequentemente leva ao abandono de certos grupos e à participação em outros, e pode ter impacto significativo no bem-estar subjetivo e nas opiniões políticas dos indivíduos que experimentam mobilidade ao longo de suas vidas..

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1 – Distribuição de estabelecimentos agrícolas, segundo número e área total – 1920-1996

Tamanho do Estabelecimento Agricultor (hectares)	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995-96
Número									
Menos de 5 (%)		21,76	22,22	30,84	36,56	38,29	36,59	39,60	36,63
5 a menos de 10 (%)		12,61	12,22	13,95	14,61	13,82	13,76	13,23	12,81
10 a menos de 100 (%)	71,57	51,22	50,98	44,68	39,28	38,03	39,09	37,24	39,43
100 a menos de 1.000 (%)	24,37	12,80	12,99	9,43	8,42	8,94	9,47	8,92	9,67
1.000 a menos de 10.000 (%)		1,39	1,50	0,93	0,72	0,79	0,88	0,83	0,97
10.000 e mais (%)	3,80	0,07	0,08	0,05	0,03	0,04	0,05	0,04	0,04
Sem declaração (%)		0,16	0,02	0,12	0,37	0,10	0,17	0,15	0,45
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total (em milhares)	648,2	1.904,6	2.064,6	3.337,8	4.924,0	4.993,3	5.159,9	5.801,8	4.859,9
Área Total									
Menos de 5 (%)		0,55	0,50	1,02	1,32	1,24	1,08	1,21	0,98
5 a menos de 10 (%)		0,91	0,80	1,37	1,76	1,53	1,39	1,45	1,25
10 a menos de 100 (%)	8,97	16,75	15,31	19,04	20,42	18,58	17,68	18,55	17,73
100 a menos de 1.000 (%)	27,65	33,47	32,52	34,43	36,97	35,79	34,75	35,06	34,94
1.000 a menos de 10.000 (%)	37,40	31,37	31,48	28,58	27,22	27,75	28,65	29,24	30,59
10.000 e mais (%)		16,95	19,38	15,57	12,30	15,11	16,45	14,49	14,51
Sem declaração (%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total (em milhões)	175,1	197,7	232,2	249,9	294,1	323,9	364,9	374,9	353,6

Tabela 2 (Gráfico 1) – PIB per capita (1) – Brasil, 1901-2003

Anos	PIB	Anos	PIB	Anos	PIB	Anos	PIB	Anos	PIB	Anos	PIB
1901	247,9	1922	308,5	1943	539,6	1964	1180,2	1985	2528,6		
1902	239,5	1923	329,7	1944	568,2	1965	1174,9	1986	2666,6		
1903	236,8	1924	329,2	1945	573,3	1966	1218,8	1987	2710,4		
1904	232,7	1925	324,5	1946	624,9	1967	1234,7	1988	2661,4		
1905	232,8	1926	336,7	1947	624,4	1968	1317,9	1989	2699,3		
1906	254,2	1927	368,0	1948	667,6	1969	1402,8	1990	2540,1		
1907	248,2	1928	405,0	1949	700,2	1970	1505,1	1991	2526,4		
1908	232,7	1929	404,1	1950	727,4	1971	1628,5	1992	2474,7		
1909	248,8	1930	390,6	1951	741,6	1972	1771,5	1993	2558,1		
1910	247,6	1931	372,8	1952	772,7	1973	1962,4	1994	2668,8		
1911	254,3	1932	383,7	1953	785,2	1974	2063,8	1995	2742,3		
1912	264,0	1933	412,3	1954	821,2	1975	2111,5	1996	2776,3		
1913	264,1	1934	444,0	1955	866,7	1976	2266,4	1997	2828,1		
1914	253,7	1935	450,8	1956	865,0	1977	2317,1	1998	2793,9		
1915	248,0	1936	497,9	1957	903,7	1978	2371,7	1999	2778,6		
1916	244,1	1937	512,8	1958	971,4	1979	2471,4	2000	2861,7		
1917	260,8	1938	527,3	1959	1035,1	1980	2637,0	2001	2861,5		
1918	249,9	1939	531,3	1960	1099,4	1981	2469,5	2002	2850,5		
1919	263,9	1940	516,7	1961	1159,6	1982	2436,6	2003	2824,4		
1920	291,0	1941	532,0	1962	1201,0	1983	2315,8				
1921	291,1	1942	507,6	1963	1174,3	1984	2391,4				

Fonte: IPEA - GAC_PIBCAP. (1) Em US\$ a preços 2003.

Tabela 3 (Gráfico 2) – Distribuição da população total vivendo em regiões rurais, de trabalhadores com origem rural (cujos pai era trab. rural) entrando no mercado de trabalho e de trabalhadores no mercado de trabalho com origem rural – Brasil, 1920-2000

Anos	Em porcentagem		
	População rural	População com origem rural entrando no mercado de trabalho	População (de 20 a 64 anos) com origem rural (PEA)
1920	80,0		
1925	77,5	81,3	
1930	75,0	79,5	
1935	73,0	77,9	
1940	69,0	75,6	
1945	66,5	71,8	
1950	64,0	70,2	
1955	59,5	69,5	
1960	55,0	65,6	
1965	49,5	61,3	
1970	44,0	56,4	
1973	41,5	52,1	
1975	37,5	47,9	71,6
1980	32,0	46,7	
1982	30,0		
1985	28,0		66,0
1988	26,0		
1991	24,0		64,6
1996	22,0		
2000	19,0		62,5

Tabela 4 (Gráfico 3) – Matrículas registradas (no primário comum pré 1971, ciclo médio pré 1971, 1º grau pós 1971 e 2º grau pós 1971), por população em idade relevante – Brasil, 1940-2000

Anos	Em porcentagem			
	Matrículas Primário Comum/População (de 5 a 9 anos)	Matrículas Ciclo Médio/População (de 10 a 19 anos)	Matrículas no 1º Grau/População (de 5 a 14 anos)	Matrículas no 2º Grau/População (de 15 a 19 anos)
1940	53,1	2,5		
1950	62,1	4,6		
1960	73,3	7,5		
1968	89,1	14,5		
1972			70,7	11,8
1976			74,3	16,4
1978			75,5	19,8
1985			79,2	21,6
1990			83,4	25,3
1993			86,3	26,5
1995			89,9	32,8
2000			95,1	46,6

Tabela 5 (Gráfico 4) – Pessoas Matriculadas nas Universidades (Número de Estudantes Matriculados/População Total entre 20 e 24 anos de idade) – Brasil, 1940-2000

Anos	%
1940	0,4
1950	1,2
1960	1,5
1965	2,1
1970	5,1
1976	10,9
1978	11,6
1980	11,8
1985	10,0
1990	11,1
1995	11,9
2000	14,5

Tabela 6 (Gráfico 5) – Distribuição da população residente de 10 anos ou mais de idade, segundo setor de atividade (PEA) ou inatividade (fora da PEA) e sexo – Brasil, 1940-2000

Setor de Atividade e Sexo	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Número de Pessoas (em milhões)							
Setor Primário							
Homens	9,2	9,5	11,1	11,8	11,1	11,1	11,1
Mulheres	0,5	0,8	1,2	1,3	1,6	2,3	3,5
Setor Secundário							
Homens	1,2	2,0	2,4	4,7	9,0	10,8	12,1
Mulheres	0,3	0,4	0,5	0,6	1,8	2,5	3,9
Setor Terciário							
Homens	2,5	3,1	5,2	6,9	11,4	17,6	23,3
Mulheres	1,0	1,4	2,4	4,3	8,4	14,2	25,4
Total fora PEA							
Homens	8,4	3,5	5,5	9,2	12,0	15,8	16,5
Mulheres	12,2	16,0	20,6	27,1	32,6	38,6	34,2
Total da PEA	14,7	17,1	22,8	29,6	43,2	58,5	79,3
Total População (1)	29,0	36,6	48,8	65,9	87,8	112,9	130,0
Distribuição do Total da População (1) (%)							
Setor Primário							
Homens	31,8	26,0	22,6	18,0	12,6	9,8	8,5
Mulheres	1,7	2,1	2,5	1,9	1,8	2,0	2,7
Setor Secundário							
Homens	4,3	5,6	5,0	7,1	10,2	9,6	9,3
Mulheres	0,9	1,1	1,0	1,0	2,0	2,2	3,0
Setor Terciário							
Homens	8,6	8,4	10,6	10,5	12,9	15,6	17,9
Mulheres	3,4	3,7	4,8	6,5	9,6	12,6	19,5
Total fora PEA							
Homens	7,4	9,5	11,3	13,9	13,6	14,0	12,7
Mulheres	41,9	43,7	42,1	41,2	37,1	34,2	26,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(continua)

Tabela 6 (Gráfico 5) – Distribuição da população residente de 10 anos ou mais de idade, segundo setor de atividade (PEA) ou inatividade (fora da PEA) e sexo – Brasil, 1940-2000

Setor de Atividade e Sexo	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Distribuição do Total da PEA (%)							
Setor Primário							
Homens	62,7	55,5	48,6	40,0	25,6	19,0	14,0
Mulheres	3,4	4,4	5,4	4,3	3,7	3,9	4,4
Setor Secundário							
Homens	8,5	11,9	10,7	15,8	20,8	18,5	15,3
Mulheres	1,8	2,3	2,2	2,2	4,1	4,3	4,9
Setor Terciário							
Homens	17,0	18,0	22,8	23,4	26,3	30,1	29,4
Mulheres	6,7	7,9	10,3	14,5	19,5	24,3	32,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Distribuição da PEA (%)							
Homens	88,2	85,4	82,1	79,1	72,6	67,5	58,6
Mulheres	11,8	14,6	17,9	20,9	27,4	32,5	41,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Distribuição do Total da PEA Masculina (%)							
Setor Primário	71,1	65,0	59,2	50,6	35,2	28,1	23,8
Setor Secundário	9,6	13,9	13,1	19,9	28,6	27,4	26,0
Setor Terciário	19,2	21,1	27,7	29,5	36,2	44,5	50,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Distribuição do Total da PEA (%)							
Setor Primário	65,9	59,9	54,0	44,3	29,3	22,9	18,4
Setor Secundário	10,4	14,2	12,9	17,9	24,9	22,7	20,2
Setor Terciário	23,7	25,9	33,1	37,8	45,8	54,4	61,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos.

(conclusão)

(1) Total da população com 10 anos ou mais de idade.

Tabela 7 (Gráfico 6) – Distribuição da renda acumulada pelos 1% mais ricos, 10% mais ricos, 40% no meio e 50% mais pobres – Brasil, 1960-2002

Anos	Em porcentagem				
	50% mais pobres	40% no meio	10% mais ricos	1% mais rico	Total
1960	17,4	43,0	27,7	11,9	100,0
1970	14,7	38,6	32,0	14,7	100,0
1976	11,6	37,4	33,9	17,1	100,0
1977	11,7	36,7	33,1	18,5	100,0
1978	12,0	40,3	34,1	13,6	100,0
1979	12,8	39,7	33,9	13,6	100,0
1981	13,1	40,5	33,7	12,7	100,0
1982	12,7	40,4	33,9	13,0	100,0
1983	12,5	40,1	33,9	13,5	100,0
1984	13,0	39,7	34,1	13,2	100,0
1985	12,5	39,7	34,2	13,6	100,0
1986	13,0	40,0	33,2	13,8	100,0
1987	12,2	40,0	33,7	14,1	100,0
1988	11,5	39,0	35,1	14,4	100,0
1989	10,6	37,9	35,0	16,5	100,0
1990	11,5	39,7	34,6	14,2	100,0
1992	13,1	41,1	32,6	13,2	100,0
1993	12,3	39,1	33,5	15,1	100,0
1995	12,4	39,7	34,1	13,8	100,0
1996	12,1	40,4	34,0	13,5	100,0
1997	12,1	40,2	33,9	13,8	100,0
1998	12,3	39,9	33,9	13,9	100,0
1999	12,7	40,0	34,1	13,2	100,0
2001	12,6	39,9	33,6	13,9	100,0
2002	13,0	40,0	33,6	13,4	100,0

Fonte: Ipea.

Tabela 8 (Gráfico 9) – Participação de homens entre 25 e 64 anos com renda anual maior do que US\$ 9.700 e US\$ 19.400 (1), segundo classe social (16 categorias) – Brasil, 1973-1996

Classes de destino	Renda anual > US\$ 9.700 (em dólares de 2000)						Renda anual > US\$ 19.400 (em dólares de 2000)				Em porcentagem	
	1973	1982	1988	1996	1973	1982	1988	1996	1973	1982	1988	1996
Profissionais e administradores, nível alto	I	83	83	80	87	52	57	57	68			
Profissionais e administradores, nível baixo	II	60	55	51	63	24	25	25	32			
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa	29	31	30	46	9	10	10	20			
Pequenos proprietários, empregadores	IVa	57	54	57	73	26	24	29	50			
Pequenos proprietários, sem empregados	IVb	15	14	18	33	10	3	6	16			
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb	11	11	12	24	2	3	4	8			
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V	28	35	34	49	7	9	9	17			
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	Vla	11	12	13	27	1	1	2	7			
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	Vlb	2	2	3	10	0	0	0	2			
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços	Vlc	5	7	8	21	1	1	1	4			
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna	Vla2	13	12	11	22	2	3	3	7			
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional	Vla1	2	4	5	8	0	1	1	2			
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes	Vla4	2	2	2	4	0	0	0	0			
Trabalhadores manuais não-qualif. nos Serviços Domésticos	Vla3	8	8	8	14	2	2	2	5			
Pequenos proprietários rurais, com empregados	IVc1	19	29	34	42	8	11	16	24			
Trabalhadores manuais rurais	Vlb	2	2	2	4	0	0	1	2			

(1) Os cálculos foram feitos de acordo com o "Consumer Price Index, Federal Reserve Bank of Minneapolis"; e a taxa de câmbio do dólar do Banco Central do Brasil. O valor de US\$ 9.700 (em valores de 2000) é equivalente a US\$ 2.500 em 1973; US\$ 5.425 em 1982; US\$ 6.650 em 1988; e US\$ 8.825 em 1996. A taxa de câmbio entre o dólar (US) e a moeda brasileira (BR) era: 1 US = 6,32 BR em 1973; 1 US = 155,3 BR em 1982; 1 US = 267,5 em 1988; e 0,98 US = 1 BR em 1996.

Tabela 9 (Gráfico 10) – Participação de homens entre 25 e 64 anos, por nível educacional alcançado, segundo classe social de origem – Brasil, 1973-1996

Classes social de origem	Educação primária (4 anos completos)					Educação primária (8 anos completos)					Com um ou mais anos de educação de terceiro grau				
	Em porcentagem					Em porcentagem					Em porcentagem				
	1973	1982	1988	1996		1973	1982	1988	1996		1973	1982	1988	1996	
Profissionais e administradores, nível alto	I	96	95	94	99	84	91	87	93		58	61	59	69	
Profissionais e administradores, nível baixo	II	95	93	94	96	70	83	83	85		38	40	42	45	
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa	91	94	95	95	61	81	82	78		30	35	32	35	
Pequenos proprietários, empregadores	IVa	84	92	96	91	55	77	80	74		23	38	37	32	
Pequenos proprietários, sem empregados	IVb	82	91	93	88	47	64	68	66		20	23	21	24	
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb	85	92	95	91	46	65	78	67		18	21	26	21	
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V	82	92	93	95	41	67	74	72		14	23	21	20	
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	VIa	77	90	94	90	28	58	68	61		7	16	12	15	
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	VIb	64	87	91	79	18	41	52	38		5	8	8	6	
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços	VIc	76	91	95	89	24	55	61	57		4	11	10	14	
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna	VIIa2	76	94	96	89	27	57	68	58		7	15	12	13	
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional	VIIa1	55	85	86	76	11	29	41	38		2	5	4	5	
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes	VIIa4	57	85	89	76	19	32	51	42		4	5	10	10	
Trabalhadores manuais não-qualificados nos Serviços Domésticos	VIIa3	67	86	93	82	17	42	55	39		4	4	6	6	
Pequenos proprietários rurais, com empregados	IVc	45	79	88	72	17	43	46	39		7	14	14	13	
Trabalhadores manuais rurais	VIIb	22	62	68	49	3	13	20	17		1	2	2	3	

Tabela 10 (Gráfico 11) – Percentual de domicílios sem acesso a TV e a geladeira, segundo classe de destino – Brasil, 1973-1996

Classes de destino	Domicílios sem acesso a TV				Domicílios sem acesso a geladeira			
	1973	1982	1988	1996	1973	1982	1988	1996
Profissionais e administradores, nível alto	6,8	2,4	1,2	3,7	3,5	1,4	1,2	4,0
Profissionais e administradores, nível baixo	9,9	3,6	3,4	3,8	5,0	3,8	2,7	6,7
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	15,0	8,5	7,0	4,8	12,9	9,7	6,7	8,0
Pequenos proprietários, empregadores	14,8	4,4	3,5	5,0	7,8	5,0	3,1	7,0
Pequenos proprietários, sem empregados	53,8	21,2	14,6	9,0	29,9	23,6	17,1	15,0
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	52,9	18,5	15,4	7,7	30,7	24,4	17,2	12,0
Técnicos e supervisores do trabalho manual	51,0	9,2	7,2	6,0	29,8	11,8	7,6	11,0
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	54,0	17,0	15,0	8,0	45,0	22,0	17,0	15,0
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	60,8	26,0	22,0	9,0	61,0	34,0	23,0	14,0
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços	63,0	28,0	22,5	10,0	63,8	38,0	26,1	14,5
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna	62,8	27,0	21,7	11,0	66,0	35,4	29,0	15,0
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional	65,0	30,0	24,5	13,6	64,0	39,2	27,0	19,0
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes	66,0	33,0	24,0	16,0	66,8	40,2	29,1	22,0
Trabalhadores manuais não-qualif. nos Serviços Domésticos	65,8	33,3	26,6	11,4	65,8	33,3	26,6	20,0
Pequenos proprietários rurais, com empregados	73,9	35,4	20,7	23,0	45,8	37,1	21,9	29,6
Trabalhadores manuais rurais	92,8	79,1	65,5	42,4	94,8	81,9	69,3	54,0

Tabela 11 (Gráfico 12) – Percentual de domicílios sem acesso a água tratada e energia elétrica, segundo classe de destino – Brasil, 1973-1996

Classes de destino	Domicílios sem acesso a água tratada					Domicílios sem acesso a energia elétrica				
	1973	1982	1988	1996		1973	1982	1988	1996	
Profissionais e administradores, nível alto	I	4,3	4,7	3,9	3,6	0,3	0,3	0,3	0,3	0,7
Profissionais e administradores, nível baixo	II	6,9	6,8	4,9	5,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,4
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa	11,0	10,1	6,7	5,5	1,5	1,6	0,4	0,4	0,6
Pequenos proprietários, empregadores	IVa	12,9	10,9	8,5	6,2	0,9	1,0	0,5	1,0	1,0
Pequenos proprietários, sem empregados	IVb	29,9	30,6	17,6	7,4	9,0	8,9	3,7	2,2	2,2
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb	24,9	19,3	12,4	6,6	5,1	4,5	1,5	0,8	0,8
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V	20,9	12,8	8,5	7,3	4,9	2,6	0,8	1,0	1,0
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	VIa	25,0	15,0	12,0	8,0	10,0	5,0	1,0	2,0	2,0
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	VIb	46,0	29,0	19,0	8,3	18,0	11,0	5,0	2,0	2,0
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços	VIc	38,3	27,5	17,4	8,4	19,0	10,0	4,5	0,9	0,9
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna	VIIa2	33,0	22,0	15,0	8,2	16,0	7,0	2,0	0,8	0,8
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional	VIIa1	43,8	32,4	22,8	8,7	22,0	13,7	7,8	2,5	2,5
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes	VIIa4	38,0	26,0	17,0	8,2	22,0	11,0	5,2	1,0	1,0
Trabalhadores manuais não-qualif. nos Serviços Domésticos	VIIa3	47,0	31,0	21,0	8,6	20,0	12,5	6,0	2,0	2,0
Pequenos proprietários rurais, com empregados	IVc1	71,8	61,3	51,4	35,5	38,8	30,3	15,7	14,0	14,0
Trabalhadores manuais rurais	VIIb	90,8	86,1	79,2	40,5	84,6	66,2	48,1	27,5	27,5

Tabela 12 – Tabela de mobilidade intergeracional 1: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1973) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1973

Classe de Origem	Classe de Destino																			
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	Vla	VIIb	Vlc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc	VIIb	Total			
Trabalho não-manual	Profissionais e administradores, nível alto	I	184	82	70	20	10	15	19	5	8	4	14	13	4	3	6	3	460	
		II	109	111	87	14	18	20	20	37	17	2	16	10	4	10	2	4	481	
	Profissionais e administradores, nível baixo	IIIa	117	127	158	19	41	31	23	39	17	8	34	23	10	19	4	11	681	
		IVa	61	63	60	87	44	19	10	35	27	6	43	17	5	8	7	27	519	
	Pequenos proprietários, empregadores	IVb	239	214	275	86	307	102	66	118	66	10	161	88	26	57	48	80	1.943	
		IIIb	33	41	42	5	20	14	11	33	20	-	16	29	3	3	-	6	276	
	Trabalho manual	Técnicos e supervisores do trabalho manual	V	32	47	66	10	17	15	33	41	36	8	33	23	6	13	1	8	389
		Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	Vla	25	77	94	19	26	28	34	202	60	9	67	56	6	25	7	19	754
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional		VIIb	56	139	185	35	70	69	93	243	463	20	132	173	28	84	17	118	1.925	
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços		Vlc	23	33	54	9	13	25	15	65	32	32	38	37	5	29	1	14	425	
(continua)																				

(continua)

Tabela 12 – Tabela de mobilidade intergeracional 1: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1973) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1973

Classe de Origem		Classe de Destino																Total	
		I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VIa	VIIb	VIIc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc	VIIb		
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna		VIIa2	28	61	82	9	31	35	33	74	55	8	176	53	12	17	1	11	686
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional		VIIa1	29	68	102	22	64	60	59	174	174	28	118	300	27	72	14	112	1.423
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes		VIIa4	6	25	28	3	22	17	7	26	39	6	48	35	37	14	4	18	335
Trabalhadores manuais não-qualificados nos Serviços Domésticos		VIIa3	15	33	49	5	19	30	28	77	47	15	48	64	6	32	1	15	484
Trabalho rural																			
Pequenos proprietários rurais, com empregados		IVc	117	108	162	49	181	62	52	108	148	16	172	132	38	86	605	527	2.563
Trabalhadores manuais rurais		VIIlb	145	306	548	239	1.135	471	384	1.135	2.390	242	1.382	2.917	418	1.147	1.186	10.769	24.814
Total			1.219	1.535	2.062	631	2.018	1.013	887	2.412	3.599	414	2.498	3.970	635	1.619	1.904	11.742	38.158
Chi-Square Tests																			
			Value	df		Asymp. Sig. (2-sided)													
Pearson Chi-Square			19.275	225		0													
Likelihood Ratio			15.912	225		0													
Linear-by-Linear Association			8.196	1		0													
N of Valid Cases			38.158																
a - 7 cells (2.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2.99.																			

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1973. Frequências observadas.

Tabela 13 – Tabela de mobilidade intergeracional 2: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1982) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1982

Classe de Origem	Classe de Destino												
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	Vla	Vlb	Vlc	VIIa2	VIIa1	VIIa4
Trabalho não-manual													
Profissionais e administradores, nível alto	I	372	116	107	77	19	32	40	24	9	6	25	7
Profissionais e administradores, nível baixo	II	207	168	152	80	20	47	49	36	26	2	43	21
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa	176	157	243	86	25	60	78	80	42	7	60	41
Pequenos proprietários, empregadores	IVa	295	226	260	407	79	76	64	108	68	16	112	52
Pequenos proprietários, sem empregados	IVb	330	310	323	322	318	156	105	185	134	40	208	102
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb	97	89	128	51	24	77	39	67	46	12	82	43
Trabalho manual													
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V	50	62	86	43	11	37	59	77	45	9	42	29
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	Vla	89	116	161	82	29	79	74	382	81	19	110	87
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	Vlb	121	217	332	170	118	191	147	415	889	42	280	344
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços	Vlc	29	53	83	33	12	41	33	80	61	40	65	41

(continua)

Tabela 13 – Tabela de mobilidade intergeracional 2: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1982) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1982

Classe de Origem		Classe de Destino															
I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VIIa	VIIb	VIIc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc	VIIb	Total	
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna	75	118	182	62	43	77	66	170	82	18	335	76	22	35	1	18	1.380
	50	96	160	95	85	129	86	265	306	27	219	379	34	115	12	97	2.155
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional																	
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes	24	36	47	30	31	26	28	51	77	8	65	45	63	31	2	26	590
Trabalhadores manuais não-qualificados nos Serviços Domésticos	17	39	74	25	16	44	40	113	80	17	74	75	19	55	-	14	702
Trabalho rural																	
Pequenos proprietários rurais, com empregados	231	206	227	304	255	142	90	194	291	47	326	270	86	144	445	932	4.190
Trabalhadores manuais rurais	369	607	1.091	847	1.496	1.095	588	2.008	4.242	446	2.250	3.826	732	1.907	759	12.125	34.388
Total	2.532	2.616	3.656	2.714	2.581	2.309	1.586	4.255	6.479	756	4.296	5.438	1.180	2.659	1.338	13.625	58.020
Chi-Square Tests																	
	Value	df		Asymp. Sig. (2-sided)													
Pearson Chi-Square	24.685	225		0													
Likelihood Ratio	21.916	225		0													
Linear-by-Linear Association	10.643	1		0													
N of Valid Cases	58.020																
a - 7 cells (2.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2.99.																	

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1982. Frequências observadas.

(conclusão)

Tabela 14 – Tabela de mobilidade intergeracional 3: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1988) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1988

Classe de Origem	Classe de Destino																	
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VIIa	VIIb	VIIc	VIIa2	VIIa1	VIIa3	IVc	VIIb	Total		
Trabalho não-manual																		
Profissionais e administradores, nível alto	I	204	70	76	66	14	24	27	17	9	1	20	4	5	9	12	568	
Profissionais e administradores, nível baixo	II	145	127	121	67	27	37	35	23	17	7	31	13	7	7	9	14	687
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa	105	102	194	51	34	62	41	64	35	7	37	38	9	18	6	13	816
Pequenos proprietários, empregadores	IVa	148	123	102	262	50	44	41	32	38	9	56	23	17	11	17	25	998
Pequenos proprietários, sem empregados	IVb	178	162	198	166	215	90	73	110	87	16	109	68	38	38	22	66	1.636
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb	49	52	79	42	29	55	23	37	27	9	37	34	11	10	3	12	509
Trabalho manual																		
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V	48	56	61	29	19	39	42	61	40	7	34	30	5	17	1	19	508
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	VIIa	62	109	114	86	34	77	47	269	77	13	105	60	14	38	6	15	1.126
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	VIIb	70	125	206	110	100	120	113	316	471	39	195	226	48	73	10	108	2.330
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços	VIIc	14	29	40	13	10	29	27	49	30	14	31	29	10	12	-	13	350
(continua)																		

Tabela 14 – Tabela de mobilidade intergeracional 3: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1988) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1988

Classe de Origem	Classe de Destino																	
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VIIa	VIIb	VIIc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc	VIIb	Total	
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna	VIIa2	57	107	153	68	33	87	50	133	60	14	260	67	16	40	5	26	1.176
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional	VIIa1	27	85	120	64	60	89	63	180	167	31	150	306	26	95	10	105	1.578
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes	VIIa4	23	31	41	27	31	31	22	40	38	8	46	38	45	10	3	11	445
Trabalhadores manuais não-qualifi- cados nos Serviços Domésticos	VIIa3	9	41	69	22	22	51	29	79	54	13	53	74	13	46	-	19	594
Trabalho rural																		
Pequenos proprietários rurais, com empregados	IVc	85	57	60	86	46	43	36	58	57	11	76	49	11	37	138	154	1.004
Trabalhadores manuais rurais	VIIb	247	417	577	607	1.058	622	412	1.145	2.114	259	1.366	2.017	393	1.054	422	6.950	19.660
Total		1.471	1.693	2.211	1.766	1.782	1.500	1.081	2.613	3.321	458	2.606	3.076	668	1.515	662	7.562	33.985
Chi-Square Tests																		
	Value			df			Asymp. Sig. (2-sided)											
Pearson Chi-Square	14.232			225			0											
Likelihood Ratio	12.753			225			0											
Linear-by-Linear Association	6.136			1			0											
N of Valid Cases	33.985																	
a - 7 cells (2.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2.99.																		

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1988. Frequências observadas.

(conclusão)

Tabela 15 – Tabela de mobilidade intergeracional 4: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1996) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1996

Classe de Origem	Classe de Destino																	
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VIIa	VIIb	VIIc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc	VIIb	Total	
Trabalho não-manual																		
Profissionais e administradores, nível alto	I	259	60	98	81	25	41	24	25	3	2	22	8	11	11	9	9	688
Profissionais e administradores, nível baixo	II	149	114	110	74	52	44	22	58	26	9	33	27	10	21	3	14	766
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa	132	103	205	67	52	102	41	75	38	8	69	43	14	32	6	25	1.012
Pequenos proprietários, empregadores	IVa	140	97	119	230	105	81	37	81	64	5	64	54	30	28	20	28	1.183
Pequenos proprietários, sem empregados	IVb	166	135	213	250	268	142	53	115	93	11	132	79	66	54	27	84	1.888
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb	77	80	109	49	73	114	32	81	60	7	70	59	21	33	4	22	891
Trabalho manual																		
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V	45	47	76	45	41	51	40	79	64	6	35	48	9	26	4	14	630
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	VIIa	69	109	130	99	69	127	69	407	106	14	107	120	33	60	2	30	1.551
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	VIIb	77	144	198	136	133	235	78	388	836	33	276	363	68	161	8	146	3.280
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços	VIIc	29	34	55	23	29	35	14	59	43	18	36	28	10	30	-	15	458
																		(continua)

(continua)

Tabela 15 – Tabela de mobilidade intergeracional 4: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1996) para homens entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1996

Classe de Origem	Classe de Destino																	
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VIIa	VIIb	VIIc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc	VIIb	Total	
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna	VIIa2	79	128	168	85	85	145	60	193	106	14	408	131	43	60	7	43	1.755
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional	VIIa1	32	102	129	67	81	144	42	210	277	25	150	377	47	131	8	114	1.936
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes	VIIa4	13	23	26	17	33	23	8	27	36	3	42	39	59	16	-	14	379
Trabalhadores manuais não-qualifi- cados nos Serviços Domésticos	VIIa3	24	58	78	32	32	85	23	114	118	10	89	107	25	89	2	26	912
Trabalho rural																		
Pequenos proprietários rurais, com empregados	IVc	55	46	88	96	95	60	26	85	110	7	134	96	19	64	106	246	1.333
Trabalhadores manuais rurais	VIIb	258	443	613	625	1.171	816	299	1.136	2.464	170	1.533	2.026	530	1.213	465	7.457	21.219
Total		1.604	1.723	2.415	1.976	2.344	2.245	868	3.133	4.444	342	3.200	3.605	995	2.029	671	8.287	39.881
Chi-Square Tests																		
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)															
Pearson Chi-Square	16.039	225	0															
Likelihood Ratio	14.349	225	0															
Linear-by-Linear Association	5.979	1	0															
N of Valid Cases	39.881																	
a - 7 cells (2.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2.99.																		

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1996. Frequências observadas.

(conclusão)

Tabela 16 – Tabela de mobilidade ocupacional intergeracional 1: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação da filha em 1973) para mulheres entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1973

Classe de Origem	Classe de Destino										Total
	I	II	IIIa	IIIb	IVab	V-VIa	VIc	VIIb	VIIa3	VIIb-IVc	
Profissionais e administradores, nível alto	28	41	90	8	7	5	5	9	5	1	199
Profissionais e administradores, nível baixo	16	18	92	12	5	4	2	13	5	2	169
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	22	28	134	19	12	5	14	19	13	5	271
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	4	11	45	19	5	1	4	14	5	1	109
Pequenos proprietários	65	87	338	94	60	7	51	94	55	34	885
Trabalhadores manuais na Ind. Moderna	11	33	166	77	16	11	55	99	106	11	585
Trabalhadores manuais nos Serviços	6	10	45	26	11	2	34	40	67	8	249
Trabalhadores manuais na Ind. Tradicional	17	31	158	70	24	19	67	220	335	74	1.015
Trabalhadores manuais nos Serviços Domésticos	1	4	28	25	3	3	12	28	62	4	170
Trabalhadores rurais	52	68	513	354	174	42	537	1.047	1.870	4.007	8.664
Total	222	331	1.609	704	317	99	781	1.583	2.523	4.147	12.316

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1973. Frequências observadas.

Tabela 17 – Tabela de mobilidade ocupacional intergeracional 2: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação da filha em 1982) para mulheres entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1982

Classe de Origem	Classe de Destino										Total	
	I	II	IIIa	IIIb	IVab	V-VIa	VIc	VIIb	VIIa3	VIIb-IVc		
Profissionais e administradores, nível alto	I	127	85	207	18	36	15	20	14	13	2	537
Profissionais e administradores, nível baixo	II	70	69	168	30	26	8	25	24	18	5	443
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa	66	78	208	49	24	10	35	33	39	4	546
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb	29	39	120	57	19	8	33	36	55	2	398
Pequenos proprietários	IVab	208	215	663	220	220	26	175	191	157	23	2.098
Trabalhadores manuais na Ind. Moderna	V-VIa	62	118	417	171	85	43	132	166	237	22	1.453
Trabalhadores manuais nos Serviços	VIc	11	23	106	64	33	14	83	84	104	7	529
Trabalhadores manuais na Ind. Tradicional	VIIb	42	121	336	269	133	49	272	453	711	68	2.454
Trabalhadores manuais nos Serviços Domésticos	VIIa3	8	14	60	64	20	10	53	59	141	2	431
Trabalhadores rurais	VIIb-IVc	149	245	1.087	968	785	195	1.376	2.056	4.079	3.741	14.681
Total		772	1.007	3.372	1.910	1.381	378	2.204	3.116	5.554	3.876	23.570

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1982. Frequências observadas.

Tabela 18 – Tabela de mobilidade ocupacional intergeracional 3: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação da filha em 1988) para mulheres entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1988

Classe de Origem	Classe de Destino										Total
	I	II	IIIa	IIIb	IVab	V-VIa	VIc	VIIb	VIIa3	VIIb-IVc	
Profissionais e administradores, nível alto	87	54	98	29	31	18	10	11	4	6	348
Profissionais e administradores, nível baixo	56	65	116	26	33	9	22	23	13	1	364
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	47	75	138	37	33	11	32	21	27	1	422
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	19	38	78	32	25	6	24	19	39	3	283
Pequenos proprietários	133	176	414	126	191	31	120	95	63	22	1.371
Trabalhadores manuais na Ind. Moderna	50	115	325	169	102	43	149	120	168	18	1.259
Trabalhadores manuais nos Serviços	16	32	73	48	26	5	46	46	59	5	356
Trabalhadores manuais na Ind. Tradicional	32	107	272	215	130	31	215	298	520	38	1.858
Trabalhadores manuais nos Serviços Domésticos	9	19	51	48	22	10	35	47	97	4	342
Trabalhadores rurais	99	213	776	569	497	146	923	1.129	2.287	2.089	8.728
Total	548	894	2.341	1.299	1.090	310	1.576	1.809	3.277	2.187	15.331

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1988. Frequências observadas.

Tabela 19 – Tabela de mobilidade ocupacional intergeracional 4: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação da filha em 1996) para mulheres entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1996

Classe de Origem	Classe de Destino										Total
	I	II	IIIa	IIIb	IVab	V-VIa	VIc	VIIb	VIIa3	VIIb-IVc	
Profissionais e administradores, nível alto	164	70	118	37	65	17	24	16	19	7	537
Profissionais e administradores, nível baixo	85	85	166	52	53	9	18	39	34	12	553
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	69	87	203	100	69	18	45	40	57	14	702
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	36	48	129	91	55	15	77	46	75	15	587
Pequenos proprietários	195	215	500	269	344	40	168	165	162	76	2.134
Trabalhadores manuais na Ind. Moderna	93	179	540	350	217	56	219	222	389	62	2.327
Trabalhadores manuais nos Serviços	21	28	106	66	56	5	75	58	99	15	529
Trabalhadores manuais na Ind. Tradicional	60	152	389	367	221	52	331	384	796	204	2.956
Trabalhadores manuais nos Serviços Domésticos	11	19	60	82	22	19	76	93	180	24	586
Trabalhadores rurais	191	353	1.114	1.032	837	203	1.261	1.430	3.535	4.497	14.453
Total	925	1.236	3.325	2.446	1.939	434	2.294	2.493	5.346	4.926	25.364

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1996. Frequências observadas.

Tabela 20 – Tabela de mobilidade intergeracional: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1973) para homens casados entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1996

Classe de Origem	Classe de Destino (somente homens casados)																	
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	Vla	Vlb	Vlc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc	VIIb	Total	
Trabalho não-manual																		
Profissionais e administradores, nível alto	I	210	46	79	68	23	34	20	20	2	2	17	7	11	8	7	6	560
Profissionais e administradores, nível baixo	II	119	95	85	62	41	37	19	45	20	7	26	22	6	14	3	13	614
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa	111	85	167	63	43	83	32	65	31	6	62	36	14	26	5	19	848
Pequenos proprietários, empregadores	IVa	126	79	110	205	94	65	31	66	54	5	61	42	23	26	20	26	1.033
Pequenos proprietários, sem empregados	IVb	143	120	153	220	239	119	42	96	75	10	117	55	52	40	25	71	1.577
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb	69	64	90	46	65	90	24	64	49	5	63	49	16	23	3	19	739
Trabalho manual																		
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V	33	42	59	38	34	42	35	68	53	5	30	37	6	21	4	11	518
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Moderna	Vla	63	94	107	89	62	105	61	340	78	10	91	96	28	45	2	24	1.295
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	Vlb	68	118	163	125	118	179	60	341	706	28	248	279	54	135	7	117	2.746
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços	Vlc	27	30	48	21	27	29	12	54	38	15	30	19	9	27	-	14	400
																		(continua)

Tabela 20 – Tabela de mobilidade intergeracional: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do filho em 1996) para homens casados entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1996

Classe de Origem		Classe de Destino (somente homens casados)															
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VIIa	VIIb	VIIc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc	VIIb	Total
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna	74	110	140	74	71	106	49	157	83	14	353	92	33	39	7	36	1.438
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional	29	96	107	62	71	116	33	181	219	19	135	286	37	102	7	97	1.597
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes	11	22	21	14	30	20	8	21	33	2	38	31	45	14	-	14	324
Trabalhadores manuais não-qualificados nos Serviços Domésticos	21	51	59	31	28	62	20	97	101	8	75	80	20	71	2	21	747
Trabalho rural																	
Pequenos proprietários rurais, com empregados	51	38	74	89	85	45	22	77	98	5	122	80	15	49	100	214	1.164
Trabalhadores manuais rurais	234	396	517	567	1.045	652	267	1.003	2.160	148	1.405	1.691	440	1.032	424	6.513	18.494
Total	1.389	1.486	1.979	1.774	2.076	1.784	735	2.695	3.800	289	2.873	2.902	809	1.672	616	7.215	34.094

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1996. Frequências observadas.

(conclusão)

Tabela 21 – Tabela de mobilidade intergeracional: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do marido em 1996) para mulheres casadas entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1996

Classe de Origem (pai da mulher)		Classe de Destino (marido da mulher)															Total	
		I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	Vla	Vlb	Vlc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc		VIIb
Trabalho não-manual																		
Profissionais e administradores, nível alto	I	125	41	37	64	23	16	8	13	6	1	13	6	7	3	12	2	377
	II	66	50	66	49	30	25	18	23	12	3	21	10	3	10	7	9	402
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa	71	58	62	59	41	38	19	35	21	3	31	22	13	9	3	13	498
	IVa	74	54	48	103	28	33	14	27	18	-	21	16	11	8	11	24	490
Pequenos proprietários, empregadores	IVb	102	74	97	120	121	68	23	68	69	4	77	43	28	18	17	44	973
	IIIb	38	32	41	31	29	32	9	36	38	6	36	30	17	12	3	14	404
Trabalho manual																		
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V	19	23	38	23	19	29	12	26	19	5	13	27	4	13	2	5	277
	Vla	47	54	74	42	45	54	19	72	55	9	49	37	10	27	4	26	624
Trabalhadores manuais qualificados na Ind. Tradicional	Vlb	31	65	87	70	100	111	36	133	201	14	143	130	32	61	11	107	1.332
	Vlc	6	14	21	21	18	18	6	24	17	5	17	15	10	7	-	7	206
Trabalhadores manuais qualificados nos Serviços																		

Tabela 21 – Tabela de mobilidade intergeracional: Classe de origem (definida pela ocupação do pai), por classe de destino (definida pela ocupação do marido em 1996) para mulheres casadas entre 25 e 64 anos de idade – Brasil, 1996

Classe de Origem (pai da mulher)		Classe de Destino (marido da mulher)																
		I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VIIa	VIIb	VIIc	VIIa2	VIIa1	VIIa4	VIIa3	IVc	VIIb	Total
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Moderna		32	60	75	61	63	74	25	64	76	7	86	48	20	39	6	25	761
Trabalhadores manuais não-qualificados na Ind. Tradicional		15	36	60	40	46	57	19	71	110	7	62	98	29	64	2	65	781
Trabalhadores manuais não-qualificados ambulantes		12	10	18	12	16	10	5	11	21	1	13	11	14	8	1	7	170
Trabalhadores manuais não-qualificados nos Serviços Domésticos		6	20	24	26	33	31	6	38	69	5	45	53	8	33	1	16	414
Trabalho rural																		
Pequenos proprietários rurais, com empregados		43	28	31	61	40	21	14	35	60	3	51	39	5	28	43	105	607
Trabalhadores manuais rurais		161	206	267	299	597	312	133	450	1.078	64	623	823	231	509	234	4.280	10.267
Total		848	825	1.046	1.081	1.249	929	366	1.126	1.870	137	1.301	1.408	442	849	357	4.749	18.583

Nota: Tabulação do autor a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1973. Frequências observadas.

(conclusão)

Tabela 22 – Matrizes dos efeitos para o modelo de Fluidéz Básico e modelo de Fluidéz Brasileiro

Efeitos de Hierarquia													
H11	I	II	IIa	IVa	IIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb	H12	I	II
I	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	I	1	1
II	2	1	2	1	2	2	2	2	2	2	II	1	1
IIa	2	2	1	2	1	2	1	2	2	2	IIa	2	1
IVa	2	1	2	1	2	2	2	2	2	2	IVa	1	1
IVb	2	2	1	2	1	2	1	2	2	2	IVb	2	1
IIb	2	2	2	2	2	1	2	1	2	1	IIb	2	2
V	2	2	1	2	1	2	1	2	2	2	V	2	1
VI	2	2	2	2	2	1	2	1	2	1	VI	2	2
VIIa	2	2	2	2	2	2	2	1	2	1	VIIa	2	2
IVc	2	2	2	2	1	2	1	2	1	2	IVc	2	2
VIIb	2	2	2	2	2	2	2	1	2	1	VIIb	2	2
H13													
I	1	1	1	1	1	2	1	2	2	2	I	1	1
II	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	II	1	1
IIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIa	1	1
IVa	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	IVa	1	1
IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVb	1	1
IIb	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIb	1	1
V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	V	1	1
VI	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VI	1	1
VIIa	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	VIIa	2	1
IVc	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVc	1	1
VIIb	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	VIIb	2	1

(continua)

Tabela 22 – Matrizes dos efeitos para o modelo de Fluidex Básico e modelo de Fluidex Brasileiro

Efeitos de Herança																							
IN1	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb	IN2	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb
I	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	I	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
II	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIa	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVa	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	IVa	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1
IVb	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIb	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
V	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VI	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1
VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IN3																							
I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1
VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
(continua)																							

Tabela 22 – Matrizes dos efeitos para o modelo de Fluidéz Básico e modelo de Fluidéz Brasileiro

Efeitos de setor																							
SE1	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb	SE2	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb
I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	I	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1
II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	II	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1
IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	IIIa	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1
IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	IVa	2	2	2	1	1	2	2	2	2	1	2
IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	IVb	2	2	2	1	1	2	2	2	2	1	2
IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	IIIb	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1
V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	V	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1
VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	VI	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1
VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	VIIa	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1
IVc	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	IVc	2	2	2	1	1	2	2	2	2	1	2
VIIb	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	VIIb	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1
Efeitos de afinidade																							
AF1																							
I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	I	1	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1
II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	II	2	1	2	1	1	2	1	1	1	1	1
IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIa	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1
IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIb	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1
V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	V	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1
VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VI	1	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1
VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIa	1	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1
IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVc	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1
VIIb	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Efeitos de afinidade																							
AF2																							
I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	I	1	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1
II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	II	2	1	2	1	1	2	1	1	1	1	1
IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIa	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1
IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIb	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1
V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	V	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1
VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VI	1	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1
VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIa	1	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1
IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVc	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1
VIIb	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
(continua)																							

(continua)

Tabela 22 – Matrizes dos efeitos para o modelo de Fluidez Básico e modelo de Fluidez Brasileiro

Efeitos de afinidade																							
AF3	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb	AF4	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb
I	1	1	1	2	1	1	1	1	1	2	1	I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVa	2	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVc	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1
VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1
AF5																							
I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1
VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1
(continua)																							

Tabela 22 – Matrizes dos efeitos para o modelo de Fluidéz Básico e modelo de Fluidéz Brasileiro

Novos efeitos de afinidade para o modelo de fluidez social brasileiro														AF4B-																									
AF1B	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb																												
I	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1																												
II	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1																												
IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
IVa	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1																												
IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
VI	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1																												
VIIa	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1																												
IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
AF4B+																																							
I	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
II	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
IIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
IVa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
IVb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
IIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
V	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
VI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
VIIa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
IVc	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												
VIIb	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1																												

Tabela 23 – Modelo de Fluidez Social Básico

	1	2	3	4	5	6
1	ih1; ih2	hi1+af2	hi1+hi2+af2	hi1+se2+af3	hi1+hi2+se2	hi1+hi2+hi3+af2
2	hi1+af2	ih1	hi1+af2	se2	hi1+se2	hi1+hi2+af2
3	hi1+hi2+af2	hi1+af2	ih1	hi1+se2	se2	hi1+af2
4	hi1+se2+af3	se2	hi1+se2	ih1+ih2	hi1+	hi1+hi2+se2
5	hi1+hi2+se2	hi1+se2	se2	hi1+	ih1	hi1+se2
6	hi1+hi2+hi3+af2	hi1+hi2+af2	hi1+af2	hi1+hi2+se2	hi1+se2	ih1
7	hi1+hi2	hi1+	1	hi1+se2	se2	hi1+
8	hi1+hi2+hi3+	hi1+hi2+	hi1+	hi1+hi2+se2+	hi1+se2	1
9	hi1+hi2+hi3+hi4+	hi1+hi2+hi3+	hi1+hi2	hi1+hi2+hi3+se2+	hi1+hi2+se2	hi1+
10	hi1+hi2+hi3+se+se2+af3	hi1+hi2+se1+se2	hi1+se1+se2	hi1+hi2+se1	hi1+se1	se1+se2
11	hi1+hi2+hi3+hi4+se1+af1	hi1+hi2+hi3+se1+af71	hi1+hi2+se1+	hi1+hi2+hi3+se1+se2+	hi1+hi2+se1+se2+	hi1+se1

	7	8	9	10	11
1	hi1+hi2	hi1+hi2+hi3+	hi1+hi2+hi3+hi4+	hi1+hi2+hi3+se1+se2+af3	hi1+hi2+hi3+hi4+se1+af1
2	hi1+	hi1+hi2+	hi1+hi2+hi3+	hi1+hi2+se1+se2	hi1+hi2+hi3+se1+af1
3	1	hi1+	hi1+hi2	hi1+se1+se2	hi1+hi2+se1
4	hi1+se2	hi1+hi2+se2+	hi1+hi2+hi3+se2+	hi1+hi2+se1	hi1+hi2+hi3+se1+se2
5	se2	hi1+se2	hi1+hi2+se2	hi1+se1	hi1+hi2+se1+se2
6	hi1+	1	hi1+	se1+se2	hi1+se1
7	ih1	hi1+af2	hi1+hi2+af2	hi1+se1+se2	hi1+hi2+se1
8	hi1+af2	ih1	hi1+af2	se1+se2	hi1+se1
9	hi1+hi2+af2	hi1+af2	ih1	hi1+se1+se2	se1+
10	hi1+se1+se2	se1+se2	hi1+se1+se2+af4	ih1+ih2+se2	hi1+se2+af5
11	hi1+hi2+se1++	hi1+se1+	se1+af4	hi1+af5	ih1+

Tabela 24 – Modelo de Fluidez Social Brasileiro

	1	2	3	4	5	6
1	ih1+ih2	hi1+af2	hi1+hi2+af2	hi1+se2+af3	hi1+hi2+se2	hi1+hi2+hi3+af2
2	hi1+af2	ih1	hi1+af2	se2	hi1+se2	hi1+hi2+af2
3	hi1+hi2+af2	hi1+af2	ih1	hi1+se2	se2	hi1+af2
4	hi1+se2+af3	se2	hi1+se2	ih1+ih2	hi1+	hi1+hi2+se2
5	hi1+hi2+se2	hi1+se2	se2	hi1+	ih1	hi1+se2
6	hi1+hi2+hi3+af2	hi1+hi2+af2	hi1+af2	hi1+hi2+se2	hi1+se2	ih1
7	hi1+hi2	hi1+	1	hi1+se2	se2	hi1+
8	hi1+hi2+hi3+af17	hi1+hi2+af17	hi1+	hi1+hi2+se2+af17	hi1+se2	1
9	hi1+hi2+hi3+hi4+af17	hi1+hi2+hi3+af17	hi1+hi2	hi1+hi2+hi3+se2+af17	hi1+hi2+se2	hi1+
10	hi1+hi2+hi3+se1+se2+af3	hi1+hi2+se1+se2	hi1+se1+se2	hi1+hi2+se1	hi1+se1+af82	se1+se2
11	hi1+hi2+hi3+hi4+se1+af72	hi1+hi2+hi3+se1+af72	hi1+hi2+se1+af72	hi1+hi2+hi3+se1+se2+af72	hi1+hi2+se1+se2+af82	hi1+se1
	7	8	9	10	11	
1	hi1+hi2	hi1+hi2+hi3+af17	hi1+hi2+hi3+hi4+af17	hi1+hi2+hi3+se1+se2+af3	hi1+hi2+hi3+hi4+se1	
2	hi1+	hi1+hi2+af17	hi1+hi2+hi3+af17	hi1+hi2+se1+se2	hi1+hi2+hi3+se1	
3	1	hi1+	hi1+hi2	hi1+se1+se2	hi1+hi2+se1	
4	hi1+se2	hi1+hi2+se2+af17	hi1+hi2+hi3+se2+af17	hi1+hi2+se1	hi1+hi2+hi3+se1+se2	
5	se2	hi1+se2	hi1+hi2+se2	hi1+se1	hi1+hi2+se1+se2	
6	hi1+	1	hi1+	se1+se2	hi1+se1	
7	ih1	hi1+af2	hi1+hi2+af2	hi1+se1+se2	hi1+hi2+se1	
8	hi1+af2	ih1	hi1+af2	se1+se2	hi1+se1	
9	hi1+hi2+af2	hi1+af2	ih1	hi1+se1+se2	se1	
10	hi1+se1+se2	se1+se2	hi1+se1+se2+af82	ih1+ih2	hi1+se2	
11	hi1+hi2+se1+af72	hi1+se1+af82	se1+af82	hi1+se2	ih1+	

Tabela 25 – Razões de chances derivadas do modelo de fluidez social brasileiro (modelo 5 da tabela 21 do capítulo 5) para classes de origem e de destino para homens entre 25 e 64 anos – 1973-1996

Origem	1973											
	Destino											
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb	
Profissionais e administradores, nível alto	I	1,0	3,3	3,8	8,7	13,5	11,1	9,1	32,9	183,6	398,7	2623,6
Profissionais e administradores, nível baixo	II		1,0	2,3	3,3	5,8	3,0	3,9	8,8	35,7	117,8	509,6
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa			1,0	4,1	4,1	2,6	1,0	6,9	17,5	103,0	278,4
Pequenos proprietários, empregadores	IVa				1,0	4,4	5,2	4,4	17,2	40,7	37,8	581,9
Pequenos proprietários, conta própria	IVb					1,0	2,6	1,8	4,5	11,3	22,4	43,4
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb						1,0	4,0	1,1	9,6	45,3	73,2
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V							1,0	2,9	7,3	66,5	179,7
Trabalhadores manuais qualificados	VI								1,0	3,6	26,3	21,3
Trabalhadores manuais semi e não-qualificados	VIIa									1,0	7,4	6,8
Pequenos empregadores rurais	IVc										1,0	6,1
Trabalhadores rurais	VIIb											1,0

(continua)

Tabela 25 – Razões de chances derivadas do modelo de fluidez social brasileiro (modelo 5 da tabela 21 do capítulo 5) para classes de origem e de destino para homens entre 25 e 64 anos – 1973-1996

Origem	1982									
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	
	I		II		IIIa		IVa		IVb	

Tabela 25 – Razões de chances derivadas do modelo de fluidez social brasileiro (modelo 5 da tabela 21 do capítulo 5) para classes de origem e de destino para homens entre 25 e 64 anos – 1973-1996

1988												
Origem	Destino											
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb	
Profissionais e administradores, nível alto	I	1,0	3,7	4,3	5,1	10,6	8,1	8,7	25,0	85,3	64,3	655,2
Profissionais e administradores, nível baixo	II		1,0	2,6	3,2	4,3	2,6	3,5	8,0	20,3	35,1	155,7
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa			1,0	3,6	3,3	2,2	1,0	5,6	11,1	30,2	104,8
Pequenos proprietários, empregadores	IVa				1,0	3,6	3,8	3,6	11,2	20,7	12,6	158,9
Pequenos proprietários, conta própria	IVb					1,0	2,2	1,9	3,9	7,8	8,4	20,4
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb						1,0	4,0	1,2	7,5	18,0	40,4
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V							1,0	2,7	5,4	21,1	73,4
Trabalhadores manuais qualificados	VI								1,0	3,0	10,2	11,1
Trabalhadores manuais semi e não-qualificados	VIIa									1,0	3,3	4,9
Pequenos empregadores rurais	IVc										1,0	7,3
Trabalhadores rurais	VIIb											1,0
												(continua)

Tabela 25 – Razões de chances derivadas do modelo de fluidez social brasileiro (modelo 5 da tabela 21 do capítulo 5) para classes de origem e de destino para homens entre 25 e 64 anos – 1973-1996

1996												
Origem	Destino											
	I	II	IIIa	IVa	IVb	IIIb	V	VI	VIIa	IVc	VIIb	
Profissionais e administradores, nível alto	I	1,0	2,8	3,6	4,6	9,1	6,3	6,9	16,5	63,7	87,9	522,4
Profissionais e administradores, nível baixo	II		1,0	2,4	2,7	4,5	2,6	3,4	6,9	18,0	46,7	147,8
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível alto	IIIa			1,0	2,9	3,3	2,1	0,9	4,7	10,3	36,8	98,5
Pequenos proprietários, empregadores	IVa				1,0	3,5	3,7	3,5	9,3	18,3	14,9	150,4
Pequenos proprietários, conta própria	IVb					1,0	2,1	1,8	3,4	7,4	10,5	25,6
Trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo	IIIb						1,0	3,5	1,1	6,9	23,1	45,6
Técnicos e supervisores do trabalho manual	V							1,0	2,4	5,3	26,5	70,9
Trabalhadores manuais qualificados	VI								1,0	3,1	14,3	14,7
Trabalhadores manuais semi e não-qualificados	VIIa									1,0	4,5	6,3
Pequenos empregadores rurais	IVc										1,0	5,4
Trabalhadores rurais	VIIb											1,0
												(conclusão)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABBOT, P.; SAPSFORD, R. *Women and Social Class*. London: Tavistock, 1987.

ABREU, Marcelo Paiva. *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ABREU, Marcelo Paiva; VERNER, Dorte. *Long-term Brazilian Economic Growth: 1930-34*. Paris: Development Center of the Organization for Economic Co-operation and Development, 1997.

ACKER, J. Women and Social Stratification: a case of intellectual sexism. *American Journal of Sociology*, 78, 1973, p. 936-945.

ADELMAN, Jeromy. Institutions, Property and Economic Development in Latin America. In: CENTENO, M. A.; LÓPEZ-ALVES, F. (Eds.) *The Other Mirror: grand theory through the lens of Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

AGRESTI, Alan. *An Introduction to Categorical Data Analysis*. New York: John Wiley & Sons, 1996.

ALBERNAZ, Angela; FERREIRA, Francisco; FRANCO, Creso. *Qualidade e Equidade na Educação Fundamental Brasileira*. 2002.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILLELA, Renato. *O Brasil Social*. Rio de Janeiro: Ipea, 1993.

- ALLMENDINGER, J. Educational System and Labor Market Outcomes. *European Sociological Review*, 5, p. 231-50, 1989.
- ALMDEIA, Alberto Carlos. O Brasil no Final do Século XX: um caso de sucesso. *Dados*, v. 41, n. 4, 1998.
- AMINZADE, Ronald; HODSON, Randy. Social Mobility in a Mid-Nineteenth Century French City. *American Sociological Review*, 47, p. 441-57, 1982.
- ARROW, K.; BOWLES, S.; DURLAUF, S. (Eds.). *Meritocracy and Economic Inequality*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- BACHA, Edmar L. Sobre a dinâmica do crescimento da economia industrial subdesenvolvida. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 3, 1973.
- BACHA, Edmar L. *Política Econômica e Distribuição de Renda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BACHA, Edmar L. The Kuznets Curve and Beyond: Growth and Change in Inequalities. In: MALINVAUD, E. (Ed.). *Economic Growth and Resources*. London: Macmillan, 1979. p. 1, 52-73.
- BACHA, Edmar L.; KLEIN, Herbert S. *Social Change in Brazil, 1945-1985: the incomplete transition*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1989.
- BACHA, Edmar L.; TAYLOR, Lance. The Unequalizing Spiral: a first growth model for Belindia. *Quarterly Journal of Economics*, 90, p 197-218, 1976.
- INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. *Facing up to Inequality in Latin America: 1998-99*. Washington, D.C: IADB; The Johns Hopkins University Press, 1998.
- BARON, James; BIELBY, William T. Bringing the Firms Back in: Stratification, Segmentation, and the Organization of Work. *American Sociological Review*, 45, p. 737-65, 1980.
- BARON, James N. Organizational Perspective on Statification. *Annual Review of Sociology*, 10, p. 37-69, 1994.
- BARON, James N. Reflections on Recent Generations of Mobility Research. In: GRUSKY, D. B. (Ed.). *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Boulder: Westview Press, 1994.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, p. 42, 2000.

BEARMAN, Peter; DEANE, Glenn. The Structure of Opportunity: middle-class mobility in England, 1548-1689. *American Journal of Sociology*, 98, p 30-66, 1992.

BECKER, Gary S. *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BENAVIDES, M.; FIREBAUGH, G. Truncated Modernization in Latin America. In: *Recent Trends and Patterns of Class Mobility in Peru*. Departament of Sociology, Pennsylvania State University. Unpublished manuscript.

BENDIX, Reinhard; LIPSET, Seymour Martin. Social Status and Social Structure: a Reexamination of the Data and Interpretation. *British Journal of Sociology*, I, p. 156, 1951.

BENDIX, Reinhard; LIPSET, Seymour Martin. *Social Mobility in Industrial Society*. Berkeley: University of California Press, 1959.

BILBY, William T. Models of Status Attainment. *Research in Social Stratification and Mobility*, 1, p. 2-26, 1981. Greenwich, Conn.: JAI Press.

BILLS, David; HALLER, A.; Kelley, J.; Olson, M.; Pastore, J. Class, Class Origins, Regional Socioeconomic Development and the Status Attainment of Brazilian Men. In: ROBINSON, R. V. (Ed.). *Research in Social Stratification and Mobility*. Greenwich, Connecticut: JAI Press, 1985. v. 4.

BILLS, David; HALLER, Archibal O. Socioeconomic Development and Social Stratification: reassessing the Brazilian case. *Journal of Development Areas*, 19, p. 59-69, 1985.

BLAU, Peter Michael; DUNCAN, Otis Dudley. *The American Occupational Structure*. New York: Wiley, 1967.

BLOSSFELD, H. P.; PREIN, Gerald. *Rational Choice Theory and Large Scale Data Set*. Boulder: Westview Press, 1998.

BOGDAN, Mach; WESOLOWSKI, Włodzimierz. *Social Mobility and Social Structure*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986. Translated by B. Zawadzka.

BOTTOMORE, T. B. *Classes in Modern Society*. London: Allen and Unwin, 1965.

BOURDIEU, Pierre. Cultural Reproduction and Social Reproduction. In: KRABEL, J.; HALSEY, A. H. (Ed.). *Power and Ideology in Education, Society and Culture*. NY: Oxford University Press, 1977.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: a social critique of the judgment of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *Reproduction in Education, Society and Culture*. London; Beverly Hills: Sage Publications, 1977.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *The Inheritors: French students and their relation to culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

BOWLES, S. The Inheritance of Inequality. *Journal of Economic Perspectives*, 1693, p. 3-30, 2002.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. *Schooling in Capitalist America*. New York: Basic Books, 1976.

BRAVERMAN, H. *Labor and Monopoly Capitalism: the degeneration of work in the twentieth century*. NY: Monthly Review Press, 1974.

BREEN, R. Individual Level Models for Mobility Tables and Other Cross-Classifications. *Sociological Methods and Research*, 23, p. 147-173, 1994.

BREEN, R. A Weberian Approach to Class Analysis. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). *Alternative Foundations of Class Analysis*. Cap. 2. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/found-c2.PDF>>.

BREEN, Richard; JONSSON, JAN O. *Social Mobility, Educational Equalization, and Educational Expansion in Twentieth Century – Sweden*. 2005. (unpublished manuscript)

BREEN, Richard. (Ed.). *Social Mobility in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

- BREEN, R.; GOLDTHORPE, J. Explaining Educational Differentials: Towards a Formal Rational Action Theory. *Rationality and Society*, 9, p. 275-305, 1997.
- BREEN, R.; JONSSON, J. How Reliable are Studies of Social Mobility? *Research in Social Stratification and Mobility*, 15, p. 91-112, 1997.
- BREEN, R.; ROTMAN, D. Class Analysis and Class Theory. *Sociology*, v. 29, n. 3, p. 453-473, 1995.
- BREEN, Richard; WHELAN, Chrisopher T. *Social Mobility and Social Class in Ireland*. Dublin: Gill and Macmillan, 1996.
- BREIGER, Ronald. The Social Class Structure of Occupational Mobility. *American Journal of Sociology*, 87, p. 578-611, 1981.
- BREIGER, Ronald. Social Structure and the Phenomenology of Attainment. *Annual Review of Sociology*, 21, p. 115-136, 1995.
- BREIGER, Ronald L. *Social Mobility and Social Structure*. Cambridge, England; New York: Cambridge University Press, 1990.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas. *Revista de Administração de Empresas*, 11, 1964.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BRINTON, Mary C.; NEE, Victor. *The New Institutionalism in Sociology*. Palo Alto: Stanford University Press, 1998.
- BRITTEN; HEATH, A. Women, Men and Social Class. In: GARMARNIKOW (Ed.). *Gender, Class and Work*. London: Heinemann, 1983.
- BUXTON, William. *Talcott Parsons and the Capitalist Nation-State: political sociology as a strategic vocation*. Toronto: University of Toronto Press, 1985.
- CALHOUN, Craig. The Rise and Domestication of Historical Sociology. In: MCDONALD, T. J. (Ed.). *The Historic Turn in the Human Sciences*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996.
- CARABANA, J. *Dos Estudios Sobre Movilidad*. Buenos Aires: Prometeo, 1999.

- CARDOSO, Adalberto Moreira. *A Trama da Modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Ucam; Revan, 1999.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Trabalhar, Verbo Transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2000.
- CARDOSO, F. H. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CARLSSON, Gosta. Sorokin's Theory of Social Mobility. In: ALLEN, P. J. (Ed.). *Pitrim A. Sorokin in Review*. Durhan, N.C.: Duke University Press, 1963.
- CARVALHO, José Alberto Magno; WONG, Laura Rodriguez. The Fertility Transition in Brazil: causes and consequences. In: GUZMAN, J. M. (Ed.). *The Fertility Transition in Latin America*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- CASTRO, Claudio de Moura. O que Está Acontecendo com a Educação no Brasil? In: BACHA, E.; KLEIN, HERBERT S. (Ed.). *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CLARK, T.; LIPSET, S. M.. Are Social Classes Dying? *International Sociology*, 6, p. 397-410, 1991.
- CLOGG, C.; ELIASON, S. Some Common Problems in Log-linear Analysis. *Sociological Methods and Research*, 16, p. 8-44, 1987.
- CLOGG, Clifford. The Impact of Sociological Methodology on Statistical Methodology. *Statistical Science*, v. 7, n. 2, 1992.
- COLEMAN, James S. Matching Processes in the Labor Market. *Acta Sociologica*, 34, p. 3-12, 1991.
- COLLINS, Randall. *The Credential Society*. New York: Academic Press, 1974.
- COLLINS, Randall. Functional and Conflict Theories of Educational Stratification. In: KRABEL, J.; HALSEY, A. H. (Ed.). *Power and Ideology in Education, Society and Culture*. NY: Oxford University Press, 1977.

CROMPTON, R.; MANN, M. (Eds). *Gender and Stratification*. Cambridge: Polity, 1986.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio. Mobilidade Social Passada e Futura: correlações com opiniões políticas, percepções sobre conflito e sobre chances de vida. In: SCALON, C. (Ed.). *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio. Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 4, 2006.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio. Classe e Gênero no Brasil Contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. edited by SCALON, Celi e ARAUJO, Clara. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2005a.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio. A Raça da Classe e suas Desvantagens. *Insight Inteligência VII*, 2005b.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio. The Brazilian Occupational Structure. PhD. Dissertation Thesis, Columbia University, 2002.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio. Estrutura de Classes, Condições de Vida e Oportunidades de Mobilidade Social. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. (Org.). *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio; SCALON, Maria Celi. Mobilidade de Classes no Brasil em Perspectiva Comparada. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 44, p. 53-96, 2001.

COSTA RIBEIRO, Sérgio; KLEIN, Ruben . O Censo Educacional e o Modelo de Fluxo. *Relatório de Pesquisa e Desenvolvimento*, 24, 1991. Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC.

CROMPTON, Rosemary. *Class and Stratification: an introduction to current debates*. London: Polity Press, 1993.

CROMPTON, Rosemary; DUNCAN, Gallie; PURCELL, Kate. *Changing Forms of Employment: organisations, skills, and gender*. London; New York: Routledge, 1996.

- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.
- DAHRENDORF, Ralf. *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1959.
- DAVIS, K. *Human Society*. New York: Macmillan, 1949.
- DAVIS, K.; MOORE, W. E. Some Principles of Stratification. *American Sociological Review*, 10, p. 242-249, 1945.
- DESSENS, J. A. G.; JANSEN, Wim; GANZEBOOM, H. B. G.; VAN DER HEIJDEN, P. G. M. Patterns and Trends in Occupational Attainment of First Jobs in the Netherlands, 1930-1995: ordinary least squares regression versus conditional multinomial logistic regression. *Journal of the Royal Statistical Society, A*, 166, p. 63-84, 2003.
- DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The Iron Cage Revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. (Ed.). *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- DIPRETE, T.; GRUSKY, D. Structure and Trend in the Process of Stratification for American Men and Women. *American Journal of Sociology*, 93, p. 107-143, 1990.
- DIPRETE, T. Adding Covariates to Loglinear Models for the Studies of Social Mobility. *American Sociological Review*, 55, pp. 757-773, 1990.
- DIPRETE, T.; DE GRAAF, P.; LUIJKX, R.; TAHLIN, M.; BLOSSFELD, H. P. Collectivist versus Individualist Mobility Regimes? Structural Change and Job Mobility in Four Countries. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, p. 318-358, 1997.
- DOERINGER, Peter B.; PIORE, Michael J.. *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*. Lexington: Heath, 1971.
- DUNCAN, O. D. Social Stratification and Mobility: problems in the measurement of trend. In: SHELDON, Eleanor B.; MOORE, Wilbert E. (Ed.). *Indicators of Social Change*. New York: Russel Sage, 1978.

DUNCAN, O. D.; FEATHERMAN, D.; DUNCAN, B. *Socioeconomic Background and Achievement*. New York: Seminar Press, 1972.

DUNCAN, Otis Dudley. A Socioeconomic Index for All Occupations. In: REISS, A. (Ed.). *Occupations and Social Status*. NY: Free Press, 1961.

DUNCAN, Otis Dudley. Methodological Issues in the Analysis of Social Mobility. In: SMELSER, N. S.; LIPSET, S. M. (Ed.). *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago: Aldine, 1966.

DUNCAN, Otis Dudley. How Destination Depends on Origin in a Mobility Table. *American Journal of Sociology*, 84, p. 793-804, 1979.

DURKHEIM, Emile. *The Division of Labor in Society*. New York: Free Press, 1997.

EDGEELL, Stephen. *Class*. London; New York: Routledge, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *The Established and the Outsiders: a sociological enquiry into community problems*. London: Sage Publications, 1994.

REIS, Elisa; CHEIBUB, Zairo. Pobreza, Desigualdade e Consolidação Democrática. *Dados*, 36, p. 233-259, 1993.

ELMELECH, Y. *Transmitting Inequality: an asset-based analysis of racial and ethnic inequality and its intergenerational transmission*. Department of Sociology, Columbia University, 2002.

ELSTER, Jon. *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, 193, p.281-317, 1997.

ERICKSON, Robert. Social Class of Men, Women and Family. *Sociology*, 18, p.500-514, 1984.

ERICKSON, Robert; GOLDTHORPE, John. *The Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

ERICKSON, Robert; GOLDTHORPE, John. .Intergenerational Inequality: a sociological perspective. *Journal of Economic Perspectives*, v. 16, n. 3, p. 31-44, 2002.

ERICKSON, Robert; GOLDTHORPE, John. The CASMIN Project and the American Dream. *European Sociological Review*, 8, p. 283-306, 1992.

ERICKSON, Robert; JONSSON, Jan O. *Can Education be Equalized? The Swedish Case in Comparative Perspective*. Boulder: Westview Press, 1996.

ERICKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H.; PORTOCARRERO, Luciene. Intergenerational Mobility in Three Western European Industrial Societies. *British Journal of Sociology*, 30, 1979.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Social Foundations of Post-industrial Economies*. New York: Oxford U. Press, 1999.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Changing Classes: stratification and mobility in post-industrial societies*. London: Sage Publications, 1993.

EVANS, Geoffrey. Testing the Validity of the Goldthorpe Class Schema. *European Sociological Review*, 8, p. 211-232, 1992.

EVANS, Geoffrey (Ed.). *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*. New York: Oxford University Press, 1999.

EVANS, Geoffrey; MILLS, C. Identifying Class Structure: a latent class analysis of the criterion-related and construct validity of the Goldthorpe's class schema. *European Sociological Review*, v. 14, n. 1, p. 87-106, 1998.

FARIA, Vilmar E. Changes in the Composition of Employment and the Structure of Occupations. In: BACHA, E.; DLEIN, H. (Ed.). *Social Change in Brazil: 1945-1985 – The Incomplete Transition*. University of New Mexico Press, 1989.

FARIA, Vilmar E. A Conjuntura Social Brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, 33, 1992.

FEATHERMAN, David L.; HAUSER, Robert Mason. *Opportunity and Change*. New York: Academic Press, 1978.

FEATHERMAN, David L.; JONES, F. Lancaster; HAUSER, Robert. Assumptions of Social Mobility Research in the U.S.: the case of occupational status. *Social Sciences Research*, 4, p. 329-360, 1975.

FERNANDES, D. C. Raça, Origem Socioeconômica e Desigualdade Educacional no Brasil: uma análise longitudinal. *Trabalho apresentado na ANPOCS, outubro*.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Diffel, 1965.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FILNGSTEIN, Neil; BYRKHEFLOT. The Logic of Employment Systems. In: TREIMAN, D.; BARON, J. (Ed.). *Social Differentiation and Social Inequality*. Boulder: Westview Press, 1996.

FISHLOW, Albert. Brazilian Development in Long-term Perspective. *American Economic Review*, 70, 1980, p. 102-108.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1959.

GAMBETTA, Diego. *Were they Pushed or Did They Jump?* Individual decision mechanisms in education. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GANGLIANI, Giorgio. Long-term changes in the occupational structure. *European Sociological Review*, v. 8, n. 8, 1985, p. 183-210.

GANGLIANI, Giorgio. Income Inequality and Economic Development. *Annual Review of Sociology*, 13, 1987, p. 313-334.

GANZEBOOM, Harry; DE GRAAF, P. Intergenerational Occupational Mobility in the Netherlands in 1954 and 1977. A Log-Linear Analysis. In: BAKKER, B. J. D.; GANZEBOOM, H. (Ed.). *Social Stratification and Mobility in the Netherlands*. Amsterdam: SISWO, 1984.

GANZEBOOM, Harry B. G.; LUIJKX, Ruud; TREIMAN, Donald J. Integrational Class Mobility in Comparative Perspective. *Research in Social Stratification and Mobility*, 8, 1989, p. 3-84.

- GANZEBOOM, Harry B. G.; RIJKEN, Susanne. *Social Mobility and Status Attainment in Brazil*. 1996. Mimeografado.
- GANZEBOOM, Harry B. G.; TREIMAN, David; DE GRAAF, Paul M. A standard international socio-economic index of occupational status. *Social Science Research*, 21, 1993, p. 1-56.
- GANZEBOOM, Harry B. G.; TREIMAN, David; DE GRAAF, Paul M. A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status. *Social Science Research*, 21, 1992, p. 1-56.
- GERBER, T.; HOUT, M. Tightening Up: Declining Class Mobility during Russia's Market Transition. *American Sociological Review*, 69, 2004, p. 677-703.
- GIDDENS, Anthony. *The Class Structure of the Advanced Societies*. New York: Harper and Row, 1973.
- GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GLASS, D. V.; BERENT, Jerzy Berent. *Social Mobility in Britain*. London: Routledge & K. Paul, 1964.
- GLENN, N. *Cohort Analysis*. Beverly Hills, CA: Sage, 1977.
- GOLDTHORPE, J.; YAISH, M.; KRAUS, V. Class Mobility in Israeli Society: a comparative perspective. *Research in Social Stratification and Mobility*, 15, 1997, p. 3-28.
- GOLDTHORPE, John H et al. *The Affluent Worker in the Class Structure*. London: Cambridge U.P., 1969.
- GOLDTHORPE, John H. On the Service Class: its formation and future. In: GIDDENS, A.; MACKENZIE, G. (Ed.). *Social Class and the Division of Labor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GOLDTHORPE, John H. Women and Class Analysis: in defense of the conventional view. *Sociology*, 7, 1983, p. 465-488.
- GOLDTHORPE, John H. On Economic Development and Social Mobility. *British Journal of Sociology*, 36, 1985, p. 549-573.

GOLDTHORPE, John H. Employment, Class and Mobility: a critique of liberal and marxist theories of long-term change. In: HAFERKAMP, H.; SMELSER, N. J. (Ed.). *Modernity and Social Change*. Berkeley: University of California Press, 1991.

GOLDTHORPE, John H. *On Sociology: numbers, narratives and the integration of research and Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GOLDTHORPE, John H.; LLEWELLYN, Catriona; PAYNE, Clive. *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

GOLDTHORPE, John H.; MARSHALL, Gordon. The Promising Future of Class Analysis: a response to recent critiques. *Sociology*, 26, 1992, p. 381-400.

GOLDTHORPE, John H.; HOPE, Keith. *The Social Grading of Occupations*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

GOODMAN, David. Economia e Sociedade Rurais a Partir de 1945. In: BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert S. (Ed.). *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOODMAN, Leo. Simple Models for the Analysis of Association in Cross-Classifications Having Ordered Categories. *Journal of the American Statistical Association*, 74, 1979, p. 537-552.

GOODMAN, Leo. Association Models and Canonical Correlation in the Analysis of Cross-Classifications Having Ordered Categories. *Journal of the American Statistical Association*, 76, 1981, p. 320-334.

GOODMAN, Leo. Criteria for Determining Whether Certain Categories in a Cross-Classification Table Should be Combined. *American Journal of Sociology*, 87, 1981, p. 612-650.

GOODMAN, Leo. *The Analysis of Cross Classified Data Having Ordered Categories*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984.

GOODMAN, Leo; HOUT, M. Statistical Methods and Graphical Displays for Analyzing How the Association Between Two Qualitative Variables Differs Among Countries, Among Groups or Over Time: a modified regression-type approach. *Sociological Methodology*, 28, 1998, p. 175-230.

GOODMAN, Leo. Statistical Methods and Graphical Displays for Analyzing How the Association Between Two Qualitative Variables Differs Among Countries, Among Groups or Over Time. Part II: Some Exploratory Techniques, Simple Models and Simple Examples. *Sociological Methodology*, 31, 2001, p. 189-221.

GRUSKY, David; FUKUMOTO, Ivan K. Social History Update: a sociological approach to historic social mobility. *Journal of Social History*, 1985.

GRUSKY, David B.; HAUSER, Robert. Comparative Social Mobility Revisited: models of convergence and divergence in sixteen countries. *American Journal of Sociology*, 49, 1984, p. 19-38.

GRUSKY, David; SORENSEN, Jespers. The Structure of Career Mobility in Microscopic Perspective. In: GRUSKY, D.; TREIMAN, D.; BARON, J. (Ed.). *Social Diferrenciation and Social Inequality*. Boulder: Westview Press, 1996.

GRUSKY, David; SORENSEN, Jespers. Can Class Analysis Be Salvaged? *American Journal of Sociology*, 5, 1998, p1187-1234.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes Sociais. In: MICELI, S. (Ed.). *O que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras (1970-1995) (vol. II - Sociologia)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

HALLER, Archibal O. Ascription and Status Transmission in Brazil. In: SCOVILLE, J. (Ed.). *Status Influence in Third World Labor Markets: caste, Gender and custom*. Berlin: Gruyter Inc., 1991.

HALLER, Archibal O.; SHARDA, Bam Dev; MILLER, George. *New Light on National Development: a challenge for stratification theory*. 1997. Mimeografado.

HALLER, Archibal O.; Torrecella, R.; HALLER, Maria Christina; TOURINHO, Manuel. The Socioeconomic Development Level of the People of Amazoniam Brazil – 1970 and 1980. *Journal of Development Areas*, 30, 1996, p. 243-316.

HALLER, Archibal O.; TOURINHO, Manuel; BILLS, David; PASTORE, Jose. Migration and Socioeconomic Status in Brazil: interregional and rural-urban variation in education, occupational status, and income. *Luso-Brazilian Review*, 18, 1981, p. 117-138.

HALLINAN, M. T. Equality of Educational Opportunity. *Annual Review of Sociology*, 14, 1988, p. 249-268.

HALSEY, Anthony H.; HEATH, A. F.; RIDGE, J. M. *Origins and Destinations: family, class and education in modern Britain*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

HARTMAN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism. *Capital & Class*, 8, 1979, p. 1-33.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos A.; LIMA, Marcia; SILVA, Nelson do Valle. *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Liv, 1999.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson Valle. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1988.

HAUSER, P.; DICKINSON, R.; TRAVIS, H.; KOFFEL, J. Structural Changes in Occupational Mobility Among Men in the United States. *American Sociological Review*, v. 40, n. 5, 1957, p. 585-598.

HAUSER, R. Some Exploratory Methods for Modeling Tables and Other Cross-Classified Data. In: SCHUESSLER, K. F. (Ed.). *Sociological Methodology 1980*. San Francisco: Jossey-Bass, 1979.

HAUSER, R. Vertical Class Mobility in England, France and Sweden. *Acta Sociologica*, v. 27, n. 2, 1984, p. 87-110.

HAUSER, R.; WARREN, J.; HUANG, M. H.; CARTER, W. Occupational Status, Education and Social Mobility in Meritocracy and Economic Inequality. In: ARROW, K.; BOWLES, S.; DURLAUF, S. (Ed.). *Chapter 8 - Meritocracy and Economic Inequality*. Princeton, N.J.: University University Press, 2000.

HAUSER, Robert. A Structure Model of the MobilityTable. *Social Force*, 56, 1978.

HAUSER, Robert; FEATHERMAN, D. Prestige or Socioeconomic Scales in the Study of Occupational Attainment? In: GRUSKY, D. (Ed.). *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Boulder, Col.: Westview Press.

- HAWTHORN, Geoffrey. *Plausible Worlds: possibility and understanding in history and the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HAZELRIGG, L.; GARNIER, M. Occupational Mobility in Industrial Societies: a comparative analysis of access to occupational ranks in seventeen countries. *American Journal of Review*, v. 41, n. 3, 1976, p. 498-511.
- HEATH, Anthony. *Social Mobility*. Londres: Fontana, 1981.
- HEDSTRÖM, Peter. *Dissecting the Social: on the principles of analytical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HEDSTRÖM, Peter; SWEDBER, Richard. *Social Mechanisms: an analytical approach to social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HENDRICKX, J. Special Restriction in Multinomial Logistic Regression. *Stata Technical Bulletin*, 56, 2000, p. 18-26.
- HENDRICKX, J.; GANZEBOOM, B. G. Occupational Status Attainment in the Netherlands, 1920-1990: A Multinomial Logistic Analysis. *European Sociological Review*, 14, 1998, p. 387-403.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- HOFMAN, A. *The Economic Development of Latin America in the Twentieth Century*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2000.
- HORAN, Pat. Is Status Attainment Research Atheoretical? *American Sociological Review*, 43, 1972, p. 534-541.
- HOUT, Michael. *Mobility Tables*. Beverly Hills: Sage, 1983.
- HOUT, Michael. Status, Autonomy and Training in Occupational Mobility. *American Journal of Sociology*, v. 89, n. 3, 1984, p. 1379-1409.
- HOUT, Michael. How Might Inequality Affect Intergenerational Mobility? A review and an agenda. *Working Paper*. Research Center, University of California, Berkeley, 2003a.

HOUT, Michael. What Have We Learned: RC28's Contributions to Knowledge. In: RC-28 MEETING ON SOCIAL STRATIFICATION AND MOBILITY. Tokyo, 2003b.

HOUT, Michael. More Universalism, Less Structural Mobility: The American Occupational Structure in the 1980's. *American Journal of Sociology*, 93, 1988, p. 1358-1400.

HOUT, Michael. *Following in Father's Footsteps*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

HOUT, Michael; BROOKS, Clem; MANZA, Jeff. The Persistence of Classes on Post-Industrial Societies. *International Sociology*, 8, 1993, p. 257-277.

HOUT, Michael; HAUSER, Robert. Symmetry and Hierarchy in Social Mobility: A Methodological Analysis of the CASMIN Model of Class Mobility. *European Sociological Review*, 8, 1992, p. 239-266.

HUTCHINSON, Bertram. The Social Grading of Occupations in Brazil. *British Journal of Sociology*, 3, 1957, p. 176-189.

HUTCHINSON, Bertram. Structural and Exchange Mobility in the Assimilation of Immigrants to Brazil. *Population Studies*, 12, 1958, p. 111-120.

HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e Trabalho*. São Paulo: Centro de Pesquisas Educacionais, 1960.

ISHIDA, Hiroshi. *Social Mobility in Contemporary Japan*: educational credentials, class and the labor market in a cross-national perspective. Stanford: Stanford University Press, 1993.

ISHIDA, Hiroshi; MULLER, Walter; RIDGE, John M. Class Origin, Class Destination and Education: a cross-national study of ten industrial nations. *American Journal of Sociology*, 101, 1995, p. 145-193.

IUTAKA, S. Estratificación Social y Oportunidades Educativas en Tres Metrópolis Latinoamericanas: Buenos Aires, Montevideo, y Sao Paulo. *Revista America Latina*, 3, 1962.

JAGUARIBE, Hélio *et al.* *Brasil 2000: para um novo pacto social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JENCKS, Christopher *et al.* *Inequality: a reassessment of the effect of family and schooling in America*. New York: Basic Books, 1972.

JENCKS, Christopher. *Who Gets Ahead? The Determinants of Economic Success in America*. New York: Basic Books, 1979.

JONES, F. L. Common Social Fluidity: a Comment on Recent Critiques. *European Sociological Review*, 8, 1992, p. 233-238.

JONSSON, J.; MILLS, C. Social Mobility in the 1970s and 1980s: a study of men and women in England and Sweden. *European Sociological Review*, 993, 1993, p. 229-274.

KERR, C. *The Future of Industrial Societies*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1983.

KERR, C.; DUNLOP, J.; Harbison, F.; MYERS, C. *Industrialism and Industrial Man*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1960.

KUZNETS, Simon Smith. *Modern Economic Growth: rate, structure, and spread*. New Haven: Yale University Press, 1966.

LABELENS, J.; SOLARI, A. Movilidad Social en Montevideo. In: SOLARI, A. (Ed.). *Estudios sobre la Estructura Social Uruguaya*. Montevideo: Arca, 1966.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LEWIS, J. The debate on sex and class. *New Left Review*, 1985, p. 108-122.

LIN, Nan. *Social Capital: a theory of social structure and action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LIPSET, S.; ZETTERBERG, H. A Theory of Social Mobility. *Transactions Third World Congress of Sociology*, v. 3, 1956, p. 179-202.

LIPSET, S.; ZETTERBERG, H. Social Mobility in Industrial Societies. In: LIPSET, S.; BENDIX, R. (Ed.). *Social Mobility in Industrial Society*. Berkeley: U. of California Press, 1959.

- LOGAN, J. A. A Multivariate Model for Mobility Tables. *American Journal of Sociology*, v. 89, n. 2, p. 324-349, 1985.
- LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão, 1971.
- LUIJKX, R. *Comparative Loglinear Analyses of Social Mobility and Heterogamy*. The Netherlands: Tilburg University Press, 1994.
- MARSHALL, Gordon; NEWBY, Howard; ROSE, David; VOGLER, Carolyn. *Social Class in Modern Britain*. London: Hutchinson, 1988.
- MARSHALL, Gordon; SWIFT, Adam; ROBERTS, Stephens. *Against the Odds: social class and social justice in industrial societies*. Oxford University Press, 1997.
- MARX, Karl. *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. New York: International Publishers, 1978.
- MILLER, R. The Limited Concerns of Social Mobility Research. *Current Sociology*, 46, 1998, p. 145-163.
- MULLER, Walter; KURZ, Karin. Class Mobility in Industrial World. *Annual Review of Sociology*, 13, 1987, p. 417-442.
- MULLER, Walter; SHAVIT, Y. *From School to Work*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- MURPHY, Raymond. *Social Closure: the theory of monopolization and exclusion*. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Human Capital, Social Classes, and the Earning Determination Process in Brazilian Agriculture: 1973, 1982, and 1988. Ph.D. Dissertation in Sociology Thesis, University of Wisconsin, Madison, 1997.
- PAKULSKI, J. Anti-Class Analysis: social inequality and post-modern trends. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). *Alternative Foundations of Class Analysis*. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/found-c6.PDF>>.
- PARK, H. Social Mobility in South Korea. *Research in Social Stratification and Mobility*, 2002.

PARKIN, Frank. Strategies of Social Closure in Class Formation. In: *The Social Analysis of Class Structure*. London: Tavistock, 1974.

PARKIN, Frank. *Marxism and Class Theory: a bourgeois critique*. London: Tavistock, 1979.

PARSONS, Talcott. A Revisited Analytical Approach to the Theory of Social Stratification. In: BENDIX, R.; LIPSET, S. M. (Ed.). *Class, Status and Power*. New York: Free Press, 1954.

PARSONS, Talcott. Evolutionary Universals in Society. *American Sociological Review*, 29, 1964, p. 339-357.

PARSONS, Talcott. Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revisited. In: LAUMANN, E. O. (Ed.). *Social Stratification: research and theory for the 1970's*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970.

PASTORE, José. *Inequality and Social Mobility in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press, 1981.

PASTORE, José; SILVA, Nelson Valle. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.

PERLMAN, Janice. *The Myth of Marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. Berkeley: University of California Press, 1976.

PINTO, Luiz Costa. *Sociologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

PINTO, Luiz Costa. *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, 1967.

PINTO, Luiz Costa. *O Negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. *The Second Industrial Divide : possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

PIZZATI, Maurizio. Mobility Regimes and Generative Mechanisms: a comparative analysis of Italy and the United States. *European Sociological Review*, 13, 1997, p. 179-198.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996. CD-ROM.

PORTES, A. Latin American Class Structures: their composition and change during the last decades. *Latin American Research Review*, v. 20, n. 3, p. 7-39.

POULANTZAS, N. *Classes in Contemporary Capitalism*. London: New Left Books, 1975.

POWERS, Daniel; XIE, Yu. *Statistical Methods for Categorical Data Analysis*. NY: Academic Press, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasileira, 1949.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Les Classes Sociale dans le Brésil Actuel. *Cahiers Internationaux de Sociologie* XXXIX, 1965.

RAFTERY, Adrian. Choosing Models for Cross-Classification. *American Sociological Review*, v. 51, n. 1, 1986, p. 145-146.

RAFTERY, Adrian. Bayesian Model Selection in Social Research. In: MARS-DEN, P. (Ed.). *Sociological Methodology*. Washington D.C: The American Sociological Association, 1995.

RAFTERY, Adrian; HOUT, M. Maximally Maintained Inequality: expansion, reform and opportunity in Irish education 1921-1975. *Sociology of Education*, 66-1, June, 1993, p. 41-62.

RIGDAL, K. Social Mobility in Norway 1973-1995. In: RC28 MEETING – INEQUALITY: GLOBAL AND LOCAL PERSPECTIVES. Berkeley, CA, 2001.

RIJKEN, Susanne. *Educational Expansion and Status Attainment: a cross nation and over-time comparison*. The Netherlands : Interuniversity Center for Social Sciences Theory and Methodology, 1999.

RODRIGUES, L. M. *La Clase Política Brasileña*. Buenos Aires: La Crujía, 2003.

ROGOFF, Natalie. *Recent Trends in Occupational Mobility*. Gleacoe, Illinois: The Free Press, 1953.

ROTH, Guenther. 'Introduction' in Max Weber. In: ROTH, G.; WITTICH, C.. *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press, 19780.

- SABEL, Charles; ZEITLIN, Jonathan. *World of Possibility: flexibility and mass production in western civilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. O Estado Social da Nação. *Dados*, 29, 1986, pp. 365-393.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Horizonte do Desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- SCALON, Maria Celi. Mapeando Estratos: critérios para a escolha de uma classificação. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 1998.
- SCALON, Maria Celi. *Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan-Ipuerj-UCM, 1999.
- SCHAWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SCHAWARTZMAN, Simon.. *Notas sobre o Paradoxo da Desigualdade no Brasil*. 2001. Mimeografado.
- SEN, Amartya. *Inequality Reexamined*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- SEWELL, W.; HAUSER, R. *Education, Occupation and Earnings: achievement in the early career*. Madison, WI: Departament of Sociology Wisconsin University, 1975.
- SEWELL, William H.; HALLER, Archibald O.; PORTES, Alejandro. The Educational and Early Occuparional Attainment Process. *American Sociological Review*, 34, 1969, p. 82-92.
- SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H. P. *Persistent Inequality: changing educational attainment in thirteen countries*. Boulder CO: Westview, 1993.
- SILVA, Nelson do Valle. As duas faces da mobilidade. *Dados: revista de ciências sociais*, 21, 1979.
- SILVA, Nelson do Valle. *Cambios Sociales y Estratificación en el Brasil Contemporáneo (1945-1999)*. 2004 .

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1992.

SILVA, Nelson do Valle. *Uma Classificação Ocupacional para o Estudo da Mobilidade e da Situação de Trabalho no Brasil*. 1988 . Mimeografado.

SILVA, Nelson do Valle. Mobilidade Social. In MICELI, Sérgio (Ed.) *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970-1995)* (vol. II –Sociologia). São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

SILVA, Nelson do Valle; RODITI, Debora. Et plus ça change.Tendências Históricas de Fluidez Social no Brasil. *Dados*, 29, 1988.

SINGELMANN, J.; TIENDA, M. The Process of Occupational Change in a Service Society: the case of the United States, 1960-1980. In: ROBERTS, R. F. B.; GALLIE, D. *New Approaches to Economic Life*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: FGV Ed, 2001.

SOBEL, Michael; BECKER, M.; MINICK, S. Origins, Destinations and Association in Occupational Mobility. *American Journal of Sociology*, 104, p. 687-721.

SOBEL, Michael E. Structural Mobility, Circulation Mobility and the Analysis of Occupational Mobility: a Conceptual Mismatch. *American Journal of Sociology*, 48, 1983, p. 721-727.

SOBEL, Michael E. Models of Partial and Complete Symmetry and Quasi-symmetry for Three-way Tables Having Coded Rows and Columns. In: CLOGG, C. C. (Ed.). *Sociological Methodology*. 1988 , p. 165-192.

SOBEL, Michael E.; HOUT, Michael; DUNCAN, O. D. Exchange, Structure and Symmetry in Occupational Mobility. *American Journal of Sociology*, 91, 1985, p. 359-372.

SOMERS, Margaret. Deconstructing and Reconstructing Class Formation Theory: narrativity, relational analysis and social theory. In: HALL, J. R. (Ed.). *Reworking Class*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

SORENSEN, Aage. Towards a Sounder Basis for Class Analysis. *American Journal of Sociology*, 2000.

SORENSEN, Aage B. On the Usefulness of Class Analysis in Research on Social Mobility and Socioeconomic Inequality. *Acta Sociologica*, 34, 1991, p. 71-87.

SORENSEN, Aage B. The Basic Concepts of Stratification Research: class, status and power. In: GRUSKY, D. B. (Ed.). *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Boulder: Westview Press, 1994.

SORENSEN, Annemette. Women, Family and Class. *Annual Review of Sociology*, 20, 1994, p. 27-47.

SORENSEN, Jespers. Locating Class Cleavages in Inter-generational Mobility. *European Sociological Review*, 8, 1992, p. 267-282.

SOROKIN, Pitirim. *Social and Cultural Mobility*. New York: Free Press, 1959.

SPIELMAN, Seymour. Career, Labor Market Structure and Socio-economic Achievement. *American Journal of Sociology*, 83, 1977, p. 531-593.

SPIELMAN, Seymour. Wealth and Stratification Process. *Annual Review of Sociology*, 26, 2000, p. 497-524.

STEINMANN, Susanne; BRAUNS, H.; HAUN, D. Die Konstruktion eines international vergleichbaren Klassenschemas (EGP) - Erwerbsstatistische Besonderheiten am Beispiel von Labour Force Surveys der Bundesrepublik Deutschland, Frankreichs, Grossbritanniens und Ungarns. *Arbeitspapiere*, I, 22, 1997.

STINCHCOMBE, Arthur. *Constructing Social Theories*. New York: Harcourt, Brace & World, 1968.

STINCHCOMBE, Arthur. *Generations and Cohorts in Social Mobility: economic development and social mobility in Norway*. Oslo: Institute of Applied Social Research, 1978a. (Unpublished paper.)

STINCHCOMBE, Arthur. *Social Mobility and Industrial Labor Market*. Oslo: Institute of Applied Social Research, 1978b. (Unpublished paper.)

STINCHCOMBE, Arthur. *Economic Sociology*. NY: Academic Press, Inc, 1983.

STINCHCOMBE, Arthur. *Stratification and Organization*. NY: Cambridge University Press, 1986.

SWELL JR., William H. *Structure and Mobility: the men and womem of Marseille, 1820-1870*. NY: Cambridge University Press, 1985.

SWELL JR., William H. A Theory of Structure: duality, agency, and transformation. *American Journal of Sociology*, 98, 1992.

SZELÉNYI, S. *Equality by Design: the great experiment in destratification in socialist Hungary*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Mas Allá del Estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente. *El Trimestre Económico*, 33, 1971.

THERNSTROM, Stephan. *Poverty and Progress: social mobility in a nineteenth century city*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1964.

TILLY, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. NY: Russel Sage Foundation, 1984.

TILLY, Charles. *Roads from Past to Future*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1997.

TILLY, Charles. *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press, 1998.

TILLY, Charles; GRANOVETTER, Mark. Inequality and Labor Process. In: SMELSER, N. J. (Ed.). *Handbook of Sociology*. Newbury Park, Calif.: Sage, 1988.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la Démocratie en Amérique*. Edited by J. P. Meyer. Paris: Gallimard, 1968.

TORCHE, Florencia. *Unequal but Fluid: social mobility in Chile in comparative perspective*. New York: Columbia University, 2004. Ph.D. Dissertation in Sociology.

TORCHE, Florencia. Unequal but Fluid: social mobility in Chile in comparative perspective. *American Sociological Review*, 70, 2005, p. 451-471.

TREIMAN, D.; ROSS, P. Sex and Earnings in Industrial Society: a nine-nation comparison. *American Journal of Sociology*, v. 89, n. 3, 1983, p. 612-650.

TREIMAN, David; YIP, K. B. Educational and Occupational Attainment in 21 Countries. In: KOHN, M. (Ed.). *Cross-National Research in Sociology*. Newbury Park: Sage, 1989.

TREIMAN, Donald J. Industrialization and Social Stratification. In: LAUMANN, E. O. (Ed.). *Social Stratification: research and theory for the 1970's*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970.

TREIMAN, Donald J. *Occupational Prestige in Comparative Perspective*. NY: Academic Press, 1977b.

TUMER, Melvin M. Some Principles of Stratification: a critical analysis. In: GRUSKY, D. B. (Ed.). *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Boulder: Westview Press, 1994.

TUMIN, M.M. Some Principles of Stratification: a critical analysis. *American Sociological Review*, 18, 1953, p. 387-82 .

VALLET, L. A. Quarent années de mobilité sociale en France. *Revue Française de Sociologie*, 40, 1999, p. 3-64.

VALLET, L. A. *Change in Intergenerational Class Mobility in France: from the 1970s to the 1990s and its explanation – an analysis the CASMIN perspectives*. Berkeley, CA, 2001a.

VALLET, L. A. Forty Years of Social Mobility in France: change fluidity in the light of recent models. *Revue Française de Sociologie*, 42, 2001b, p. 5-64.

VELHO, Otávio. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

WATERS, Malcom. Colapse and Convergence in Class Theory: the return of the social in the analysis of stratification arrangements. *Theory and Society*, 20/2, 1991, p. 141-172.

WATERS, Malcom; PAKULSKI, Jan. The Death of Class. *Theory and Society*, 25, 1996, p. 667-691.

WEBER, M. *Economy and Society*. Berkeley: U. of California Press, 1978.

- WESTER, M. Class Attainment Among British Men: a multivariate extension of the CASMIN model of intergenerational class mobility. *European Sociological Review*, 15, 1999, p. 431-454.
- WESTERN, Bruce. *Between Class and Market: postwar unionization in the capitalistic democracies*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1977.
- WHITE, Harrison. *Chains of Opportunity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1970.
- WILLIAMSON, Jeffrey G. What Washington Means by Police Reform. In: WILLIAMSON, Jeffrey G. (Ed.). *Latin American Adjustment: how much has happened?* Washington, DC: Institute for International Economics, 1990.
- WONG, R. Understanding Cross-National Variation in Occupational Mobility. *American Sociological Review*, v. 55, n. 4, 1990, p. 560-573.
- WONG, R. Vertical and Non-Vertical Variation in Occupational Mobility. *American Sociological Review*, v. 53, n. 3, 1992, p. 396-410.
- WONG, R. Postwar Mobility Trends in Advanced Industrial Societies. *Research in Social Stratification and Mobility*, 13, 1994, p. 121-144.
- WRIGHT, E. O.; MARTIN, B. The Transformation of the American Class Structure. *American Journal of Sociology*, 93, 1987.
- WRIGHT, E. O.; SINGELMANN, J. Proletarianization in the Changing American Class Structure. *American Journal of Sociology*, 88, 1982.
- WRIGHT, E. O. *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- WRIGHT, Erik O. *Class Structure and Income Determination*. NY: Academic, 1979.
- WRIGHT, Erik O. *Classes*. London: New Left Books, 1985.
- WRIGHT, Erik O. *The Debate on Classes*. London: Verso, 1989.
- WRIGHT, Erik O. *Class Counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

- WRIGHT, Erik O. Rethinking, Once Again, the Concept of Class Structure. In: HALL, J. R. (Ed.). *Reworking Class*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.
- WRONG, D. H. The Functional Theory of Stratification: some neglected considerations. *American Sociological Review*, 24, 1959, p. 772-782.
- WU, Xiaogang; TREIMAN, Donald. Equality and Inequality under Socialism: occupational mobility in contemporary China. *Working Paper*. 2004.
- XIE, Yu. The Long-Multiplicative Layer Effect Model for Comparing Mobility Tables. *American Sociological Review*, 16, 1992, p. 159-183.
- YAISH, M. Old Debate, New Evidence: class mobility trends in Israeli society, 1974-1991. *European Sociological Review*, 16, 2000, p. 156-183.
- YAISH, M. *Class Mobility in Israel: 1974-1991*. Nuffield College, Oxford University, 2001. (Unpublished.)
- YAMAGUCHI, K. Models for Comparing Mobility Tables: toward parsimony and substance. *American Sociological Review*, v. 52, n. 4, 1987, p. 482-494.